Diário OFICIAL Executivo

Ano CXI

Edição Digital nº 11638 | 142 páginas
Curitiba, Sexta-feira, 12 de Abril de 2024

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Procuradoria Geral do Estado 04

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 48
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 58
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 65
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 76
Secretaria da Educação 95
Secretaria do Esporte 114
Secretaria da Fazenda 114
Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital .117
Secretaria da Justiça e Cidadania 117
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 118
Secretaria da Saúde..... 121
Secretaria da Segurança Pública..... 128
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 138
Receita Estadual do Paraná 138

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 139

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Luciana Carla da Silva Azevedo — Controladora-Geral
Ivo Ferreira Neto — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Elisandro Pires Frigo — Secretário
Luiza Cabel Corteletti — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Eduardo Pimentel Slavieiro — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise Da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Renê de Oliveira Garcia Junior — Secretário
Marcia Cristina Rebonato do Valle — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Ricardo José Magalhães Barros — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
Marcelo Rangel Cruz de Oliveira — Secretário
Jessica Thais Ieger — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Rubia Marcieli de Lima Rossi — Diretora-Geral

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amador Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Mauro Rafael Moraes e Silva — Secretário
Kevin Luan Bossa — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado
Leonardo Weldt Franceschi
Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

21.927.774-1/24 – 1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 21.927.774-1, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no inciso III, §1º do art. 14, do Decreto nº 2.428/2019, visando atender as necessidades da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), especificamente retratada no caderno administrativo. 2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para conhecimento e demais providências. Em 11/04/24. (Enc. proc. à SEAB).

37402/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 68/2024-PGE

Aprova Parecer Referencial sobre a proposta de padronização de contratação de serviços de assessoria de imprensa "de forma a garantir uma mínima padronização dentro do possível, para possibilitar que cada órgão ou entidade efetue sua contratação em conformidade com suas particularidades e necessidades, ganhando agilidade nas suas contratações, porém, sem perder de vista as diretrizes do Sistema de Comunicação", bem como respectiva Lista de Verificação.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas no art. 5º da Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos dos arts. 4º, 5º e 8º, inciso I e § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar Parecer Referencial, acompanhado da Minuta Padronizada a qual se enquadra na categoria de editais e instrumentos "com objeto definido", e Lista de Verificação, previstos no artigo 8º, inciso I e § 1º da Resolução nº 41/2016-PGE, com redação alterada pela Resolução nº 29/2021-PGE.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

PARECER REFERENCIAL nº 06/2024-PGE

MINUTA PADRONIZADA DE OBJETO DEFINIDO. EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. ARTIGO 8º, INCISO I E §§ 1º E 4º, DA RESOLUÇÃO Nº 41/2016-PGE.

RELATÓRIO

Trata-se de proposta de padronização de Minuta de Edital de Licitação e Anexos de Concorrência para Contratação de Serviços de Assessoria de Comunicação Institucional1.

Esta Comissão levou em consideração para iniciar os trabalhos a proposta de Minuta apresentada pela SECOM às fls. 217/310.

2 - MANIFESTAÇÃO

2.1 DA RELEVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO

Cumpre ressaltar, de início, a relevância da aprovação da Minuta em análise, de objeto definido, com base no art. 1º, § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE2, que passará a ser de utilização obrigatória pela Administração Pública Estadual, de acordo com o previsto no Decreto Estadual nº 3.203/2015, evitando-se, assim, o envio dos Protocolos de forma individual para a análise da Procuradoria-Geral do Estado3.

2.2 DA JUSTIFICATIVA DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL E DO CRITÉRIO DE DISPUTA/JULGAMENTO

A Minuta de Edital de Licitação que se pretende padronizar deve seguir as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022, observado o art. 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010 (incluído pela Lei Federal nº 14.356/2022) que dispõe que a "*contratação de serviços de comunicação institucional, que compreendem os serviços de relação com a imprensa e de relações públicas, deverá observar o disposto no art. 5º desta Lei.*", artigo 5º que merece transcrição:

Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço".

Diante da previsão acima e por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme fundamentado no Despacho nº 297 DG/SECOM (fls. 96/98) e na Informação Técnica nº 1/2024-AT/SECOM (fls. 311/328), a licitação em análise deve se dar por meio de concorrência, tendo em vista a impossibilidade de utilização do pregão (art. 29, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/20214), do tipo de "técnica e preço" (art. 5º acima transcrito c/c art. 33, IV, da Lei já citada5), o que atrai o modo de disputa fechado (*hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação* - art. 56, II, da Lei já indicada), conforme o art. 56, § 2º, da Lei de Licitações6.

---

[1] Conforme a Lei Federal nº 12.232/2010:
"Art. 20-B. Para fins desta Lei, os serviços de comunicação institucional compreendem os serviços de relações com a imprensa e de relações públicas, assim definidos:
I - relações com a imprensa: ação que reúne estratégias organizacionais para promover e reforçar a comunicação dos órgãos e das entidades contratantes com seus públicos de interesse, por meio da interação com profissionais da imprensa; e
II - relações públicas: esforço de comunicação planejado, coeso e contínuo que tem por objetivo estabelecer adequada percepção da atuação e dos objetivos institucionais, a partir do estímulo à compreensão mútua e da manutenção de padrões de relacionamento e fluxos de informação entre os órgãos e as entidades contratantes e seus públicos de interesse, no Brasil e no exterior.

[2] § 1° Serão objeto de padronização as minutas dos instrumentos de que trata o capuz que, por sua reiteração ou abrangência, necessitem tratamento uniforme pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Paraná abrangidas pela presente resolução.

[3] A SECOM, após a indagação desta Comissão no Despacho nº 4/2024, fortaleceu a justificativa sobre a necessidade de padronização no item 1 da Informação Técnica nº 1/2024-AT/SECOM (fls. 311/328).

[4] O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

[5] Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:
I - menor preço;
II - maior desconto;
III - melhor técnica ou conteúdo artístico;
IV - técnica e preço;
V - maior lance, no caso de leilão;

Em decorrência do modo de disputa fechado, a SECOM justificou no Despacho nº 297 DG/SECOM7 que o sistema compras.gov.br, atualmente utilizado pelo Estado do Paraná, embora disponha da modalidade de concorrência eletrônica, esta não garante a inviolabilidade de informações, razão pela qual o certame deve se dar de forma presencial, tal como ocorre com o Padrão destinado a contratação de serviços de publicidade, aprovado pela Resolução nº 235/2023-PGE.

Ocorre que como os sistemas eletrônicos são diariamente aperfeiçoados, cabe ao Órgão/Entidade licitante, sob pena de impossibilidade de utilização do padrão que se pretende aprovar, conforme nota explicativa 1 da dita Minuta, justificar que ainda persiste a questão acima narrada pela SECOM, visto que o art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 é claro que "*As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.*".

2.3 DA ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL E SEUS ANEXOS

Ultrapassada a questão acima, é importante destacar que a concorrência, assim como o pregão, conforme previsto no art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021, segue "*o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*", artigo citado que prevê as fases da licitação, *in verbis*:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:
I - preparatória;
II - de divulgação do edital de licitação;
III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
IV - de julgamento;
V - de habilitação;
VI - recursal;
VII - de homologação.

Tendo em vista que a concorrência e o pregão seguem o mesmo rito, esta Comissão utilizou como base para a elaboração da presente Minuta, assim como a SECOM às fls. 217/310, o Padrão de Pregão Eletrônico para Contratação de Serviços Contínuos sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, aprovado pela Resolução nº 119/2023-PGE, com as modificações necessárias ao caso.

Dito isso, de acordo com o art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, "*o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.*", o que está previsto na Minuta que se pretende aprovar, senão vejamos:

REQUISITOS LEGAIS	OBSERVAÇÕES
A definição do objeto para o atendimento da necessidade	Item 1 do edital e deve ser detalhado pelo Órgão/Entidade no subitem 1.1 do Termo de Referência
Valor máximo da licitação	Item 2 do edital
Recursos orçamentários	Item 3 do edital
Acesso à licitação e suas condições	Item 4 do edital
Esclarecimentos, impugnações e recursos	Item 5 do edital
Critério de julgamento das propostas	Item 2 das condições específicas da concorrência e item 7 das condições gerais da concorrência
Prazo mínimo de validade das propostas	Item 3 das condições específicas da concorrência
Reserva de lotes para ME e EPP	Item 5 das condições específicas da concorrência
Garantia	Item 6 do edital
Participação em consórcio	Item 7 das condições específicas da concorrência
Programa de integridade	Item 8 das condições específicas da concorrência
Procedimento da licitação: realização da concorrência/abertura da sessão; condições de participação; entrega dos envelopes e julgamento das propostas e análise dos documentos de habilitação; credenciamento de representantes; e subcomissão técnica	Itens 1 à 7 das condições gerais concorrência
Recursos	Item 8 das condições gerais concorrência
Adjudicação e Homologação	Item 9 das condições gerais concorrência
Contrato, Recebimento e Pagamento	Item 10 das condições gerais concorrência
Sanções	Item 12 das condições gerais concorrência
Disposições Gerais	Item 13 das condições gerais concorrência

Cumpre salientar, ainda, que "*na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.*" (§ 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021), o que está previsto no subitem 1.5 das condições específicas da concorrência8.

VI - maior retorno econômico.

[6] § 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

[7] V – Nessa via, ainda necessário mencionar que em 25 de outubro do corrente, houve reunião com o DECOM/SEAP para a demonstração do sistema de compras.gov.br, hoje utilizado pelo Paraná, e a possibilidade de efetivar a licitação por Concorrência Eletrônica. Há possibilidade de ser efetuada, porém, esse sistema não garante a inviolabilidade das informações e, ainda, evitar que sejam devassadas. Logo, se pode concluir que a efetivação do certame de forma presencial permite garantir o sigilo das propostas, de forma que não haja vazamentos ou seu uso indevido. No formato presencial se assegurar a inviolabilidade das informações e evita o comprometimento do certo. Permite que as propostas sejam avaliadas com mais precisão e transparência. Além disso, o registro em áudio e vídeo do certo contribui para uma maior clareza e rigor ao processo. Outro argumento para o presencial se concentra no próprio sistema do compras.gov cuja forma de disputa se concretiza com o julgamento dos preços antes da técnica, o que pode impactar a subcomissão técnica para a tendência de se deixar tocar pelo menor preço, em detrimento da melhor técnica. Para tanto, dois documentos são juntados a esse com o intuito de demonstrar que o sistema de compras ainda não está com a fase no seu devido lugar conforme indica a lei nº 14.133/2021 no §2º do art. 36.

[8] 1.5 Todas as sessões públicas desta licitação serão registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, e esse material será juntado aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, em atendimento ao artigo 17, §§ 2º e 5º da Lei n. 14.133/2021.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

No tocante ao critério de julgamento, a Lei Federal nº 14.133/2021 prevê nos seus arts. 33/389 várias disposições sobre "técnica e preço", estas que foram observadas no edital de concorrência (por exemplo nos subitens 4.5.3 e 4.710), bem como o art. 55, IV, da mencionada Lei fixa que o licitante tem no mínimo 35 (trinta e cinco) dias úteis a contar da divulgação do edital para a apresentação de conteúdo artístico, o que se vê no subitem 4.3.1 das condições gerais da concorrência11.

Por fim, constam os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Documentos de habilitação
Anexo III	Orçamento de referência
Anexo IV	Orientação para elaboração da proposta técnica
Anexo V	Exercício criativo
Anexo VI.1	Modelo de proposta de preço
Anexo VI.2	Modelo de planilha de detalhamento da proposta e demonstração mensal de custos e impostos
Anexo VI.3	Planilha de custos e formação de preço
Anexo VII	Modelo de procuração
Anexo VIII	Modelo de declaração
Anexo IX	Modelo de declaração de conhecimento
Anexo X	Minuta de contrato
Anexo XI	Modelo de declaração de ME e EPP
Anexo XII	Modelo de declaração LGPD
Anexo XIII	Regramento para elaboração do programa de integridade

3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão Permanente encaminha para aprovação o Parecer Referencial sobre a padronização da Minuta de Edital de Licitação e Anexos de Concorrência para Contratação de Serviços de Assessoria de Comunicação Institucional, bem como a respectiva Lista de Verificação.

---

[9] Art. 35. O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores.
Parágrafo único. O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística.
Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.
§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:
I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;
II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;
III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;
IV - obras e serviços especiais de engenharia;
V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação
§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.
§ 3º O desempenho pretérito na execução de contratos com a Administração Pública deverá ser considerado na pontuação técnica, observado o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 88 desta Lei e em regulamento.
Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:
I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;
III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
§ 1º A banca referida no inciso II do **caput** deste artigo terá no mínimo 3 (três) membros e poderá ser composta de:
I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública;
II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º desta Lei.
§ 2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do **caput** do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:
I - melhor técnica; ou
II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.
Art. 38. No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente.

[10] 4.5.3 Os licitantes apresentarão a proposta de preços e a proposta técnica, que serão julgadas conforme o previsto neste Edital, sendo atribuída à proposta de preços o peso xxxxx (xxxx) e à proposta técnica o peso xxxx (xxxxx), sendo a nota final a média entre as duas notas, observado o § 2º do art. 36 da Lei Federal nº 14.133/2021. (DEVE SER JUSTIFICADO O PESO ATRIBUÍDO)
(…)
4.7 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Contratação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas que serão julgadas pela subcomissão técnica, sendo que ambas serão compostas por 3 (três) membros distintos cada qual.

[11] 4.3.1 A proposta técnica deve ser entregue respeitado o prazo de 35 (trinta e cinco) dias úteis, contando-os a partir da data de divulgação do edital de licitação.

Destaque-se que a Minuta integra o grupo dos "*editais e instrumentos com objeto definido*", de que trata o art. 8º, inciso I e § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE, com redação alterada pela Resolução nº 29/2021-PGE[12], ficando dispensada a análise jurídica da PGE, conforme § 4º do mencionado artigo
A criação de *link* de acesso, com habilitação para *download*, no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do art. 11 da Resolução nº 41/2016-PGE[13] c/c art. 1º da Portaria PGE nº 33/2018[14].

Encaminhe-se, inicialmente, à Coordenadoria do Consultivo - CCON para conhecimento e, após, ao Gabinete do Sr. Procuradora-Geral do Estado para apreciação, nos termos da Resolução nº 41/2016-PGE.

(assinado e datado digitalmente)
Allyson Martins Coelho
Procurador do Estado do Paraná
Presidente da Comissão Permanente
(**Relator**)

(assinado e datado digitalmente)
Antônio Pedro Pellegrino
Procurador do Estado do Paraná
Membro da Comissão Permanente

(assinado e datado digitalmente)
Juliana Tavares de Lima
Procuradora do Estado do Paraná
Membro da Comissão Permanente
(**Revisora**)

(assinado e datado digitalmente)
Renato Andrade Kersten
Procurador do Estado do Paraná
Membro da Comissão Permanente

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do XXXXXXXX (SETOR) da XXXXXXXX (ÓRGÃO/ENTIDADE ESTADUAL), torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

CONCORRÊNCIA:	**1ª SESSÃO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO**:
XXXX/20XX	Data: data Horário: horário Local: local
TIPO: TÉCNICA E PREÇO MODO DE DISPUTA: FECHADO	Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.

1 OBJETO:
1.1 A presente licitação tem por objeto contratar serviços de assessoria de comunicação institucional, observado o conceito de tal serviço previsto no art. 20-B da Lei Federal nº 12.232/2010, para atender a demanda do(a) XXXXXXXXX (Órgão/Entidade Estadual).
1.2 A licitação será realizada por intermédio da Comissão Especial de Licitação nomeada pela Resolução nº XXX/XXXX – SECOM.
1.3 A licitação, observados os arts. 5º e 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010, utilizará como critério de julgamento o tipo "técnica e preço" para xxxxxx (Órgão/entidade), na qualidade de unidade integrante do Sistema Estadual de Comunicação – SICOM (Decreto Estadual nº 2663/2023).
1.4 A licitação se dará de modo presencial, tendo em vista xxxxxxxxx. (JUSTIFICAR O MOTIVO ATUAL)
1.5 Não serão aceitas propostas parciais, somente as que contemplarem todos os itens solicitados.
1.6 O regime de execução dos serviços será de forma indireta, de acordo com o previsto neste Edital e seus anexos, sob regime de execução xxxxxxxx (JUSTIFICAR O CRITÉRIO ADOTADO, OBSERVADO QUE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO SE APLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO DE UNIDADES DETERMINADAS E EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO E TOTAL).

Nota explicativa 1
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A presente Minuta é exclusiva para Concorrência presencial, fechada, do tipo melhor técnica e preço.
Deve ser justificada, portanto, a escolha do critério melhor técnica e preço (e não a escolha do critério técnica), e, principalmente, a adoção da concorrência presencial, visto que as licitações devem ser realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica, conforme o art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, justificativa esta cuja análise cabe exclusivamente à autoridade competente, por se tratar de questão técnica.
No caso de inexistência de justificativa apta para adoção da licitação presencial, não deverá ser utilizada a presente Minuta Padronizada.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:
O valor total estimado para a execução do objeto deste certame é de R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXX)

[12] Art. 8° As minutas padronizadas são divididas em:
I - editais e instrumentos com objeto definido;
(...)
§ 1° Quanto às minutas de editais de licitações, contratos, convênios e seus congêneres, entende-se como objeto definido aquele que tem o escopo de regular a formação de vínculo jurídico específico e individualizado, e sem objeto definido o enquadramento genérico (compra, serviço, cessão, obra, entre outras).
[13] Art. 11. A implementação do disposto no art. 3º do Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ficará a cargo da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação – CDTI, da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.
[14] Art. 1° Atribuir à Coordenadoria de Estudos Jurídicos - CEJ as atividades de indexação e inserção no sistema Documentador, no site da PGE, na intranet da PGE e no site de legislação da Casa Civil, conforme o caso, dos seguintes atos normativos, expedidos pelo Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado:
I. Resoluções;
II. Resoluções Conjuntas;
III. Portarias;
IV. Enunciados do Procurador-Geral;
V. Autorizações do Procurador-Geral;
VI. Pareceres;
VII. Orientações Administrativas;
VIII. Súmulas Administrativas.
Parágrafo único. As atividades previstas no caput serão exercidas pela CEJ sem prejuízo daquelas previstas no art. 21 do Regulamento da Procuradoria-Geral do Estado - RPGE (Anexo ao Decreto n° 2.137/2015).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Dotação orçamentária: XXXXXXXX
Elemento da despesa: XXXXXXXX
Fonte: XXXXXXX

4 DOS MECANISMOS DE CONDUÇÃO DO CERTAME E CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO
4.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições deste Edital e pelo disposto nos seus anexos.
4.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações, observados os arts. 5º e 20-A da Lei Federal n.º 12.232, de 2010.
4.3 Este edital poderá ser obtido nos seguintes endereços eletrônicos: (Indicar e-mail e, se for o caso, também indicar outra forma de contato) e estará disponível, também, no PNCP.
4.3.1 Os interessados em participar desta licitação se obrigam a acompanhar eventuais alterações e/ou informações sobre esta concorrência.
4.4 Os envelopes contendo as Propostas Técnicas e de Preços, acompanhados da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo deste Edital), serão recebidos no endereço, data e horário indicados para a sessão de abertura.
4.5 O valor total máximo estimado para a contratação é de R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXX), e os licitantes devem obedecer ao critério de julgamento da proposta de preço adotado neste Edital, não ultrapassando o máximo fixado.
4.5.1 Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação, inclusive quanto aos quantitativos unitários, e não serão acolhidas propostas parciais (apenas para todos os serviços em um único conjunto).
4.5.2 Nenhum licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma proposta de preço e de técnica.
4.5.3 Os licitantes apresentarão a proposta de preços e a proposta técnica, que serão julgadas conforme o previsto neste Edital, sendo atribuída à proposta de preços o peso xxxxx (xxxx) e à proposta técnica o peso xxxx (xxxxx), sendo a nota final a média entre as duas notas, observado o § 2º do art. 36 da Lei Federal nº 14.133/2021. (DEVE SER JUSTIFICADO O PESO ATRIBUÍDO)
4.6 O licitante assume todos os custos decorrentes da elaboração de propostas e da apresentação de documentos de habilitação exigidos neste certame, ficando a Contratante isenta de qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente do resultado do procedimento licitatório.
4.7 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Contratação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas que serão julgadas pela subcomissão técnica, sendo que ambas serão compostas por 3 (três) membros distintos cada qual.

***5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**:*
5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico [XXXXXXXXXXX] pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
Maiores informações e pedidos de esclarecimentos pelo e-mail (indicar e-mail e, se for o caso, também indicar outra forma de contato)
5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:
As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas neste Edital.
***5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS**:*
No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site https://www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCORRÊNCIA

1. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS
1.1 As Propostas Técnica, a de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à Comissão Especial de Contratação em invólucros intactos, lacrados, distintos e separados.
1.2 A sessão de recebimento das propostas de preço e técnica será realizada no dia XX/XX/202X, às XX:00 horas, no XXXXXXX, sendo que todos os atos praticados nesta licitação serão relatados no https://pncp.gov.br/ e https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes.
1.3 Nova sessão será agendada para as demais etapas do certame, incluindo o recebimento dos documentos de habilitação.
1.4 As convocações mencionadas neste edital se darão mediante envio de e-mail eletrônico.
1.5 Todas as sessões públicas desta licitação serão registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, e esse material será juntado aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, em atendimento ao artigo 17, §§ 2º e 5º da Lei n. 14.133/2021.

2. DAS PROPOSTAS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO:
2.1 Para efeito de avaliação, o critério de julgamento será do tipo “técnica e preço”.
2.2 Serão desclassificadas as propostas de preços que permanecerem acima dos valores unitários e totais fixados neste Edital.
2.3 Após a primeira sessão pública para o recebimento dos envelopes contendo a proposta técnica e de preço, será marcada nova sessão pública, conforme descrito neste Edital.
2.4 A avaliação das propostas técnicas será feita tópico por tópico (item por item), levando-se em consideração: clareza e objetividade, a consistência, o atendimento ao respectivo desafio de comunicação específico (exercício criativo – Anexo ao Edital) indicado neste edital e todos os elementos desta convocatória, além da confiabilidade e experiência da licitante.
2.5 A pontuação de cada item corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos pela Subcomissão Especial de Contratação, levando-se em consideração o peso atribuído a estas.
2.6 A pontuação final da avaliação a ser considerada para a classificação das concorrentes será efetuada na forma disposta neste edital.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:
3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo deste Edital), será de xxx (xxxx) dias, renovável por igual período, a critério do licitante, diante de solicitação escrita da Comissão Especial de Contratação.
3.2 Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.
3.3 O prazo tratado neste item não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:
4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de XXXX, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.
4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
OU

4.1.1. O contrato terá vigência pelo período de ____ (dias/meses/anos), não sendo prorrogável.

Nota Explicativa 2:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A duração dos contratos regidos pela Lei n.º 14.133, de 2021, será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5 PARTICIPAÇÃO E ME E EPP:
5.1 Poderão participar desta Concorrência todos os interessados do ramo pertinente que preencherem as condições deste Edital e apresentarem os documentos nele exigidos.
5.2 Aos licitantes cadastradas no Cadastro Unificado de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Estado – CAUFPR no site https://www.administracao.pr.gov.br/Compras da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, na correspondente especialidade, poderão informar essa condição na sessão de entrega dos envelopes e expor apenas os documentos relacionados nos subitens correspondentes à Habilitação, que não tenham sido entregues anteriormente para aquele cadastro, ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos.
5.3 Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) XXXX, XXXX e XXXX as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006. As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência. Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.
5.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

Nota explicativa 3:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado
O item 5.3 deverá ser removido, caso não haja lote(s) exclusivo(s) para microempresa e empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.

Quando não for possível a realização de licitação exclusiva para ME e EPP, é preciso justificativa do órgão licitante, demonstrando a subsunção do caso ao disposto no art. 49, da Lei Complementar 123/06.

De todo modo, é preciso realçar que a aplicação do art. 48, da Lei Complementar 123/06, não pode resultar em mitigação de vantajosidade, a ponto de superar os benefícios nacionais trazidos pelo tratamento diferenciado a essas empresas. Exige-se ponderação na decisão administrativa, como é próprio da solução de antinomias (princípio da vantajosidade x tratamento favorecido a ME e EPP).
Ou seja, na fase interna da licitação, a Administração deverá justificar a inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar 123/06, porque não vantajoso, à luz do disposto no art. 120, do Decreto Estadual 10.086/2022.

6 GARANTIA:
Será exigida garantia da execução do Contrato, na forma da Minuta de Contrato (Anexo a este Edital).

Nota explicativa 4
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Este tópico deverá ser removido, caso a Administração opte por não exigir justificadamente a garantia.

7.CONSÓRCIO: Nota explicativa 5
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O juízo acerca da admissão ou não das empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto e deverá estar devidamente justificado no procedimento licitatório, com base em elementos técnicos e econômicos, a partir das variáveis da complexidade do objeto e das circunstâncias do mercado, tais como o risco à restrição da competitividade, as dificuldades de gestão da execução do contrato e a capacidade técnica e econômica dos participantes. A Administração deverá optar por uma das seguintes redações:
"7.1 Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.
7.1.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.
7.1.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:
a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.
7.1.3 Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.
7.1.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.
7.1.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
7.1.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
7.1.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.
7.1.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.
7.1.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.
7.1.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso OU
"7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo."

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

8 DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:
8.1 O contratado deverá apresentar o programa de integridade com o cronograma de implantação do citado programa, no prazo de 6 (seis) meses a contar da celebração do contrato.
8.2 O programa de integridade deverá ser elaborado de acordo com o disposto no art. 531 e seguintes do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, no que couber.
8.3 Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o item 8.1, o contratado estará sujeito a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

Nota Explicativa 6:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Nos casos de contratação de grande vulto, deverão ser inseridos os itens 8.1 a 8.3 em atenção ao disposto no §4º do art. 25 da Lei Federal n.º 14.133 de 2021.
Caso não seja de grande vulto, este item deverá ser excluído e ajustada a numeração sequencial, bem como excluído o Anexo correspondente, inclusive do item seguinte.

9 ANEXOS:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Documentos de habilitação;
Anexo III – Orçamento de Referência;
Anexo IV – Orientação para elaboração de proposta técnica;
Anexo V – Exercício criativo;
Anexo VI – Proposta de Preço: Anexo VI.1 – Modelo de Proposta de Preço, VI.2 Modelo de Planilha de Detalhamento da Proposta e Demonstração Mensal de Custos e Impostos e Anexo VI.3 Planilha de Custos e Formação de Preços;
Anexo VII – Modelo de Procuração;
Anexo VIII – Modelo de Declaração;
Anexo IX – Modelo de Declaração de Conhecimento;
Anexo X – Minuta Padrão – Contrato de Prestação de Serviço;
Anexo XI – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
Anexo XII – Declaração LGPD;
Anexo XIII – Regramento para Elaboração do Programa de Integridade.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONCORRÊNCIA

1 A REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA
1.1 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Contratação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas, que será realizada por Subcomissão Técnica de Licitação.
1.1.1 Ambas as comissões serão nomeadas previamente para tanto, sendo que a Subcomissão Técnica de Licitação deverá ter composição mista com membros da(o) XXXXX, órgão/entidade interessada na licitação e pelo menos 01 (um) designado pela Secretaria de Estado da Comunicação.
1.2 Os integrantes da Subcomissão Técnica de Licitação não poderão participar das sessões de recebimento dos envelopes das Propostas Técnica e de Preços.
1.3 Serão realizadas sessões públicas, de acordo com os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circuncidadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas eletronicamente pelos membros e pelos representantes das licitantes presentes.
1.3.1 As Propostas Técnicas e de Preços deverão ser entregues à Comissão Especial de Contratação nos 02 (dois) invólucros distintos e separados.
1.4 Os invólucros com as Propostas Técnicas e de Preços, serão recebidos na 1ª sessão desta Concorrência, como segue:
- Data: (xxx)
- Horário: (xxx)
- Local: (xxx)
1.4.1 Se não houver expediente nessa data, os invólucros serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.
1.4.2 A abertura dos invólucros e demais procedimentos licitatórios obedecerão ao disposto neste Edital e na legislação.
1.4.3 No local, data e horário indicados nesse item 1.4, ocorrerá a instalação da primeira sessão pública, cuja finalidade é a de receber os ENVELOPES Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA e Nº 2 –PROPOSTA DE PREÇOS.
1.4.4 A Comissão Especial de Contratação exigirá do representante legal do licitante, na abertura da sessão pública, declaração, sob as penas da lei, de que reúne as condições de habilitação exigidas no edital, conforme modelo constante no Anexo deste Edital.
1.5 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preços e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.
1.5.1 Antes do aviso oficial do resultado da proposta técnica, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre as propostas.
1.5.2 Qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão Técnica de Contratação ou a Subcomissão Técnica de Licitação no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.
1.6 A Comissão Técnica de Contratação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

Nota explicativa 7:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O artigo 87, § 3.º da Lei Federal n.º 14.133/2021 estabelece que a Administração poderá realizar licitação restrita a cadastrados no PNCP.
Caso a Administração opte por restringir a licitação aos licitantes cadastrados no PNCP, deverá ser utilizada a seguinte redação:
2.1 Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
2.1.2 Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.
OBS.: Caso a Administração opte por não restringir a licitação aos licitantes cadastrados no PNCP, deverá ser utilizada a seguinte redação:
2.1 Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
2.2.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
2.2.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas, conforme item 2.2.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
2.2.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.2.2;
2.2.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
2.2.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.2.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
2.2.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
2.2.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
2.3 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
2.4 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
2.5 O responsável pela condução da licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS
3.1 A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos neste Edital e terá a seguinte pauta inicial:
a) Identificar os representantes dos licitantes, por meio dos documentos exigidos neste Edital;
b) receber os Invólucros n° 1 e 2; e
c) conferir se esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital.
3.2 A Proposta Técnica e a de Preço, deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:
Envelope nº 1 - PROPOSTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA nº
Razão Social da Licitante
CNPJ
Envelope nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA nº
Razão Social da Licitante
CNPJ

3.2.1 Os licitantes deverão apresentar, fora dos Envelopes, mas juntamente com eles: a) declaração de pleno atendimento aos requisitos da habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo deste edital; b) em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, em conformidade com o modelo Anexo a este Edital.
3.3 A proposta técnica deve conter a descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.
3.4 Na proposta de preços, deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
3.5 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
3.7 Nenhum licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma proposta de preço e de técnica
3.8 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora de início da sessão pública, após a qual não serão aceitas inclusões, alterações ou desistências da(s) proposta(s).
3.9 A Comissão, primeiramente, ordenará as propostas que classificar e as verificará, inclusive quanto à exequibilidade, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
3.10 Se os invólucros dos licitantes desclassificados ou inabilitados não puderem ser devolvidos nas sessões públicas, ficarão à disposição dos interessados por 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento desta concorrência - após transcorrer o prazo para interposição de recurso contra o resultado da licitação ou ter havido a sua desistência ou, ainda, terem sido julgados os recursos interpostos. Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, será providenciada sua destruição.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEUS CONTEÚDOS:
4.1 Os licitantes poderão entregar o ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA TÉCNICA e o ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS e, fora de qualquer invólucro, as declarações complementares no dia da sessão pública.
4.2 O licitante deverá indicar, no envelope externo, abaixo das informações do destinatário, as seguintes informações:
URGENTE
CONCORRÊNCIA nº __/20__
DATA DA SESSÃO: ____/____/20__
HORÁRIO:

4.3 DO ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA TÉCNICA
4.3.1 A proposta técnica deve ser entregue respeitado o prazo de 35 (trinta e cinco) dias úteis, contando-os a partir da data de divulgação do edital de licitação
4.3.2 A proposta técnica deve estar em conformidade com o Anexo deste Edital, contendo o exercício criativo e demais documentos exigidos, em papel timbrado da licitante e digitada em língua portuguesa (salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente), com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e deverá ser datada e assinada por seu representante legal ou procurador, juntando-se cópia do respectivo instrumento de procuração.
4.4 DO ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS
4.4.1 Deverá conter os seguintes documentos, todos assinados pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia do respectivo instrumento de procuração:
4.4.1.1 Proposta de preço, conforme o modelo do Anexo deste Edital, redigida em língua portuguesa (salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente), com páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, contendo os seguintes elementos:
a) Nome, endereço e CNPJ do licitante;
b) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação;
c) Preço total para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

d) Planilha de preços unitários e totais, conforme o modelo do Anexo deste Edital, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e global, grafados em moeda corrente nacional com no máximo duas casas decimais, sendo que os custos unitários propostos não devem superar os valores indicados na Planilha Orçamentária Detalhada (Anexo deste Edital);
e) Declaração, em conformidade com o modelo do Anexo deste Edital, afirmando que a proposta foi elaborada de maneira independente e que o licitante conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento ao §1º do art. 63 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 20213.
4.4.2 Os preços incluem todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado descrito e caracterizado no Termo de Referência.
4.4.3 O prazo de validade da proposta será de xxx (xxx) dias, contados a partir do último dia previsto para o recebimento dos envelopes;
4.4.4 O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
4.4.5 As Microempresas e Empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de desclassificação pela Comissão Julgadora da Licitação.
4.5 ENVELOPE Nº 3 – HABILITAÇÃO
4.5.1 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em sessão específica, que será marcada após as etapas anteriores restarem exauridas.
4.5.2 O Envelope nº 3 deve estar de acordo com o Anexo deste Edital e se constitui em requisito para a habilitação do licitante vencedor.
4.5.3 Os documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno único, todas as suas páginas devem ser numeradas e rubricadas pelo representante legal da licitante e serem apresentados alternativamente: em original ou cópia autenticada por cartório ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão Especial de Licitação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados neste Edital.
5.2.O Critério de julgamento adotado será o de melhor técnica e preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos, sendo na proporção de XXXXXXX, respectivamente, os pesos estabelecidos para estes critérios.
5.3 Será adotado para o envio de lances na Concorrência o modo de disputa “fechado”, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.
5.4 A sessão de abertura do certame será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Comissão Julgadora da Licitação, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.
5.5 A entrega dos envelopes à Comissão Julgadora da Licitação implica a aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.
5.6 Após o recebimento dos envelopes, a sessão será encerrada, nova sessão pública será marcada para a comunicação dos resultados das propostas técnicas e para a abertura dos envelopes das propostas de preços e demais atos, conforme previsto neste Edital.

6 CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES
6.1 Para participar deste certame, o representante legal ou procurador da licitante apresentará à Comissão Especial de Licitação o documento que o credencia, juntamente com seu documento oficial de identificação com foto, no ato programado para a entrega dos invólucros com as Propostas Técnicas e de Preços.
6.2 Serão considerados documentos oficiais de identificação: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, Carteira Profissional, Carteira de Identificação Funcional, Registro Nacional de Estrangeiro e Passaporte.
6.3 Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório, apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão Especial de Licitação ateste sua autenticidade, ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
6.4 Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo deste Edital. Neste caso, o preposto também deverá entregar à Comissão Especial de Licitação, cópia autenticada em Cartório do ato que estabelece a prova de poderes para constituição de mandatários.
6.5 Os documentos previstos nos dois itens anteriores, bem como a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo deste Edital), deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação no momento de abertura da sessão pública, apartados dos arquivos das Propostas.
6.6 A documentação apresentada na primeira sessão de recepção das Propostas Técnicas e de Preços credencia o representante a participar das demais sessões.
6.7 É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa credenciada.
6.8 Na hipótese de substituição do representante credenciado no decorrer do processo licitatório, deverá ser realizado novo credenciamento.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos neste Edital e terá a seguinte pauta inicial: a) Identificar os representantes das licitantes; b) receber os envelopes n° 1 e n° 2, bem como conferir se esses envelopes estão em conformidade com as disposições deste Edital; c) colocar à disposição dos representantes dos licitantes para examinar e rubricar os documentos que constituem o envelope n° 1; e d) informar que os licitantes serão convocadas para a próxima sessão por meio eletrônico.
7.1 As propostas técnicas apresentadas pelos licitantes serão analisadas pela Subcomissão Técnica, a qual verificará o atendimento das condições previstas neste Edital e em seus anexos. Esta Subcomissão realizará avaliação e estabelecerá a classificação, de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, procedendo à totalização dos pontos obtidos pelas licitantes na avaliação referida no Anexo deste Edital, e assim procederá:
7.1.1 A Subcomissão Técnica de Contratação determinará o Índice de Pontuação das Propostas Técnicas (IPPT), resultante da aplicação da seguinte fórmula:
IPPT = (TP/MTP) X XXX (PESO)
Sendo:
IPPT = índice de pontuação da Proposta Técnica da licitante.
TP= total de pontos obtidos pela licitante na avaliação referida no Anexo III.
MTP = maior total de pontos verificado entre as licitantes na avaliação referida no Anexo III.
7.1.1.1.) Será desclassificada a Proposta Técnica que:
i) não atender às exigências deste edital e de seus anexos;
ii) não alcançar, no total, a nota mínima de XXX (XXXX) pontos;

iii) obtiver pontuação zero em quaisquer dos quesitos sobre a proposta para o tema do exercício criativo e avaliação de experiência/capacidade dos recursos humanos, referidos nos itens 4.5 e 4.6 do Anexo III;
(iv) ser formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;
(v) apresentar valor global superior àquele orçado pela Unidade Contratante na Planilha Orçamentária Detalhada, que integra este Edital;
(vi) lançar preços unitário ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
(vii) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
7.1.2 Nas hipóteses dos subitens (vi) e (vii) do item 7.1.1.1, será facultado ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Comissão Julgadora da Licitação, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.
7.1.3 Em caso de empate, a decisão será efetuada na forma do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
7.2 A segunda sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos em Edital a ser fixado no site da licitação e será realizada após a Comissão de Contratação receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas, respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica: a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença; b) comunicar os resultados das notas técnicas; c) abrir os envelopes n° 2; d) elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas; e) proclamar o resultado do julgamento das propostas técnica e de preços.
7.2.1 A critério da Comissão de Contratação, se houver grande volume de licitantes e documentos, poderá a sessão se encerrar após a abertura dos envelopes nº 2º, ficando a divulgação do descrito nas alíneas “d” e “e” acima para nova sessão a ser designada.
7.2.2 Em caso de discrepância entre valores, a Comissão Julgadora da Licitação tomará como corretos os valores unitários informados pelo licitante na planilha de preços unitários e totais.
7.2.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão Julgadora da Licitação, desde que não haja majoração do preço proposto.
7.2.4 A Comissão de Contratação, a qualquer momento, poderá solicitar aos licitantes a composição de preços unitários dos serviços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.
7.2.5 Não serão consideradas para fins de julgamento da Proposta de Preços ofertas de:
i) vantagem não prevista neste instrumento convocatório e nem preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;
ii) prazo ou condições diferentes dos fixados nesta licitação.
7.2.6 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.3 Após, proceder-se-á à atribuição das notas, considerando as Propostas de Preços válidas nos termos do estabelecido neste edital, e mediante a aplicação da seguinte fórmula:
NPP = (MP/P) X XXX (PESO)
Sendo:
NPP = Nota da Proposta de Preços
MP = menor valor total proposto no certame, consideradas as propostas válidas, nos termos do estabelecido neste edital.
P = valor total proposto pela licitante.

7.4 Para a definição da Nota Final, a Comissão Técnica de Contratação, considerando a pontuação atribuída às Propostas Técnicas e às de Preços, utilizará a seguinte fórmula:
NF = IPPT + NPP
Na qual:
NF = Nota Final
IPPT = Índice de Pontuação da Proposta Técnica do licitante.
NPP = nota da Proposta de Preços
7.4.1 Os valores numéricos referidos serão calculados com quatro casas decimais, desprezando- se a fração remanescente (sendo 2 casas antes e 2 depois da vírgula: xx,yy).
7.4.2 As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos valores da Nota Final, a partir da maior, proposta esta que será considerada a primeira classificada.
7.5 Após a seleção das melhores propostas, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial, inclusive em relação à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A Comissão identificará estes licitantes e apresentará, simultaneamente, em tela para expor aos presentes à sessão, em coluna própria de tabela, procedendo-se à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
7.6 No caso de ocorrer empate ficto, será assegurado direito de preferência aos licitantes que sejam microempresas, empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, e sejam detentoras de propostas com NF igual ou até 10% (dez por cento) inferior à NF da proposta mais bem classificada de que trata o item 7.5.
7.6.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do item 7.5 a detentora de proposta com maior Nota Final será convocada pela Comissão Julgadora da licitação para exercer o direito de apresentar preço inferior ao da mais bem classificada, de forma que alcance Nota Final superior à da mais bem classificada.
7.6.2 Caso haja empate entre as microempresas, empresas de pequeno porte nas condições do item 7.5, a Comissão Julgadora da Licitação realizará sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar a nova oferta, nos termos do item 7.6.1.
7.6.3 Não havendo o exercício do direito de desempate por parte do licitante que preencha as condições do item 7.6, serão convocados os demais licitantes que atendam às condições do item 7.6 na respectiva ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.
7.6.4 O exercício do direito de preferência de que trata o item 7.6 ocorrerá na mesma sessão pública de julgamento das propostas, no prazo de 10 (dez) minutos contados da convocação, sob pena de preclusão, ou a critério da Comissão Julgadora da Licitação, em nova sessão a ser realizada em dia e horário comunicados aos licitantes pelo site da licitação. O não comparecimento implicará a preclusão do direito de preferência que poderia ser exercido pelo licitante ausente.
7.6.5 Não haverá direito de preferência quando a proposta mais bem classificada, segundo a lista de classificação do item 7.6.1, houver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.
7.6.6 Havendo o exercício do direito de preferência a que alude o item 7.6, será elaborada nova lista de classificação nos moldes do item 7.4.2.
7.6.7 No caso de novos preços, estes serão apresentados em nova planilha, nos moldes do Anexo deste edital, a ser entregue diretamente no endereço da xxxxxxxxxx, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o da sessão;
7.6.8 Na hipótese de não cumprimento da obrigação estabelecida nos subitens 7.6.4 e 7.6.7, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pela CONTRATANTE, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços das horas atividades/unitários ofertados na referida proposta.
7.6.9 Caso o documento referido no item 7.6.7 não esteja de acordo com as regras editalícias, decairá o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n° 14.133/2021,
7.6.10 Não sendo aplicável o direito de preferência, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a lista de classificação do item 7.4.2.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

7.6.11 Sempre que uma proposta não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de a Comissão de Contratação passar à empresa subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos do item 7.6, se for o caso.
7.6.12 Durante a análise das propostas, a Comissão Técnica de Contratação poderá convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos adicionais. As licitantes deverão atender aos comunicados até o próximo dia útil ao do recebimento destes avisos. Todas as interações e esclarecimentos deverão ser efetuados por escrito e protocolados via sistema e-protocolo pelos interessados.
7.6.13 Não se admitirá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação.
7.7 Quanto aos documentos de habilitação, deverão estar acondicionados no invólucro n°3, que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Envelope nº 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA nº
Razão Social da Licitante
CNPJ
7.7.1 O envelope nº 3 será providenciado pela licitante mais bem classificada e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata o Anexo deste Edital.
7.7.2 A Comissão Especial de Licitação convocará ao final da 2ª ou 3ª sessão pública (no caso previsto no subitem 7.2.1 acima), com a seguinte pauta básica: a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença; b) receber e abrir o Invólucro n° 3, da licitante convocada com a maior nota final para apresentar os documentos de habilitação, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada; c) analisar a conformidade dos documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor; d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes do Invólucro n° 3; e) informar o licitante melhor classificado.
7.7.3 Admitir-se-á o saneamento de falhas relativas aos documentos de habilitação, a critério da Comissão de Contratação, se esse saneamento for mera formalidade e no prazo máximo de xxx (xxx) dias úteis, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.
7.7.4 As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo que de acordo com o art. 43, §1°, da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
7.7.5 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.
7.7.6 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação.
7.7.7 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
7.7.8 Será considerada apta a licitante que, atendendo a todas as condições da habilitação, apresentar a maior Nota Final (NF) obtida.

8. OS RECURSOS
8.1 Qualquer licitante poderá manifestar, de forma imediata e motivada, a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de xxx (xxx) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação
8.1.1 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de xxx (xxx) dias úteis, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.
8.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.
8.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pela Comissão.
8.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site https://www.e-protocolo.pr.gov.br.
8.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
9.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
9.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO
10.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de XXX (xxxx) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
10.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
10.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
10.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.
10.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.
10.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
10.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
10.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
10.6 No ato da assinatura, a contratado fica obrigada a apresentar a comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.
10.7 Os serviços licitados serão liberados para execução mediante Ordem de Serviço, subordinando-se às condições estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes, devendo a referida Ordem de Serviço ser assinada pelo representante legal do Contratado.
10.8 O Contratado deverá comprovar o vínculo jurídico de toda a equipe técnica por meio da apresentação de documentos (ou fotocópias autenticadas na forma da Lei), conforme Anexo deste Edital.

10.9 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida neste Edital e seus Anexos.
10.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.11 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

Nota explicativa 8:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Caberá ao órgão/entidade licitante definir se haverá a exigência de garantia e o prazo a que se refere o item 11.1, inclusive atentando-se para o caso de se exigir garantia (considerando que no caso do seguro-garantia demanda-se a observância do prazo mínimo de 1 mês entre a homologação e a assinatura do contrato e quem opta pela forma de garantia é o contratado).
Este tópico deverá ser removido, caso a Administração opte por não exigir justificadamente a garantia.

11 GARANTIA
11.1 Será exigida da licitante vencedora prestação de garantia, no prazo de xx (xxx) dias, em favor do xxxx (Órgão/Entidade), correspondente a x% (xxxx) sobre o valor máximo do contrato, assim entendido o valor máximo desta licitação, que corresponde a R$ xxx (xxxx), em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal n. 14.133/2021, à escolha das licitantes vencedoras, nas seguintes modalidades:
11.1.1 caução em dinheiro;
11.1.2 seguro-garantia;
11.1.3 fiança bancária.

Nota explicativa 9:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Será exigida das licitantes vencedoras a prestação de garantia, em prazo a ser definido. Tal prazo não poderá ser inferior a 1 mês (art. 96, §3º, Lei 14.133/2021).
A garantia será prestada em favor do órgão e corresponderá a valor que não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme prevê o art. 98 da Lei Federal nº. 14.133/2021. O percentual poderá ser majorado para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos) sobre o valor máximo do contrato, assim entendido o valor máximo desta licitação.

11.2 Se a licitante optar pela caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito em conta corrente aberta pela contratante no Banco (indicar).
11.3 Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia:
11.3.1. seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias;
11.3.2 a apólice deverá indicar a (nome do órgão) como beneficiária;
11.3.3. não será aceita apólice que contenha cláusula contrária aos interesses da (nome do órgão).
11.4 A fiança bancária será formalizada por meio de carta de fiança emitida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante.
11.5 A carta de fiança deverá ter:
11.5.1. prazo de validade correspondente ao período de vigência de contrato acrescido de 90 (noventa) dias;
11.5.2. expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à (nome do órgão) independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
11.5.3. renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
11.5.4. cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste Edital.
11.6 Se a opção for pelo título da dívida pública, este deverá:
11.6.1. ter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos na legislação específica,
11.6.2. ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, podendo a **(nome do órgão**) recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.
12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.
12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.
12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
13.3 É facultada à Comissão a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.
13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente no modo exposto nas Condições Gerais da Concorrência. A Comissão, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
13.8 A Comissão poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, XX de XXXXXX de 20XX.

XXXXXXXXXXX
SERVIDOR(A) ÓRGÃO/ENTIDADE / SETOR

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO

1.1 A presente concorrência tem por objeto a contratação, por meio de licitação pública do tipo “técnica e preço”, de serviços de assessoria de comunicação institucional para atender as demandas do(a) XXXXXXXXX (Órgão/Entidade Estadual), conforme detalhamento das atividades adiante discriminadas:
EXPLICAR E JUSTIFICAR DETALHADAMENTE O SERVIÇO A SER PRESTADO, INCLUINDO O QUADRO DE HORAS-ATIVIDADES ESTIMADAS PARA CADA UM DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO DA LICITAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, OBSERVADO O FIXADO PELA SECOM SOBRE O ASSUNTO, SEM SE OLVIDAR QUE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL É AQUELE PREVISTO NO ART. 20-B DA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010,.
1.1.1 A presente contratação adotará como regime de execução a modalidade indireta por xxxxxxxx (JUSTIFICAR O CRITÉRIO ADOTADO, OBSERVADO QUE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO SE APLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO DE UNIDADES DETERMINADAS E EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO E TOTAL),
1.2 Os serviços objeto da contratação serão prestados na forma do estabelecido no objeto da licitação, as quais deverão ser prontamente atendidas, devendo a Contratada garantir os meios para a comunicação adequada entre seus prepostos e a CONTRATANTE, representada pelo seu gestor, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis, tais como telefones fixos, celulares, vias eletrônicas como internet e demais similares.
1.3 Para garantir a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços, a CONTRATADA disponibilizará equipe técnica responsável para eventual atendimento tanto na sede da CONTRATADA, como da CONTRATANTE, quando necessário.
1.4 Os serviços serão executados de forma contínua, por se tratar de atividades de apoio imprescindíveis para a adequada consecução dos objetivos institucionais da CONTRATANTE.
1.5 Para a execução dos serviços, a licitante deve considerar a estimativa projetada para eventuais deslocamentos indicada abaixo:
XXXXX
1.6 Para a execução dos serviços, a licitante deve considerar a estimativa mínima de assinaturas de periódicos indicada abaixo, podendo ocorrer alterações ou substituições de veículos sempre que necessário:
XXXXX
1.7 Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, por intermédio da equipe técnica relacionada na proposta, profissionais estes que obrigatoriamente deverão cumprir as exigências constantes deste Termo de Referência, com dados fornecidos em currículo resumido, cujas informações poderão ser objeto de diligências para comprovação e/ou complementação de dados ali indicados.
1.8 A CONTRATADA deverá ainda cumprir rigorosamente todas as programações e atividades do objeto do Contrato e, mais especificamente, deverá, ainda:
XXXXXX DETALHAR CONFORME ITEM 1.1 DESTE TERMO

1.9 O prazo de vigência do contrato é de XXXXXXXX (dias/meses, anos), podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.
OU
1.9. O contrato terá vigência pelo período de XXXXXXXX (dias/meses/anos), não sendo prorrogável.

Nota explicativa 10:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A duração dos contratos regidos pela Lei n.º 14.133/2021 será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Nota explicativa 11:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A justificativa há de ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração.
O tópico deverá compreender, no mínimo: i) a justificativa da necessidade da prestação do serviço; ii) a razão do quantitativo demandado; iii) a motivação para as especificações técnicas exigidas; iv) manifestação do setor técnico competente, justificando as especificações técnicas especializadas.

A justificativa, em regra, deve ser apresentada pelo setor requisitante. Quando o serviço possuir características técnicas especializadas, deve o órgão requisitante solicitar à unidade técnica competente a definição das especificações do objeto, e, se for o caso, do quantitativo a ser adquirido.

Caso haja a necessidade de modificação da justificativa em relação à originalmente feita nos estudos técnicos preliminares, recomenda-se que se faça menção ao fato com as razões que levaram a alteração.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:
3.1 [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX]

Nota explicativa 12:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Conforme o contido no art. 341 do Decreto n.º 10.086, de 2022:
Art. 341. A descrição da solução como um todo deverá considerar o ciclo de vida do objeto, na sua totalidade, inclusive a especificação da garantia, quando couber, e as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

Em caso de necessidade de modificação da descrição em relação à originalmente feita nos estudos técnicos preliminares, recomenda-se ajustar a redação do item 3. Anote-se que o objeto deve ser descrito de forma detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contração, cuidando-se para que não sejam admitidas, previstas ou incluídas condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto do contrato.

4 PESQUISA DE PREÇOS

Nota explicativa 13:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Deverão ser indicados e justificados os parâmetros utilizados para a formação do(s) preço(s) máximo(s) dentre os previstos no art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022. Ademais, deve-se atentar para a necessidade de justificar a utilização ou não das fontes de pesquisa para fixação dos preços estimativos, conforme parágrafo primeiro do referido artigo.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

Nota explicativa 14:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O objeto deverá ser dividido em tantas parcelas/lotes quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Quando o mesmo lote reunir diversos itens, deverá haver justificativa nos autos que demonstre as razões técnicas e econômicas para a não adoção do parcelamento.
Destaque-se o teor da Súmula 247 do TCU: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

2. ADOÇÃO DE MODELAGEM DE LICITAÇÃO POR LOTE GLOBAL E NÃO POR ITEM.
A licitação deve propiciar à Administração Pública a contratação mais vantajosa, de forma que o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 determina a divisão do objeto em tantas parcelas quanto técnica e economicamente viável, o que amplia a competição, conquanto, de toda sorte, que essa escolha possa resultar maior economicidade (no mesmo sentido, vide orientação do TCU, Súmula 247)
Daí porque é necessário que conste no procedimento interno justificativa pela indivisibilidade do objeto licitado, ou seja, que se apresente as razões para a adoção por lote global, devendo ser consideradas as circunstâncias constantes no art. 47, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6 SUSTENTABILIDADE

Nota explicativa 15:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O campo deverá indicar as práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, conforme o art. 363 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
Atenção! A Administração deve avaliar a necessidade de incluir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, conforme artigo 19, inc. XIV, do Decreto nº 10.086/2022.
Caso verificada a necessidade de execução de logística reversa, a obrigação deve ser incluída na minuta do contrato.
Obs.: Ao preencher este tópico do Termo de Referência, não utilizar a expressão "no que couber", uma vez que a definição deverá ser prévia.
Caso não sejam necessárias exigências de sustentabilidade, deve o órgão/entidade demandante elencar os motivos para não tratamento desse requisito.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Nota explicativa 16:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
O afastamento das regras acima mencionadas deverá ser fundamentado em justificativa que comprove uma ou mais das seguintes situações, elencadas nos incisos II e III do art. 49 da citada Lei:
I – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
Obs. Deve-se atentar para o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º, da Lei 14.133/2021, que trazem regras de resguardo da Administração Pública ao estabelecer uma presunção de ausência de capacidade financeira das EPP e ME nas contratações públicas.
Outrossim, a Administração deverá justificar a inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar 123/06, porque não vantajoso, à luz do disposto no art. 120, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

8 SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO
8.1 Trata-se de serviço técnico especializado de assessoria de comunicação institucional.
8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se no conceito do art. 20-B da Lei Federal nº 12.232/2010 e nos pressupostos do Decreto n° 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.
8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
9.1 São obrigações do Contratado:
9.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
9.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
9.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
9.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
9.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
9.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
9.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
9.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
9.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
9.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
9.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
9.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
9.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
9.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
9.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
9.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
9.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
9.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
9.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
9.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
9.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal n° 14.133, de 2021;
9.1.19 ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;
9.1.20 garantir ao contratante:
9.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
9.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.
9.1.21 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 63 da Lei 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Nota explicativa 17:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, dentre as demais previstas nos incisos I a XXI do art. do art. 349 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, em função da peculiaridade do objeto a ser contratado.

As obrigações contidas nos subitens 9.1.18 a 9.1.20 devem ser retiradas caso não sejam pertinentes com o objeto específico a ser contratado.

Nota explicativa 18:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deve avaliar a necessidade de incluir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, conforme artigo 19, inc. XIV, do Decreto nº 10.086/2022.
Caso verificada a necessidade de execução de logística reversa, deve ser incluído item nas obrigações do contratado.

9.2 São obrigações do Contratante:
9.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
9.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
9.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
9.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

Nota explicativa 19:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, pertinentes ao objeto, observado que as obrigações das Partes ora previstas devem ser as mesmas da cláusula 10 da Minuta de Contrato.

10. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Nota explicativa 20:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia, bem como justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.
Não exigindo garantia, deverá ser utilizada a seguinte redação:
10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
10.1.1…

OU

Exigindo, deve utilizar os subitens abaixo.

10.1 O adjudicatário, no prazo de ..... (.....) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a ..... (.....) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
10.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
10.2 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.
10.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.
10.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
10.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
11.3.2 seguro-garantia;
11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
10.3.3.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.
10.3.3.2. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
10.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
10.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
10.5.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

10.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [XXXXXXX] (XXXX) dias úteis, contados da data em que for notificada.
10.7 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
10.8 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

OBS. O prazo de 1 (um) mês é o mínimo a ser assegurado ao futuro contratado quando optar pelo seguro-garantia (art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/2021). Dessa forma, o prazo poderá ser maior que 1 (um) mês.

Nota explicativa 21:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

No caso de prestação contínua de serviços, a administração poderá inserir cláusula com a permissão de substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto. Tal previsão visa atender ao disposto no § único do Art. 97 da Lei 14.133/2021:

Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:
I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
Parágrafo único. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.

O item deverá ser inserido conforme redação a seguir:

10.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

11 FORMA DE PAGAMENTO
11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.
11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.
11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais da Concorrência.
11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.
11.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

Nota explicativa 22:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Poderão ser incluídas outras especificações referentes ao pagamento, conforme exigir o objeto da licitação, observado que devem ser as mesmas previstas na cláusula 9 da Minuta de Contrato.

12 DO REAJUSTAMENTO

Nota explicativa 23:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O § 7.º do artigo 25 da Lei 14.133/2021 estabelece que independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
Assim, por expressa previsão legal, recomenda-se a previsão de critério de reajuste de preços, inclusive em contratos com prazo de vigência inicial inferior a doze meses, como forma de contingência para o caso de, excepcionalmente, decorrer, ao longo da vigência do instrumento, o interregno de um ano contado da data do orçamento estimado na respectiva licitação.
Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara (Relator Min. Augusto Nardes, Data da sessão: 07/08/2018), ratificou o entendimento da Corte acerca do assunto, invocando, para tanto, o Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário, no qual restou assim assentado:
"66. Entretanto, o estabelecimento dos critérios de reajuste dos preços, tanto no edital quanto no instrumento contratual, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/93. Assim, a sua ausência constitui irregularidade, tendo, inclusive, este Tribunal se manifestado acerca da matéria, por meio do Acórdão 2804/2010-Plenário, no qual julgou ilegal a ausência de cláusula neste sentido, por violar os dispositivos legais acima reproduzidos. Até em contratos com prazo de duração inferior a doze meses, o TCU determina que conste no edital e no contrato cláusula que estabeleça o critério de reajustamento de preço (Acórdão 73/2010-Plenário, Acórdão 597/2008-Plenário e Acórdão 2715/2008-Plenário, entre outros)". (Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário, Relatora: Min. Ana Arraes, Data da sessão: 24/08/2016)

12.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do [INSERIR O ÍNDICE CUJA ADOÇÃO DEVE ESTAR JUSTIFICADA NO PROCESSO].
12.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses, sendo a data-base do reajuste vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, xx/xx/xxxx (inserir a data do orçamento estimado).
12.3 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.
12.4 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
12.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
12.6 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
12.7 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

Nota explicativa 24:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos serviços a serem prestados, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário. A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual.

13 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo do Edital).

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA
14.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
14.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
14.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
14.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.
14.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

15 CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O serviço terá início em XX [INSERIR O NÚMERO DE DIAS] a contar de XXXXXX.
15.2 Os serviços devem ser recebidos, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de XX (XXXX) dias.
15.2.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.
15.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
15.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de XX (XXXX) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
15.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
15.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Nota explicativa 25:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Os prazos previstos neste item deverão ser dimensionados considerando as especificidades da contratação, a periodicidade do faturamento, pela empresa, bem como as condições do CONTRATANTE de realizar os atos necessários para os recebimentos provisório e definitivo dos serviços.
Os prazos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo dos serviços contratados deverão ser igualmente definidos no termo de referência e no contrato, sendo que o início do prazo de recebimento definitivo contar-se-á do término do prazo de recebimento provisório, conforme o previsto no art. 358 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Nota explicativa 26:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Decreto n.º 10.086/2022
Art. 358. O objeto contratado será recebido:
I – em se tratando de prestação de serviços:
a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Caberá ao gestor definir, em função da complexidade e/ou do vulto do objeto, se o recebimento definitivo será feito por servidor ou comissão designada.

Nota explicativa 27:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O modelo de execução do objeto deve seguir o disposto no inciso V, § 1º do art. 19 e no art. 349, ambos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

16 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO
16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:
16.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
16.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
16.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Nota explicativa 28:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A execução dos contratos deve ser acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a mensuração de resultados e adequação do objeto prestado. Estes instrumentos de controle, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente, foram idealizados, inicialmente, para contratos de prestação de serviços como mecanismo de monitoramento e mensuração da qualidade e pontualidade na prestação dos serviços e, consequentemente, como forma de adequar os valores devidos como pagamento aos índices de qualidade verificados. Contudo, para correta aplicação da regra insculpida acima, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexequível, absolutamente destituída de efeitos. Consequentemente, para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.
No Decreto Estadual n.º 10.086/2022, o IMR é tratado de forma detalhada nos artigos 417 a 419.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
16.2.1 …
16.2.2 ...

17.SUBCONTRATAÇÃO

Nota explicativa 29:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Dispõe a Lei Federal n.º 14.133, de 2021, em seu art. 122, que o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. A subcontratação, desde que prevista no instrumento convocatório, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.
À Administração contratante cabe, exercitando a previsão do edital, autorizar a subcontratação mediante ato motivado, comprovando que atende às recomendações do Termo de Referência e convém à consecução das finalidades do contrato. Caso admitida, cabe ao Termo de Referência estabelecer com detalhamento seus limites e condições.
O setor competente deve, previamente, definir se será ou não admitida a subcontratação parcial do objeto em função de suas peculiaridades.
A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações contidas no estudo técnico preliminar, em cada caso concreto. Caso admitida, o edital deve estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.
É importante verificar que são vedadas (i) a subcontratação integral (ii) a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas; (iii) a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório; (iv) a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que tenham participado da licitação; (iv) a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratada; (v) a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
Quando a qualificação técnica da empresa for fator preponderante para sua contratação, e a subcontratação for admitida, é imprescindível que se exija o cumprimento dos mesmos requisitos por parte do subcontratado.
Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
Ou
17.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:

17.1.1 é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;
17.1.2 é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;
17.1.3 .....

17.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
17.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
17.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. VISTORIA
18.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da 1ª sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao XXXX, pelo telefone XXXXXXXX.
18.2 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
18.3 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

Nota explicativa 30:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
De acordo com o art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a vistoria passou a ser um direito do licitante, e não uma obrigação imposta pela Administração.
O item alusivo à vistoria é necessário quando a prestação dos serviços envolver atividades a serem realizados em local específico, cujas condições influenciem a execução contratual. Desse modo, nem toda contratação demandará a previsão de vistoria, devendo-se avaliar o caso concreto segundo as peculiaridades do objeto.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);.

Nota explicativa 31:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Anote-se que o termo de referência deve deixar clara a adequação orçamentária.

1. Deve-se atentar para o disposto nos artigos, 33, 34 e 55 da Decreto n.º 10.086/2022.

Art. 33. O empenho da despesa não excederá o valor das obrigações administrativas a serem cumpridas no exercício financeiro em curso.
Art. 34. Quando a obrigação administrativa onerosa for viabilizada por execução descentralizada de crédito orçamentário, o respectivo termo deverá constar do processo de contratação e seu código será expressamente referenciado nos documentos de adequação orçamentária da despesa firmados pelo ordenador de despesa e pelos servidores da unidade administrativa competente, sem prejuízo de sua indicação no instrumento contratual ou congênere.
Art. 55. Na fase interna, a Administração elaborará os atos e expedirá os documentos necessários para a caracterização do objeto a ser licitado e definição dos parâmetros do certame, tais como:
(...)
V - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de licitação para registro de preços;
VI - declaração de compatibilidade com o plano plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro e o impacto orçamentário a que se refere a inciso II, do art. 16 da lei de responsabilidade fiscal;

2. Ainda, deve-se observar o contido no art. 10 do Decreto n.º 3.169, de 2019, ou outro que venha a substituí-lo.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.
Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Nota explicativa 32:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, XX de XXXXXXXXXX de 202X

(Nome do servidor)
(cargo)
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação deverá entregar, no prazo máximo de [xxxxxxxxxx] dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

Nota explicativa 33:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento, conforme o disposto no § 3.º do art. 87 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Nesse caso, o item 1.1 deverá conter a seguinte redação:
1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.
OU (para o caso de licitação não restrita a fornecedores cadastrados)
1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal https://pncp.gov.br/, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

Nota explicativa 34:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

A documentação de habilitação referida no Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:
a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

OBS. 1: No caso do item c, deverá ser anexada aos autos a motivação visando demonstrar a adequação para a dispensa total ou parcial de documentos de habilitação, considerando que tal opção poderá impactar na aferição da aptidão dos futuros licitantes.

1.2 Documentos de habilitação jurídica: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante.

Nota explicativa 35:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O subitem 1.2.1 deverá ser inserido no caso de necessidade de comprovação da autorização para funcionamento.
A Administração deverá verificar a necessidade de exigir a autorização de funcionamento e justificar a exigência de acordo com a legislação pertinente.

1.2.1 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo [XXXXXXXXXXXX] órgão competente nos termos da [XXXXX].

1.3 Documentos de habilitação fiscal, social E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná paro licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:
1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----------;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = ----------;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = ----------; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a XXXX no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a XXXX no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a XXXX no índice de Liquidez Corrente (LC).

Nota explicativa 36:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Compete à Administração Pública definir os índices escolhidos, justificando de forma expressa no protocolado, por meio de estudos técnicos, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação da situação financeira da licitante, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. Nos termos da Súmula n.º 289 do TCU: "A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade."

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

Nota explicativa 37:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

a) Na execução de serviços, para fins de qualificação econômico-financeira, poderá a Administração, de forma justificada, exigir dos licitantes, ainda, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, de forma não cumulativa. Nessa hipótese, deverá incluir o item abaixo:

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de XX% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

A Administração deverá juntar aos autos justificativas para o percentual fixado de capital ou de patrimônio líquido mínimo, limitado a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (§ 4.º do art. 69 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021), assegurando-se de que não restrinja o caráter competitivo do certame.

b) A Administração, considerando as peculiaridades do objeto, poderá exigir a relação dos compromissos assumidos pelos licitantes. Nesse caso, deverá incluir o item a seguir:

1.4.1.8 As empresas deverão apresentar a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
1.5.1 declaração(ões), expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) serviços compatíveis com os do objeto desta Concorrência;

Nota explicativa 38:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor técnico deverá justificar a exigência dos documentos de qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de Atestado de capacidade técnica.
Observe que as exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender ao disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.
Para fins de qualificação técnica, a Administração deverá ficar, a princípio, restrita ao que estabelece o art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, salvo no que tange requisitos previstos em lei especial, os quais podem ser exigidos nesse contexto caso se relacionem à aferição da aptidão do licitante, nos termos do inc. IV daquele dispositivo.
Conforme o previsto no § 3.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, salvo nas contratações de obras e serviços de engenharia, as exigências previstas nos incisos I e II do caput do artigo 67, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas no edital, e justificadas no estudo técnico preliminar.

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO;

1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS.

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (ANEXO deste Edital), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1°, da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.
1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

Quadro de horas-atividades para cada um dos itens que compõem o objeto desta licitação, cujas quantidades devem ser obrigatoriamente observadas

Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:	**Número de horas atividade estimadas/mês**	**Preço por hora**	**Valor Total mensal por atividade**
XXXXXXXXXXX	XXX h (a+ a1) XXX h	R$ XX,00	(a) R$ XX,XX
XXXXXXX	XXX h		
XXXXXXXXX	(b1+b2) XXX h	R$ XX,XX	(b) R$ XX,XX
XXXXXXXXXX	XXX h		
XXXXXXXX	XXX h		

C) XXXXX	(c1+c2) h	R$ XX,XX	(c) R$ XX,XX
XXXXXX	XXX h		
XXXXX	XXX h		
XXXXXX	(d1+d2+d3+d4) XXXX h		
XXXXXX	XXX h		
XXXX	XXX h	R$ XX,XX	(d) R$ XX,XX
XXXXX	XXX h		
XXXXX	XXX h		
Total do número de horas atividades estimadas por mês para atendimento (a+b+c+d).	(a+b+c+d) XXX h		
Valor Total (12 meses)	XXX h	R$ XX,XX	(a+b+c+d) R$ XXXX

ANEXO IV

ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1 DAS REGRAS GERAIS

1.1 A Proposta Técnica deverá basear-se nas especificações, condições e prazos estabelecidos nesta Concorrência, sendo constituída pelo conjunto de itens a seguir descritos e deverá ser apresentada pelos licitantes em arquivos distintos, e serão submetidos à avaliação da Comissão Técnica de Contratação, que verificará o cumprimento das exigências constantes do edital, bem como a metodologia de trabalho a ser desenvolvida, de acordo com os critérios definidos no presente anexo.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.2 A proposta técnica deverá ser produzida de acordo com a formatação exigida constante nas regras gerais de apresentação da ABNT NBR nº. 14724:2005, quais sejam:
regras do edital - número máximo de laudas indicado para cada item do presente anexo, sempre em fonte Times New Roman, tamanho 12 e com entrelinhas de 1,5;
regras da ABNT – folha tamanho A4, margem esquerda e superior de 03 cm; direita e inferior de 02 cm.
1.3 Na elaboração da Proposta Técnica, a licitante deverá levar em consideração:
1.3.1 a necessidade do xxx (órgão/entidade) de trabalhar a partir de um planejamento de comunicação com os veículos de comunicação, notadamente em sua área de atuação, envolvendo as várias atividades desenvolvidas pela Secretaria, sempre em consonância com as diretrizes do SICOM – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.
1.3.2 a execução da prestação de serviços em curtíssimo prazo e o atendimento concomitante de outras necessidades de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional.

2 DA APRESENTAÇÃO

2.1 A Proposta Técnica deverá ser encadernada (papel tamanho A4), conforme norma da ABNT e não serão aceitas as enviadas em vídeo, DVD ou qualquer outro composto multimídia, nem peças isoladas em cartões em outros tamanhos que não possam ser postadas no chat do sistema da licitação.
2.2 As folhas da Proposta Técnica, assim como os documentos que a complementam, deverão ser numeradas sequencialmente no padrão de fls. 01 até (última página).

3 CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA

3.1 A Proposta Técnica será composta pelos seguintes elementos elaborados e escaneados em arquivo pdf:
3.1.1Proposta para o tema do Exercício Criativo, que deverá ser desenvolvido pela licitante em quatro textos distintos, conforme o disposto no item 3.2 subsequente;
3.1.2 Análise da imagem, que deverá ser desenvolvida pela licitante em texto obedecendo ao disposto no item 3.3, descrito abaixo;
3.1.3 Experiência, capacidade de atendimento e perfil e habilidades dos profissionais da licitante, que deverá ser desenvolvido pela licitante em texto, obedecendo ao disposto no item 3.4., descrito abaixo.
3.2 **O exercício criativo** terá por tema xxxxxxxxxxxxxxxx (justificar a escolha do tema)
3.2.1 A licitante deverá produzir os seguintes textos:
3.2.1.1 **Raciocínio básico** - de, no máximo, 3 (três) laudas, no qual pormenorizará sua compreensão sobre as informações apresentadas no desafio específico de comunicação supracitado, expressando seu entendimento sobre a interligação entre o exercício criativo apresentado, na interface com a estrutura a missão institucional do xxxx (órgão/entidade), considerando, ainda:

a- lógica e clareza de exposição;
b- consistência das relações de causa e efeito entre desafio e proposta de solução apresentada;
c- relevância dos resultados apresentados.

3.2.1.2 **Plano de Ação** - de, no máximo, 10 (dez) laudas, para resolução do desafio específico, de acordo com o raciocínio básico desenvolvido no item 3.2.1.1, detalhando os seguintes pontos:

d- estratégia de relacionamento com a mídia;
e- ações a serem desenvolvidas pela contratada junto à mídia, e
f- materiais a serem produzidos.

3.2.1.2.1 A licitante deverá considerar, na elaboração do plano de ação, todos os elementos e itens desta proposta técnica, bem como os demais dados deste edital convocatório do certame, para a adequada prestação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional, atentando para:

g- lógica e clareza de exposição;
h- consistência das relações de causa e efeito entre desafio e proposta de solução apresentada;
i- relevância dos resultados apresentados;
j- agilidade e eficácia das medidas adotadas.

3.2.1.3 **Oportunidades de mídia positiva**: no máximo, 02 (duas) laudas, nas quais a licitante deverá apontar e detalhar 03 (três) aspectos positivos detectados com relação ao exercício criativo proposto, atentando para:

k- lógica e clareza de exposição;
l- relevância e pertinência dos itens apresentados com atuação do xxxx (órgão/entidade) como órgão pertencente ao SICOM – Sistema de Comunicação do Estado do Paraná, conforme descritos no exercício criativo.

3.2.1.4 **Identificação dos riscos à imagem**: de, no máximo, 02 (duas) laudas, nas quais a licitante deverá apontar e detalhar 03 (três) aspectos de risco à imagem detectados na atuação xxxx (órgão/entidade) ocasionados pelo desafio específico do exercício criativo, atentando para:
lógica e clareza de exposição;
relevância e pertinência dos itens apresentados com a atuação da SEED no relacionamento diário com os veículos de comunicação na busca incessante pela correta e necessária informação, considerando o exercício criativo.

3.3 **A Análise Diária de Imagem** (Auditoria do conteúdo publicado ou veiculado em veículos de comunicação - jornais, revistas, televisão, rádio, internet e em emissoras de televisão), dar-se-á mediante a apresentação de relatório analítico sobre as notícias veiculadas, que sejam relacionadas ou de interesse xxxx (órgão/entidade), identificando e detalhando os pontos positivos e os de risco à imagem, com fundamento na estratégia global de comunicação e sugerindo ações de Assessoria de Comunicação Institucional.
3.3.1 O relatório deverá ser feito especificamente entre o período de matérias do período a partir de (dia) de (mês) de 20XX até (dia) de (mês) de 20XX, com base na cobertura dos veículos de comunicação, servindo como caráter exemplificativo e demonstrativo as matérias disponibilizadas nos endereços eletrônicos abaixo descritos:
3.3.2. O relatório deverá ser elaborado em, no máximo, 02 (duas) laudas por dia indicado, limitando-se a no máximo 100 laudas no total, e a licitante deverá atentar para:

m- a- lógica e clareza de exposição;
n- b- clareza, concisão e objetividade dos textos;
o- c- relevância e pertinência dos itens apontados com a atuação do xxxx (órgão/entidade);

Sendo que:

3.3.2.1. Lógica e clareza da exposição: Capacidade de apresentar suas ideias em texto expositivo com a interpretação sobre a matéria jornalística de forma coerente e precisa, no qual as ideias devem estar concatenadas e possuir uma relação silogística;
3.3.2.2. Concisão e objetividade dos textos: A concisão e objetividade dos textos deve ocorrer com a melhor relação entre menor quantidade de palavras utilizadas e melhor eficiência na transmissão da ideia pretendida;
3.3.2.3. Relevância e pertinência dos itens apontados com a atuação do órgão: As questões apontadas e as soluções sugeridas pela licitante devem retratar valores a serem preservados ou males a serem evitados, de grande importância para o órgão licitante, tendo em vista as suas características institucionais.
3.4 A experiência, capacidade de atendimento, perfil e habilidades dos profissionais da licitante serão demonstradas a partir da experiência e capacitação dos recursos técnicos e humanos necessários à prestação de serviços objeto da presente licitação:
3.4.1 Para a execução dos serviços, a licitante deverá possuir, em seu quadro de pessoal, profissionais qualificados em número suficiente ao desenvolvimento das atividades relacionadas no item 3.4, tendo em vista as especificações qualitativas e quantitativas. A formação técnica da equipe de profissionais da licitante será avaliada com fundamento na formação acadêmica e experiência desses profissionais exclusivamente na área de comunicação social, com habilitação em jornalismo, sendo que a comprovação deverá ser feita pelo licitante, por meio do curriculum vitae resumido de cada profissional, devidamente.

3.4.2 A quantidade dos profissionais necessários para a correta e adequada execução dos serviços a serem realizados será apontada pela licitante, que deverá considerar:

a- a execução dos serviços em padrão de elevada qualidade;
b- a obediência aos perfis indicados para a prestação dos serviços no item 4 do Anexo I;
c- as atividades indicadas no objeto e a estimativa de horas/atividade discriminadas, item a item, de forma a garantir uma prestação de serviços de forma eficaz.

3.4.3 A proposta técnica deverá considerar no dimensionamento da capacidade de atendimento a ser descrita:
3.4.3.1 a necessidade do interessado na licitação por intermédio da SECOM, na qualidade de participante do SICOM e face às necessidades supervenientes e prementes já descritas no projeto básico deste Edital, de trabalhar a partir de um planejamento estratégico de 3.4.3.2 Assessoria de Comunicação Institucional, bem como a necessidade de um planejamento de atendimento aos veículos de comunicação, consoante objeto deste edital.
o atendimento, em caráter permanente, mesmo em forma de plantão, considerando-se eventual necessidade de atendimento emergencial em período noturno, feriados e fins de semana;
3.4.3.3 a apresentação de relatórios e demonstrativos sistemáticos da contratada para os serviços prestados por ela, de forma rotineira e organizada, bem como a demonstração dos resultados obtidos.
3.4.4 A licitante deverá apresentar documento subscrito por seu representante legal indicando:

a- relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante à época da apresentação das Propostas e dos Documentos de Habilitação, mencionando o período de atendimento;

b- as instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução do contrato, bem como todo o suporte administrativo inerente às atividades a serem executadas;

c- a sistemática de atendimento, com a descrição das atividades a serem cumpridas pelo prestador de serviços, delimitando as atividades de cada membro da equipe, considerando os perfis indicados e de forma resumida, incluídos os prazos a serem cumpridos em condições normais da prestação de serviços, e em atendimentos emergenciais e, ainda, declaração de disponibilidade para cada atendimento solicitado, na forma aqui delineada;

d- a quantificação e qualificação dos profissionais da equipe que colocará à disposição para execução do contrato, sob forma de currículo resumido (no mínimo: nome, formação e experiência, além de qualificação técnica), descrevendo-se as áreas de atuação, tais como redação, edição, revisão de texto, editoria nas áreas de política, economia, assuntos da cidade ou similares, produção de veículos de comunicação, como, por exemplo, rádio e TV, produção gráfica, mídia e atendimento técnico e administrativo e demais áreas concernentes, como especificado nos perfis constantes desta proposta técnica.
3.4.5 A equipe de profissionais submetida a julgamento pela licitante exigirá que, caso seja vencedora do certame, na execução do respectivo contrato, necessariamente, haja participação direta e pessoal dos profissionais correspondentes. Isto dará cumprimento ao previsto no art. 38 da Lei nº 14.133/2021.
3.5 O número de profissionais apresentado pela licitante deverá ser adequado às necessidades de atendimento a trabalhos concomitantes, mantendo-se o padrão de qualidade exigido. A quantificação/qualificação dos profissionais apresentados para esta prestação de serviços deverá ser feita e será de inteira responsabilidade da licitante, considerando o real e efetivo dimensionamento quantitativo dos profissionais que entenda compatíveis para o perfeito cumprimento das obrigações e do objeto da presente licitação.

3.6 Deverá ser entregue junto com a documentação de qualificação técnica uma lista detalhada de informações sobre os recursos tecnológicos que a empresa disponibilizará, caso seja contratada.

4- DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

4.1 Para efeito de avaliação, o critério de julgamento será do tipo “técnica e preço”, atendidas as especificações do Termo de Referência.
4.2 A avaliação das propostas técnicas será feita tópico por tópico (item por item), levando-se em consideração a clareza e objetividade das propostas, sua consistência, o atendimento ao respectivo desafio de comunicação específico (exercício criativo), indicado neste edital, e todos os elementos do edital convocatório do certame, além da confiabilidade e experiência da licitante.
4.3 A pontuação de cada item corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos pelos membros da Subcomissão Técnica de Licitação.
4.4 A pontuação final da avaliação a ser considerada para a classificação das concorrentes será a somatória dos pontos obtidos nos itens de cada tópico, conforme indicado nos quadros deste Anexo III do Edital.
4.5 A avaliação do exposto acima será feita na forma das seguintes tabelas:

QUESITO 1 - PROPOSTA PARA O TEMA DO EXERCÍCIO CRIATIVO (Anexo IV) (item 3.1.1.) - máximo de 45 pontos		
SUBQUESITOS	**PONTUAÇÃO**	**CRITÉRIOS**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SUBQUESITO 1 Raciocínio Básico (item 3.2.1.1.)	Nota de 0 a 10, sendo: 0 - não atende 1 a 3 - atende pouco 4 a 8 - atende 9 a 10 - atende com excelência	Lógica e clareza da exposição; Consistência das relações de causa e efeito entre problema e proposta de solução apresentada; Relevância dos resultados apresentados.
SUBQUESITO 2 Plano de Ação Estratégia de relacionamento com a mídia (item 3.2.1.2. “a”)	Nota de 0 a 7, sendo: 0 - não atende 1 a 3 - atende pouco 4 a 6 - atende 7 - atende com excelência.	Lógica e clareza da exposição; Consistência das relações de causa e efeito entre problema e proposta de solução apresentada; Relevância dos resultados apresentados; Agilidade e eficácia das medidas adotadas.
SUBQUESITO 3 Plano de Ação - Ações a serem desenvolvidas pela contratada (item 3.2.1.2. “b”)	Nota de 0 a 5, sendo: 0 - não atende 1 a 2 - atende pouco 3 a 4 - atende; 5 - atende com excelência.	Lógica e clareza da exposição; Consistência das relações de causa e efeito entre problema e proposta de solução apresentada; Relevância dos resultados apresentados; Agilidade e eficácia das medidas adotadas.
SUBQUESITO 4 Plano de Ação Materiais a serem produzidos (item 3.2.1.2. “c”)	Nota de 0 a 5, sendo: 0 - não atende 1 a 2 - atende pouco 3 a 4 - atende 5 - atende com excelência	Lógica e clareza da exposição; Consistência das relações de causa e efeito entre problema e proposta de solução apresentada; Relevância dos resultados apresentados; Agilidade e eficácia das medidas adotadas.
SUBQUESITO 5 Oportunidade de Mídia Positiva (item 3.2.1.3.)	Nota de 0 a 9, sendo: 0 - não atende 1 a 3 - atende pouco 4 a 7 - atende 8 e 9 - atende com excelência	Lógica e clareza da exposição; Relevância e pertinência dos itens apresentados com exercício criativo.
SUBQUESITO 6 Identificação de Riscos a Imagem (item 3.2.1.4)	Nota de 0 a 9, sendo: 0 - não atende 1 a 3 – atende pouco 4 a 7 – atende 8 e 9 – atende com excelência	Lógica e clareza da exposição; Relevância e pertinência dos itens apresentados com exercício criativo.

QUESITO 2 – ANÁLISE DE IMAGEM DO CONTEÚDO PUBLICADO E/OU VEICULADO EM JORNAIS E EMISSORAS DE TELEVISÃO SOBRE O TEMA DO EXERCÍCIO CRIATIVO
(Anexo IV) (ITEM 3.3.) - máximo de 10 pontos

PONTUAÇÃO	CRITÉRIO
Nota de 0 a 10, sendo: 0 - não atende 1 a 3 - atende pouco 4 a 8 - atende 9 a 10 - atende com excelência	Lógica e clareza da exposição; Consistência das relações de causa e efeito entre problema e proposta de solução apresentada; Relevância e pertinência dos itens apontados.

QUESITO 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, PERFIL E HABILIDADES ESPECÍFICOS DA EQUIPE (item 3.4.) -máximo de 15 pontos

SUBQUESITOS	PONTUAÇÃO	CRITÉRIO
SUBQUESITO 1 Principais Clientes (item 3.4.4.a)	Nota de 0 a 3, sendo: não atende; atende pouco atende atende com excelência	a) Porte, tradição e conceito dos clientes atuais da licitante; b) Conceito dos produtos e/ou serviços dos clientes atuais da licitante no mercado ou relevância da atuação desses na sociedade.
SUBQUESITO 2 Estrutura Física: Instalações, infraestrutura e recursos materiais (item 3.4.4.b)	Nota de 0 a 3, sendo: 0 – não atende 1– atende pouco 2– atende 3– atende com excelência	Adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato.
SUBQUESITO 3 Sistemática de Atendimento (item 3.4.4.c)	Nota de 0 a 3, sendo: 0 – não atende 1–atende pouco 2 – atende 3 –atende com excelência	Adequação da sistemática de atendimento pela licitante em sua solução (viabilidade de implementação, efetividade dos meios e processos e demais formas que comprovem a capacidade de atendimento.

SUBQUESITO 4 Qualificação da Equipe de Profissionais (Item 3.4.4 d)	Nota de 0 a 6	Cálculo aritmético com base nas regras dos itens 4.6 e 4.7

4.6 A avaliação da experiência e capacidade em relação aos recursos humanos será feita considerando-se as exigências e a tabela de pontuação para cada perfil:

4.6.1 PERFIL 1 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada de:
a) no mínimo, 06 (seis) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
b) ter atuado como coordenador de jornalismo no âmbito de emissoras de TV e rádio, jornais e revistas (ou atividades similares, tais como: redator chefe, ou chefe de reportagem, ou editor, ou editor assistente, ou subeditor, ou editor adjunto, ou repórter), e possuir conhecimentos e habilidades específicos para atendimento das atividades especificadas no objeto deste.

Tempo de experiência	**(-6 anos)**	**(6 a 9 anos)**	**(+9 a 15 anos)**	**(+15 anos)**
Pontos	0	4	5	6

4.6.2 PERFIL 2 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada de:
no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
ter atuado como coordenador de jornalismo (ou atividades similares, tais como: redator chefe, ou chefe de reportagem, ou editor, ou editor assistente, ou subeditor, ou editor adjunto, ou repórter), e possuir conhecimentos e habilidades específicos para atendimento das atividades especificadas no objeto deste.

Tempo de experiência	**(-4 anos)**	**(4 a 9 anos)**	**(+9 a 15 anos)**	**(+15 anos)**
Pontos	0	3	4	5

4.6.3 PERFIL 3 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada de:
no mínimo, 2 (dois) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
ter atuado como repórter, possuindo ainda conhecimentos e habilidades específicos na redação, edição e revisão de textos, além de conhecimentos e habilidades específicos para o desempenho das atividades especificadas no objeto deste.

Tempo de experiência	**(-2 anos)**	**(2 a 7 anos)**	**(+7 a 11 anos)**	**(+11 anos)**
Pontos	0	2	3	4

4.6.4 PERFIL 4 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, com experiência comprovada de:
no mínimo, 1 (um) ano de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
ter atuado como repórter, possuindo ainda conhecimentos e habilidades específicos na organização e disponibilização de bancos de dados de informações, além de conhecimentos e habilidades específicos para o desempenho das atividades especificadas no objeto deste.

Tempo de experiência	(-1 ano)	(1 a 6 anos)	(+6 a 10 anos)	(+10 anos)
Pontos	0	1	2	3

4.7 O valor final de pontos será dividido pelo número total de profissionais apresentados.
4.8 Fica estabelecido que a licitante que apresentar a equipe mais qualificada tecnicamente, com a maior soma de pontos, receberá pontuação máxima atribuída ao item correspondendo a 06 pontos.
4.9 As demais licitantes receberão pontuação proporcional à máxima.

ANEXO V
EXERCÍCIO CRIATIVO

Tema: "xxxxxxxxxx"

INTRODUÇÃO

1.1 Princípios Gerais
Dentro dos princípios que regem a atividade governamental, com vistas à transparência e legalidade de seus atos, destaque-se que todas as ações de comunicação deverão ter caráter legal, educativo, informativo ou de orientação, em respeito ao disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, perseguindo a meta de eficiência, com permanente e sistemática avaliação dos resultados.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2. O CLIENTE

2.1 O cliente é o xxxx (órgão/entidade), na qualidade de unidade setorial do SICOM – Sistema de Comunicação do Governo do Estado do Paraná, o qual foi instituído pela Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro 2023 e regulamentado por meio da Decreto Estadual nº 2366/2023, que estabelecem as diretrizes para o seu funcionamento.

3. OS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DA XXXX (ORGÃO/ENTIDADE) E A ATUAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

Xxxxxxx [Os itens devem ser colocados, seguindo o padrão com o nome e breve explicação sobre qual o sentido e significado para o leitor/interessado.]

3.1.1 O tema do exercício criativo será "XXXXXXX".

3.1.1.1 Para fins de atender ao problema fictício abordado neste Exercício Criativo, o proponente deverá levar em consideração que, dentre outras atribuições, cabe aoxxxx (órgão/entidade):

Assim sendo, o exercício criativo deste edital deve ser realizado tendo por base, as informações fornecidas neste documento, edital, no site xxxx (órgão/entidade), devendo focar e propor em todo o seu planejamento e em suas ações os temas acima citados.

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO

É necessário observar para a elaboração do Plano de Comunicação:
4.1 xxxxx

ANEXO VI

DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI.1 - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

CONCORRÊNCIA N º XX/202X

PROCESSO N º XXXXXXX

À Comissão Julgadora da Licitação,

O licitante _____ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, se PROPÕE executar os serviços licitados:
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R$ _____ (valor por extenso), nos termos da planilha que constitui parte indissociável desta proposta de preços.
Esta proposta é válida por xxxx (xxx) dias.
(Local e data)

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2
MODELO DE PLANILHA DE DETALHAMENTO DA PROPOSTA E DEMONSTRAÇÃO MENSAL DE CUSTOS E IMPOSTOS

Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:	**Número de horas atividade estimadas por mês**	**Preço por hora**	**Valor Total mensal por atividade**
xxxxx	a 1 = XX h	R$ XX,XX	(a1) R$ XX,XX

xxxxx	XXh		

Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:	Número de horas atividade estimadas por mês	Preço por hora	Valor Total mensal por atividade
xxxxx	(b1+b2) XXX h	R$	(b1+b2) R$
xxxx	XXX h		
xxx	XXX h		

Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:	Número de horas atividade estimadas por mês	Preço por hora	Valor Total mensal por atividade
xxxxx	(c1+c2) XXXX h	R$	(c1+c2) R$ XX,XX
xxxxx	XXX h		
xxxxx	XXXX h		

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:	Número de horas atividade estimadas por mês	Preço por hora	Valor Total mensal por atividade
xxxx	(d1+d2+d3+d4) XXXX h	R$ XX,XX	(d1+d2+d3+d4) R$ XX,XX XXXX
xxxx	XXX h		
xxxxx	XXX h		
xxxxxx	XXX h		
xxxx	XXX h		

Total do número de horas atividades estimadas por mês para atendimento superveniente a este projeto básico (a+b+c+d).	(a+b+c+d) XXX h		
Valor Total (12 meses)	XXXXX	R$ XX,XX	(a+b+c+d) R$ XX,XX

ANEXO V.3 – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	**DESCRIÇÃO** **Itens Obrigatórios**	**%**	**VALOR TOTAL MENSAL**
I	Despesas com Pessoal		
II	Encargos/Obrigações Sociais		
III	Insumos		
IV	Tributos		
V	Demais Componentes		
	Total	100%	

I- PESSOAL

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QTDE HORAS	VALOR DA HORA	VALOR TOTAL MENSAL
TOTAL				

II - ENCARGOS / OBRIGAÇÕES SOCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MENSAL
TOTAL		

III -INSUMOS

ITEM	DESCRIÇÃO Itens Exemplificativos	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
01	Material de Consumo / Escritório			
02	Material Permanente			
03	Outros (Especificar)			
TOTAL				

VI -TRIBUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MENSAL
TOTAL		

V - **DEMAIS COMPONENTES**

ITEM	DESCRIÇÃO Itens Exemplificativos	VALOR TOTAL MENSAL
01	Despesas Administrativas	
02	Despesas Operacionais	
03	Outros (Especificar)	
04	Lucro	
TOTAL		

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Observações:
Estas planilhas são explicativas, servindo de base para elaboração das propostas;
Custos indiretos e taxas de administração a critério de cada fornecedor;
Os impostos devem ser preenchidos pela licitante com base no regime de lucro presumido.

ANEXO VII

MODELO DE PROCURAÇÃO[15]

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo na Concorrência n.º XXXX/XXXX, podendo, para tanto, protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

_____
OUTORGANTE

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:
1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4**. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**
Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

_____
Nome do representante legal

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)
Concorrência nº XX/XXXX –

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.
Por ser verdade, firmo o presente.
XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[15] A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N°XXXXXXXX
CONTRATANTE: [O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão XXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto nº XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo Edital De Concorrência n.º 0000/202_ XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:
[Descrição sucinta do objeto], conforme descrito no Termo de Referência.

2 FUNDAMENTO:
Este contrato decorre da Concorrência n.º XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXXXXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:
3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto do presente contrato pelo valor mensal estimado de R$ (XXXXXX) e pelos valores unitários da hora-atividade constantes de sua Proposta de Preços, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas e demais despesas de qualquer natureza, tais como diárias, deslocamento, hospedagem e transporte. (PODERÁ SER MELHOR DETALHADO, OBSERVADO O REGIME DE EXECUÇÃO ADOTADO)
3.2 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.
3.3 O valor total do contrato é de R$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).
3.4 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE
4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do [INSERIR O ÍNDICE CUJA ADOÇÃO DEVE ESTAR JUSTIFICADA NO PROCESSO].
4.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses, sendo a data-base do reajuste vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, xx/xx/xxxx (inserir a data do orçamento estimado).
4.3 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.
4.4 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
4.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
4.6 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
4.7 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.
5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:
6.1 A presente contratação adotará como regime de execução xxxxxxxx (JUSTIFICAR O CRITÉRIO ADOTADO, OBSERVADO QUE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO SE APLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO DE UNIDADES DETERMINADAS E EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO E TOTAL).
6.2 O serviço terá início em XX [INSERIR O NÚMERO DE DIAS] a contar de XXXXXX.
6.3 Os serviços serão prestados no XXXX [XXXXX), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.
6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de XX (XXXX) dias.
6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de XX (XXXX) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato .
6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nota explicativa 39:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

De acordo com as peculiaridades do objeto e regime de execução, pode a Administração Pública prever período antecedente à emissão da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início da execução dos serviços, nos termos do art. 92, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

7 FONTE DE RECURSOS:
7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);
Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);.
Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

8 VIGÊNCIA:
8.1 O prazo de vigência do contrato é de XXXXXXXX (dias/meses, anos), podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.
OU
8.1 O contrato terá vigência pelo período de XXXXXXX (dias/meses/anos), não sendo prorrogável.

Nota explicativa 40:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A prorrogação dos contratos de serviços contínuos está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos, cuja observância deverá ser demonstrada no protocolado:
a) os serviços devem ter sido prestados regularmente;
b) a Administração deve manter interesse na realização do serviço;
c) o valor do contrato deve permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
d) o Contratado deve manifestar expressamente interesse na prorrogação;
e) devem ser mantidas as condições de habilitação; e
f) deve ser juntada a documentação orçamentária e financeira.

9 PAGAMENTO:
9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.
9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.
9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais da Concorrência.
9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0{,}00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.
9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;
10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal n° 14.133, de 2021;
10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;
10.1.20 Garantir ao contratante:
10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.
10.1.21 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 63 da Lei 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

Nota explicativa 41:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, dentre as demais previstas nos incisos I a XXI do art. do art. 349 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 em função da peculiaridade do objeto a ser contratado.

As obrigações contidas nos subitens 10.1.18 a 10.1.20 devem ser retiradas caso não sejam pertinentes com o objeto específico a ser contratado.

Nota explicativa 42:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deve avaliar a necessidade de incluir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, conforme artigo 19, inc. XIV, do Decreto nº 10.086/2022.
Caso verificada a necessidade de execução de logística reversa, deve ser incluído item nas obrigações do contratado.

10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

Nota explicativa 43:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, pertinentes ao objeto, observado que as obrigações das Partes previstas na presente cláusula devem ser as mesmas que previstas no item 9 do Termo de Referência.

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Nota explicativa 44:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia, bem como justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.
Não exigindo garantia, deverá ser utilizada a seguinte redação:
11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões consignadas no Termo de Referência.
OU
Exigindo, deve utilizar os subitens abaixo.
11.1 O adjudicatário, no prazo de ..... (.....) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a ..... (.....) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
11.2 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até o 30º dia de atraso.
11.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.
11.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
11.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
11.3.2 seguro-garantia;
11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
11.3.3.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.
11.3.3.2. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
11.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
11.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
11.5.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente.
11.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [XXXXXXX] (XXXX) dias úteis, contados da data em que for notificada.
11.7 O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
11.8 As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).
OBS.O prazo de 1 (um) mês é o mínimo a ser assegurado ao futuro contratado quando optar pelo seguro-garantia (art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/2021). Dessa forma, o prazo contido no item 11.1 poderá ser maior que 1 (um) mês.

Nota explicativa 45:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
No caso de prestação contínua de serviços, a administração poderá inserir cláusula com a permissão de substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto. Tal previsão visa atender ao disposto no § único do Art. 97 da Lei 14.133/2021:
Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:
I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
Parágrafo único. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.
O item deverá ser inserido conforme redação a seguir:
11.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

12 PENALIDADES:
12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.
12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.
12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).
12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:
13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.
13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:
13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;
13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,
13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;
13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse, exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;
13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;
13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;
13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;
13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:
13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.
14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.
14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Nota explicativa 46:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

A Administração deverá optar por uma das cláusulas abaixo, conforme previamente definido no Termo de Referência:
15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Ou

15.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
15.1.1 é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;
15.1.2 é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;
15.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
15.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
15.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

A Administração Pública deve avaliar a necessidade de incluir outras condicionantes quando se admitir a subcontratação parcial, de acordo com o objeto, podendo elencá-las como desdobramentos do subitem 15.1.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.
16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

Nota explicativa 47:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Caso o órgão, durante o estudo técnico preliminar, entenda pela necessidade de elaboração de matriz de risco, deve ser inserida na minuta do contrato cláusula definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no Termo de

Referência,
consideradas as características do regime de execução;
No caso de inserção de cláusula sobre matriz de risco, a numeração dos itens do contrato deverá ser ajustada na sequência.

Nota explicativa 48:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A presente minuta foi elaborada sem a inclusão de cláusula compromissória.
No caso de adoção de cláusula compromissória, conforme o estabelecido no art. 726 do Decreto n.º 10.086/2022, o órgão/entidade deverá utilizar o texto da cláusula compromissória aprovada pela PGE.
Art. 726. Os contratos de concessão de serviços públicos, as concessões patrocinadas e administrativas poderão conter cláusula compromissória.
§ 1º Poderá, ainda, conter cláusula compromissória qualquer outro contrato ou ajuste cujo valor exceda a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
§ 2º A Procuradoria-Geral do Estado padronizará, mediante Resolução, o texto das cláusulas compromissórias.
§ 3º As cláusulas compromissórias adotarão a forma escalonada, devendo as partes submeter-se à mediação prévia à instauração da arbitragem.
(...)
No caso de inserção de cláusula compromissória, a numeração dos itens do contrato deverá ser ajustada na sequência.

17. DA CONFIDENCIALIDADE E DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

17.1 Consideram-se informações todos os dados revelados por meio de acesso aos sistemas do Estado, independentemente de sua disponibilidade por meio de senha pessoal, ou manuseio de arquivos físicos, incluindo-se o que tiver acesso em razão de atendimentos realizados, telefonemas ou informações havidas por quaisquer outros meios durante a prestação do serviço ora contratado.
17.2 A CONTRATADA e seus empregados se comprometem a utilizar as informações reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do presente Contrato.
17.3 A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos e/ou representantes faça uso das informações obtidas em cumprimento do Contratado.
17.4 A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por seu intermédio, obrigando-se a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.
17.5 A CONTRATADA se compromete a cientificar seus empregados, prepostos e/ou representantes da presente cláusula e da natureza confidencial das informações.
17.6 A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos e/ou representantes ligados direta ou indiretamente ao Contrato, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições da presente cláusula.
17.7 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a rescisão do presente Contratado.
17.8 A CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:
18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.
18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.
18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos na Concorrência n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

_____
Representante Legal

ANEXO XII

MODELO DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
1.2. referentes a participações societárias;
1.3. informações inseridas em contratos sociais;
1.4. endereços físicos e eletrônicos;
1.5. estado civil;
1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
1.7. relações de parentesco;
1.8. número de telefone;
1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

_____
Representante Legal

Anexo XIII

REGRAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Nota explicativa 49:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Nos casos de contratações e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá conter regramento para elaboração de programa de integridade.
Caso não seja de grande vulto, este anexo deverá ser excluído e ajustada a numeração sequencial.

LISTA DE VERIFICAÇÃO -

Protocolo n.º

Nota explicativa 1
A presente lista de verificação foi elaborada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, observados os arts. 5 e 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010.

Nota explicativa 2
A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela PGE, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais.

Nota explicativa 3
A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo.

Nota explicativa 4
A lista foi dividida em duas tabelas. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda abrange as justificativas que devem integrar a instrução processual.

Nota explicativa 5
As respostas foram pré-definidas nas tabelas, sendo:
S (sim)
N (não)
N/A (não se aplica)

Nota explicativa 6
Na utilização das listas, deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

	REQUISITOS					
	DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	N/A*	FOLHAS	SETOR TÉCNICO COMPETENTE
1.	Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, nos termos do Decreto n.º 7.304/2021?					
2.	Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?					
3.	A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?					
4.	Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? (art. 7º, §1º, Lei Federal nº. 14.133/2021).					
5.	Consta documento de formalização de demanda?					
6.	O objeto requisitado está contemplado no Plano de Contratações Anual, de acordo com o Decreto n.º 10.086/2022?					
7.	A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação?					
8.	Há justificativa fundamentada dos quantitativos requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do setor de contratos e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?					
9.	Há Estudo Técnico Preliminar elaborado pelo setor requisitante?					
10	Há Análise de Riscos?					
11	Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?					
12.	Há Termo de Referência elaborado pelo setor requisitante?					
13.	O documento contendo as especificações e a quantidade estimada do serviço observou as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 10.086/2022?					
14.	Foram utilizados os modelos de minutas padronizados da Procuradoria-Geral do Estado?					
15.	Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente, nos termos do §3.º do art. 19 do Decreto n.º 10.086/2022?					
16.	Foi realizada ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto a ser contratado, baseada em critérios aceitáveis observando-se o contido no Decreto n.º 10.086/2022?					
17.	A metodologia de obtenção do preço de referência foi esclarecida e devidamente justificada?					
18.	Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica?					
19.	Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD					
20.	Declaração de Adequação da Despesa e de Regularidade do Pedido					
21.	Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa prevista no art. 16, I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no *caput* do art. 16?					
23.	A autoridade competente designou a Comissão Especial de Licitações e a respectiva equipe de apoio?					
23.	Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?					
24.	Há anuência da SECOM/PR (art. 36, §2, Decreto nº. 2.663/2023) sobre a contratação?					
25.	Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?					
26.	A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital?					
27.	Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo?					

Assinatura do agente competente:
Nome: _____

Continua

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO À LISTA DE VERIFICAÇÃO
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS QUE DEVERÃO INTEGRAR O PROCESSO LICITATÓRIO

JUSTIFICATIVAS						
DESCRIÇÃO		S	N	N/A	Folhas	Setor Técnico Competente
1.	Justificativa para licitação se dar de modo presencial.					
2.	Exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto.					
3.	Qualificação econômico-financeira.					
4.	Critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas.					
5.	Regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.					
6.	Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (deve integrar o ETP – inciso V, do § 1.º do art. 18, da Lei Federal n.º 14.133/2021).					
7.	Opção pelo parcelamento ou não da contratação.					
8.	Manifestação quanto à observância do princípio da padronização, em atenção ao disposto no art. 19, §2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 20, do Decreto 10.086/2022, quando o serviço se encontrar padronizado.					
9.	O estudo técnico preliminar contempla todos os elementos previstos no § 1.º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (O ETP deverá conter no mínimo os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18).					
10.	Utilização do catálogo eletrônico de padronização.					
11.	Escolha de fornecedores utilizados na pesquisa para a formação do orçamento.					
12.	Opção pelo caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação.					
13.	Exigência de que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração Pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não. (Autoridade competente)					
14.	Justificativa da proporção / peso máxima entre proposta técnica e a de preços					
15.	Proposta parcial: Para afastar a admissão de proposta parcial pelo licitante, a Administração deve justificar o prejuízo. O quantitativo mínimo deve estar previsto no Termo de Referência.					
16.	Inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar nº. 123/06, à luz do disposto no art. 120, do Decreto nº 10.086/2022.					
17.	Garantia de execução: Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia, devendo justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.					
18.	Justificativa da escolha do critério de julgamento técnica e preço (e não apenas técnica), tendo em vista o art. 5º c/c art. 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010.					
19.	O prazo contratual, bem como o índice de reajuste do contrato, se for o caso.					
20.	Determinação do prazo de validade das propostas					
21.	Substituição da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional (Art. 67, §3º, Lei Federal nº. 14.133/2021)					
22.	Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?					
23.	Vedação de subcontratação					

Nota Explicativa 7
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser assinada)
Essa lista de verificação destina-se à licitação na modalidade Concorrência, na forma presencial, para a contratação de serviços de comunicação institucional, para atender às demandas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Nota Explicativa 8
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser assinada)
A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos, conforme o estabelecido no parágrafo único do art. 4.º do Decreto n.º 3.203/2015.

Local, [dia] de [mês] de 20XX.

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento]

[Nome e assinatura do chefe do setor competente]

[Nome e assinatura
servidor responsável pela licitação/contratação]

Nota explicativa 9:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação sejam realizadas por meio eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

34891/2024

ATO DE CORREGEDORIA Nº 02/2024-CGPGE-PR

SÚMULA:
Altera o calendário das correições gerais ordinárias do ano de 2024 e dá outras providências.
A CORREGEDORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fundamento na alínea a, do inciso IV, do art. 5º C da Lei Complementar nº 26/1985 e nos arts. 22 e 23 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral,
RESOLVE:
Art. 1º Alterar o calendário das correições ordinárias a serem realizadas no ano de 2024, nas seguintes datas e unidades administrativas:
PRC – Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços (17/06/2024 a 21/06/2024);
CCON - Coordenadoria do Consultivo (01/07/2024).

Art. 2° O Procurador-Chefe da unidade deverá dar ciência do presente Ato de Corregedoria aos Senhores Procuradores e Servidores a fim de que, se assim a Corregedoria entender pertinente, atendam às diligências solicitadas durante a correição.
Art. 3° Este Ato de Corregedoria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.
Andrea Margarethe Rogoski Andrade
Corregedora-Geral da Procuradoria-Geral do Estado

35062/2024

Resolução nº 072/2024-PGE

Designa Procuradora do Estado para substituir durante férias regulamentares da titular, Procuradora-Chefe da Procuradoria Funcional.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar a Procuradora do Estado **RAQUEL MARIA TREIN DE ALMEIDA**, RG 5.649.277-1, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procuradora-Chefe da Procuradoria Funcional, durante 10 (dez) dias, no período de 20/05/2024 a 29/05/2024, referente as férias do exercício de 2024, da titular, Procuradora do Estado Marina Codazzi da Costa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

35480/2024

Resolução nº 073/2024-PGE

Designa Procuradores do Estado para substituir durante férias regulamentares da titular, Procuradora-Chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar os Procuradores do Estado **LEONARDO FELIPE BRITO RAMOS**, RG 13.545.244-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso Fiscal, durante 10 (dez) dias, no período de 27/05/2024 a 05/06/2024 e **MOISÉS MOURA SAURA**, RG 6.906.356-0, durante 20 (vinte) dias, no período de 06/06/2024 a 25/06/2024, referente as férias do exercício de 2024, da titular, Procuradora do Estado Fabiane Cristina Seniski.

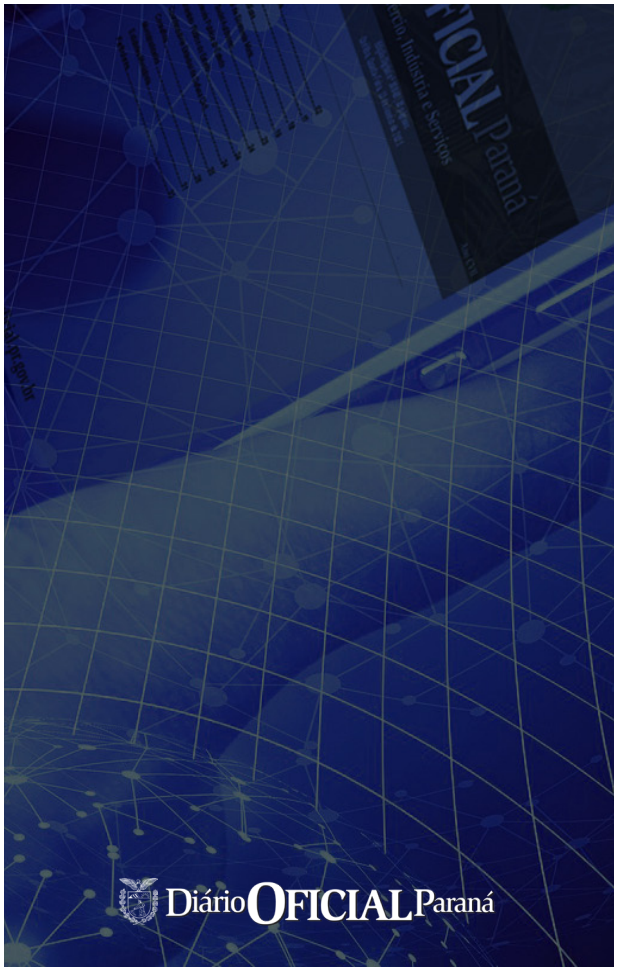
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

35484/2024



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5017 10/04/2024

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
219644167	CLEUDINETE DOS SANTOS WESSLER	42975133	1	SEED	
204873968	EDINA GUARDEVI MARQUES SILVA	41630663	1	SEED	
217526809	ELIS REGINA DAMACENO PAVAN	57636114	97	SEED	
218918999	ELIZABETH LIRA BENTO	48390250	1	SEED	
219375778	ELZA CIRLEI THOME SCHNEIDERS	40386955	2	SEED	
219507194	FRANCISCA DINIZ AIRES MEIRELES	52793424	1	SEED	
219572190	INES PIRES DE ARAUJO	33491115	1	SEED	
219295537	IRMA TEREZINHA CARLETTI	56671781	92	SEED	
217089883	JOSE RICARDO LEICHSENRING	43990098	2	SEED	
219343540	MARINES JACQUES DE SOUSA	53818820	1	SEED	
219572670	MARIZA FATIMA ORTOLAN DIEL	82041052	2	SEED	
219571909	MARIZA FATIMA ORTOLAN DIEL	82041052	1	SEED	
218876129	ROSANE SOBOLEWSKI BUENO	45645525	1	SEED	
211183012	SANDRA REGINA OLIVEIRA FERREIRA DA COS	57932520	1	SEED	

34774/2024

-EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, RESPONSAVEL PELA DIVISAO DO CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUCAO N. 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1.984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI N. 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

-PORTARIA N. 03898 - 01/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0EDWARD FIGUEIRA FERRAZ			01	138	01/12/1988	11/02/1990	INSS
003946416-0	02				01/11/1990	30/11/1990	INSS
					03/12/1990	09/01/1991	INSS
0JOÃO VITOR MONTINI DA SILVA			04	040	15/09/2009	11/08/2010	INSS
011006571-0	02				24/01/2011	04/04/2011	INSS
					05/07/2011	02/09/2011	INSS
					03/09/2011	12/12/2011	INSS
					13/12/2011	01/06/2012	INSS
					01/02/2013	05/02/2014	INSS
					01/08/2014	31/08/2014	INSS
					01/10/2014	31/10/2014	INSS
					01/02/2015	28/02/2015	INSS
					01/04/2015	30/04/2015	INSS
					01/07/2015	31/07/2015	INSS
					01/11/2016	30/06/2017	INSS

0PORTARIA N. 03900 - 01/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0ANGELO HALMENSCHLAGER			10	097	08/06/1998	06/08/1999	INSS
013054463-0	01				20/08/1999	31/07/2000	INSS
					01/08/2000	04/11/2005	INSS
					14/11/2005	15/05/2006	INSS
					17/03/2008	10/06/2008	INSS
					07/07/2008	03/07/2009	INSS
					01/08/2009	19/09/2010	INSS

0PORTARIA N. 03969 - 05/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0DORIAN DANIEL			06	104	01/07/2005	12/02/2009	INSS.
013348623-2	01				13/02/2009	14/10/2011	INSS.
0JOAQUIM PRODOSCIMO NETO			15	340	04/01/1984	31/05/1987	INSS
004030380-4	01				02/10/1987	19/01/1997	INSS
					09/08/1999	25/02/2002	INSS
					17/10/2002	14/01/2003	INSS
					12/11/2003	31/01/2004	INSS
					02/02/2004	22/04/2004	INSS

0PORTARIA N. 03985 - 10/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0CEZAR ADILSON PINTO VOSS			04	034	03/06/2002	06/07/2006	INSS
005615975-4	01						
0ROSANGELA DA SILVA JANUARIO			01	086	04/01/1993	15/01/1994	INSS
005999925-7	01	PB02 8T			18/01/1994	01/04/1994	INSS

1

-EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, RESPONSAVEL PELA DIVISAO DO CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUCAO N. 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1.984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DA LEI N. 7634 DE 13 DE JULHO DE 1982.

-PORTARIA N. 03988 - 10/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0CACILDA NOEMIA GARCIA GUERRA			02	254	16/06/1977	22/02/1979	INSS.ESCRITURARIA
004482740-9	21	PNI1 64			17/05/1985	14/06/1985	INSS.PROFESSORA
					02/07/1985	24/05/1986	INSS.RECEPCIONISTA
					08/09/1986	23/09/1986	INSS.AUXILIAR

34272/2024

0 O GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, RESPONSAVEL PELA DIVISAO DO CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUCAO N. 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1.984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 129 DA LEI N. 6.174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 E DO ARTIGO 119 DA L.C.14/82 (PESSOAL CIVIL).

0PORTARIA N. 03899 - 01/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO	NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0EDINEIA ALVES DE LIMA VIDAL 006774221-4	57		I	02	084	02/04/2012	25/06/2014	EXONERACAO LF56

0PORTARIA N. 03987 - 10/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO	NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0ALESSANDRO VIEIRA DOS SANTOS 007820850-3	02		I	00	120	14/04/2008	13/08/2008	PMPR CABO

34273/2024

\- EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, RESPONSAVEL PELA DIVISAO DO CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUCAO N. 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1.984, DECLARA, A CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE APOSENTADORIA E DISPONIBILIDADE, DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 130 DA LEI N. 6174 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970 E DO ARTIGO 120 DA L.C.14/82 (PESSOAL CIVIL).

0PORTARIA N. 03986 - 10/04/2024

NOME/RG	LF	CARGO	NIV	ANO	DIA	D.INICIO	D. FINAL	SERVICO PRESTADO
0ANA CRISTINA LUIS LEME OZIERANSKI 006940458-8	01		I	07	018	01/01/1996	17/01/2005	PM DE SARANDI

34276/2024

\-

CONTAGEM DE TEMPO

0 P O R T A R I A N. 03984

0 A CHEFE DA DIVISAO DE GESTAO DE FOLHA DE PAGAMENTO, RESPONSAVEL PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS, NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA RESOLUCAO N. 2.291 DE 18 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE:

\-

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO E DO ESPORTE

\-

0 EXCLUIR DA PORTARIA N. 6.955 DE 30/04/2012 O NOME DE CACILDA NOEMIA GARCIA GUERRA
R.G. 04.482.740-9 LF - 21

\-

CURITIBA, EM 10 ABR 2024.

\-

CAP. QOPM BEATRIZ MANFROI S. LATUF
CHEFE DA DGF/SEAP

\- ---

\-

34277/2024

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4995

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ROSANGELA DE FATIMA GONCALVES COSTA ORGAO: SEED
R.G.: 3.059.680-3 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.116/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.348,00(Dois Mil, Trezentos e Quarenta e Oito Reais)
CALCULOS A FL. 58-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.621.622-9

NOME: MARIA FRANCISCA CONSTANTE ORGAO: SEED
R.G.: 1.682.599-9 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.136/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 1.237,38(Um Mil, Duzentos e Trinta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 48-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.694.630-8

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4996

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JANETE ELI WEBER OKRASKA ORGAO: SEED
R.G.: 4.310.020-3 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 6°, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional n° 41/03, c/c o § 5° do Artigo 40, da Constituição Federal e Artigo 2° da Emenda Constitucional n° 47/05.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.144/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.179,44(Sete Mil, Cento e Setenta e Nove Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.643.322-0

NOME: CLAUDIA LAGO ORGAO: SEED
R.G.: 4.929.147-7 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 3°, incisos II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05 c/c Decisão Judicial autos n° 1.122.295-6 - TJ.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.147/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.958,81(Nove Mil, Novecentos e Cinqüenta e Oito Reais e Oitenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 51-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.634.180-5

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4997

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARIANGELA DE OLIVEIRA ORGAO: SEED
R.G.: 3.677.423-1 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.151/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.053,35(Sete Mil e Cinqüenta e Três Reais e Trinta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 56-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.414.348-8

NOME: PAULO ROBERTO MRTVI ORGAO: SEED
R.G.: 2.314.312-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.142/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.643,51(Três Mil, Seiscentos e Quarenta e Três Reais e Cinqüenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 98-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.742.461-5

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO

SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4998

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: BEATRIZ DO ROSARIO JULIANI BETTONI ORGAO: SEED
R.G.: 3.825.261-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.158/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.680,28(Oito Mil, Seiscentos e Oitenta Reais e Vinte e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 107-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.348.397-8

NOME: WALTER GAYARDONI D ALOIA ORGAO: SEED
R.G.: 4.569.351-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.150/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.696,39(Três Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 92-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.439.309-3

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 4999

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ROGERIO HIRAN ROSA ORGAO: REPR
R.G.: 3.183.129-6 CARGO: AGENTE FAZENDARIO ESTADUAL B LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 3°, Inciso I, II e III, § único da Emenda Constitucional n° 47/05.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.141/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 30.813,03(Trinta Mil, Oitocentos e Treze Reais e Três Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.
CALCULOS A FL. 29-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.704.622-0

NOME: HILMA MARIA GUIMARÃES DE MACEDO ORGAO: SEED
R.G.: 4.064.833-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.152/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.559,93(Quatro Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Nove Reais e Noventa e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 71-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.626.783-4

CURITIBA, 9 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:

RESOLUÇÃO N. 5016 10/04/2024

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MIREILLE SENA DE SOUZA	11087811	1	NAI	21.965.216-0	27/03/2024	SEJU
HELOISE DE ALMEIDA LIMA	81594708	5	NII05	219528507	28/03/2024	SEED
JACQUELINE SIMONI DE JESUS JUNGLES	94854423	5	NII05	219654839	04/04/2024	SEED

34775/2024

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 3981 10/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 18759 DE 17/09/2009 O NOME DE ILCEMARA REGINA GOMES DA SILVA

R.G. 51108906 LF - 1

1

-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 3982 10/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 5251 DE 29/02/2016 O NOME DE DARCI COIMBRA DE FARIAS

R.G. 19043665 LF - 1

EXCLUIR DA PORTARIA N. 5251 DE 29/02/2016 O NOME DE DARCI COIMBRA DE FARIAS

R.G. 19043665 LF - 1

1

-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

PORTARIA N. 3983 10/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 8678 DE 17/08/2012 O NOME DE MARLI APARECIDA ALIBERTI BERALDO

R.G. 41553375 LF - 92

34214/2024

Resolução SEAP nº. 5002

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a DIRCE MISSAE SUZUKI, R.G. nº 3.304.157-8, LF 01, UEL, ocupante do cargo de Agente Universitário, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97, art. 30; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 15050/06, art. 29 c/c 17382/12 art. 13. Valor dos proventos R$ 22.262,33 (Vinte e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e trinta e três centavos). Cálculos de fls. 41 – PRPREV.
Protocolo nº 21.493.589-9.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5003

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a MARIA CRISTINA FERREIRA FONTES, R.G 1.233.242-4, LF01, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior, UEL, de acordo com o Artigo 4º, incisos I a V, §1º, 2º e 3º da Emenda Constitucional 45/2019; Lei 11713/97 art. 30; Lei 6174/70, art. 170; Lei 10692/93, art. 13, c/c Lei 17382/12, art. 13 inc. IV, §5º. Valor dos proventos R$ 17.995,02 (Dezessete mil, novecentos e noventa e cinco reais e dois centavos). Cálculos de fls. 104 – PRPREV.
Protocolo nº 20.268.518-8.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5004

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a MARLUCI MUNIZ RITONDIM, R.G 1.505.081-0, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário, UEM, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional 45/2019; Lei 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023. Valor dos proventos R$ 19.316,81 (Dezenove mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos). Cálculos de fls. 36 – PRPREV.
Protocolo nº 21.861.980-0.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5005

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a JOSE GERALDO TONA, R.G 4.700.517-5, LF01, ocupante do cargo de Agente Universitário, UEM, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional 45/2019; Lei 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. II. Valor dos proventos R$ 5.911,24 (Cinco mil, novecentos e onze reais e vinte e quatro centavos). Cálculos de fls. 33 – PRPREV.
Protocolo nº 21.730.139-4.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntaria por tempo de contribuição a MARIO AUGUSTO PARISI, RG. nº 10.920.855-8, LF 01, ocupante do cargo de Professor Universitário, UEM, de acordo com o art. 35, § 1º inciso III da Constituição Estadual, com a redação da EC n° 45/2019 e art. 13 da Lei complementar nº 233/2021; art. 10 da EC 45/2019 c/c art. 26 da EC 103/2019. Valor dos proventos R$ 1.932,63 (Hum mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos). Cálculos de fls. 79 – PRPREV.
Protocolo nº 21.613.062-6.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5007

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº. 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
21.920.406-0	APARECIDO GOMES DA SILVA	UEM
21.926.441-0	ISAAC TONINI	UEM
21.798.697-4	CASSIO CHIA JANG TSAY	UEL

Curitiba, 07 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5008

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº. 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de JOSE OZIRES DA SILVA, R.G. nº 3.077.551-1, LF 01, Profissional Auxiliar, IDR, conforme cálculo de fls. 06 – PRPREV. Valor dos proventos R$ 7.075,16 (Sete mil e setenta e cinco reais e dezesseis centavos).
Protocolo nº 20.892.242-4.

Curitiba, 09 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5009

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

Transferir, Ex-Officio, a partir de 18 de março de 2024, para a Reserva Não Remunerada da Polícia Militar do Estado do Paraná, ISAQUE DONIZETT SILVA DE SOUZA, RG nº 10.956.201-7, Cabo, LF-01, BMPR, de acordo com o artigo 45, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 167, Letra A, da Lei nº 1.943/54.
Protocolo nº 21.767.114-0.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 5010

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

Transferir, Ex-Officio, a partir de 27 de março de 2024, para a Reserva Não Remunerada da Polícia Militar do Estado do Paraná, LUANA ALVES VIEIRA, RG nº 9.896.572-6, Soldado 1ª Classe, LF-01, PMPR, de acordo com o artigo 45, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 167, Letra A, da Lei nº 1.943/54.
Protocolo nº 21.695.476-9.

Curitiba, 09 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP Nº 4994

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, considerando que conforme disposto no inciso I, do artigo 25, da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, compete à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP a coordenação e gestão das atividades de administração de recursos humanos;

considerando o contido no artigo 12 e seu § 1º da Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002; e

considerando o contido na alínea e, do Parágrafo único, do artigo 20, do Decreto Estadual n.º 8.466, de 1º de julho de 2013, bem como o contido no protocolo n.º 19.655.160-3;

RESOLVE

Alocar na Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, a servidora Andreia Mikuska, RG n.º 9.108.434-1, cargo de Agente Profissional, função Pedagogo, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

DSRH/RES. 08/2024 RSS
Protocolo: 19.655.160-3

35120/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEIC/JUCEPAR N° 347/2024

Declara estabilidade dos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência - SEAP**, o **Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SEIC** e o **Presidente da Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 19.848 de 03 de maio de 2019, publicada no DIOE - Edição 10.439 de 20 de maio de 2019, na Lei nº 21.352 do dia 1º de janeiro de 2023 e considerando o contido na Portaria JCP nº 128/2020, publicada no DIOE - Edição nº 10.832 em 15 de dezembro de 2020 e também a Portaria JCP nº 177 de 12 de dezembro de 2023 com publicação no DIOE - Edição nº 11.561 em 13 de dezembro de 2023,

RESOLVEM:

Art. 1º Declarar estabilidade aos servidores ocupantes dos cargos de Agente Profissional e Agente de Execução, pertencentes ao Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, que cumpriram o período de estágio probatório, de acordo com o previsto no caput do art. 36 da Constituição Estadual, e que obtiveram conceito suficiente na avaliação do desempenho, realizado pela comissão nomeada para tal finalidade no âmbito da Junta Comercial do Paraná, relacionados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência - SEAP

Ricardo José Magalhães Barros
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços – SEIC

Marcos Sebastião Rigoni de Mello
Presidente - JUCEPAR

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE

Nome	RG	Quadro	Cargo	Data de Início
ADRIANA PIRES DA SILVA	5.464.098-6/PR	QPPE	AGENTE DE EXECUÇÃO	08/03/2021
FABIO STROCINSKI	8.117.891-7/PR	QPPE	AGENTE PROFISSIONAL	23/02/2021
TEANY ELISA COLLE	3.161.463-0/PR	QPPE	AGENTE DE EXECUÇÃO	01/03/2021

35060/2024

RESOLUÇÃO CONJUNTA - SEAP/SESA N° 348/2024

Concede Promoção por aquisição da estabilidade aos servidores do Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Saúde do Paraná** no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13A da Lei Complementar nº 231 de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador, de 27 de março de 2024 (protocolo nº 21.796.803-8), e o contido na Lei nº 18.136 de 03 de julho de 2014, que instituiu o Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, alterada pela Lei n° 21.585 de 14 de julho de 2023 e, o disposto no Protocolo nº 21.974.590-7,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis regidos pela Lei Estadual n.º 18.136 de 03 de julho de 2014, que instituiu o Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, ATIVOS, 1 (uma) classe salarial a título de Promoção por Aquisição da Estabilidade na forma do inciso I, §1º do artigo 8°, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESA N° 348/2024

PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE

Nome	RG	LF	Quadro	Órgão	Cargo	DE/PARA	
						CL	CL
LEANDRA AMARAL DE OLIVEIRA	92816214	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
GEISA BONFIM BEVILAQUA	133674829	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
JESSICA TEREZA MEARDI	123732774	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ALEXANDRE LUIS DOS SANTOS	92332500	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
DEBORA BECKENKAMP MIZIAK LOPES	104792120	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
EVERTON LUIZ DA SILVA	102647670	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
NAUBER SAVEGNAGO SIQUEIRA	129277521	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
AISLAN CORREIA DOS SANTOS	420658488	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
PRISCILLA LESLY PERLAS CONDORI	149390928	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
TAMIRES APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	445018859	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
RENAN BERTI PEREIRA	105491450	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
CRISTIANE MEDEIROS GONCALVES	65120704	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
THIAGO MITSUO ETO	101327469	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
NADIA PASSOS QUEIROGA RAMOS	74075983	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
LUIS HENRIQUE BASILIO	5701296	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
FERNANDO NOBORU ITO	102551303	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
ARIOVALDO FILLUS	22105990	97	QPSS	SESA	PSE	I	II
GABRIELA BARRETO COELHO	42604566X	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
PRISCILA DE PADUA ZIMERMAN	80357176	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
RENATA ANDREONI PALMEIRA GUIMARAES	83756870	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
LEOPOLDO BOPP ROSSI	282575996	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
DENIZE APARECIDA TEIXEIRA	71360067	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
GUILHERME DE ALVARENGA COELHO GUILHON LOURES	MG-12517949	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
SARITA DE GUADALUPE MOREIRA DOS SANTOS	3329103	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ELAINE CRISTINA ITNER VOIDELO	61515232	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ELAINE GRUNTOSKI DE OLIVEIRA	35711520	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
GIZELIA SOARES DE SOUZA	69684319	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ADONES DE SOUZA MENDES	383399002	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
ELIANE DA MAIA EBERLE	50403343	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
AGUINALDO PAULINO DE OLIVEIRA	79148857	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
MARICLEIA VIANTE FORTES	77908773	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
FERNANDO DANIEL LOPES	73185491	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
SIMONE APARECIDA CARNEIRO	76631018	3	QPSS	SESA	PSE	I	II
SUELEM TAVARES DA SILVA PENTEADO	93544510	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ANA CAROLINE DIAS	109670936	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
RONALDO KENJI YOKOO	71457338	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
JAQUIELI APARECIDA FRAID	99358556	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
LIGIA PERSICI RODRIGUES SALVARANI	138935191	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
LUIS HENRIQUE BUENO	105642890	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
DANIELE SANTOS CARRILHO MARINI	72002261	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
ALBERTO DE ASSIS DUTRA	61294457	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
PAOLA DE OLIVEIRA LIPSKI	109110329	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
LEILA FERNANDA MENDES	124354234	2	QPSS	SESA	PSE	I	II
ANGELA BEATRIZ BICHIBICHI MUGNAGA	158860953	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
JEZIEL BONIFACIO	124308291	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
RAISSA IANSEN HOELDTKE	104899048	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
MARCIO AURELIO PARDO	60169225	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
DANILO ROMANEL BATISTA	41006021	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
ANA LAISA PALUDO DE BRITO	103608147	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
NATHALIA LOPEZ PEREIRA	150198240	2	QPSS	SESA	PSE	I	II
TATIANE MOTTA HUGGLER	449102804	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
CLAUDIO ANDRE DA SILVA JUNIOR	149928090	2	QPSS	SESA	PSE	I	II
THAIS TRYBUS	125389074	1	QPSS	SESA	PSP	I	II

CARMEN LUCIA RAISKI	58429597	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
JOZEANE DA CONCEICAO ANTUNES	75298080	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
NATALIA CRISTINA DIAZ FLORES	96080247	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
SAMANTHA REINELLI BERNARDINI PEIXOTO	85821474	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
PRISCILLA SOUSA OLIVEIRA	158789647	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ALESSANDRA ELISA GROMOWSKI	92939308	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ANDREI VARGAS DA ROCHA	110942010	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
CAROLINE WALGER DA FONSECA	87900002	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
JOICELY ZBONICK	89679206	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
SILVIA DOS SANTOS NASCIMENTO	73894000	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
ANA PAULA PIVOTTO	106313938	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
JULIA MAZEPA	99480017	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
CHRISTIANNE SOARES MOREIRA	69542824	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
VANDERLEI WIGGERS	1021737	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
ROBERGAN RAMOS	63178047	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
DANIELLE MARIA BASSO DROBENKO	67157214	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
PATRICIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	96664877	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
CARMEM JUST	46663632	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
HELLEN MENEZES GUIMARAES MEDEIROS	100389576	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
ADRIANE APARECIDA VIEIRA	88157923	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
PRISCILA FERREIRA DE SOUZA	100911736	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
KELLY HELENA CORREIA KLEIN	140820458	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
PAMELLA CRISTINA OLIVEIRA FRANCOIA	102064011	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
LAIZ MANGINI CICCHELERO	67167066	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
ROGER FELIPE FERREIRA DOS SANTOS	103823030	1	QPSS	SESA	PSF	I	II
ALINE BONETTI	84522171	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
DEBORAH TOCKUS ROCHA	90853244	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
GISELLA SANCHES HENLE PIASSETTA	81414432	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
CLARA REGINA VARGAS ROGACHESKI	52244811	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
ELAINE ANDRADE DE CARVALHO SARTORI	72365143	2	QPSS	SESA	PSP	I	II
EDSON BRAVO URQUIDI	217263409	1	QPSS	SESA	PSP	I	II
MAYARA KAUANA PERGO	104655807	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
RAFAEL JONAS MAFFEI	96901674	1	QPSS	SESA	PSE	I	II
CELIA BORGES TONELLI	41949589	2	QPSS	SESA	PSP	I	II

35723/2024

RESOLUÇÃO SEAP 5011/2024

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, fazendo uso de suas atribuições legais previstas na Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e, ainda, tendo em vista o contido no artigo 648, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 10.086/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os integrantes do Grupo de Trabalho para estudo e implementação de melhorias no Sistema eProtocolo para atender as diretrizes do CONARQ em relação ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD (e-ARQ Brasil) e outras ferramentas demandadas, caracterizando o Sistema eProtocolo como SIGAD, conforme segue:

- Talita Selis Arantes – Sistema e-Protocolo/SEAP;
- Cleuza de Fátima Moreira Scacchetti – Sistema e-Protocolo/SEAP;
- Denise Cristina Mansur – SGI/DEAP/SEAP;
- Gilberto Martins Ayres – SGI/DEAP/SEAP;
- Marcelo Fernandes Rodrigues – SGI/DEAP/SEAP.

Art. 2º A coordenação será desenvolvida em conjunta por Talita Selis Arantes – Sistema e-Protocolo/SEAP e Marcelo Fernandes Rodrigues SGI/DEAP/SEAP.

Art. 3º Esta Resolução retroage sua vigência a partir de 01 de abril de 2024.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

35673/2024

RESOLUÇÃO SEAP Nº 5029/2024

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e:

CONSIDERANDO que a SEAP deve emitir regulamentação a fim de promover a uniformização das atividades administrativas e de serviços de mão de obra especializados não inerentes à função pública;

CONSIDERANDO que recesso e ponto facultativo não é o mesmo que falta ao trabalho;
CONSIDERANDO a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026[1], mais especificamente a Cláusula Décima Terceira - Vale – Alimentação[2] - vigência da cláusula: 01/02/2024 a 31/01/2025.

RESOLVE:
Art. 1º Revogar, expressamente, o inciso III do artigo 7º e, também, os artigos 18 e 19, na íntegra, da Resolução nº 4669/2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

https://wordpress-direta.s3.sa-east-1.amazonaws.com/sites/1727/wp-content/uploads/2024/01/24145017/CCT2024.pdf

[2] As empresas concederão a todos os seus empregados – exceto aos lotados em pos-tos de serviços que concedam alimentação no local e aos empregados que não cumpram carga semanal superior a 20 horas - conforme regras específicas adiante indicadas, o vale-alimentação (mercado) no valor de R$ 700,00 (setecentos reais) mensais; PARÁGRAFO PRIMEIRO – O vale alimentação (mercado) será regulado pelo PAT e determinará o desconto de 20% (vinte por cento) do valor indicado, e poderá ser concedido, em dinheiro ou tíquete ou cartão, na periodicidade de 30 dias. Em caso de falta ao serviço, fica autorizada a empresa a descontar o valor de R$ 23,33,por dia de falta ao serviço; (grifo nosso)

35477/2024

DESPACHO Nº: 508/2024
Protocolo nº: 21.372.707-9
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Assunto: Procedimento licitatório – PREG-E nº 1.069/2023 – SRP – Adjudica e Homologa
Data: 10/04/2024

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PREG-E 1.069/2023 - SRP, tipo menor preço, composto por 12 (doze) lotes, visando a futura e eventual aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – GRUPO 2**, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 1504/1574a – mov. 215), a fim de atender as necessidades de diversos órgãos e entidades da administração pública do Estado do Paraná, descritos no Anexo VI do Edital (fls. 1543/1561 - mov. 215).

2. Após o trâmite das fases do procedimento licitatório, foram declaradas vencedoras as empresas abaixo relacionadas:

RAZÃO SOCIAL	CNJP Nº	LOTES
E. LAZZAROTTO & CIA LTDA.	09.045.155/0001-19	01

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

AGL COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA.	76.051.036/0001-66	02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 11 e 12
LICITA-X COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	46.605.653/0001-03	09 e 10

3. O valor total arrematado no procedimento importa em **R$ 827.468,11** (oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e onze centavos), obtendo-se o desconto de 21,48% sobre o preço máximo fixado para a disputa.

4. Considerando a Informação nº 25/2024 da Assessoria Técnica do DECON (fls. 1978/1980a – mov. 252), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os artigos 7º e art. 13, incisos VII e VIII, e art. 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022**, ADJUDICO E HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

5. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos art.s 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 10, §§1º ao 4º, do Decreto nº 4.258/2023.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
GS/AT/dj

34867/2024

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 505/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 326/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Vera Lucia Batista

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 506/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 325/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Taysa Melquiades da Silva

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 507/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 324/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Samuel dos Santos

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 508/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 323/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Rosineia Maria Pacheco

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 509/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 322/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Neuza de Lima

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 510/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 321/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Lucas Amorim de Oliveira

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 511/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 320/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Leticia Danielle dos Santos Sicote de Lima

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 512/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 319/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Juliana Ignan de Oliveira

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 513/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 318/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Julia Beatriz Parralego de Souza
Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 514/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 317/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Jeenifer Mayara Andreguetti

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 515/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 316/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Gabrielly Aparecida de Oliveira

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 516/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 315/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Flavia Menezes de Oliveira

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 517/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 314/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Fernanda Pereira da Silva

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato
Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 518/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 313/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Fernanda Ferreira Ramos

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 519/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 312/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Creila Queiroz de Melo Alves

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 520/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 311/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Camila Penha Ribeiro Motta

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 521/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 310/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Cintia Valeria de Sousa

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 522/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 309/2024 Chamamento Público nº4/2021

Contratada: Ana Carolina Pereira da Costa Diniz

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Técnico de Enfermagem Para O Hospital Universitário- Uel.

GESTOR
Servidor Iara Aparecida de Oliveira Secco Matricula 0904638 E-mail iarasecco@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Mariana Angela Rossaneis Moreira Matricula 1334630 E-mail rossaneis@uel.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 525/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 301/2024 Chamamento Público nº3/2020

Contratada: Mazaro Serviços Medicos Ltda

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Profissionais Médicos Especialistas, Para Atuar No Hospital Universitário.

GESTOR
Servidor Davi Miranda Matricula 0402095 E-mail dmira@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Priscila Audibert Nader Matricula 1605058 E-mail pnader@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 526/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 302/2024 Chamamento Público nº3/2020

Contratada: Amanda da Silva Lima - Consultório

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Profissionais Médicos Especialistas, Para Atuar No Hospital Universitário.

GESTOR
Servidor Davi Miranda Matricula 0402095 E-mail dmira@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Priscila Audibert Nader Matricula 1605058 E-mail pnader@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 527/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 304/2024 Chamamento Público nº3/2020

Contratada: Sanchez e Goes Clínica Médica Ltda.

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Profissionais Médicos Especialistas, Para Atuar No Hospital Universitário.

GESTOR
Servidor Davi Miranda Matricula 0402095 E-mail dmira@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Lucienne Tibery Queiroz Cardoso Matricula 1206759 E-mail lucienne@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 528/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 306/2024 Chamamento Público nº3/2020

Contratada: Tamazato Ltda

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Profissionais Médicos Especialistas, Para Atuar No Hospital Universitário.

GESTOR
Servidor Davi Miranda Matricula 0402095 E-mail dmira@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Tiago de Souza Papotti Matricula 2003165 E-mail drtiago@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 529/2024

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 342/2024 Chamamento Público nº3/2020

Contratada: Smart Med Serviços Médicos S.A

Objeto: Chamamento Publico Para Credenciamento de Profissionais

Médicos Especialistas, Para Atuar No Hospital Universitário.

GESTOR
Servidor Davi Miranda Matricula 0402095 E-mail dmira@uel.br
FISCAL
Tipo Contrato Contrato Servidor Priscila Audibert Nader Matricula 1605058 E-mail pnader@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

34770/2024

UEM

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá - UEM, José Maria de Oliveira Marques, no uso de suas atribuições regulamentares, torna(m) pública(s) a(s) Portaria(s) de Alteração da data de atribuição do(s) Quinquênio(s) datada de 08/04/2024, conforme abaixo:

P O R T A R I A Nº 270/2024–PRH

Considerando a Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no DIOE em 28/05/2020; Considerando o Informativo nº 008/2022 da Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado do Paraná de 16/03/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a data de atribuição dos QUINQUENIOS do servidor abaixo relacionado, com amparo no artigo 170 e 171 da Lei 6.174, de 16/11/1970, o artigo 9º da Lei Estadual n 10068 de 28/08/1992 e o artigo 8º da Lei 10.296 de 27/05/1993 totalizando o índice abaixo:

Nome / RG / UF / Lotação / Cargo / % / Data

ROSELI TEREZINHA SELICANI TEIXEIRA / 1.957.239-0 / PR / Departamento de Educação Física / Professor Associado / 50 / 08/04/2024

Art. 2º - Esta Portaria gera efeito nesta data, com EXCLUSÃO do nome na Portaria nº 693/2024-PRH de 03/10/2022.

32625/2024

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá - UEM, José Maria de Oliveira Marques, no uso de suas atribuições regulamentares, torna(m) pública(s) a(s) Portaria(s) de Exclusão da data de atribuição do(s) Quinquênio(s), datada de 09/04/2024, conforme abaixo:

P O R T A R I A Nº 273/2024–PRH

Considerando o artigo 170 e 171 da Lei 6.174, de 16/11/1970 e artigo 9º da Lei Estadual nº 10068 de 28/08/1992; Considerando a Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no DIOE em 28/05/2020; Considerando o Informativo nº 008/2022 da Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado do Paraná de 16/03/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - EXCLUIR da portaria n° 580/PRH de 01/08/2023, o nome do(a) servidor(a) MANOEL MESSIAS ALVES DA SILVA, RG: 9.690.325-1-SSP/PR, concedendo o 5º QUINQUENIO em 09/07/2023;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

33973/2024

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. Leandro Vanalli, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna(m) pública(s) a(s) Portaria(s) de averbação de tempo de contribuição datada(s) de 05/04/2024, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 341/2024-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022020.1.00753/22-1, datada de 16/12/2022, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS; considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) MARCOS JOSE GUIRADO DA SILVA, portador(a) da RG nº. 3.335.683-8/PR, no cargo de Agente Universitário de Execução, na classe/função de Técnico em Biblioteca, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	01/06/1981 a 17/05/1982	00	11	17
INSS	16/06/1982 a 08/10/1985	03	03	23
INSS	07/11/1988 a 11/03/1991	02	04	05
TOTAL		06	07	15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as demais disposições em contrário.

32195/2024

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. Leandro Vanalli, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna(m) pública(s) a(s) Portaria(s) de averbação de tempo de contribuição datada(s) de 08/04/2024, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 342/2024-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 19025050.1.00222/24-1, datada de 05/04/2024, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS; considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) JANE LESSA MONCAO, portador(a) da RG nº. 5.062.732-2/PR, no cargo de Agente Universitário Profissional, na classe/função de Bibliotecário, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	24/07/1989 a 03/04/1990	00	08	10
INSS	02/09/1991 a 03/03/1992	00	06	02
INSS	09/03/1992 a 10/09/1992	00	06	02
INSS	01/04/1993 a 30/12/1993	00	09	00
TOTAL		02	05	14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data e revoga as demais disposições em contrário.

32553/2024

A Reitora em Exercício da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias., Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora em Exercício, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública as Portarias de averbação de tempo de contribuição datadas de 26/03/2024 e 20/12/2023, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 346/2024-GRE

Considerando o Protocolo 21.936.077-0 de 27/03/2024;
Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14021110.1.00030/24-4, datada de 26/03/2024, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;
Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 000032/2023, datada de 20/12/2023, expedida pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) JANAINA GUERNICA SILVA portador(a) da RG nº. 5564517/MG, no cargo de PROF.ADJUNTO, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	01/02/2000 a 03/02/2003	03	00	03
INSS	04/08/2003 a 30/12/2016	13	04	27
Univ. Federal Mato Grosso do Sul	30/01/2019 a 26/10/2023	04	08	27
TOTAL		22	00	13

33027/2024

A Reitora em Exercício da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias., Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora em Exercício, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública as Portarias de averbação de tempo de contribuição datadas de 02/04/2019, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 349/2024-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023050.1.00276/19-4, datada de 02/04/2019, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS; considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) HOSANNA PATTRIG FERTONANI, portador(a) da RG nº. 4.249.758-4/PR, no cargo de PROF.ASSOCIADO, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	01/08/1986 a 03/10/1987	01	02	03
INSS	02/05/1989 a 11/10/1990	01	05	10
INSS	13/12/1994 a 13/05/1995	00	05	01
INSS	14/05/1995 a 12/02/1998	02	08	29
TOTAL		05	09	13

Art. 2º - Determinar, para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129 da Lei nº. 6.174, de 16 de novembro de 1970, a averbação do tempo de contribuição, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
SEED	21/04/1994 a 20/05/1994	00	01	00
TOTAL		00	01	00

34289/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A Reitora em Exercício da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias., Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora em Exercício, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública as Portarias de averbação de tempo de contribuição datadas de 04/04/2024 e 08/04/2024, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 347/2024-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 19025050.1.00244/24-5, datada de 08/04/2024, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS; considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) JOSE LUIS FERREIRA portador(a) da RG nº. 4.727.947-0/PR, no cargo de TECNICO EM INFORMATICA, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	01/09/1986 a 10/12/1987	01	03	10
INSS	01/11/1988 a 15/12/1989	01	01	15
INSS	09/10/1990 a 31/07/1991	00	09	22
TOTAL		04	01	03

PORTARIA Nº. 348/2024-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 19025050.1.00216/24-1, datada de 04/04/2024, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS; considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) SUELI APARECIDA ZUNTINI portador(a) da RG nº. 9.854.368-6/PR, no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	15/10/1994 a 25/12/1996	02	02	11
INSS	01/02/1986 a 30/06/1987	01	05	00
TOTAL		03	07	11

33993/2024

A Reitora em Exercício da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias., Profª. Drª. Gisele Mendes de Carvalho
Reitora em Exercício, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública as Portarias de averbação de tempo de contribuição datadas de 27/11/2015, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 350/2024-GRE

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023050.1.00355/15-9, datada de 27/11/2015, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS; considerando o disposto no Art. 26 do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá,

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) DEVAIR MARTINS portador(a) da RG nº. 5.120.154-0/PR, no cargo de OFICIAL DE MANUTENCAO, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	02/03/1987 a 10/06/1987	00	03	09
INSS	14/01/1988 a 11/10/1988	00	08	28
INSS	21/03/1989 a 31/01/1990	00	10	10
INSS	03/04/1990 a 19/11/1991	01	07	17
INSS	25/05/1992 a 23/09/1992	00	03	29
INSS	01/06/1993 a 29/05/2001	07	11	29
INSS	01/06/2002 a 01/02/2003	00	08	01
TOTAL		12	06	03

34597/2024

UENP

PORTARIA Nº. 001/2024 – Direção-CCB/CLM/UENP

SÚMULA: Instaura Sindicância Administrativa e nomeia Comissão Sindicante para apurar denúncias de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

A Professora Dra. Flávia Teixeira Ribeiro da Silva, Diretora do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais e considerando disposições do art. 3°, § 3, da Resolução nº 001/2021 CONSUNI/UENP; os fatos denunciados no e-protocolo 21.779.390-4; o parecer jurídico Nº 03/2024.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de sindicância com a finalidade de apurar denúncias constantes no protocolo sob nº 21.779.390-4 no âmbito do Campus Luiz Meneghel da UENP, que em tese, caracterizariam a violação do artigo 38, item "d" da Resolução nº 001/2021 -CONSUNI/UENP, que dispõe: "Art. 38 - Além das hipóteses anteriormente previstas impor-se-á a advertência ao servidor que: d) faltar a urbanidade e compostura em suas relações funcionais com os demais membros da comunidade universitária";

Art. 2º. Designar os servidores públicos José Reinaldo Merlin (RG 13.514.153-0), Edna Aparecida Lopes Bezerra Katakura (RG 4.651.608-7) e Maísa Lúcia Cacita Milani (RG 6.827.292-0) para comporem a Comissão Sindicante que, sob a presidência do primeiro, promoverá os atos necessários à apuração.

Art. 3º. Determinar que os trabalhos da Comissão Sindicante tenham início em até três dias a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado do Paraná (DiOE). Devendo ser concluída no prazo de 15 dias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bandeirantes-PR, em 09 de abril de 2024.

Profª. Drª. Flávia Teixeira Ribeiro da Silva

Diretora do Centro de Ciências Biológicas/CLM/UENP

34709/2024

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2024.242 – 08/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 23.000007322-3) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Professor Colaborador, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.631**, seguinte(s):	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Aline Ansbach Garabeli	40 horas
PORTARIA R. Nº 2024.248 – 09/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 23.000040053-4) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Professor Colaborador, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2023.290**, seguinte(s):	
DEPARTAMENTO DE ARTES	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Carla Emilia Nascimento	20 horas
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Luciana Kubaski Alves	20 horas

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

35056/2024

UNESPAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR/REITORIA

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna pública as seguintes **PORTARIAS:**

Portaria n.º 406 de 11 de abril de 2024.
Art. 1º Designar o professor Dr. Ricardo Desidério Silva, RG 7.287.XXX-3, como Coordenador Institucional do Programa Parfor Equidade da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revoga demais disposições em contrário bem como não produz efeitos financeiros.

Portaria n.º 407 de 11 de abril de 2024.
Art. 1º Designar Ednaldo de Sousa, CPF 007.424.XXX-27, como **Fiscal** do contrato 057/2022 - GMS 5764/2022, firmado entre a Empresa ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA e a UNESPAR - *Campus* de Apucarana em substituição ao Fiscal Guilherme Polisciuc.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revoga a PORTARIA N.° 638/2023 - REITORIA/UNESPAR e demais disposições em contrário, bem como não produz efeitos financeiros.

Portaria n.º 408 de 11 de abril de 2024.
Art. 1º Designar Ednaldo de Sousa, CPF 007.424.XXX-27, como **Fiscal** do contrato 031/2022 - GMS 3052/2022, firmado entre a Empresa WOLF VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - EIRELI e a UNESPAR - *Campus* de Apucarana em substituição ao Fiscal Guilherme Polisciuc.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revoga a PORTARIA N.° 655/2023 - REITORIA/UNESPAR e demais disposições em contrário, bem como não produz efeitos financeiros.

Portaria n.º 409 de 11 de abril de 2024.
Art. 1º Designar Raphaela Amaoka Bernardino Pereira, CPF 078.100.XXX-80, como **Fiscal** do contrato 4/2024 - GMS 533/2024, firmado entre a Empresa DF TURISMO E EVENTOS LTDA e a UNESPAR - *Campus* de Apucarana em substituição ao Fiscal Guilherme Polisciuc.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, altera a PORTARIA N.° 149/2024 - REITORIA/UNESPAR e revoga demais disposições em contrário, bem como não produz efeitos financeiros.

Salete Paulina Machado Sirino — **REITORA**

35131/2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 401/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Conceder à servidora Rosemeri Rocha da Silva , RG nº 7.XXX.264-5/PR, no cargo de Professor de Ensino Superior, na função de Professor Associado, lotada no Campus de Curitiba II, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 30/01/2001 a 29/01/2006 e fruição em 21/02/2024 a 20/05/2024
Portaria nº 402/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Conceder afastamento integral para capacitação da professora Cristina Hillen Marchine Ferreira, RG nº 7.XXX.196-5/PR, no cargo de Professor de Ensino Superior, na função de professor Adjunto, lotada na UNESPAR - Campus de Campo Mourão, para realização de Pós-Doutorado em Controladoria e Governança na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC no período de 01/04/2024 a 31/12/2024.
Portaria nº 403/2024 de 10/04/2024. Art. 1º – Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, da professora Cristiane do Rocio Wosniak, RG nº 3.XXX.832-0/PR, no cargo de Professor de Ensino Superior, lotada no campus de Curitiba II, a partir de 03/04/2024.
Portaria nº 404/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Art. 1º – Alterar o Regime de Trabalho de RT-40 para Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, da professora Eliane Josefa Barbosa dos Reis, RG nº 4.XXX.144-5/PR, no cargo de Professor de Ensino Superior, lotada no campus de Paranavaí, a partir de 03/04/2024.
Portaria nº 405/2024 de 10/04/2024. Art. 1º Nomear em substituição o docente, Jefferson William Gohl, RG nº 5.XXX.585-0/PR, para o cargo de Coordenador pro tempore do Curso de História – Licenciatura do Campus de União da Vitória, sem efeitos financeiros, de 18 de março 2024 a 01 de maio 2024 durante licença médica da Titular do Cargo, conforme Portaria nº 1393/2023.
Salete Paulina Machado Sirino **- Reitora**

34997/2024

UNIOESTE

GABINETE DA REITORIA
ATO EXECUTIVO Nº 037/2024-GRE, DE 11 DE ABRIL DE 2024.
SÚMULA: Aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de vaga a integrar o 1º Processo Seletivo Simplificado/2023, para Agentes Universitários da UNIOESTE, por prazo determinado.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando o Processo nº 22.008.248-2, de 11 de abril de 2024, RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de 01(uma) vaga, a integrar o **1º Processo Seletivo Simplificado/2023 para Agentes Universitários da Unioeste**, por prazo determinado, conforme segue:
Cargo-Função-Nº de vagas-Justificativa
Agente Universitário de Execução-Técnico em Enfermagem-01 (uma) -Atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, para substituir no período de 06 (seis) meses a servidora: Camila Daiane Barbosa Munevek, que está em licença maternidade.
Art. 2º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

35715/2024

UNIOESTE/Campus de Toledo
TERMO DE CONVÊNIO PARTES: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo, inscrita no CNPJ 78.680.337/0005-08, com sede à Rua da Faculdade, 645, na cidade de Toledo, Paraná, e SANTA GEMMA ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.986.277/0001-60, localizada na Rua Projetada A, Q-02 LT-01 - às margens da PR 488 - Santa Helena/PR. OBJETO: estabelecer as condições de realização de Estágios de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva, nos cursos vinculados à UNIOESTE – Campus de Toledo. PERÍODO: cinco anos a contar de 26/02/2024 até 26/02/2029.
Patrícia Stafusa Sala Battisti – Diretor-Geral da Unioeste - Toledo, 10 de Abril de 2024.

34627/2024

PORTARIA Nº 1145/2024-GRE, DE 04 DE ABRIL DE 2024.
Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, a Professora IONETE LÚCIA MILANI BARZOTTO, RG nº 3.561.243-2, lotada no Centro de Ciências Médicas e Farmacêuticas do Campus de Cascavel, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 02-07-2009 a 01-07-2016, a ser usufruída no período de 01 de abril a 30 de setembro de 2024.
PORTARIA Nº 1147/2024-GRE, DE 04 DE ABRIL DE 2024.
Conceder Licença Sabática – 12(doze) meses, a Professora CRISTINA DIAMANTE, RG nº 8.828.030-0, lotada no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, referente ao efetivo exercício de suas atividades no período de 02-03-2000 a 01-03-2014, a ser usufruída no período de 01 de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025.
PORTARIA Nº 1148/2024-GRE, DE 04 DE ABRIL DE 2024.
Conceder Licença Sabática – 06(seis) meses, a Professora CRISTINA DIAMANTE, RG nº 8.828.030-0, lotada no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde do Campus de Cascavel, referente ao efetivo exercício de suas atividades de 02-03-2014 a 01-03-2021, a ser usufruída no período de 01 de novembro de 2025 a 30 de abril de 2026.
PORTARIA Nº 1159/2024-GRE, DE 05 DE ABRIL DE 2024.
Conceder Licença Especial – 01(um) mês, a Servidora IONE MARIA GONÇALVES DE AGUIAR, RG nº 4.648.363-4, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, referente ao quinquênio – 23-12-2013 a 22-12-2018, a serem usufruídos no período de 01 a 30 de abril de 2024. Permanece o período de 02(dois) meses a serem usufruídos, referente ao quinquênio acima citado, o qual poderá ser requisitado pela interessada neste mesmo Processo nº 21.758.210-5.
PORTARIA Nº 1169/2024-GRE, DE 08 DE ABRIL DE 2024.
Declarar a contagem de tempo, para fins de aposentadoria e disponibilidade, da Servidora CLEONICE DE ASSUNÇÃO, RG nº 4.494.077-9, lotada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, conforme segue: 02 anos e 301 dias; períodos: 30-10-1990 a 26-08-1993 - Prefeitura Municipal de Cascavel/Estatutário.
Tornar sem efeito a Portaria n° 1100/2024-GRE, de 27 de março de 2024.
PORTARIA Nº 1189/2024-GRE, DE 09 DE ABRIL DE 2024.
Autorizar a Disposição Funcional do Professor RICARDO ROCHA DE OLIVEIRA, RG nº 3.542.640-0, lotado no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas do Campus de Cascavel, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, com ônus para o órgão de Origem, no período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2024.
PORTARIA Nº 1219/2024-GRE, DE 11 DE ABRIL DE 2024.
Autorizar o afastamento, para o exterior, do Professor EDUARDO LUIZ BUSATTA, RG nº 5.988.564-2, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Cascavel, para participar do International Post-Doctoral Programme in "New Technologies, Law and Social Sciences", promovido pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research, em Reggio Calabria – Itália, no período de 07 de junho a 31 de julho de 2024.

34937/2024

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DELIBERAÇÃO N° 027/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 5 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS n° 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – Resolução nº 145/2004;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109/2009 do CNAS que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 33/2012 do CNAS que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742 de 07/12/1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 06/07/11, que em seus artigos 13, 30, 30-A e 30-B, regulamenta a competência dos Estados e a condição para repasses de recursos do Fundo Estadual aos Municípios;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.544, de 17/04/2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS, para os Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS, em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Federal nº 8.742/93, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 8.543, de 17/07/2013, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais, em atendimento a Lei Estadual nº 17.544/2013;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23/03/1999;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 3.513/2016 que Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, para dispor sobre o regime jurídico das parcerias entre a administração pública do Estado do Paraná e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades e interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento;

CONSIDERANDO que o Estado do Paraná aderiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e instituiu CIAMPRUA/PR pelo Decreto nº 2.405/2015;

CONSIDERANDO que no Estado do Paraná, em fevereiro/2024 constavam 17.400 pessoas em situação de rua identificadas no Cadúnico;

CONSIDERANDO que o atendimento e atuação do SUAS nas situações de adversidades climáticas requerem maior atenção às populações mais vulneráveis e de risco social, como o caso da população em situação de rua;

CONSIDERANDO a Resolução nº 004/24 – CIB/PR, que pactua o Incentivo Vidas Aquecidas, incentivo voltado ao atendimento para população em situação de rua no inverno;

DELIBERA

Capítulo I

Do Objeto

Art. 1º Pela aprovação do Incentivo Vidas Aquecidas, incentivo voltado ao atendimento para população em situação de rua no inverno, com o repasse do Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Considera-se população em situação de rua, conforme Política Nacional para População em Situação de Rua: "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória."

Art. 2º Entende-se como Incentivo Vidas Aquecidas, o recurso que deverá ser exclusivamente utilizado com objetivo de ampliar a oferta de atendimento em serviços, programas e benefícios do SUAS nas situações climáticas adversas de frio intenso para os indivíduos e famílias que se encontram em situação de rua;

§1º Deve ser garantido o atendimento das especificidades de grupos prioritários como crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, como também atenção aos migrantes, refugiados, apátridas, indígenas e pessoas de comunidades tradicionais.

§2º Os municípios que não apresentaram pessoas em situação de rua conforme os dados do CadÚnico disposto no artigo 5º, deverão realizar busca ativa e regular cadastramento das pessoas no CadÚnico para utilização do recurso.

Art. 3º O Incentivo Vidas Aquecidas poderá ser destinado para as seguintes ofertas socioassistenciais:

I – Acolhimento provisório na rede hoteleira;

II – Implantar ou implementar e manter alojamentos provisórios, de forma direta ou por meio de parcerias com OSC;

III – Ampliar as vagas de atendimento nas unidades de acolhimento institucional;

IV – Concessão de benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária, conforme regulamentação local;

V – Intensificar a ações do Serviço Especializado em Abordagem Social.

Parágrafo Único. O município que definir a oferta de benefício eventual por vulnerabilidade temporária deverá possuir regulamentação local com a devida aprovação do CMAS.

Art. 4º Em caso de unidades/serviços não governamentais a execução será realizada por meio de parceria entre o ente municipal com Organizações da Sociedade Civil – OSC desde que respeitadas às prerrogativas do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Leis Federais nº 13.019/2014 e 13.204/2015.

Capítulo II

Dos Municípios Contemplados

Art. 5º O cofinanciamento contempla 58 municípios (Anexo I), conforme análise dos seguintes critérios indicadores:

I – Municípios que apresentam baixas temperaturas, a partir dos dados extraídos do Atlas Climático do Paraná (2019), realizado pelo Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), fornecidos pela Defesa Civil do Estado;

II – Total de pessoas em situação de rua, conforme dados do CadÚnico (março/24).

Art. 6º O repasse será efetivado para os municípios com Atestado de Regularidade do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Plano Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social - (ARCPF) vigente.

Art. 7º A transferência do recurso ocorrerá de forma automática na modalidade fundo a fundo em parcela única.

Art. 8º O prazo de execução do recurso será até 31 de dezembro de 2025.

Capítulo III

Da Adesão e do Plano de Ação

Art. 9º Os municípios deverão assinar o Termo de Adesão e o Plano de Ação no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) até 40 (quarenta) dias após sua abertura pela SEDEF.

§1º O município deverá preencher o Plano de Ação, conforme parâmetros do SIFF, de acordo com a realidade e as necessidades do município, informações do Cadúnico e Registro Mensal de Atendimento (RMA) e como previsto nas normativas nacionais de atendimento.

§2º O município deverá anexar a Resolução do CMAS publicada em que conste a adesão e a aprovação Plano de Ação.

§3º Após a adesão no SIFF será publicada Resolução da SEDEF com a relação dos municípios que realizaram o aceite e foram habilitados, com os valores repassados por município.

Capítulo IV

Dos Recursos

Art. 10. Os recursos para suprir as ações desta Deliberação são oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/PR), no valor de R$ 4.190.000,00 (quatro milhões, cento e noventa mil reais), oriundos da fonte do Fundo do Consumidor (FECON) ou demais fontes vinculadas ao FEAS/PR, conforme aprovado pela Lei nº 20.532/21.

Art. 11. Os valores serão repassados aos municípios contemplados conforme o número de pessoas em situação de rua no CAdÚnico:

I – Municípios sem pessoas em situação de rua identificadas no CadÚnico o valor recebido será de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II – De 01 até 10 pessoas em situação de rua cadastradas o valor recebido será de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III – De 11 até 50 pessoas em situação de rua cadastradas o valor recebido será de R$ 70.000,00 (setenta mil reais);

IV – De 51 a 100 pessoas em situação de rua cadastradas o valor recebido será de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

V – De 101 a 500 pessoas em situação de rua cadastradas o valor recebido será de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais);

VI – De 501 a 1.000 pessoas em situação de rua cadastradas o valor recebido será de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais);

VII – Acima 1.001 pessoas em situação de rua cadastradas o valor recebido será de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Art. 12. O repasse ocorrerá de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social.

Capítulo V

Dos Itens de Despesas e das Vedações

Art. 13. Os recursos financeiros tratados nesta Deliberação, poderão ser utilizados para:

I – Custeio – concessão Benefício Eventual, de acordo com o inciso III, do Art. 3º;

II – Custeio – material de consumo, serviço de terceiros Pessoa Jurídica e Pessoa Física;

III – Investimento;

IV – Despesa com equipe de referência NOB/SUAS-RH – Concursados seja pelo regime estatutário, celetista ou temporário desde que integrem a equipe de referência, em consonância com a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB/SUAS-RH) e Resolução nº 17/2011, independente da sua data de ingresso no quadro de pessoal do ente federado, respeitando o limite da Resolução nº 32/2011 – CNAS, conforme parágrafo 2º, inciso I, do art. 2º do Decreto nº 8543/2013;

V – Encargos Sociais advindo do vínculo da equipe prevista no inciso IV.
Art. 14. São vedadas as seguintes despesas:
I – Despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação que esteja diretamente vinculada ao objeto de transferência das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção de autoridades ou servidores públicos;
II – Obras e reformas;
III – Aquisição de veículos;
IV – Equipamentos de informática.

Capítulo VI
Das Prestações de Contas

Art. 15. A prestação de contas dos recursos repassados será realizada por meio do Sistema Fundo a Fundo – SIFF, seguindo o disposto nas regulamentações do Estado, com as seguintes exigências:
§1º Preenchimento, no SIFF, do Relatório de Gestão Físico-Financeira aprovado pelo CMAS, anexando cópia da resolução publicada.
§2º Extratos da conta-corrente e da aplicação financeira.
§3º A devida aprovação do CMAS, demonstrada pelo preenchimento da aba de Parecer do Conselho e adição no sistema do arquivo da resolução municipal publicada.
Art. 16. Nos casos em que o Conselho Municipal de Assistência Social aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeira, o município deverá apresentar justificativa sobre o caso e indicar como as ressalvas serão resolvidas.
Parágrafo Único. Caso as ressalvas não sejam sanadas, será instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial no município e este ficará impedido de receber recursos do FEAS/PR, podendo ainda, devolver o recurso recebido, devidamente corrigido ao FEAS/PR.
Art. 17. A omissão na apresentação da prestação de contas suspenderá futuros repasses de recursos vinculados ao FEAS, que somente serão restabelecidos após a apresentação de relatório de gestão físico-financeiro no SIFF, devidamente aprovado pelo CMAS.
Art. 18. Caberá ao Município responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social o controle e o acompanhamento desse serviço, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.
Art. 19. Nos casos em que o município sofra Tomada de Contas Especial, não será repassado recurso dos fundos que estão sob a gestão da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, tais como: Fundo para a Infância e Adolescência – FIA e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.
Parágrafo Único. Caso as ressalvas não sejam sanadas e sejam detectadas irregularidades, o município deverá devolver o recurso recebido devidamente corrigido ao FEAS.
Art. 20. As despesas realizadas com recursos financeiros recebidos na modalidade fundo a fundo devem atender às exigências legais, mantendo-se a respectiva documentação administrativa e fiscal pelo período legalmente exigido.
Art. 21. É assegurado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado e ao Conselho Estadual de Assistência Social o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros afetos ao serviço e a toda documentação pertinente à Assistência Social custeada com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

Capítulo VII
Das Disposições Finais

Art. 22. Nos casos em que os municípios identifiquem a necessidade de alteração do Plano de Ação, após o período de adesão, este deverá realizar a aprovação do novo Plano no CMAS com publicação de resolução, no primeiro trimestre de cada ano. A alteração deve respeitar a finalidade e os objetivos propostos nesta deliberação.
Parágrafo Único. O município deve solicitar à SEDEF abertura do SIFF para realizar as alterações no respectivo sistema, anexando cópia de Resolução publicada aprovando as alterações, bem como, ofício justificando a necessidade de modificação do Plano de Ação.
Art. 23. Os casos omissos serão tratados pelo Órgão Gestor Estadual da Política de Assistência Social e com o Conselho Estadual de Assistência Social.
Art. 24. Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR

Adrianis Galdino da Silva Junior
Vice-Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

NR/IARA	Município	Pessoas em situação de Rua – CadÚnico	Munc. Com baixa temperatura	Valor a ser Pago
Curitiba	Agudos do Sul	2	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Almirante Tamandaré	88	sim	R$ 120.000,00
Ponta Grossa	Antônio Olinto	0	sim	R$ 20.000,00
Curitiba	Araucária	349	sim	R$ 170.000,00
Curitiba	Balsa Nova	10	sim	R$ 40.000,00
Ponta Grossa	Bituruna	5	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Bocaiúva do Sul	9	sim	R$ 40.000,00
Guarapuava	Campina do Simão	0	sim	R$ 20.000,00
Curitiba	Campina Grande do Sul	47	sim	R$ 70.000,00
Curitiba	Campo do Tenente	1	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Campo Largo	254	sim	R$ 170.000,00
Curitiba	Campo Magro	15	sim	R$ 70.000,00
Ponta Grossa	Carambeí	21	sim	R$ 70.000,00
Francisco Beltrão	Clevelândia	3	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Colombo	245	sim	R$ 170.000,00
Curitiba	Contenda	28	sim	R$ 70.000,00
Francisco Beltrão	Coronel Domingos Soares	0	sim	R$ 20.000,00
Ponta Grossa	Cruz Machado	3	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Curitiba	4450	sim	R$ 350.000,00
Curitiba	Fazenda Rio Grande	263	sim	R$ 170.000,00
Ponta Grossa	Fernandes Pinheiro	1	sim	R$ 40.000,00
Ponta Grossa	General Carneiro	2	sim	R$ 40.000,00
Guarapuava	Guarapuava	270	sim	R$ 170.000,00
Francisco Beltrão	Honório Serpa	0	sim	R$ 20.000,00
Ponta Grossa	Inácio Martins	0	sim	R$ 20.000,00
Ponta Grossa	Irati	46	sim	R$ 70.000,00
Curitiba	Itaperuçu	24	sim	R$ 70.000,00
Curitiba	Lapa	32	sim	R$ 70.000,00
Ponta Grossa	Mallet	0	sim	R$ 20.000,00
Curitiba	Mandirituba	48	sim	R$ 70.000,00
Francisco Beltrão	Mangueirinha	2	sim	R$ 40.000,00
Francisco Beltrão	Mariópolis	0	sim	R$ 20.000,00
Francisco Beltrão	Palmas	48	sim	R$ 70.000,00
Ponta Grossa	Palmeira	17	sim	R$ 70.000,00
Ponta Grossa	Paula Freitas	0	sim	R$ 20.000,00
Ponta Grossa	Paulo Frontin	0	sim	R$ 20.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba	Piên	4	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Pinhais	317	sim	R$ 170.000,00
Guarapuava	Pinhão	5	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Piraquara	93	sim	R$ 120.000,00
Ponta Grossa	Ponta Grossa	952	sim	R$ 230.000,00
Ponta Grossa	Porto Amazonas	2	sim	R$ 40.000,00
Ponta Grossa	Porto Vitória	1	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Quatro Barras	15	sim	R$ 70.000,00
Curitiba	Quitandinha	3	sim	R$ 40.000,00
Ponta Grossa	Rebouças	6	sim	R$ 40.000,00
Guarapuava	Reserva do Iguaçu	1	sim	R$ 40.000,00
Ponta Grossa	Rio Azul	2	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Rio Branco do Sul	20	sim	R$ 70.000,00
Curitiba	Rio Negro	21	sim	R$ 70.000,00
Ponta Grossa	São João do Triunfo	4	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	São José dos Pinhais	885	sim	R$ 230.000,00
Ponta Grossa	São Mateus do Sul	28	sim	R$ 70.000,00
Ponta Grossa	Teixeira Soares	1	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Tijucas do Sul	9	sim	R$ 40.000,00
Curitiba	Tunas do Paraná	0	sim	R$ 20.000,00
Guarapuava	Turvo	0	sim	R$ 20.000,00
Ponta Grossa	União da Vitória	19	sim	R$ 70.000,00
TOTAL				**R$ 4.180.000,00**

34955/2024

DELIBERAÇÃO Nº 030/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 05 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e;

CONSIDERANDO Seção III do Regimento Interno deste Conselho, em seus Art. 18 e 19, que versam sobre as Comissões Temáticas que constituem a estrutura e o funcionamento do CEAS/PR;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 4824 de 7 de fevereiro de 2024 que nomeia representantes governamentais para composição do CEAS/PR;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 5052 de 6 de março de 2024 que nomeia representantes governamentais para composição do CEAS/PR;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 5240 de 12 de abril de 2024 que nomeia representantes governamentais e representantes da sociedade civil para composição do CEAS/PR;

DELIBERA

Art. 1° Pela aprovação da recomposição das Comissões Temáticas Permanentes, conforme Anexo I desta Deliberação.
Art. 2º Fica revogada a Deliberação 056/2023 CEAS/PR.
Art. 3º Essa deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR

Adrianis Galdino da Silva Junior
Vice-Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

(1). Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo		
Membros Governamentais		
Titular	**Renata Mareziuzek dos Santos**	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Política de Assistência Social / Gestão		
Suplente	Maiara de Almeida Abreu	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Secretaria de Desenvolvimento Social e Família / Gabinete		
Titular	**Gustavo Henrique Abboud Pontes**	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Política de Assistência Social / Divisão de Gestão do SUAS		
Suplente	Quelen Silveira Coden	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Diretoria do Desenvolvimento Social		
Titular	**Pedro Américo Vieira**	SEPL
Secretaria de Estado do Planejamento		
Suplente	Rodrigo da Silva Nicolau	SEPL
Secretaria de Estado do Planejamento		
Membros da Sociedade Civil		
Titular	**Leonardo Corrêa Lugon**	Entidades
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu		
Suplente	Elaine Marlene Jung	Entidades
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu		
Titular	**Edson Aparecido de Alencar**	Usuários SUAS
Macorregional Curitiba		
Suplente	Cleyton Serafim dos Reis	Usuários SUAS
Macrorregional Curitiba		
Titular	**Adrianis Galdino da Silva Junior**	Trabalhadores
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social		
Suplente	Daniele de March	Trabalhadores
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social		

(2). Comissão de Políticas Sociais		
Membros Governamentais		
Titular	**Leonardo Ferreira**	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Politica de Assistência Social/ Divisão de Proteção Social Básica		
Suplente	Magali Socher Luiz	SEDEF

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Politica de Assistência Social / Divisão de Proteção Social Básica		
Titular	**Ana Pedroso de Almeida**	IDR
Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural		
Suplente	Miriam Fuckner	IDR
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná		
Titular	**Michele Cristina Ribeiro**	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação de Programas e Projetos		
Suplente	Everton de Oliveira	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação de Programas e Projetos		
Membros da Sociedade Civil Organizada		
Titular	**Adriano Roberto dos Santos**	Entidades
Casa da Criança e do Adolescente Irmãos Cavanis		
Suplente	Marcelo Oliveira Bleme	Entidades
Casa da Criança e do Adolescente Irmãos Cavanis		
Titular	**Anderson Costa Cardoso**	Usuários SUAS
Macrorregional Maringá		
Suplente	André Luis Barbosa	Usuários SUAS
Macrorregional Maringá		
Titular	**Roselaine das Dores Nogueira**	Trabalhadores
Sindicato dos Servidores Municipais de Tamarana		
Suplente	Sandra Aparecida Avila	Trabalhadores
Sindicato dos Servidores Municipais de Tamarana		

(3). Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização		
Membros Governamentais		
Titular	**Paula Cristina Calsavara**	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Politica de Assistência Social / Divisão de Proteção Social Especial		
Suplente	Samanta Krevoruczka	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Politica de Assistência Social / Divisão de Proteção Social Especial		
Titular	**Denise Maria Fank de Almeida**	SETI
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		
Suplente	José Maia	SETI
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		
Titular	**Roberto Leite**	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Política Estadual da Pessoa com Deficiência		
Suplente	Margarete Alcino	SEDEF
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família / Coordenação da Política Estadual da Pessoa com Deficiência		
Membros da Sociedade Civil Organizada		
Titular	**Marlene Cichoki da Silva**	Entidades
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Oeste		
Suplente	Neli Tereza Pomagerski Pivatto	Entidades
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Izabel do Oeste		
Titular	**Cleny Thomas Maciel**	Usuários SUAS
Macrorregional Cascavel		
Suplente	Roseli Barossi	Usuários SUAS
Macrorregional Cascavel		
Titular	**Sergio Bezerra Pinto Junior**	Trabalhadores
CRP – Conselho Regional de Psicologia da Oitava Região		
Suplente	Thaise Roseli Moreira Dantas	Trabalhadores
CRP – Conselho Regional de Psicologia da Oitava Região		

(4). Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial		
Membros Governamentais		
Titular	**Ticyana Paula Begnini**	SEDEF
Secretaria de Desenvolvimento Social e Família / Gabinete		
Suplente	Vandete Arcoverde Silva	SEDEF
Secretaria de Desenvolvimento Social e Família / Núcleo Regional de Ponta Grossa		
Titular	**Maíra Tavares de Oliveira**	SEED
Secretaria de Estado da Educação		
Suplente	Delvana Lucia de Oliveira	SEED
Secretaria de Estado da Educação		
Titular	**Andréia Maria Sanson Corat**	SEJU
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania		
Suplente	Evlin Gamra	SEJU
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania		
Membros da Sociedade Civil Organizada		
Titular	**Claudia Moreira**	Entidades
ORAR - Organização Evangélica de Serviço Social, Nutricional, Educacional, Meio Ambiente e Saúde de Cornélio Procópio		
Suplente	Eduardo Benez	Entidades
ORAR - Organização Evangélica de Serviço Social, Nutricional, Educacional, Meio Ambiente e Saúde de Cornélio Procópio		
Titular	**Aurora da Aparecida Santos**	Usuários SUAS
Macrorregional Guarapuava		
Suplente	Ademir Jose dos Santos	Usuários SUAS
Macrorregional Guarapuava		
Titular	**Gabriela Daniel de Campos**	Trabalhadores
FETSUAS – Fórum de trabalhadores do SUAS do Paraná		
Suplente	Deise Teixeira Land	Trabalhadores
FETSUAS – Fórum de Trabalhadores do SUAS do Paraná		

(5). Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social		
Membros Governamentais		
Titular	**Porcina Elizabeth de Oliveira Souto**	SEDEF
Secretaria de Desenvolvimento Social e Família / Núcleo Regional de Londrina		
Suplente	Márcia Valim Lemes Mattjie	SEDEF
Secretaria de Desenvolvimento Social e Família / Núcleo Regional de Cascavel		
Titular	**Lucimeri Sampaio Bezerra**	COHAPAR
Companhia de Habitação do Paraná		
Suplente	Rafael de Lima Borba	COHAPAR
Companhia de Habitação do Paraná		

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Titular	**Sirleni Brito dos Santos Silva**	SESA
Secretaria Estadual de Saúde		
Suplente	Suelen Letícia Gonçalo	SESA
Secretaria Estadual de Saúde		
Membros da Sociedade Civil Organizada		
Titular	**Elidiamara Simões Nunes**	Entidades
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Umuarama		
Suplente	Natanne Olivia Roman Miller	Entidades
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais		
Titular	**Rogeria Aparecida Ortelhado**	Usuários SUAS
Macrorregional Londrina		
Suplente	Carlos da Silva	Usuários SUAS
Macrorregional Londrina		
Titular	**Juliano Alves Dos Santos**	Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores		
Suplente	Cristhiane Loiva Novello	Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores		

35001/2024

DELIBERAÇÃO N° 028/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 5 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO a Lei 10.741 de 1° de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO a Lei Estadual no 17.544 de 17 de abril de 2013, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual no 8.543 de 17 de julho de 2013, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais, em atendimento a Lei Estadual no 17.544, de 17 de abril de 2013;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2014 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Deliberação no 083 de 25 de novembro de 2016 do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, que aprova o Plano Decenal de Assistência Social do Estado do Paraná, para o período 2016-2025;

CONSIDERANDO a Resolução 03/2022 – CIB/PR que pactua o Repasse para Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a Deliberação n° 069/2022 – CEAS PR que aprova o repasse de recursos fundo a fundo para o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (PCD) (18 a 59 anos) ou similar, como uma das possibilidades de atendimento às demandas provenientes das solicitações de acolhimento institucional encaminhadas por Municípios de Pequeno Porte I e II;

CONSIDERANDO que houve 52 (cinquenta e duas) solicitações, que seguiram os prazos estabelecidos para adesão a Deliberação n°069/2022 CEAS PR, no entanto conforme Art..8, § 1º, inicialmente foram disponibilizadas 15 metas, sendo que durante esse período ocorreram 3 óbitos, totalizando 34 solicitações pendentes;

CONSIDERANDO previsão orçamentária do FEAS para execução no ano de 2024;

CONSIDERANDO que o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência e o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas são ofertas socioassistenciais, prestados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que é composto por entidades socioassistenciais governamentais ou Organizações da Sociedade Civil – OSCs (instituições privadas sem fins lucrativos), para fins desta deliberação, compreende-se serviços similares àqueles prestados por instituições privadas com fins lucrativos, que por sua estrutura e metodologia de trabalho se assemelham ao que dispõe as normativas da assistência social sobre os serviços socioassistenciais de acolhimento institucional;

CONSIDERANDO a Resolução nº 005/2024 – CIB/PR que pactua a ampliação da Deliberação nº 069/22 – CEAS/PR – Repasse para Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência,

DELIBERA

Capítulo I

Do Objeto

Art. 1º Pela aprovação da ampliação de 21 (vinte e uma) metas, para atendimento das solicitações pendentes da Deliberação n° 069/2022 – CEAS PR que foram realizadas conforme os procedimentos e prazos estipulados.

Parágrafo Único. Os municípios habilitados estão listados no Anexo I desta deliberação.

Capítulo II

Dos Recursos

Art. 2º Os recursos para suprir as ações desta Deliberação são oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/PR), no valor R$ 882.000,00 (oitocentos e oitenta e dois mil reais), oriundos da fonte do Fundo do Consumidor (FECON) ou demais fontes vinculadas ao FEAS/PR, limitado à disponibilidade orçamentária do montante.

§ 1º O valor mensal do repasse será de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por usuário atendido.

§ 2º A periodicidade do pagamento do recurso será trimestral, de forma regular e automática.

Capítulo III

Das Disposições Gerais

Art. 3º Os demais artigos da Deliberação n°069/2022 CEAS PR permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR

Adrianis Galdino da Silva Junior
Vice-Presidente do CEAS/PR

ANEXO I

MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS	QUANT. SOLICITAÇÕES
Balsa Nova	2
Corbélia	1
Grandes Rios	3
Mandirituba	1
Manfrinópolis	1
Nova Esperança do Sudoeste	1
Nova Prata do Iguaçu	2
Pato Bragado	1
Paula Freitas	1
Perobal	1
Piên	2
Porto Barreiro	1
Quatro Pontes	1
Santa Cecília do Pavão	1

Santa Izabel do Oeste	1
Terra Roxa	1

35332/2024

DELIBERAÇÃO Nº 14/2024 – CEDCA/PR

Considerando a Deliberação n°58/2023, que trata da Regulamentação do Banco de Projetos do FIA;

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR reunido ordinariamente em 22 de março de 2024;

DELIBEROU

Art. 1º Pela inclusão do Parágrafo único no art.11 da Deliberação nº 58/2023 – CEDCA/PR que passa a vigorar com seguinte redação:

"Parágrafo único**.** O Proponente poderá realizar o pagamento, com os recursos do projeto, de profissional de captação de recursos, respeitado o percentual máximo 5% (cinco por cento) do valor total do projeto, limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)."

Art. 2º Que sejam observadas as formalidades legais.

Art. 3º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba, 22 de março de 2024.

Juliana Muller Sabbag
Presidente do CEDCA/PR

34700/2024

DESPACHO SECRETARIAL nº 160/2024 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 21.818.676-9.

I. **AUTORIZO** com fundamento no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, no § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 e no inciso II do § 3º do art. 108 e § 12 do art. 112 da Lei 15.608/2007, e com base no pedido da contratada (f. 56. Mov. 32), no Aviso nº 21/2023-SEAP/DOS (fls. 03-09. Mov. 03), na Memória de Cálculo (f. 59. Mov. 35), no Pesquisa e Quadro de Vantajosidade (fls. 26-39/60. Mov. 15-17/35), no Despacho nº 081/2024 do Núcleo Administrativo Setorial – NAS (f. 41. Mov. 19), bem como na Informação Técnica nº 187/2024-SEDEF/AT (fls. 65-70. Mov. 39), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, **a formalização do Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 1232/2023**, celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF e a empresa **PLANSERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – CNPJ nº 04.970.088/0001-25**, que tem por objeto a contratação de serviços continuados de motoristas, e, tendo em vista a disponibilidade de recursos orçamentários (fls. 42-44. Mov. 20-22), **a realização da despesa no valor total de até R$ 52.053,02 (cinquenta e dois mil e cinquenta e três reais e dois centavos)**, referente à aplicação do índice percentual de repactuação para ao exercício de 2023, de 10,88% para o Lote 02 do P.E. nº 1428/2021. Assim, o valor mensal de R$ 47.525,98 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos), passará a ser DE R$ 52.696,81 (cinquenta e dois mil seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos).

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Termo e pagamentos, as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.

IV. **Ao NAS/SEDEF** para providências.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34702/2024

DESPACHO SECRETARIAL nº 161/2024 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 21.424.878-6.

I. **RATIFICO** a situação ensejadora da dispensa de licitação e **AUTORIZO**, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e inciso IV do art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base no Memorando nº 033/2023 do Núcleo Regional de Francisco Beltrão - NR/SEDEF (f. 02. Mov. 02), no Estudo Técnico Preliminar da Contratação (fls. 32-37. Mov. 20), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (fls. 67-76. Mov. 40-41), bem como na Informação Técnica nº 209/2024 da Assessoria Técnica - AT/SEDEF (fls. 108-111. Mov. 61), **a contratação direta por meio de dispensa de licitação** da empresa **V LANFREDI - CNPJ nº 20.390.725/0001-40**, vencedora do Lote Único para manutenção de micro-ondas e refrigerador do Núcleo Regional de Francisco Beltrão, e tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (fls. 46-48. Mov. 28-30), **a presente despesa no valor total R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).**

II. **CONDICIONO** ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.

III. **PUBLIQUE-SE**, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34705/2024

RESOLUÇÃO Nº 080/2024 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a Sra. Diretora Geral, Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli, RG nº 4.521.734-5, para responder pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em substituição ao Sr. Senhor Secretário, Rogério Carboni, RG nº 4.082.446-7, por motivo da fruição de férias e/ou impedimento do titular, no período de 23/04/2024 a 02/05/2024.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34593/2024

RESOLUÇÃO Nº 081/2024 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Afastar a servidora sra. Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli, RG nº 4.521.734-5 da função de Diretora Geral da SEDEF, no período de 23/04/2024 a 02/05/2024, diante da designação para responder como Secretária de Estado neste período, através da Resolução nº 080/2024, impossibilitando a acumulação das funções.

Art. 2º Designar a servidora Ingrid Machado do Nascimento, RG nº 4.119.710-2, para responder pela função de Diretora Geral, no período acima descrito.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34594/2024

RESOLUÇÃO nº 084/2024 - SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **SIDNEI RODRIGUES DE SOUZA,** inscrito no CPF nº 518.686.959-72, como gestor do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Serviços de Obras Sociais de Cianorte, inscrita no CNPJ Nº 81.837.569/0001-08, destinado à execução do projeto aprovado "Melhor Infraestrutura do SOS- Ações Educacionais e Assistenciais", no valor total de R$ 99.877,10 (noventa e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e dez centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34756/2024

DESPACHO SECRETARIAL nº 162/2024 - SEDEF
Referente ao Protocolo nº 21.965.880-0

I. **AUTORIZO** com base no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, com fundamento no Memorando nº 13/2024 da I.A.R.A de Ivaiporã (fl. 02. Mov. 02), no Recibo de Indenização (fl. 03 Mov. 03), no Despacho nº 120/2024-NAS/SEDEF (fls. 26-27. Mov. 21) e Lista de Verificação (fl. 25. Mov. 20) bem como na Informação nº 211/2024 da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Assessoria Técnica - AT/SEDEF (fls. 28-31. Mov. 22), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento por meio de indenização, **reconheço o dever de pagar,** em favor de **ACISI – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Ivaiporã, a título indenizatório,** em decorrência do **Contrato Administrativo nº 019/2022** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira Informação nº 0414/2024/NFS (fl. 15. Mov. 15), QDD (fls. 16. Mov. 16) e Declaração De Adequação Da Despesa nº 0414/2024 (fl. 17. Mov. 17), **a realização da despesa no valor de R$ 2.603,38 (dois mil, seiscentos e três reais e trinta e oito centavos)**, referente a Indenização de aluguel do imóvel que abriga a I.A.R.A de Ivaiporã, pelo período de 27 de fevereiro de 2024 a 26 de março de 2024.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEDEF**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEDEF deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.

III. **DETERMINO** o envio do Protocolo nº *21.965.880-0* para a Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.

IV. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34651/2024

DESPACHO SECRETARIAL Nº 163/2024 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 21.928.532-9.

O presente trata-se do Formulário de Manifestação de Interesse (mov. 02), conjuntamente apresentado com o Plano de Trabalho (mov. 04), promovido pela servidora Sra **Antonia Maria Niederauer Fontoura,** Agente Profissional **- Núcleo Regional de Guarapuava/SEDEF**, por meio do qual declara interesse em realizar atividade de Teletrabalho e ciência do contido na Lei Estadual n° 19.776/2018;

Considerando o posicionamento apresentado pela Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família CIGT/SEDEF, por meio da Avaliação (mov. 05), a qual destacou que o pleito está de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto 9.879/2021;

Considerando a análise emitida pelo Núcleo de Recursos Humanos Setorial - NRHS/SEDEF (mov. 06), acerca da viabilidade do pleito e da documentação acostada, registrando inobservância de enquadramento do presente caso nas vedações estabelecidas e atendendo os requisitos dispostos no Decreto 9.879/2021;

Considerando as disposições da Lei Estadual n° 19.776/2018, do Decreto n° 9.879/2021, da Resolução SEAP n° 13.718/20252 e da Resolução Conjunta SEAP/SEDEF n° 200/2023.

Autorizo a concessão do regime de teletrabalho à servidora **Antônia Maria Niederauer Fontoura**, lotado(a) do Núcleo Regional de Guarapuava/SEDEF por 90 (noventa) dias corridos a partir da publicação deste documento, nos termos do Plano de Trabalho acostado ao Protocolo nº 21.928.532-9.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34958/2024

DESPACHO SECRETARIAL Nº 164/2024 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 21.778.212-0.

O presente trata-se do Formulário de Manifestação de Interesse (mov. 02), conjuntamente apresentado com o Plano de Trabalho (mov. 06), promovido pela servidora **Márcia Valim Lemes Mattjie,** Agente Profissional **- Núcleo Regional de Cascavel/SEDEF**, por meio do qual declara interesse em realizar atividade de Teletrabalho e ciência do contido na Lei Estadual n° 19.776/2018;

Considerando o posicionamento apresentado pela Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família CIGT/SEDEF, por meio da Avaliação (mov. 07), a qual destacou que o pleito está de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto 9.879/2021;

Considerando a análise emitida pelo Núcleo de Recursos Humanos Setorial - NRHS/SEDEF (mov. 08), acerca da viabilidade do pleito e da documentação acostada, registrando inobservância de enquadramento do presente caso nas vedações estabelecidas e atendendo os requisitos dispostos no Decreto 9.879/2021;

Considerando as disposições da Lei Estadual n° 19.776/2018, do Decreto n° 9.879/2021, da Resolução SEAP n° 13.718/20252 e da Resolução Conjunta SEAP/SEDEF n° 200/2023.

Autorizo a concessão do regime de teletrabalho à servidora **Márcia Valim Lemes Mattjie**, lotado(a) do Núcleo Regional de Cascavel/SEDEF por 90 (noventa) dias corridos a partir da publicação deste documento, nos termos do Plano de Trabalho acostado ao Protocolo nº *21.778.212-0*.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34960/2024

RESOLUÇÃO nº 085/2024 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor ANDRÉ LEONARDO SEVERO**,** inscrito(a) no CPF nº ***.098.070 -**, como gestor do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Associação Beneditina da Providência – ABENP - Lar Mãe Maria, inscrita no CNPJ nº 02.765.097/0020-11, destinado à execução do projeto aprovado "Revitaliza e Integra", no valor total de R$ 99.993,85 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34945/2024

RESOLUÇÃO nº 086/2024 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **JESIELY APARECIDA PEREIRA LIMA,** inscrita no CPF nº ***.983.559-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Bom Sucesso, inscrita no CNPJ nº 01.277.659/0001-52, destinado à execução do projeto aprovado "A Magia das Manutenções – APAE de Bom Sucesso", no valor total de R$ 91.587,01 (noventa e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e um centavo).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

34948/2024

RESOLUÇÃO Nº 087/2024 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora Eliane Willms**,** inscrita no CPF nº ***.108.549-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada Remanso da Pedreira**,** inscrita no CNPJ Nº 09.379.739/0001-20, destinado à execução do projeto aprovado "Projeto de Revitalização e Pintura", no valor total de R$ 99.994,30 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

35091/2024

RESOLUÇÃO nº 088/2024 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 00021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **Jesiely Aparecida Pereira Lima**, inscrita no CPF nº xxx.983.559-xx, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS**, inscrita no CNPJ Nº 77.355.675/0001-88, destinado à execução do projeto aprovado "RENOVAR PARA CRESCER", no valor total de R$ 69.393,25 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

35092/2024

DELIBERAÇÃO N° 023/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 5 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que institui competências dos Estados para destinar recursos e cofinanciar ações, programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Lei n° 11.362, de 12 de abril de 1996 e Decreto 2.215/96, que tem como finalidade destinar recursos para os fundos municipais para o atendimento e o apoio técnico e financeiro aos programas, projetos, serviços e benefícios de assistência social e enfrentamento à pobreza, em âmbito regional ou local;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2013, que institui transferência automática de recursos do Fundo Estadual da Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 8.543, de 17 de julho de 2013, que regulamenta a transferência automática de recursos

do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais;

CONSIDERANDO a Deliberação n° 059/2023 do CEAS/PR que institui a implementação do Piso Único da Assistência Social no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Deliberação n° 066/2023 do CEAS/PR, que altera dispositivos da Deliberação n° 059/2023 do CEAS/PR;

DELIBERA

Art. 1º O prazo estipulado na Deliberação *AD REFERENDUM* n° 01/2024 do CEAS/PR, que trata da transferência do saldo das contas antigas para a conta nova do PAS, pelos municípios contemplados na Deliberação n° 059/2023 do CEAS/PR, findou-se na data de 29 de março de 2024.

§ 1º Os municípios que não observaram o prazo estipulado na Deliberação AD REFERENDUM n° 01/2024 deixarão de receber o pagamento do 1° trimestre de 2024 do PAS, sem recebimento em caráter retroativo, conforme a Deliberação nº 058/2021 – CEAS/PR.

§ 2º Para recebimento da parcela relativa ao 2° trimestre de 2024 do PAS, os municípios que não cumpriram o prazo descrito acima deverão obrigatoriamente sanar as pendências relativas a inserção de extratos no SIFF, transferência do saldo das contas antigas para a conta nova do PAS, assinatura do termo de autorização de acesso às contas e não apresentar saldo em conta acima de 12 (doze) parcelas).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos — **Presidente do CEAS/PR**

Adrianis Galdino da Silva Junior — **Vice-Presidente do CEAS/PR**

34924/2024

DELIBERAÇÃO N° 025/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 5 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do aporte de recursos financeiros no montante de R$ 948.092,64 (novecentos e quarenta e oito mil, noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos), do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS/PR, para celebração do aditivo do Termo de Colaboração com a instituição Ação Social do Paraná – Asilo São Vicente de Paulo.

§1º O Termo de Colaboração destina-se a continuidade de oferta de acolhimento institucional para 22 (vinte e duas) pessoas idosas acolhidas pelo período de 12 (doze) meses.

§2º O valor mensal per capita é de R$ 3.591,26 (três mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos — **Presidente do CEAS/PR**

Adrianis Galdino da Silva Junior — **Vice-Presidente do CEAS/PR**

34933/2024

DELIBERAÇÃO N° 026/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 5 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e,

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação do aporte de recursos financeiros no montante de R$ 172.380,48 (cento e setenta e dois mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos), do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS/PR, para celebração do aditivo do Termo de Colaboração com a instituição Socorro aos Necessitados – Recanto Tarumã.

§1º O Termo de Colaboração destina-se a continuidade de oferta de acolhimento institucional para 04 (quatro) pessoas idosas acolhidas pelo período de 12 (doze) meses.

§2º O valor mensal per capita é de R$ 3.591,26 (três mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos — **Presidente do CEAS/PR**

Adrianis Galdino da Silva Junior — **Vice-Presidente do CEAS/PR**

34940/2024

DELIBERAÇÃO Nº 031/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 05 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e;

CONSIDERANDO a Resolução 03/2024, que indica representantes do CEAS/PR para participação na Reunião Descentralizada e Ampliada do Conselho Nacional de Assistência Social – RDA, nos dias 16 a 18 de abril;

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação da Resolução Ad Referendum 03/2024 CEAS/PR.

Art. 2º Essa deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos — **Presidente do CEAS/PR**

Adrianis Galdino da Silva Junior — **Vice-Presidente do CEAS/PR**

35090/2024

DELIBERAÇÃO Nº 032/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR, reunido ordinariamente no dia 05 de abril de 2024, no uso de suas atribuições regimentais e;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993);

CONSIDERANDO a Resolução 014/2014 CNAS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Deliberação 001/2022 CEAS/PR que aprovou a Resolução Ad Referendum 021/2021 – Nota Técnica sobre a inscrição das comunidades terapêuticas nos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS;

CONSIDERANDO o parecer exarado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS na 308ª reunião ordinária, realizada em julho de 2022, que orienta acerca de inscrição de Comunidade Terapêutica nos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS;

DELIBERA

Art. 1º Pela aprovação da Nota Orientativa Comunidades Terapêuticas: Possibilidades de Inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social, conforme Anexo I da presente Deliberação.

Art. 2º Altera o Art. 1° da Deliberação 001/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

''**Art. 1°** Pela aprovação das Resoluções Ad Referendum de números 20/2021 e 22/2021.''

Art. 3º Essa Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos — **Presidente do CEAS/PR**

Adrianis Galdino da Silva Junior — **Vice-Presidente do CEAS/PR**

ANEXO I

NOTA ORIENTATIVA

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: POSSIBILIDADES DE INSCRIÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, faz uso do presente para orientar quanto às possibilidades de inscrição de Comunidades Terapêuticas no âmbito dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Inicialmente cabe procedermos o resgate das ofertas reconhecidas no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993), no que se refere aos Benefícios, Serviços, Programas e Projetos:

I. Dos Benefícios:

A) Benefício de Prestação Continuada;

''Art. 20 O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.'' (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

B) Benefícios Eventuais;

''Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.'' (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

II. Dos Programas de Assistência Social:

''Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.''

III. Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza:

''Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.''

IV. Dos Serviços:

''Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.'' (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

A Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2009), pactuada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, define e detalha três serviços de proteção social básica:

A) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

B) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

C) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

O PAIF é o serviço que deve ser prestado exclusivamente pela equipe de referência do CRAS. Nas situações em que o CRAS não tenha recursos físicos ou de pessoal, os outros dois serviços podem ser prestados por entidades de assistência social, desde que sejam

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

referenciados aos CRAS.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) define os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, sendo:

I. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

A) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

B) Serviço Especializado em Abordagem Social;

C) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

D) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

E) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

II. Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

A) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva;

B) Serviço de Acolhimento em República;

C) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

D) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

A Tipificação ainda define quais serviços podem ser realizados mediante parceria das entidades com os órgãos gestores e quais serviços de proteção social especial devem ser prestados exclusivamente nos CREAS, sendo:

• Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI);

• Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC).

A LOAS, em seu Art. 3° e incisos, regulamenta sobre a natureza das entidades e organizações de assistência social, definindo os seguintes aspectos possíveis: atendimento; assessoramento; defesa e garantia de direitos.

A) São de atendimento:

[…] concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal […]

B) São de assessoramento:

[…] voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social […]

C) São de defesa e garantia de direitos:

[…] voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social […]

Garantindo, nos três casos, a prestação do serviço de forma continuada, permanente e planejada. As entidades de atendimento, conforme artigo 3º, parágrafo 1º da Lei 8.742/93, alterada pela Lei 12.435/2011, devem respeitar os parâmetros de composição de equipe de referência do serviço.

Visando cumprir o objetivo da presente Nota Orientativa, cabe salientar que a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social para serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, ou seja, o processo de inscrição nos Conselhos de Assistência Social, regulamentado pela Resolução 14/2014 CNAS, **não inclui as Comunidades Terapêuticas e as entidades de cuidado, de prevenção, de apoio, de mútua ajuda, de atendimento psicossocial e de ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares, no rol de entidades e organizações do Sistema Único de Assistência Social**, deste modo, não podendo ser reconhecidas nem autorizadas pelos Conselhos de Assistência a funcionarem nesta perspectiva.

Contudo, cabe salientar que as Comunidades Terapêuticas e as entidades de cuidado, de prevenção, de apoio, de mútua ajuda, de atendimento psicossocial e de ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares podem ofertar serviços tipificados no SUAS, conforme recapitulado anteriormente, neste caso, devendo inscrever (ou manter a inscrição) das ofertas socioassistenciais, conforme estabelece o Art. 10 da Resolução CNAS no 14/2014.

Assim, o Conselho Estadual de Assistência Social conclui que:

A) As Comunidades Terapêuticas e as entidades de cuidado, de prevenção, de apoio, de mútua ajuda, de atendimento psicossocial e de ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares que prestam **apenas** serviço de recuperação de dependentes químicos e de substâncias psicoativas não estão previstas entre as organizações que devem realizar a inscrição estabelecida na LOAS, logo, os Conselhos Municipais de Assistência Social não possuem respaldo legal para deliberar sobre estes pedidos, não cabendo a inscrição;

B) Caso os Conselhos Municipais de Assistência Social mantenham a inscrição de Comunidades Terapêuticas e entidades de cuidado, de prevenção, de apoio, de mútua ajuda, de atendimento psicossocial e de ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares que prestem apenas serviço de recuperação de dependentes químicos e de substâncias psicoativas, o Ministério Público será acionado.

C) As Comunidades Terapêuticas e as entidades de cuidado, de prevenção, de apoio, de mútua ajuda, de atendimento psicossocial e de ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares e que **também desenvolvam algum serviço previsto nas normativas vigentes da política pública de assistência social** poderão realizar a inscrição **do serviço tipificado**, neste caso, os Conselhos Municipais de Assistência Social poderão analisar e deliberar sobre esta inscrição, considerando os parâmetros de composição de equipe de referência e continuidade, permanência e planejamento do serviço;

D) Os Conselhos Municipais de Assistência Social devem orientar a As Comunidades Terapêuticas e as entidades de cuidado, de prevenção, de apoio, de mútua ajuda, de atendimento psicossocial e de ressocialização de dependentes do álcool e de outras drogas e seus familiares a buscarem maiores esclarecimentos referente a sua inscrição junto aos Conselhos municipais que tem como competência a deliberação das temáticas sobre drogas e na ausência destes, o Núcleo Estadual de Política Sobre Drogas – NEPSD da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP – Rua Coronel Dulcídio, 800 – Batel (5º andar) - 80420-170 – Curitiba – PR – Telefone: (41) 3313-1646/(41) 99232-2065 – e-mail: politicasobredrogas@sesp.pr.gov.br. Ou o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas – DEPAD/MDS, por meio do telefone: (61) 2030 – 1013 ou e-mail depad@mds.gov.br.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 20 março. 2024.

BRASIL, Lei nº 12.435. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 6 de julho de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm . Acesso: 20 março. 2024.

BRASIL, Resolução n° 14. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: DF, 15 de maio de 2014. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-14-de-15-maio-de-2014/. Acesso: 20 março 2024.

BRASIL, Resolução CNAS n° 109. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasilia: DF, 11 de novembro de 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf. Acesso: 20 março 2024.

BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: DF, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso: 20 março 2024.

35093/2024

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - SEDEF – DISPENSA 001/2024 – Prot. Nº 21.457.268-0

Objeto: Doação definitiva do veículo Volkswagen/Gol. **Número de Patrimônio:** 100001334263, **Placa:** AUZ-5754, **Modelo:** 2012. **Autorizo Secretário** em 10/04/2024, conforme informação do **Despacho de Autorização** as fls. 83.

Curitiba, 11 de Abril de 2024.

Rogério Carboni – **Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família.**

35133/2024

DELIBERAÇÃO Nº 029/2024 | CEAS/PR

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR reunido ordinariamente no dia 05 de Abril de 2024, no uso das suas atribuições regimentais e,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988

CONSIDERANDO o Código de Ética dos Agentes Públicos (Decreto Estadual nº 3447/2023);

CONSIDERANDO a ampliação dos meios de comunicação e do acesso à informações entre os conselheiros, adotados pelo CEAS/PR;

CONSIDERANDO a necessidade de organização do espaço virtual de diálogo entre os conselheiros do CEAS/PR;

DELIBERA

Art. 1º Aprova as disposições contidas no Regulamento de Convivência dos Grupos Institucionais de Mensagens Instantâneas vinculados ao CEAS/PR, conforme Anexo I da presente Deliberação.

Art. 2º Essa Deliberação entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 05 de abril de 2024.

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR

Adrianis Galdino da Silva Junior
Vice-Presidente do CEAS/PR

ANEXO I
REGULAMENTO DE CONVIVÊNCIA DOS GRUPOS INSTITUCIONAIS DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS VINCULADOS AO CEAS/PR

TÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Os participantes dos Grupos Institucionais de Mensagens Instantâneas vinculados ao CEAS/PR deverão observar às normativas éticas e de civilidade dispostas na Constituição Federal/1988; Lei nº 13.709/2018 e Decreto Estadual nº 3447/2023, e normativas subsequentes e aos aspectos dispostos no presente regulamento.
§1º Os participantes devem utilizar o disposto no presente regulamento para promover a comunicação saudável, respeitosa e produtiva, contribuindo para a organização, foco e propósito do grupo.
§2º Os participantes devem promover a cortesia, a empatia e o respeito entre os membros, viabilizando um ambiente inclusivo, livre de discriminação, ofensas pessoais ou discurso de ódio.
Art. 2º O propósito e os objetivos do grupo, são definidos pela Mesa Diretora, devendo todos os participantes estarem alinhados ao proposto.
Art. 3º O presente Regulamento aplica-se aos seguintes grupos de/da/do:
I – Biênio 23-25; (Whatsapp);
II – Mesa Diretora; (Whatsapp);
III – Despacho – Mesa Diretora; (Whatsapp);
IV – Governamentais; (Whatsapp);
V – Sociedade Civil; (Whatsapp);
VI – Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo (Whatsapp);
VII – Comissão de Políticas Sociais (Whatsapp);
VIII – Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização (Whatsapp);
IX – Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial (Whatsapp);
X – Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social (Whatsapp);
XI – Demais grupos criados para atendimento de demandas temporárias do CEAS/PR.
Art. 4º Quaisquer conteúdos que ensejem desentendimentos de ordem pessoal e não possuam nexo com os objetivos do grupo deverão ser evitados.
Art. 5º Discussões de qualquer ordem devem ser encerradas prontamente e voluntariamente pelas partes envolvidas, de modo respeitoso.

TÍTULO II
Dos Conteúdos

Art. 6º O compartilhamento de informações e conteúdos, deve respeitar a relevância e a pertinência para o grupo, devendo ser evitado o envio de mensagens excessivas, ou conteúdo irrelevante.
Parágrafo Único. Nos casos de intenção de compartilhamento de conteúdo, em restando dúvidas sobre a pertinência do mesmo, os moderadores deverão ser consultados.
Art. 7º As mensagens deverão ser objetivas, priorizando o envio do texto integralmente.
§1º Mensagens motivacionais e de reflexão deverão ser utilizadas moderadamente, observando-se ocasiões de congratulações;
§2º Os emoticons, ou emojis, devem ser usados com parcimônia, evitando produzir poluição visual e obstrução das comunicações;
Art. 8º Assuntos privados, que não sejam de interesse comum, devem ser evitados.
Art. 9º A utilização de recursos multimídia devem observar a relevância e pertinência do assunto.
Parágrafo Único. Caso seja necessário o envio de mensagens de áudio, as mesmas deverão ser breves e objetivas.

Capítulo I
VEDAÇÕES

Art. 10. Serão consideradas descumprimento do presente regulamento o envio de mensagens com conteúdo:
I – Que desrespeite à privacidade dos membros do grupo, compartilhe informações sobre a intimidade, sobre a vida privada, sobre a honra ou sobre a imagem das pessoas;
II – De cunho religioso, que tenham intuito de promover adesão religiosa;
III – Com correntes;
IV – Com anedotas e chacotas;
V – De spam;
VI – De fake news;
VII – Comercial ou promocional inapropriado;
VIII – Que incite polêmicas ou assuntos ligados à conflitos partidários, futebol ou religião;
IX – Que repreenda, constranja ou humilhe outro integrante.

TÍTULO III
Da Linguagem

Art. 11. Os participantes deverão fazer uso de linguagem apropriada, evitando termos vulgares, pejorativos ou qualquer forma de linguagem inadequada que possa causar desconforto aos membros.

TÍTULO IV
Dos Horários

Art. 12. O envio de mensagens nos grupos deverá ser realizado durante o horário de funcionamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, sendo das 08h00 às 18h00, de segunda-feira a sexta-feira.
Parágrafo Único. Nos casos que se tratarem de viagens dos conselheiros; ameaça à vida ou à integridade humana; ou emergências socioassistenciais, não haverá restrição de horário para envio de mensagens;

TÍTULO V
Dos Moderadores

Art. 13. Os grupos são administrados primariamente pela secretaria executiva do CEAS/PR.
Parágrafo Único. Aos representantes da Mesa Diretora e Apoios Técnicos das Comissões é atribuído a administração secundária.
Art. 14. Os administradores deverão monitorar o cumprimento das normas e intervir, se necessário, para manter a ordem e a qualidade das discussões.
§ 1º Nos casos de inobservância do Regulamento de Convivência dos Grupos Institucionais de Mensagens Instantâneas vinculados ao CEAS/PR, os participantes dos grupos não deverão intervir diretamente na situação.
§ 2º Caso seja necessário, os participantes deverão acionar os administradores para que sejam retomados os dispositivos contidos no presente regulamento.

TÍTULO VI
Das Configurações dos Grupos

Art. 15. A imagem, o nome ou a descrição do grupo não devem ser alteradas pelos membros.
Art. 16. Recomenda-se a utilização da ferramenta de "silenciamento das conversas", nos casos em que o participante desejar não receber notificações sobre o grupo.

TÍTULO VII
Da Atualização dos Membros

Art. 17. Caso haja necessidade de alterar ou adicionar um novo número, o administrador do grupo deve ser contactado.
Art. 18. Quando um representante deixar formalmente de ser conselheiro, deverá enviar uma breve mensagem de despedida e sair do grupo imediatamente, caso contrário o administrador deverá remover o número de referência do ex-conselheiro.

TÍTULO VIII
Das Sanções

Art. 19. Em casos de inobservância do contido no presente regulamento, aplicar-se-ão as seguintes sanções, observando-se a recorrência:
I – Primeiro aviso: notificação privada realizada pela secretaria executiva, notificando sobre as ações em conflito com o regulamento.
II – Segundo aviso: Reunião particular com o membro, realizada pela Secretária Executiva, em formato virtual.
III – Terceiro aviso, ou em caso de não comparecimento à reunião particular: notificação formal da mesa diretora;
IV – A partir do quarto aviso o membro será desligado temporariamente do grupo, pelo prazo de 10 dias corridos.
Art. 20. Nos casos de descumprimento das vedações contidas no Art. 9º, será aplicada providência única de desligamento temporário do grupo pelo período de 20 dias corridos.
Art. 21. O descumprimento das normativas que embasam a conduta de servidores e agentes públicos incorrerá:
I – Desligamento imediato do grupo;
II – Lavratura de denúncia ao órgão responsável;
III – Instauração de comissão especial do CEAS/PR para deliberação de sanção.

TÍTULO IX
Das Disposições Finais

Art. 22. Observando-se perturbação por descumprimento do contido no Regulamento de Convivência dos Grupos Institucionais de Mensagens Instantâneas vinculados ao CEAS/PR, qualquer membro do grupo deverá comunicar ao administrador do grupo para que as providências sejam tomadas.
Art. 23. Os dispositivos contidos no presente regulamento serão revisados e atualizados sempre que necessário.
Art. 24. Aplica-se o regulamento à trocas de mensagens privadas que não caracterizem relação afetiva interpessoal, que ocorrerem entre os servidores e colaboradores da SEDEF e conselheiros do CEAS/PR.
Art. 25. Casos omissos serão tratados pela Mesa Diretora.

ANEXO II
GLOSSÁRIO

Emoticon: O emoticon é uma combinação de caracteres utilizada para expressar um sentimento. Normalmente usa letras, números e símbolos de pontuação para criar o resultado.
Emojis: Emoji é um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa.
Correntes: Corrente de mensagens é o evento que ocorre quando uma mensagem é enviada para diversos grupos ou conhecidos ao mesmo tempo e que são, eventualmente, repassadas adiante podendo se espalhar em ritmo exponencial a milhares ou até milhões de pessoas.
Spam: O termo Spam está associado ao envio de mensagens para uma grande quantidade de pessoas. Mensagens, geralmente de caráter publicitário, apelativo, e principalmente não solicitadas, incômodas e inconvenientes.
Fake News: Informações ou notícias falsas que são transmitidas ou publicadas, motivada por razões políticas ou para fins fraudulentos, como se fossem informações reais.

34988/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CRISTIANE FRITZEN E EDIO UILSON ESSER, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 6877 com validade até 28/10/2025, para Maricultura a ser implantada na Endereco:LOTE RURAL Nº 44/A - PERÍMETRO K 10 Bairro:ZONA RURAL Cep:85948000 Município:Pato Bragado no município de Pato Bragado/PR.

34807/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PFD LOTEAMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318732 com validade até 10/04/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Avenida Guaíra, S/N no município de Cascavel/PR.

34750/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Pavimentação em CBUQ da estrada de Jussiara, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8552 com validade até 10/04/2030, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Kaloré para o distrito de Jussiara Bairro:rural Cep:86920000 Município:Kaloré no município de Kaloré/PR.

34809/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à A C B USINAGEM CNC LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318742 com validade até 10/04/2034, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Avenida Piquiri, 3146 no município de Cascavel/PR.

34752/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOÃO RUDEY LACHOVICZ, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318563 com validade até 10/04/2034, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na SANTOS ANDRADE, S/N no município de Antônio Olinto/PR.

34737/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à STEIN INDUSTRIA E COMERCIO DE CERAMICA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 24193 com validade até 10/04/2027, para Explotação a ser implantada na Endereco:GLEBA A/1 DO LOTE RURAL 75 Bairro:ZONA RURAL Cep:85948000 Município:Entre Rios do Oeste no município de Entre Rios do Oeste/PR.

34805/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WRT INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 318723 com validade até 10/04/2029, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na ESTRADA VELHA, 179 no município de Mandaguaçu/PR.

34747/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RTW INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 318719 com validade até 10/04/2029, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na ESTRADA VELHA LOTE 177/A E 178/C, S/N no município de Mandaguaçu/PR.

34746/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BULLE, BULLE & FERRARI AGRONEGÓCIOS LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 318612 com validade até 10/04/2026, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Rodovia PR-317, 1786 no município de Maringá/PR.

34739/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE MISSAL, a Licença de Operação - LO nº 318470 com validade até 10/04/2029, para Comércio e Serviço - Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente instalada na VILA NATAL, S/N no município de Missal/PR.

34736/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CEMITERIO PARQUE SÃO LUIZ - CEMITERIO, SEPULTAMENTOS/ CONSTRUÇÃO DE JASIGOS/ CONCESSÃO DE SEPULTURAS, a Licença de Operação - LO nº 37162 com validade até 10/04/2030, para Cemitérios instalada na Endereco:LOTE 001, QUADRA 0041, LOTEAMENTO SAO CRISTOVAO Bairro:SAO CRISTOVAO Cep:85810011 Município:Cascavel no município de Cascavel/PR.

34806/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BELA VISTA COMERCIO DE CAL E TRANSPORTES RODOVIARIOS, a Licença de Operação - LO nº 37161 com validade até 10/04/2029, para Explotação instalada na Endereco:RUA RODOVIA ANTONIO GASPARIN 14503 Bairro: Cep:83400000 Município:Colombo no município de Colombo/PR.

34808/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CAROLINA DE OLIVEIRA TAKEDA, a Licença de operação de Regularização - LOR nº 318629 com validade até 10/04/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na ESTRADA IZIDORA DEITOS - FAZENDA VERA CRUZ - CUCA FRESCA, SN no município de Iguaraçu/PR.

34743/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

KLABIN S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3600 – 3, 4 E 5 ANDARES..

35275/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

ALEXANDRE JOSÉ DOS SANTOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AV PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 2649.

35276/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ DE ESTRADA RURAL SOBRE PEDRA IRREGULAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:SERÃO EXECUTADAS COM REVESTIMENTO EM CBUQ A ESTRADA KALORÉ COM EXTENSÃO DE 960 M Bairro:Rural Cep:86910000 Município:Marumbi.

35277/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

MUNICIPIO DE IRATI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA CEL EMILIO GOMES, 22 .

35278/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

Implantação e ampliação de rede de distribuição de energia elétrica torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:Faixa de domínio da PR-160, no trecho que liga os municípios de Cornélio Procópio e Leópolis Bairro: Cep:81200240 Município:Cornélio Procópio.

35279/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

TERRAPLENAGEM DE LOTES PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA MÔDENA, Q21 EQ22 Bairro:JARDIM ITÁLIA Cep:84130000 Município:Palmeira.

35280/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

TERRAPLANAGEM - SAROLLI SA MADEIRAS SEMENTES CEREAIS E CONSTRUÇÕES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rod. Br 277 Km 592 Bairro:CASCAVEL VELHO Cep:85804560 Município:Cascavel.

35281/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

MUNICÍPIO DE MATINHOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA PASTOR ELIAS ABRAHAO, 22 Bairro:SERTAOZINHO Cep:83260000 Município:Matinhos.

35282/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

ELFRIDE LIDYA BUSC DALGALLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:BITURUNA.

35283/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

VIDAL RODRIGUES DE MATTOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AV DR OSCAR GEYER.

35284/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CLEUZA DALLAZUANA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA ARCEBISPO DOM MANUEL SILVEIRA DELBOUX Nº 145.

35285/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ANTENOR LONGATO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Substituição de Exóticas por nativas em áreas de APP a ser implantada Endereco:SÍTIO BORDA DA MATA - GRANADA.

35286/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PEDRO PÁULO WOLLINGUER torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA GUSTAVO SCHUARTZ.

35287/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Adequação de sistema de tratamento de efluentes torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:BR 158, Km 508 Bairro: Cep:85501970 Município:Pato Branco.

35288/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SEBASTIAO GONÇALVES VIEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:CAMBARA 139.

35289/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALICE STEKLAIN PADILHA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:Santa Amélia.

35290/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CLEIDE DE SOUZA MACIEL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA MANOEL GONÇALVES PIRES, 203.

35291/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARCIO LUIS HAYDUKI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA LUDOVICO HAYDUKI, S/N.

35292/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
YARA MARIA DE MIRANDA BLEY torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Substituição de Exóticas por nativas em áreas de APP a ser implantada Endereco:FAZENDA GUACIRA.

35293/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ELASTRI ENGENHARIA S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ANITA GARIBALDI N 365 SALA 405.

35294/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DALL AGNOL ADMINISTRADA DE IMOVEIS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA DAS HORTENCIAS, 1201.

35295/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COSTA TEIXEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E FLORESTAL - LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:ROD. BR 376 KM 501 DISTRITO IND.

35296/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
L. C. A. AUTO POSTO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada Endereco:AVENIDA MINAS GERAIS 1722 Bairro:VILA NOVA Cep:86808015 Município:Apucarana.

35297/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LUIZ NETTSON torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:LOTE RURAL N°14-A - LINHA CERÂMICA PRATA Bairro:RECANTO TROPICAL Cep:85919899 Município:Toledo.

35298/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Canais para drenagem a ser implantada Endereco:PRAÇA FRANCISCO ASSIS REIS, 1060.

35299/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JUNIOR CEZAR BENEVENTO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA TABOÃO LOTE N° 299-1 (REAL GARDEN EVENTOS) Bairro:ZONA 07 Cep:87200000 Município:Cianorte.

35300/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ - DER/PR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 323, KM 189.16, PONTE SOBRE RIO SÃO MATHEUS Bairro:CENTRO Cep:87000000 Município:Terra Boa.

35301/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BASF S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AV. ÂNGELO DEMARCHI, 123 Bairro:DEMAECHI Cep:09844900 Município:São José dos Campos.

35302/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:KM 5 - PORTO BRITÂNIA, S/Nº Bairro:FAZENDA BRITÂNIA Cep:85948000 Município:Pato Bragado.

35303/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARANA TRIBUNAL DE JUSTICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AVENIDA CANDIDO DE ABREU, S/N.

35304/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
VITÓRIO DE PAULA FILHO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Exploração seletiva - raleamento florestal a ser implantada Endereco:FAZENDA SANTA AMÉLIA, LOTE 13, GLEBA 21.

35543/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA MARTIN PESCADOR - CIDADE ALTA - SEDE Bairro:BELA VISTA Cep:85892000 Município:Santa Helena.

35306/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTE °8-F-4-A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:MARIGINAL RODOVIA 323, N°5953, AO LADO DA SUBDIVISÃO DA COPEL Bairro: Cep:87501130 Município:Umuarama.

35307/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FLAVIO ROQUE HAUPENTHAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PARTE DO LOTE RURAL Nº 64, PARTE D - SÃO CLEMENTE Bairro:LINHA FLORESTA Cep:85892000 Município:Santa Helena.

35308/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SANDRO LUIZ BERLEIS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RODOVIA DO CAQUI KM 5,5, Nº 5391.

35309/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA FÉ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Estrada Salto Bandeirantes Bairro:- Cep:86770000 Município:Santa Fé.

35310/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C.

35311/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOÃO ARTUR ARGENTA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA PADRE AGOSTILHO, N 1615, APTO 602.

35312/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA JOÃO XXIII Nº 144.

35313/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JAIR JOSÉ DOS SANTOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:EST MUNIC MARIA JOSEPHINA GUIMARAES DA ROCHA.
35314/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ARILDO JOSÉ ROSENENTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:TRAVESSA JOÃO ROSENENTE.
35315/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LUCAS DALAQUA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA BAHIA N°164.
35316/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUARATUBA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:AV 29 DE ABRIL, 425.
35317/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DARCY PIOVESAN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:LOTE 45 A GL 05 IMOVEL CATANDUVAS.
35318/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ELETRAN IND. E COM. DE ACUMULADORES S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores a ser implantada Endereco:BR 376, KM 235- S/N.
35319/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARCELO MORESCO TERNOVSKI ME torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, Nº221 Bairro:JARDIM DAS ROSAS Cep:84430000 Município:Imbituva.
35320/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOÃO RICARDO SANTANA MASSON E CIA LTDA - EPP torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:BR 369, KM 128, S/N°.
35321/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Corte de veg. nativa p/ implant. de proj. de util. pública ou interesse social a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C.
35322/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JULIO PODOLAN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:FAZENDA BARRA PRETA Nº1000.
35323/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA ASTORGA, S/Nº.
35549/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PALMASPLAC AGROPASTORIL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:RUA ALCINA SANTOS ARAUJO.
35325/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ASSOCIAÇÃO RURAL RECANTO DO PESCADOR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA MUNICIPAL, PARTE DO LOTE RURAL 22 DA GLEBA 15.
35326/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CANTEIRO DE OBRAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA 151, KM 279 MAIS 500 METROS LESTE Bairro:SANTO ANTONIO Cep:84194300 Município:Castro.
35542/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INES IVONE HENZ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA ÂNGELO DONIN, Nº 512 Bairro:JARDIM CONCÓRDIA Cep:85906716 Município:Toledo.
35328/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA RETIRADA DE ESPÉCIES EXÓTICAS (EUCALIPTOS) - PEQUENO PRODUTOR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL SAO MATEUS , LOTE 525-A-1 Bairro:RURAL Cep:87555000 Município:São Jorge do Patrocínio.
35329/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAÇÃO DE TREVO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LINHA MARCIANOPOLIS Bairro: Cep:85725000 Município:Santo Antônio do Sudoeste.
35330/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AV. MARIPÁ, S/Nº - PARQUE LINEAR SANGA PINHEIRINHO Bairro:JARDIM EUROPA Cep:85908220 Município:Toledo.
35553/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:MANFRINÓPOLIS Bairro:ZONA RURAL Cep:85628000 Município:Manfrinópolis.
35554/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUAÍRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:COMUNIDADE RURAL DE SALAMANCA Bairro:ZONA RURAL Cep:85980000 Município:Guaíra.
35555/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUAÍRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:JARDIM IMPERIAL Bairro:CENTRO Cep:85980000 Município:Guaíra.
35556/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUAÍRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PROLONGAMENTO DA AV. PARANÁ C/ RUA DAS ROSAS Bairro:ZONA URBANA Cep:85980000 Município:Guaíra.
35557/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ARILSON MORGAN FUSIEGER torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:COMUNIDADE DE RONDINHA - ÁREA RURAL Bairro: Cep:84630000 Município:Paula Freitas.
35558/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALIANÇA ENGENHARIA CIVIL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA ANTONIO KRAINISKI, Nº 191.
35559/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
J.P. TRISTÃO INDUSTRIA COMERCIO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:MARGINAL BR-369, S/N Bairro:Gleba Patimônio Cambé Cep:86191345 Município:Cambé.
35560/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA - INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação e montagem de veículos rodoviários a ser implantada Endereco:RUA ANTÔNIO SINGER Nº 6.751 Bairro:Campo Largo da Roseira Cep:83090901 Município:São José dos Pinhais.
35562/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 Bairro:CENTRO Cep:80215900 Município:CURITIBA.
35563/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MANUTENÇÃO ESTRADA DA RELIQUIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ZONA RURAL Bairro:RELIQUIA Cep:87950000 Município:Porto Rico.
35564/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SANTA ALICE LOTEADORA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Lotes sob nº 33-E e nº 33-E-1 (Matrícula 11.517 e 11.518) Bairro:Gleba Pinguim Cep:86703010 Município:Maringá.

35565/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Adequação da estrada rural Santa Rosa torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Zona rural Bairro:Zona rural Cep:87720015 Município:Paranavaí.

35566/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TROMBINI EMBALAGENS S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada a ser implantada Endereco:RUA OLYMPIO TROMBINI, 619 Bairro:CASCATINHA Cep:82025140 Município:CURITIBA.

35567/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TRANSJOI PARTICIPAÇÕES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA MINISTRO CALÓGERAS Nº 1079, SALA 05.

35568/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Estação de tratamento de água - ETA a ser implantada Endereco:RUA DOS PALMARES, 620 Bairro:SÃO MIGUEL Cep:80215900 Município:CURITIBA.

35569/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE ITAGUAJE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Estrada Rural Renascer do Sol Bairro:Zona Rural Cep:86670000 Município:Itaguajé.

35570/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOÃO LUCAS MACHADO DE OLIVEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rua do quivi, N° 341, lote 48 Bairro:Arruda Cep:83401240 Município:Colombo.

35571/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LEA MARIA MASSIGNAN BEREJUK torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA: XV DE NOVEMBRO, 1517, APT 902.

35488/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GIEM RADUY GUIMARÃES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:ESTRADA MUNICIPAL TROPEIRO PAULA GOMES.

35138/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ELEDIR LEONARDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA EDUARDO PEIXOTO SAMPAIO, 26.

35141/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CARLOS ALBERTO PASCHOALINO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:AVENIDA ALIPIO FERREIRA DA COSTA, 215.

35142/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE URAÍ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:AV. RIO DE JANEIRO Nº496.

35144/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MILTON WASEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA SIMÃO BOLIVAR.

35146/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BRISA FLORESTAL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Limpeza de Reflorestamento a ser implantada Endereco:RODOVIA BR 476 KM 338.

35147/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GABRIELLA CAMPOS DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:AV JOAO DA SILVA CRAVO LOTE 1.

35148/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMÓVEL RURAL MATRICULA 30.295 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:Estrada Maria Clara Cassou Bruel, n° 126 Bairro:DISTRITO TAMANDUA Cep:83650000 Município:Balsa Nova.

35149/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
EZEQUIEL ZATONI MOCELIN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA MANOEL MARTINS DA SILVA.

35151/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARCO AURELIO SEBBEN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:FAZENDA SANTO ANTONIO DO IRATIM.

35152/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE ASSAI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:AVENIDA RIO DE JANEIRO, Nº 720 - 1º ANDAR.

35153/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMAGRE - INDÚSTRIA MADEIREIRA GRESELLE LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:VILA ROSÁRIO , S/N , BARRACÃO 02..

35154/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MASSAYOSHI SEKO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Substituição de Exóticas por nativas em áreas de APP a ser implantada Endereco:SÍTIO JACAREÍ.

35155/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GETULIO JACUMASSO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RIO DO COURO.

35156/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C.

35157/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.

35158/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PLINIO LUIS GIACOMINI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:RUA OLINTO PERIOLO 655.

35159/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMAGRE - INDÚSTRIA MADEIREIRA GRESELLE LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:VILA ROSÁRIO , S/N , BARRACÃO 02..

35160/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Autorização Ambiental para Revitalização e Pista de Caminhada torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PR 482 - TRECHO QUE LIGA NOVA o. COM A VILA RURAL Bairro: Cep:87490000 Município:Nova Olímpia.

35161/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SANTA PAULA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL S/N Bairro: Cep:85099899 Município:Guarapuava.

35162/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARBELLA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:RUA DR. CLAUDINO DOS SANTOS - 750 - APTO 1001.

35163/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DAF CAMINHÕES BRASIL INDUSTRIA LTDA - TERRAPLANAGEM PARA ÁREA DE ARMAZENAGEM DE PNEUS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AV SENADOR FLAVIO CARVALHO GUIMARAES, 6000 Bairro:BOA VISTA Cep:84072190 Município:Ponta Grossa.

35164/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARA CASCALHEIRAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:SESSÃO FIGUEIRA GLEBA RIO MOURÃO - RUA 5 Bairro:ENG. BELTRÃO/ FIG. DO OESTE Cep:87240000 Município:Terra Boa.

35165/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TECON TECNOLOGIA EM CONSTRUÇÕES LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Lote de terras nº 03 e 04/05, da quadra nº 51-A/4 (Matrícula 140.923) Bairro:Zona 01 Cep:87030010 Município:Maringá.

35166/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LINHA GAÚCHA, RIO QUIBEBE E VILA RURAL GRALHA AZUL Bairro:ZONA RURAL Cep:85606899 Município:Francisco Beltrão.

35167/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ADIR MOURA DE VARGAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA ANDRÉ HAMERSCHMIDT, S/N.

35168/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
RETIRADA DE TANQUES DE COMBUSTIVEIS SUBTERRANEOS DESATIVADOS. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA BARAO DO RIO BRANCO Bairro:Baixada Industrial Cep:85501100 Município:Pato Branco.

35169/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ZELO AGROPECUÁRIA S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Canais para drenagem a ser implantada Endereco:FAZENDA CAMBUCA, S/N, ZONA RURAL, CASTRO/PR Bairro:FUNDÃO Cep:84160000 Município:Castro.

35457/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LUIZ ADALBERTO STABILE BENICIO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:CAMPINA DO JUCO PEDRO, S/N.

35458/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:MARGE/FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA PR 475 Bairro: Cep:85605070 Município:Francisco Beltrão.

35459/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LINHA DE DISTRIBUIÇÃO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:ROD PR 473 Bairro: Cep:85598000 Município:Cruzeiro do Iguaçu.

35460/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA URBANA, S/Nº Bairro:ZONA URBANA Cep:85988000 Município:Entre Rios do Oeste.

35461/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA DAS MARGARIDAS, S/Nº Bairro:ZONA URBANA Cep:85988000 Município:Entre Rios do Oeste.

35462/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
EUGENIO ALVES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ENCANTADAS Bairro:ILHA DO MEL Cep:83200000 Município:Paranaguá.

35463/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BAVARESCO ATACADO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:ROD PR 412 ENG DARCI GOMES DE MORAES, 4939 Bairro:CENTRO Cep:83250000 Município:Pontal do Paraná.

35464/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GUILHERME BENTEU TOMAZ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:FAZENDA SANTA TEREZINHA.

35465/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GFB ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:RUA JARLINDO JOÃO GRANDO, 111.

35466/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
UNIAO SUL BRAISLEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AV. JK DATA 2/3 Bairro: Cep:86010540 Município:Londrina.

35467/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS POLIÉDRICAS LIGANDO A BR 487 À COMUNIDADE DE BARRERINHO DE BAIXO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:BARREIRINHO DE BAIXO Bairro:RURAL Cep:85250000 Município:Nova Tebas.

35468/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COOPERATIVA AGRARIA AGROINDUSTRIAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplenagem a ser implantada Endereco:AVENIDA PARANÁ Nº 211 COLONIA VITORIA (Agraria Nutrição Animal) Bairro:ENTRE RIOS Cep:85139400 Município:Guarapuava.

35485/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUARATUBA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:RUA DR. JOÃO CANDIDO - 380, SOBRADO Bairro:Centro Cep:83280000 Município:Guaratuba.

35486/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE FAZENDA RIO GRANDE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:RUA JACARANDÁ, 300.

35487/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRINCAR E CRESCER LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA PROFESSOR DUILIO CALDERARI.

35489/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:GENEROSO KARPINSKI Bairro:CENTRO Cep:85230000 Município:Santa Maria do Oeste.

35490/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DG78 LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Realocação de Reserva Legal a ser implantada Endereco:RUA ALCINO GUANABARA 2500.

35491/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
WILSON MARQUES DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA ANTÔNIO RAFAEL DA SILVA, N° 192.

35492/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALMIR MARTINS DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RODOVIA DO XISTO, KM 62.

35493/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INSTALAÇÃO/MANUNTENÇÃO/POSTOS/DE/GUARDA-VIDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Outros empreendimentos de prestação de serviços a ser implantada Endereco:AV. BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO Bairro:NILSON NEVES Cep:83221000 Município:Paranaguá.

35494/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOSUE RODRIGUES - COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada Endereco:Rua Expedicionários, n° 543 Bairro:Centro Cep:84950000 Município:Wenceslau Braz.

35495/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BRESOLIN AGROINDUSTRIAL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 2325.

35497/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CONSORCIO ITAIPU - CONSPEL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Canais para drenagem a ser implantada Endereco:ESTRADA BARREIRO DAS FRUTA, GLEBA1.

35498/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ELIZIEL WESTEMBERG torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:POVOADO ARROIO GRANDE Bairro:BELA VISTA Cep:84430000 Município:Imbituva.

35499/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ROD VITÓRIO TRAIANO, 3940 Bairro:ÁGUA BRANCA Cep:85601839 Município:Francisco Beltrão.

35501/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CHÁCARA KYRIA REBECA - LOTE Nº 6 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Outros empreendimentos de prestação de serviços a ser implantada Endereco:GLEBA PATRIMÔNIO JANDAIA Bairro:ZONA RURAL Cep:86750000 Município:Jandaia do Sul.

35502/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA RETIRADA DE EXÓTICAS (EUCALIPTOS) DA RESERVA LEGAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:SITIO PEROBAL LOTE 460 C , ESTRADA SAO MANOEL Bairro:SAO MATEUS Cep:87555000 Município:São Jorge do Patrocínio.

35503/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ANA MARTA GARCIA DA SILVA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Exploração seletiva - raleamento florestal a ser implantada Endereco:FAZENDA 3 MARIAS I.

35505/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARA TRAVESSIA . torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Lotes nºs 22-1e 22-2/A , lote nº 16 da Gleba nº 11Matricula nº 10.609 e nº 33.346. Bairro:Colônia goioere Cep:87360000 Município:Goioerê.

35506/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA AMAZONAS, S/Nº CHÁCARAS DE TERRAS SOB O Nº. 1,1-A, 2, 3, e 3-A Bairro:CENTRO Cep:87450000 Município:Tuneiras do Oeste.

35507/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAV. ESTRADA PINHO FLECK torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Distrito Pinho Fleck Bairro:Distrito Pinho Fleck Cep:85548000 Município:Honório Serpa.

35742/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA BELO HORIZONTE Bairro:JARDIM AMÉRICA Cep:85935000 Município:ASSIS CHATEAUBRIAND.

35631/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GIOVANI JOÃO KARACHENSKI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:AVENIDA SÃO CASEMIRO, S/N.

35632/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JULIO ZABLOCKI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:PEDRO KULKA, N° 743.

35634/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAÇÃO DE CALÇAMENTO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL PARA A BALSA - FAZENDA VERONESE Bairro:ZONA RURAL Cep:85680000 Município:Boa Esperança do Iguaçu.

35635/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOSÉ SEJANOSKI NALEPA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:ESTRADA EDEMUNDO NALEPA, N° 670.

35636/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
OSCAR MARCELO GANA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA BORTOLO SERA, S/N.

35637/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Transposição em Área de Preservação Permanente - Travessia molhada torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Passagem molhada a ser implantada Endereco:Estrada Água do Lageado - Sítio Nossa Senhora Aparecida Bairro:Gleba Orle Cep:86700970 Município:Sabáudia.

35638/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRINCAR E CRESCER LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada Endereco:RUA PROFESSOR DUILIO CALDERARI.

35639/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL - BOA VISTA Bairro:BOA VISTA Cep:85927970 Município:Toledo.

35640/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA CARROÇAVEL Bairro:JARDIM BRESSAN Cep:85927970 Município:Toledo.

35641/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 407, KM 19, 215 Bairro:BALNEÁRIO PRAIA DE LESTE Cep:83255000 Município:Pontal do Paraná.

35642/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:MARMELEIRO Bairro:ZONA RURAL Cep:85615000 Município:Marmeleiro.

35643/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DILOR LUIZ CARARO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:PALMEIRINHA.

35644/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DMR ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Fazenda Ouro Verde Bairro:Água de Peva Cep:84280000 Município:Curiúva.

35645/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INSTITUTO ÁGUA E TERRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1206 Bairro:REBOUÇAS Cep:80215900 Município:CURITIBA.

35646/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Companhia Siderúrgica Nacional - PR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de estruturas metálicas com tratamento de superfície a ser implantada Endereco:Rodovia PR 423, nº 5500 Bairro:Estação Cep:83705000 Município:Araucária.

35647/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MINERAÇÃO COSTA LTDA -ME torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Realocação de Reserva Legal a ser implantada Endereco:RUA JOÇAO LUNARDELLI N° 2621.

35648/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CONTENÇÃO EM MARGEM DE CORPO HÍDRICO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PORTO NATAL Bairro: Cep:87930000 Município:Querência do Norte.

35649/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAULO ARNALDO MENDES FAZAN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Fazenda Flórida, área rural Bairro: Cep:86230000 Município:Nova América da Colina.

35650/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
REGIANE APARECIDA CORDEIRO LUSTOZA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:COLONIA SOCORRO, 6300 Bairro:COLONIA SOCORRO Cep:85139000 Município:Guarapuava.

35651/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLENAGEM ACIMA 100 M3 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:SITIO BELA VISTA, MATRICULA 10833 Bairro:ZONA RURAL Cep:87990000 Município:Diamante do Norte.

35652/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
REMOÇÃO DE TANQUES OBSOLETOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AV BRUNO ZUTTION, 3498 Bairro:NOSSA SENHORA APARECIDA Cep:85770000 Município:Realeza.

35653/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AMILTON LUIZ ALESSI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:FAXINAL DOS GALVÃO, S/N Bairro:ZONA RURAL Cep:84430000 Município:Imbituva.

35654/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ - DER/PR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Canais para drenagem a ser implantada Endereco:RODOVIA PR-550 NA PROXIMIDADES DO KM 7,575 Bairro:RURAL Cep:86760000 Município:Munhoz de Melo.

35655/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CLEUSA DE FATIMA PORTELA - ME torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada Endereco:RUA ANTENOR CALDAS SN Bairro:CENTRO Cep:85195000 Município:Reserva do Iguaçu.

35656/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DEMOLIÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE PINDAUVINHA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ETE PINDAUVINHA – FINAL DA RUA JUPIA Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã.

35657/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Picador indivídual torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:Estrada Rural, s/ n°. Três Antas R 1725 Bairro: Cep:85155000 Município:Inácio Martins.

35572/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AVENIDA DEPUTADO ARNALDO BUSATO, S/N - PRAÇA ANTÔNIO THOMÉ Bairro:CENTRO Cep:85892000 Município:Santa Helena.

35573/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INSTITUTO ÁGUA E TERRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:Colombo Bairro: Cep:83000000 Município:Colombo.

35574/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARILETE MOCHINSKI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA DOS BATISTAS, 135 - CASA 04.

35575/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INSTITUTO AGUA E TERRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:RUA NICOLAU SHIEDER DO CARMO Bairro:SANTA TEREZINHA Cep:83410165 Município:Colombo.

35576/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
INSTITUTO AGUA E TERRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:RODOVIA RÉGIAS BITTENCOURT Bairro: Cep:83410165 Município:Colombo.

35577/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CAPAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rua Dona Flauzina Francisca Lemes, 495 Bairro:Villaggio Planalto Cep:86420000 Município:Santo Antônio da Platina.

35578/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Amilton Luiz Pugsley torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:Rua Angelo Manfron 25.

35579/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTANA DO ITARARÉ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:PRAÇA FREI MATIAS DE GÊNOVA, 10 Bairro:CENTRO Cep:84970 Município:Santana do Itararé.

35580/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:AVENIDA JOSÉ CALLEGARI, Nº647.

35583/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE TERRA ROXA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco: Prolongamento da Avenida Presidente Castelo Branco PR-496 KM 75+352,24 m Bairro:CENTRO Cep:85990000 Município:Terra Roxa.

35584/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUAÍRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AVENIDA DOS PIONEIROS Bairro:BELA VISTA DO OESTE Cep:85980000 Município:Guaíra.

35585/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA VEREADOR LUIZ PICOLLI Nº 299.

35586/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CIANORTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Pontes a ser implantada Endereco:CENTRO CIVICO, 100.

35587/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Extração de cascalho torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:Comunidade de Linha São José - Fazenda São Francisco de Sales - Lote 59 Gleba 02 Bairro:Zona Rural Cep:85530000 Município:Clevelândia.

35588/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Parques turísticos e de lazer a ser implantada Endereco:PRAÇA GETULIO VARGAS, N° 280.

35589/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LBX CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Posto de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos a ser implantada Endereco:TRAVESSA LIBERDADE Nº 38 Bairro:ZONA 08 Cep:87000000 Município:Maringá.

35590/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA VEREADOR LUIZ PICOLLI Nº 299.

35591/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALARGAMENTO DA PONTE DA ESTRADA JULIANA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Pontes a ser implantada Endereco:ESTRADA JULIANA Bairro:CENTRO Cep:87200000 Município:Cianorte.

35592/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
VOTORANTIM CIMENTOS S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Produção de cimento a ser implantada Endereco:AVENIDA ERMIRIO DE MORAES,380 Bairro:TACANIÇA Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul.

35593/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas - Antigo Aterro de Leópolis torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Matrícula nº 7577, sob as coordenadas (UTM) 526752.74E; 7449820.07 S. Bairro: Cep:86330000 Município:Leópolis.

35594/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ED CLAUDIO MACCAGNAN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Edificações a ser implantada Endereco:RUA CORONEL ALFREDO FERREIRA DA COSTA.

35596/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
NILTON ROMAGNA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Exploração seletiva - raleamento florestal a ser implantada Endereco:FAZENDA COPACABANA - ESTRADA GAUCHINHA / PORTO PLANALTINA A 8,6 KM.

35599/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:CHÁCARA Nº51-A-1, MATRICULA Nº23.134 Bairro:ZONA RURAL Cep:87270000 Município:Engenheiro Beltrão.

35600/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
KLABIN S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3600 – 3, 4 E 5 ANDARES..

35601/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
KLABIN S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3600 – 3, 4 E 5 ANDARES..

35602/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:estrada rural, sentido PR-092, trecho Santo Antônio da Platina/PR - Barra do Jacaré/PR - Monte Real Bairro:Rural Cep:86430000 Município:Santo Antônio da Platina.

35603/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE MARIPÁ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:TRECHO DA MR - 206, ALTO AURORA Bairro:ZONA RURAL Cep:85955000 Município:Maripá.

35605/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE MARIPÁ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:TRECHO DA MR - 210, S/Nº DIST. PÉROLA INDEPENDENTE Bairro:ESTRADA MUNICÍPAL Cep:85955000 Município:Maripá.

35606/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA FOZ DO IGUAÇU - DISTRITO DE NOVO SOBRADINHO Bairro:NOVO SOBRADINHO Cep:85900110 Município:Toledo.

35609/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
O B S EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE FRUTAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rodovia PR-272, Lotes 02 e 03 da Quadra 01 Bairro: Cep:84930000 Município:Jaboti.

35610/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Rua Antônio Rasteiro Filho Bairro:Pq. Ind. José Garcia Gimenes Cep:86183751 Município:Cambé.

35611/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOSE DE FREITAS SALDANHA JUNIOR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LINHA MARQUEZITA, ZONA RURAL.

35613/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Estrada de acesso a aldeia indígena Ivaí Bairro:rural Cep:85260000 Município:Manoel Ribas.

35614/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AGUINALDO BONALUMI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:LOTES DE TERRA N°6,9,17-A. REMANESCENTE Bairro:CENTRO Cep:86020350 Município:Rondon.

35615/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LINHA SÃO BRAZ Bairro:ZONA RURAL Cep:85555000 Município:Pato Branco.

35616/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ERVATEIRA SELVA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:LINHA SANTA MARIA, 20 KM 01.

35617/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SANTA TEREZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA BR 376, KM 292, S/Nº.

35618/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:AVENIDA REMIS JOAO LOSS, 600.

35619/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DOS QUILOMBOS DE GRAMADINHOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:QUILOMBO GRAMADINHO.

35621/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada Endereco:AVENIDA 6 DE JUNHO, 825 Bairro:CENTRO Cep:86170000 Município:Sertanópolis.

35622/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ASSOCIAÇÃO DE CORREDORES DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RIO SÃO FRANCISCO - CLUBE CAÇA E PESCA Bairro:------ Cep:85906230 Município:Toledo.

35623/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEADORA PUNTA DEL ESTE LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS, 316 Bairro:RURAL - DISTRITO DE PARANGI Cep:86340000 Município:Sertaneja.

35624/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CLEVINA MARQUES SALDANHA LOURENÇO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA JOÃO BLISS, N° 2100.

35625/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C.

35626/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO DE EXECUÇÃO MANUAL, CALÇAMENTO POLIÉDRICO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:BAIRRO MADALENA Bairro:BAIRRO MADALENA Cep:86860000 Município:Jardim Alegre.

35627/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE UBIRATÃ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, Nº 1852.

35628/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO PREDIGER LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA HELMUTH PRIEZNITZ, S/N - CHÁC. Nº 77 VILA GAÚCHA Bairro:VILA GAÚCHA Cep:85960000 Município:Marechal Cândido Rondon.
35629/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA BENTO GONÇALVES Bairro:VILA NOVA Cep:85900110 Município:Toledo.
35630/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS INGÁ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AV. MAUÁ, 3051.
35432/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AUTORIZAÇÃO EMBIENTAL PARA PICADOR MOVEL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTE N° 40-A- REM, GLEBA SANTA HELENA, NUCLEO XAMBRE - DISTRITO NOVA SANTA HELENA Bairro: Cep:87560000 Município:Iporã.
35435/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE SOLO ACIMA DE 100 M³ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:MARILIA ESQUINA COM PEDRO FRANCISCO Bairro:PADRE ULRICO Cep:85605540 Município:Francisco Beltrão.
35437/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:LINHA SÃO PAULO Bairro: Cep:85750000 Município:Planalto.
35438/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ED CLAUDIO MACCAGNAN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA CORONEL ALFREDO FERREIRA DA COSTA.
35439/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE FÊNIX torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:RUA JANGADA, 25.
35440/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR-180 - LINHA EVA Bairro: Cep:85601000 Município:Francisco Beltrão.
35442/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE UBIRATÃ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, Nº 1852.
35445/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE UBIRATÃ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, Nº 1852.
35446/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO PR-464 KM 24,606 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:VILA RURAL VEREADOR SEBASTIÃO DE ARAUJO Bairro:VILA RURAL Cep:87670000 Município:Inajá.
35447/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JCM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Realocação de Reserva Legal a ser implantada Endereco:ESTRADA PALMITO, S/Nº, GLEBA 8, VILA RURAL.
35448/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE UBIRATÃ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA NILZA DE OLIVEIRA PEPINO, Nº 1852.
35449/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FELIPE MATZENBACHER torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:LINHA VITÓRIA.
35450/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Pavimentação Poliédrica torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:CALÇAMENTO COMUNIDADE TRINTA VOLTAS Bairro:Trinta Voltas Cep:85515000 Município:Bom Sucesso do Sul.
35452/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AA PARA PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Estradas: Água Fria, Bela Vista, Divisora e Taboquinha Bairro: Cep:78370000 Município:Nova Olímpia.
35453/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PISTA DE PASSEIO PUBLICO COM PAVIMENTO ASFALTICO PR 471 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:PR 471 DO KM 193 MAIS 310 METROS AO KM 194 Bairro:AREA RURAL Cep:85485000 Município:Três Barras do Paraná.
35454/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ATERRO E TERRAPLANAGEM DE LOTE RURAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:As margens da PR 535 proximidades do trevo de acesso ao município de Rio Branco do Ivaí Bairro: Cep:84470000 Município:Cândido de Abreu.
35455/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
HOTEL MALANSKI DARWICH LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AV JOSE GALICIOLI.
35456/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
OLIVERIO POLTRONIERI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Pontes a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº 136, 3º POLÍGONO DA GLEBA IGUAÇU, LINHA RIO URU.
35662/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DHL- DISTRIBUIDORA DE PECAS E SERVICOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:ROD PR 160, Nº 03 Bairro: Cep:86300000 Município:Cornélio Procópio.
35517/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE MATELANDIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Pontes a ser implantada Endereco:AV. DUQUE DE CAXIAS Nº 800 Bairro:CENTRO Cep:85877000 Município:Matelândia.
35518/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AV. MARIPÁ, Nº 2400 Bairro:CENTRO Cep:85960000 Município:Marechal Cândido Rondon.
35519/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MCB PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA PALMITAL.
35520/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LUCILENE GONÇALVES VALENTIM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PRAIA DO FAROL Bairro:ILHA DO MEL Cep:83200000 Município:Paranaguá.
35521/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ARIANA CRISTINA BARCHIK torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VILA NOVA BRASÍLIA Bairro:ILHA DO MEL Cep:83200000 Município:Paranaguá.
35522/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE IPIRANGA - Pavimentação Poliédrica de estrada rural torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Zona Rural Bairro:Zona Rural Cep:84450000 Município:Ipiranga.

35523/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SANTA BRANCA AGROPECUÁRIA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Corredor para dessedentação de animais a ser implantada Endereco:ESTRADA TIBAGI, PINHEIRO SECO KM12,5 Bairro:Pinheiro Seco Cep:84300000 Município:Tibagi.

35524/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA JOÃO XXIII Nº 144.

35525/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 488 E 495, S/Nº - ESQUINA CÉU AZUL Bairro:CENTRO Cep:85892000 Município:Santa Helena.

35526/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DANIEL MOREIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Br 376, Km 21 nº 250, São Marcos.

35527/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARA REMOÇÃO DE TANQUE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ROD BR-487 KM 196 Bairro:RODOVIA Cep:87314899 Município:Campo Mourão.

35528/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DA LAPA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Dragagem e derrocamentos em corpos de água a ser implantada Endereco:RUA AMINTAS DE BARROS, Nº S/N.

35529/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURAO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA BRASIL, 1487.

35530/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE IRATI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA CEL EMILIO GOMES, 22 .

35531/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOÃO CAETANO DE SOUZA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA SÉRGIO RODOLFO MAYER, S/N.

35532/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:AVENIDA SANTOS DUMONT Nº 2021.

35534/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
HEBE'S LIFE SCIENCE LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Rodovia PR 317, km 113, 540m - junto ao lote de terras nº 220-C/220-D-5 Bairro:Gl Rib Pinguim Cep:87105060 Município:Maringá.

35535/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE PIRAÍ DO SUL - Terraplanagem torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Avenida David Ferdermann, s/n Bairro: Cep:84240000 Município:Piraí do Sul.

35536/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SANTA ALICE IMÓVEIS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Lote sob nº 33-F remanescente Bairro:Gleba Ribeirão Pinguim Cep:8 Município:Maringá.

35537/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
D. BORCATH CONSTRUTORA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada Endereco:AL DR. CARLOS DE CARVALHO, 417 CJ 2601.

35538/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:COMUNIDADE LINHA SÃO JOSÉ E LINHA VERONESE Bairro:ZONA RURAL Cep:85575000 Município:São Jorge d´Oeste.

35539/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO SEXTAVADO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA DA MARRECA Bairro:ZONA RURAL Cep:87955000 Município:São Pedro do Paraná.

35540/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DA ESTRADA DA COMUNIDADE RIO PACIÊNCIA EM MANOEL RIBAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Estrada rio paciencia Bairro: Cep:85260000 Município:Manoel Ribas.

35541/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
A.S.E ROBERTO E CIA LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTES DE TERRA SOB N° 19-A-REM Bairro: Cep:87400000 Município:Tuneiras do Oeste.

35544/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ROSSETO E ROSSETO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:Rodovia PR 463, proximidades do km 52, 554m - Lote de terras sob nº 5/1-A/5/2-A Bairro:CENTRO Cep:86690000 Município:Colorado.

35545/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL COM PEDRA POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Abrange 12 trechos de acordo com o processo no Eprotocolo no formulario CEV Bairro: Cep:86825000 Município:Marilândia do Sul.

35546/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ROGERIO SCHWAB torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:Rua José Rocha Barros, n° 7153 Bairro:Colonia Santa Maria Cep:83301644 Município:Piraquara.

35547/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DAIR WEISS PEREIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VILA DO FAROL Bairro: Cep:83200000 Município:Paranaguá.

35548/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CALÇAMENTO POLIEDRICO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA PROJETADA A, PROJETADA B E ESTRADA DE ACESSO VILA RURAL GENIBRE AYRES MACHADO Bairro: Cep:86860000 Município:Jardim Alegre.

35550/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Canais para drenagem a ser implantada Endereco:AV. ROCHA POMBO, 1453 Bairro:CENTRO Cep:87600000 Município:Nova Esperança.

35551/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Terraplanagem torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rua Ivan W. Bonotto. S/N. Matrícula 7393 Bairro:Lagoão Cep:85555000 Município:Palmas.

35552/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Construção CMEI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Edificações a ser implantada Endereco:Rua Maria Martinello Lavezzo, 385 Bairro:Fraron Cep:85503338 Município:Pato Branco.

35171/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:ENTRE PR 466 E AVENIDA FRANCISCO BERARDI Bairro: Cep:85200000 Município:Pitanga.

35172/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PASA PARANA OPERAÇOES PORTUARIAS S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AV. PORTUÁRIA, 1835 Bairro:DOM PEDRO II Cep:83203150 Município:Paranaguá.
35173/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
REGULARIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:DISTRITO GEREMIA LUNARDELI - CANTUZINHO Bairro:ZONA RURAL Cep:87330000 Município:Nova Cantu.
35174/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOSINO VILAS BOAS CHAVES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AVENIDA GOVERNADOR CRUZ PIMENTEL, 735 Bairro:CENTRO Cep:84900000 Município:Ibaiti.
35175/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARQUE CIENTIFICO E TECNOLOGICO DE BIOCIENCIAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:ROD. PR 182, S/N - KM 320/321.
35176/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLANAGEM COM VOLUME APROXIMADO DE 222,00M³ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA SABINO PUTON, Lote 70 da quadra 9 Bairro:Klubegi Cep:85555000 Município:Palmas.
35177/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE IVAIPORA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplenagem a ser implantada Endereco:RUA RIO GRANDE DO NORTE, Nº 1000.
35179/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURAO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA BRASIL, 1487.
35180/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CASCALHEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:LOTE DE TERRAS N°41/41-C-REM-1-A Bairro:ZONA RURAL Cep:86970000 Município:Corumbataí do Sul.
35347/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA RIO JACARÉ, LOTE 118, ESTRADA DA SERRINHA Bairro:APUCARANA Cep:86801210 Município:CURITIBA.
35658/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:Rolândia a Pitangueiras na faixa de dominio de estrada rural Bairro: Cep:86600000 Município:Rolândia.
35659/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
KLABIN S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3600 – 3, 4 E 5 ANDARES..
35660/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LINHA DE DISTRIBUIÇÃO - PARANÁ TRIFÁSICO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:LINHA DE DISTRIBUIÇÃO - PARANÁ TRIFÁSICO - BR 369 Bairro: Cep:85000000 Município:Cascavel.
35661/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MGA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada Endereco:RUA 24 DE MAIO, 150.
35663/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Aterro Sanitário a ser implantada Endereco:ESTRADA VICINAL MUNICIPAL Bairro:COLÔNIA CORRENTES Cep:84600000 Município:União da Vitória.
35664/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:PRAÇA NOSSA SENHORA APARECIDA, S/N Bairro:centro Cep:86430000 Município:Santo Antônio da Platina.
35665/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA BENEDITO SALLES,1060 Bairro:CENTRO Cep:86420000 Município:Carlópolis.
35666/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL EM CBUQ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LINHA SÃO LUIZ Bairro:ZONA RURAL Cep:85635000 Município:Nova Esperança do Sudoeste.
35667/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:AVENIDA JOSÉ CALLEGARI, Nº647.
35668/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA VANIO GUELLERE Nº 64.
35669/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:EST. TIAGO AMORIM NOVAES, Nº 2771 Bairro:DIST. BOM PRINCÍPIO Cep:85921500 Município:Toledo.
35670/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALOIR SANGALLETTI, VANUSA CRISTINA MAAS SANGALLETTI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:PARTE A DO LOTE RURAL Nº 42, DA GLEBA Nº 17 DIST. MORENINHA Bairro:LINHA SANTA CRUZ Cep:85892000 Município:Santa Helena.
35671/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
VALMIR ANTONIO SCHIAVON torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA GOIOERÊ, Nº 3046.
35676/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SERGIO SUDOSKI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AVENIDA TOLEDO, S/N Bairro:BALNEÁRIO COROADOS Cep:83280000 Município:Guaratuba.
35677/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Sítio Nossa Senhora Aparecida torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Estrada Humaitá Km 11 Bairro: Cep:86900000 Município:Jandaia do Sul.
35678/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Avenida Deputado Anibal Khury. Bairro:Balneário Marisol Cep:83255000 Município:Pontal do Paraná.
35682/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO ESTRADA RURAL MATADOURO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA MATADOURO Bairro:ZONA RURAL Cep:87920000 Município:Santa Cruz de Monte Castelo.
35685/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VIAS DO PERÍMETRO URBANO DE AMAPORÃ Bairro: Cep:87850000 Município:Amaporã.
35687/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
EVANAZILDA MAGANHOTO CAVALI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:COLONIA TAQUAROVA, 100.
35688/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CMPC IGUACU EMBALAGENS LTDA - Instalação de peneira de cavacos torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Rodovia PR-151 Bairro: Cep:84240000 Município:Piraí do Sul.
35689/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PRATI EMPREENDIMENTOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:RUA SANTOS DUMONT Nº 3791 - SALA 103 EDIFICIO AMARANTO.
35690/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO ESTRADA CRISTO REI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:CRISTO REI Bairro:ZONA RURAL Cep:87702000 Município:Paranavaí.
35691/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
KARLOS GIOVANI GRANDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AV. PRESIDENTE GETULIO VARGAS 486.
35692/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUAÍRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ALBINO GUZELA - TRECHO I - RUA ALMICAR DE SOUZA ATÉ A RUA OSVALDO CRUZ Bairro:CENTRO Cep:85980000 Município:Guaíra.
35693/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LINHA BIAVATTI SENTIDO COLONIA RICA Bairro:ZONA RURAL Cep:85680000 Município:Boa Esperança do Iguaçu.
35694/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LUIS ALBERTO FACCIO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA PADRE JOÃO SMEDT, 1008.
35695/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GARDIN MATELANDIA PRODUÇÃO E COMERCIO DE PLANTAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:BR 277 - KM 662 - MOINHO DO VENTO.
35696/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Terraplanagem torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rua Parigot de Souza Bairro:Bortot Cep:85504180 Município:Pato Branco.
35697/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Pavimentação asfáltica na comunidade Nossa Senhora do Carmo até a comunidade São Miguel torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Comunidade Nossa Senhora do Carmo Bairro:Zona Rural Cep:85514550 Município:Pato Branco.
35698/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO ESTRADA FECULARIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL FECULARIA Bairro:ZONA RURAL Cep:87920000 Município:Santa Cruz de Monte Castelo.
35699/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ANANAÍ TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:PRAÇA QUINZE DE NOVEMBRO, 20.
35700/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS EM BLOCOS SEXTAVADOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADAS MUINICIPAIS RURAIS Bairro:ZONA RURAL Cep:87780000 Município:Paraíso do Norte.
35701/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Implantação de melhorias em geral na PR-160 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:PR-160 Bairro:Centro Cep:84250000 Município:Imbaú.
35702/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA BAHIA 159.
35703/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CAPAL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL - Movimentação do Solo torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rua Saladino de Castro Bairro: Cep:84990000 Município:Arapoti.
35704/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FRIMESA COOPERATIVA CENTRAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA BAHIA 159.
35705/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TERRAPLENAGEM PARA AMPLIAÇÃO DE BOVINOCULTURA DE LEITE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AVENIDA DOS PIONEIROS, KM 8 Bairro: Cep:84145000 Município:Carambeí.
35706/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CONSÓRCIO TECVERDE-BPRO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA PRINCIPAL, S/N Bairro:DISTRITO DE OURO VERDE Cep:84220972 Município:Sengés.
35707/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CHOU WEN CHANG torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº07 - LINHA GUARAPUAVA.
35709/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PEDRO APARECIDO DE SOUZA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AVENIDA PONTA GROSSA, S/Nº - CASA - VILA BOM JESUS. Bairro:ZONA RURAL Cep:86820000 Município:Califórnia.
35710/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Estrada da Prata até estrada do Marumbi Bairro:Rural Cep:84740000 Município:Cândido de Abreu.
35711/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BIOCIÊNCIAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:ROD. PR-182, KM 320/321, S/Nº - LOTE RURAL BIOPARK Bairro:BIOPARK Cep:85919899 Município:Toledo.
35725/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
EDEMETRIO BENATO JUNIOR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA D. PEDRO II - 100.
35726/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:PR 540 SAIDA DA COLONIA VITORIA PARA CACHOEIRA Bairro:COLONIA VITORIA Cep:85139400 Município:Guarapuava.
35727/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Terraplanagem torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rua Rafael Ribas Bairro:São José Cep:85550000 Município:Palmas.
35728/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ELIZABET MARIA SANTINI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA MATO GROSSO.
35729/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
VIVIANE FERNANDES DE SOUZA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA ALFREDO BRUFREM, 465 - APTO 02.
35730/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Intervenção em APP - Dissipador de energia hidráulica torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Avenida Esperança Bairro: Cep:86186260 Município:Cambé.
35731/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA ILHA DE EUFRASINA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:SIT ILHA DE EUFRASINA Bairro:EUFRASINA Cep:83251380 Município:Paranaguá.
35732/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C Bairro:MOSSUNGUÊ Cep:81200240 Município:CURITIBA.
35733/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
EDELMIR SILVIO STADLER E CIA LTDA EPP torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA PROFESSOR JOÃO PUPO.
35735/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
NAIR APARECIDA GOBOR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA JORNALISTA JOSÉ DA SILVA, Nº 1566.
35736/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AA- LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - 34,5KV torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:ZONA RURAL Bairro:DIVERSOS Cep:85200000 Município:Boa Ventura de São Roque.
35737/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TREVO DE ACESSO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LINHA RIO GAVIÃO Bairro:ZONA RURAL Cep:85635000 Município:Nova Esperança do Sudoeste.
35738/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TRAVESSIA SOBRE CORPO HÍDRICO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Passagem molhada a ser implantada Endereco:LOTE A MATRÍCULA 47818 Bairro:ZONA RURAL Cep:87930000 Município:Querência do Norte.
35739/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MÁRCIO DE FREITAS MENDONÇA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Corte de Essências Nativas Plantadas a ser implantada Endereco:ESTÂNCIA GATO PRETO, LOTE 22, PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA SÉTIMO GARIBALDI.
35740/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PRISCILA ANTUNES TSUPAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:AVENIDA JOÃO SCUCATO CORADIN, N° 1221.
35741/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FRIGORÍFICO BENDO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal a ser implantada Endereco:LOTE RURAL 376, FINAL DA RUA LIBERO PAZINI, S/N.
35743/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
KLABIN S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3600 – 3, 4 E 5 ANDARES..
35744/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DEISE CRISTIANI GABIATI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA IRMÃS PAULINAS, 5445.
35766/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE RIO AZUL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA GUILHERME PEREIRA, 482.
35767/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LIMPEZA, ADEQUAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURSA NO RALF torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada Endereco:SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE Bairro: Cep:85710970 Município:Santo Antônio do Sudoeste.
35769/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE INTERSEÇÃO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:PR 281 - KM 544 Bairro:ZONA RURAL Cep:85660000 Município:Dois Vizinhos.
35770/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Revitalização do Fundo de Vale do córrego Jerimu torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Rua da Cidadania, S/N Bairro:Jardim União da Vitoria II Cep:86044346 Município:Londrina.
35771/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTE DE TERRAS N°175 - GLEBA SANTA HELENA - NUCLEO XAMBRE Bairro: Cep:87570000 Município:Francisco Alves.
35772/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAULLINE EMANUELLE DE MATOS DOS REIS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA FELICITA ANGÉLICA FERRARINI CORADIN, N° 954.
35227/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CARGILL AGRICOLA S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA BR 376 KM 506.
35228/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ODICLEI RUZENENTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:TRAVESSA JOÃO RUZENENTE, N° 594.
35229/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AUTO POSTO 77 LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada Endereco:AV RAPOSO TAVARES Nº 1013.
35231/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
RONALDO MARAFON DREVEK torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA LADISLAU LUKA, 877.
35232/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JANETE CARVALHO TRAMONTIN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA MOACYR CASTANHO, 990 A.
35233/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TIMBUTUVA EMPREENDIMENTOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Condomínios a ser implantada Endereco:FAZENDA TIMBUTUVA, S/N.
35234/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LATICÍNIO DOM ARMANDO LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares a ser implantada Endereco:ESTRADA MUNICIPAL SAÍDA PARA SANTA HELENA.
35235/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.
35236/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.
35237/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.
35238/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
ALESSANDRO TRYBEC torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RIOZINHO.
35239/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MAC PONTA MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA CORONEL GRACIA N°33.
35241/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BRISA FLORESTAL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Limpeza de Reflorestamento a ser implantada Endereco:RODOVIA BR 476 KM 338.
35242/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE GUARATUBA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Pontes a ser implantada Endereco:AV 29 DE ABRIL, 425.
35243/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
WESTROCK CELULOSE PAPEL E EMBALAGEM LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA RIGESA, 2929.
35244/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376.
35245/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376.
35246/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FERNANDA ROCHA PODOLAN torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:KM 111 RIO DO SALTO S/N.
35247/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA SÃO PAULO Nº 1060 Bairro:CENTRO Cep:85805020 Município:Cascavel.
35249/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ACESSO PÚBLICO NA PR 317 - KM 68/833, S/N Bairro:RODOVIA Cep:85892000 Município:Santa Helena.
35250/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GUILHERME ZAGUINE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Substituição de Exóticas por nativas em áreas de APP a ser implantada Endereco:AV. MARINGA 5046 ED. RAVEL TOWER SALA 09/11.
35251/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Autorização Ambiental para movimentação de solo torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Rodovia João Jorge Saad, Lote nº 13-M-1/2, da subdivisão do lote nº 13-M-1 da gleba 12 jaborandi Bairro: Cep:87515899 Município:Umuarama.
35253/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DANIELA CHIODI E ALENCAR MACHADO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº 24-A DA GLEBA 25 - DISTRITO DE VILA CELESTE Bairro:LINHA SÃO VICENTE CHICO Cep:85892000 Município:Santa Helena.
35254/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMNETAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RIO DOURADINHO Bairro: Cep:85606899 Município:Francisco Beltrão.
35255/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Autorização Ambiental para picador movél torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:Lote de terras sob nº 447-A, da Gleba nº 3, Rio São João, Zona Rural - distrito guaiporã Bairro:zona rural Cep:87565000 Município:Cafezal do Sul.
35256/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
POSTO DE COMBUSTÍVEIS RAJAMEN LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, Nº 325 Bairro:CENTRO Cep:85950000 Município:Palotina.
35257/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IVANI LUCION RACALCATTI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Serraria e desdobramento de madeira a ser implantada Endereco:RUA ERECHIM 1354 APTO 704 BLOCO 2.
35258/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IVANI LUCION RACALCATTI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Serraria e desdobramento de madeira a ser implantada Endereco:RUA ERECHIM 1354 APTO 704 BLOCO 2.
35259/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IVANI LUCION RACALCATTI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Serraria e desdobramento de madeira a ser implantada Endereco:RUA ERECHIM 1354 APTO 704 BLOCO 2.
35260/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
JOSIANE MULLER torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA ZILDA AMS NEUMANN.
35261/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE RIO AZUL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA GUILHERME PEREIRA, 482.
35262/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE RIO AZUL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA GUILHERME PEREIRA, 482.
35263/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LED LICENCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Avenida Pedro Euzebio Lemos, s/n, primeira travessa a esquerda. Bairro: Cep:83707000 Município:Araucária.
35265/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE COLORADO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:Rodovia PR-463 - FAZENDA DA MATA - MATRÍCULA 26.814 - REG. IMÓV.COLORADO Bairro:CENTRO Cep:86690000 Município:Colorado.
35266/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE IRATI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Pontes a ser implantada Endereco:RUA CEL EMILIO GOMES, 22 .
35267/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.
35268/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.
35269/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868.
35270/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FABIO BATTISTELLA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:AVENIDA IRMÃOS PEREIRA, 711.
35271/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
RENEE VAN DER GOOT torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Rodovias a ser implantada Endereco:FAZENDA HARMONIA Bairro:PASSOS DOS LEITE Cep:86420000 Município:Carlópolis.
35273/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DAN HEISS PARTICIPAÇÕES LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RODOVIA JOAO PAULO REOLON Bairro:SÃO GABRIEL Cep:84602000 Município:União da Vitória.

35274/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LINHA SÃO PAULO, DIVISA, DOIS IRMÃOS E FÁTIMA. Bairro:ZONA RURAL Cep:85988000 Município:Entre Rios do Oeste.

35337/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
FAZENDA TAQUARA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:ROSAS - CASA Bairro:LAGEADO GRANDE Cep:83570000 Município:Cerro Azul.

35338/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
LIGAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA NA ZONA RURAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Outros empreendimentos de prestação de serviços a ser implantada Endereco:CHACARA Nº 32, MATRICULA 5831 Bairro: Cep:87301000 Município:Campo Mourão.

35339/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
THEMIS VALÉRIA DE SOUZA BAPTISTA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:COLÔNIA CAPÃO ALTO.

35343/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE GUAMIRANGA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA DIOGO EMANUEL DE ALMEIDA, 234.

35344/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DESTOQUE DE PINOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LINHA SÃO FRANCISCO Bairro: Cep:85710000 Município:Santo Antônio do Sudoeste.

35345/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DIONISIO BECK torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTES RURAIS 949, 953 E 954, GLEBA 02, COLÔNIA C - SERRA MARACAJÚ Bairro:ZONA RURAL Cep:85990000 Município:Terra Roxa.

35346/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CAMPO MOURAO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA BRASIL, 1487.

35181/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE TERRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA THOFILO AUGUSTO LOIOLA Bairro:CENTRO Cep:85502480 Município:Pato Branco.

35182/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PALMASPLAC AGROPASTORIL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Queima controlada a ser implantada Endereco:RUA ALCINA SANTOS ARAUJO.

35186/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA PARAGUAI, 1401.

35187/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
TELMO ADRIANO SOARES torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:ESTRADA PEREIRA.

35188/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE LIDIANÓPOLIS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA JUSCELINO KUBITSCHECK,357.

35190/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
VMW GESTORA DE BENS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AVENIDA MARECHAL DEODORO Bairro:SANTA ROSA Cep:84600000 Município:União da Vitória.

35192/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
SWE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - Demolição em área de APP torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:Lote 1-A e 1-F-REM-1/1-F-1/1-17-Unificação Bairro:Gl. Ribeirão Pinguim Cep:86990000 Município:Marialva.

35193/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Estrada Bela Vista Bairro:Rural Cep:87600000 Município:Nova Esperança.

35194/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:PARQUE INDUSTRIAL I E II Bairro:ZONA URBANA Cep:85988000 Município:Entre Rios do Oeste.

35195/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
PAVIMENTAÇÃO ESTRADA DA RELÍQUIA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL MUNICIPAL RAMAL 101 Bairro:ZONA RURAL Cep:87920000 Município:Santa Cruz de Monte Castelo.

35196/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
DG78 LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:SVENIDA CANDIDO DE ABREU 651 CJ 161.

35197/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARCO ANTÔNIO BEIRÃO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:AV. ENG. AIRTON CORNELSEN, N° 1001 Bairro:PORTO PASSAGEM Cep:83280000 Município:Guaratuba.

35198/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
WESTROCK CELULOSE PAPEL E EMBALAGEM LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA RIGESA, 2929 Bairro:JOÃO PAULO II Cep:89490000 Município:Três Barras.

35199/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MADEIREIRA THOMASI S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada Endereco:RUA MARECHAL DEODORO, 1701.

35200/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MARCUS VINICIUS HEY BINSFELD torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA NOSSA SENHORAS DAS DORES NHAPINDAZAL.

35201/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
IMPLANTAR PARQUE AMBIENTAL NO ENTORNO DO LAGO MUNICIPAL. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Parques turísticos e de lazer a ser implantada Endereco:LOTE URBANO Nº01, QUADRA Nº85, LOTEAMENTO IBEMA Bairro:Centro Cep:85478000 Município:Ibema.

35202/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C Bairro:MOSSUNGUÊ Cep:81200240 Município:CURITIBA.

35203/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Cascalheira torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:SITIO SÃO SEBASTIÃO, ESTRADA RURAL MUNICIPAL, GLEBA 7 Bairro:ZONA RURAL Cep:87250000 Município:Peabiru.

35204/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GABRIEL BACK torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:SITIO SÃO JOÃO BATISTA PR 218, KM 376 Bairro:DISTRITO GRACIOSA Cep:87700000 Município:Paranavaí.
35205/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Exploração seletiva - raleamento florestal a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 218, KM 372 - 500 M.
35206/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CESAR PERCICOTTI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:VALDEMIRO VALASKI, N-2003.
35207/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada Endereco:AV. RAPOSO TAVARES,594.
35208/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
COPEL DISTRIBUICAO S.A. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C.
35209/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
OSVALDO SEIDI NIMI torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA ANTONINA, 254.
35210/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
Terraplenagem torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Rodovia PRC 280 Bairro:São Francisco de Sales Cep:85525000 Município:Mariópolis.
35211/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE MISSAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, Nº 555.
35212/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AMBIENTAL SUL BRASIL-CENTRAL REGIONAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA AQUIDABAN, LOTES 8-A-1/09-C.
35213/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE CIANORTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:CENTRO CIVICO, 100.
35214/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BRISA FLORESTAL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Limpeza de Reflorestamento a ser implantada Endereco:RODOVIA BR 476 KM 338.
35215/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BRISA FLORESTAL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Limpeza de Reflorestamento a ser implantada Endereco:RODOVIA BR 476 KM 338.
35216/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 281 - KM 516 Bairro: Cep:85660000 Município:Dois Vizinhos.
35217/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
CEDI NOGUEIRA TAVARES TEIXEIRA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VILA DO FAROL Bairro:ILHA DO MEL Cep:83200000 Município:Paranaguá.
35218/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE ANTONINA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RUA XV DE NOVEMBRO, 150 Bairro:CENTRO Cep:83370000 Município:Antonina.
35219/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
GUILHERME ZAGUINE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Corte raso/desmate a ser implantada Endereco:AV. MARINGA 5046 ED. RAVEL TOWER SALA 09/11.
35220/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MAHLE CARAMBEÍ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 151 - KM 312 - BOQUEIRÃO.
35221/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
BRUNO REINHOFER torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Aproveitamento de Material Lenhoso a ser implantada Endereco:RUA ESLAVÔNIA-N 582, COLÔNIA JORDAOZINHO.
35222/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICÍPIO DE PINHALÃO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:RUA DOMINGOS CALIXTO 483 Bairro:CENTRO Cep:84925000 Município:Pinhalão.
35223/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA PICADOR MOVEL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:FAZENDA SANTA IZABEL - PARCELA 2 - GLEBA N° 05 Bairro: Cep:87500000 Município:Umuarama.
35224/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MUNICIPIO DE MUNHOZ DE MELLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA FERNÃO DIAS Bairro:ZONA RURAL Cep:86760000 Município:Munhoz de Melo.
35225/2024

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
KLABIN S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Fabricação de farinha de madeira a ser implantada Endereco:AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, Nº 3600 – 3, 4 E 5 ANDARES..
35226/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8103 com validade até 02/12/2025, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:AVENIDA REMIS JOAO LOSS, 600 no município de Fernandes Pinheiro/PR.
35184/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE IBEMA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8138 com validade até 02/01/2026, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:AVENIDA NEI EUIRSON NAPOLI Nº 1426 no município de Ibema/PR.
35773/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8532 com validade até 22/03/2026, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:RUA VANIO GUELLERE Nº 64 no município de São Miguel do Iguaçu/PR.
35376/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE IRATI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8156 com validade até 03/02/2024, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:RUA CEL EMILIO GOMES, 22 no município de Irati/PR.
35774/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONCESSIONARIA DO BLOCO SUL S.A., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8337 com validade até 18/08/2028, para Marinas, portos e aeroportos a ser implantada na Endereco:ESTRADA BR 469, KM16,5 no município de Foz do Iguaçu/PR.
35342/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8407 com validade até 17/11/2026, para Outros sistemas de disposição final do resíduo a ser implantada na Endereco:ESTRADA RURAL DO POVINHO DE SÃO JOÃO no município de Campo Largo/PR.
35170/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8004 com validade até 17/08/2027, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:RUA JOÃO XXIII Nº 144 no município de Santa Terezinha de Itaipu/PR.

35324/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8030 com validade até 12/09/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:TRECHO PR - 09 - SOCAVÃO PINHEIRÃO Bairro:SOCAVÃO PINHEIRÃO Cep:84165540 Município:Castro no município de Castro/PR.

35441/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8553 com validade até 11/04/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Estrada Rural Municipal - Estrada Funda Bairro:Zona Rural Cep:87600000 Município:Nova Esperança no município de Nova Esperança/PR.

35708/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8523 com validade até 18/03/2026, para Interceptores, emissário, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário a ser implantada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de Missal/PR.

35612/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE JARDIM ALEGRE, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8005 com validade até 17/08/2028, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:PRAÇA MARIANA LEITE FELIX, 800 no município de Jardim Alegre/PR.

35248/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8498 com validade até 28/02/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:AVENIDA SANTOS DUMONT Nº 2021 no município de Serranópolis do Iguaçu/PR.

35533/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE REBOUÇAS, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8354 com validade até 11/09/2028, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:RUA JOSÉ AFONSO VIEIRA LOPES, 96 no município de Rebouças/PR.

35500/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8032 com validade até 13/09/2028, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:AV: CURITIBA, N° 563 no município de São João do Ivaí/PR.

35191/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VALDECIR BRAMBILLA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8112 com validade até 13/12/2028, para IRRIGAÇÃO TIPO PIVÔ LINEAR a ser implantada na Endereco:RUA NEO ALVES MARTINS 1053 no município de Itambé/PR.

35272/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8267 com validade até 19/06/2028, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR.

35104/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8157 com validade até 10/02/2028, para Interceptores, emissário, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário a ser implantada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de Imbituva/PR.

35768/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8333 com validade até 18/08/2028, para Rodovias a ser implantada na Endereco:PRAÇA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, N° 30 no município de Campina Grande do Sul/PR.

35252/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE IRATI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8020 com validade até 02/09/2028, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:RUA CEL EMILIO GOMES, 22 no município de Irati/PR.

35178/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUICAO S.A., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8506 com validade até 11/03/2034, para Subestação a ser implantada na Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C no município de Paula Freitas/PR.

35604/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE ICARAÍMA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8018 com validade até 01/09/2024, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:AV. HERMES VISSOTO - 810 no município de Icaraíma/PR.

35431/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8278 com validade até 30/06/2025, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de Irati/PR.

35433/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8358 com validade até 13/09/2033, para Interceptores, emissário, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário a ser implantada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de Rolândia/PR.

35434/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8267 com validade até 19/06/2028, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR.

35145/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 8118 com validade até 15/12/2027, para Cemitérios instalada na Endereco:AV. RAPOSO TAVARES,594 no município de Quarto Centenário/PR.

35327/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROPECUÁRIA SÃO LOURENÇO DO GUAIRAÇA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 8197 com validade até 16/03/2024, para Terraplanagem instalada na Endereco:FAZENDA SÃO JOSÉ, LOTE Nº 23,24 E 25, GLEBA 04, COLÔNIA PARANAVAÍ – ESTRADA GUAIRAÇÁ À AMAPORÃ no município de Guairaçá/PR.

35444/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO RIO BRANCO DE LONDRINA LTDA - ME, a Licença de operação de Regularização - LOR nº 37021 com validade até 08/12/2028, para Postos de revenda de combustíveis instalada na Endereco:AVENIDA RIO BRANCO, 700 no município de Londrina/PR.

35443/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUICAO S.A., a Licença de operação de Regularização - LOR nº 37030 com validade até 22/12/2026, para Subestação instalada na Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C no município de Rio Azul/PR.

35620/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VCAPE COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS AUTOMOTOES LTDA., a Licença de operação de Regularização - LOR nº 37057 com validade até 14/04/2025, para Outros empreendimentos de prestação de serviços instalada na Endereco:BR 277, KM 237, Nº 800 no município de Irati/PR.

35305/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SODA E SODA LTDA, a Licença de operação de Regularização - LOR nº 37010 com validade até 21/10/2027, para Postos de revenda de combustíveis instalada na Endereco:Av. Presidente Getulio Vargas, 1249 no município de Loanda/PR.

35189/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUICAO S.A., a Licença de operação de Regularização - LOR nº 35964 com validade até 22/01/2024, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO C no município de CURITIBA/PR.

35230/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GIMENES E AUGUSTO LTDA - EPP, a Licença de operação de Regularização - LOR nº 37019 com validade até 06/12/2024, para Posto de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos instalada na Endereco:AVENIDA PARANÁ, Nº 400 no município de São Pedro do Paraná/PR.

35183/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 318625 com validade até 10/04/2025, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na RODOVIA OSVALDO PACHECO DE LACERDA, 820 no município de Maringá/PR.

34741/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE SORVETES LTDA, a Licença Prévia - LP nº 318621 com validade até 10/04/2025, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Rua João Rotta, 309 no município de Cascavel/PR.

34740/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à T.H.T. MARIALVA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 318627 com validade até 10/04/2025, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Avenida Padre Theo Hermann, 1062 no município de Marialva/PR.

34742/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CLAUDIONOR LUSCATELI ALVES, a Licença Prévia - LP nº 318644 com validade até 10/04/2025, para Comércio e Serviço - Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados a ser implantada na RUA TUCANO, 132 no município de Iguaraçu/PR.

34744/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, a Licença Prévia - LP nº 43544 com validade até 30/06/2024, para Cemitérios a ser implantada na Endereco:Estrada Municipal Manoel Nicolau Bauer, S/N Bairro:Renascer Cep:85877000 Município:São Miguel do Iguaçu no município de São Miguel do Iguaçu/PR.

35150/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LONDRITEX INDUSTRIA DE TINTAS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 318749 com validade até 10/04/2025, para Industrial - Ind. química a ser implantada na RUA ANTONIO VICTOR MAXIMIANO, 132 no município de Santa Tereza do Oeste/PR.

34753/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SUZANA FACIN FAVARETTO, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 318608 com validade até 10/04/2026, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na ESTRADA MUNICIPAL RURAL, S/N no município de Serranópolis do Iguaçu/PR.

34738/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAURI CORNELIO SPOHR, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 318761-R1 com validade até 10/04/2030, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LOTE RURAL DENOMINADO Nº 160, S/N no município de Missal/PR.

34754/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TENTIL COMERCIO DE TINTAS LTDA-EPP, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 318726-R2 com validade até 10/04/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Jorge Tieto Iwasa, 468 no município de Araucária/PR.

34748/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FABIANO MARCELO GIOLLO, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 318689-R1 com validade até 10/04/2030, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Rio da Areia de Baixo, SN no município de Teixeira Soares/PR.

34745/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à METALURGICA RHR LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 318727-R2 com validade até 10/04/2028, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na RUA THEODORO JOAO LIEBL, 77 no município de Rio Negro/PR.

34749/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESPANHA MINERAÇÃO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 26865 com validade até 17/02/2027, para Explotação instalada na Endereco:DISTRITO DE ABAPAN no município de Castro/PR.

35185/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GUIMATEX INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 318734-R2 com validade até 10/04/2034, para Industrial - Ind. têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos instalada na Rua Dorival Soncela, 20 no município de Santa Tereza do Oeste/PR.

34751/2024

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE BASALTO, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 836760 com validade até 11/03/2026, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:Rodovia PR 466, KM 19 - LOTES Nº21, 22-A E 22-C, GLEBA Ariranha e Rio Azul - Sabugueiro Bairro: Cep:86870000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

35264/2024

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 127, DE 11 DE ABRIL DE 2024

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 54 de 04 de janeiro de 2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 21.965.928-8,

RESOLVE

Art. 1º. Realocar o servidor Jeferson Benedetti Eilert, RG nº 10.826.899-9, ocupante do cargo de Agente Profissional – Engenheiro Agrônomo, lotado na Gerência Regional de Bacia Hidrográfica - Escritório de Francisco Beltrão – ERBEL, para o Núcleo Regional - Escritório de União da Vitória - ERUVI deste instituto, para o exercício de suas atividades.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, em exercício
Portaria IAT nº 67/2024

34834/2024

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 128, DE 11 DE ABRIL DE 2024

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 54 de 04 de janeiro de 2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 21.963.390-4,

RESOLVE

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º. Realocar a servidora Juliane Nesi, RG nº 10.589.707-3, ocupante do cargo de Agente Profissional – Engenheira Florestal, lotada no Núcleo Regional - Escritório de União da Vitória - ERUVI, para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica - Escritório de Francisco Beltrão - ERBEL deste instituto, para o exercício de suas atividades.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, em exercício
Portaria IAT nº 67/2024

34835/2024

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA/ PENDÊNCIA Nº 019/2024

Em atendimento ao Art. 126 do Decreto Federal 6514/2008 e para prosseguimento na cobrança administrativa dos processos de Autos de Infração Ambiental, o **Instituto Água e Terra – IAT** torna público a relação dos autuados notificados por via postal e sem êxito na entrega da correspondência. Prazo 20 (vinte) dias da data da publicação.

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Adriane de Andrade Tavares	Bocaiúva do Sul	**129742**	18.614.857-6
Alexandre Belotti Azevedo	Palmeira	**140695**	17.287.451-7
Antonio Tadeu Barbosa Pinto	Pinhão	**146422**	19.443.647-5
Augustinho Bayer	Candói	**127637**	17.126.967-9
Bruno Alvaro Ferreira	Turvo	**142875**	18.132.131-8
Darci Vargas	Palmas	**125654**	16.122.108-2
Diego Niedo de Almeida	Esperança Nova	**142122**	17.840.922-0
Elisson Osires Schoeneman	Imbituva	**141993**	17.818.107-6
Francisco Lepeki	Castro	**135974**	16.018.454-0
Gislaine Maciel Camargo	Rio Bonito do Iguaçu	**143099**	18.129.352-7
Ivaldir da Silva	Pinhão	**144502**	18.540.620-2
Joacir Cachoroski Cordeiro	Lapa	**144192**	18.454.649-3
João Bonki Neto	Irati	**144428**	18.529.884-1
Joãozinho Morello da Silva	Pinhão	**130260**	18.227.122-5
Joãozinho Morello da Silva	Pinhão	**130291**	18.227.210-8
Joraci Ferreira	Ortigueira	**142862**	18.104.431-4
José Adão Kuka	Lapa	**140931**	17.383.433-0
Jose Alcione Borges	Guarapuava	**83132**	9.353.618-5
José Divonsir Alves dos Santos	Pinhão	**144297**	18.489.500-5
Juscelio da Silva Moreski	Quinta do Sol	**143278**	18.166.679-0
Leandro dos Santos Oliveira	Rio Bonito do Iguaçu	**143069**	18.124.382-1
Leonel Gabriel Skrobute	Quitandinha	**145917**	19.194.390-2
Leonel Gabriel Skrobute	Quitandinha	**145916**	19.194.119-5
Luciano Pavan Rosina	Morretes	**119817**	15.349.892-0
Luis Szymonka	Pinhão	**137757**	16.491.292-2
Marcos Aurélio Lourenço da Silva	Almirante Tamandaré	**135868**	15.932.415-0
Maria Simone Zubacz	Ivai	**146514**	19.466.111-8
Nilcelia do Rocio Soares Barbosa	Morretes	**144211**	18.506.628-2
Noe João de Lima	Lindoeste	**141867**	17.740.064-5
Osmar Kruger	Boa Ventura de São Roque	**90007689**	7.516.304-5
Paulo Gulchakovski Sobrinho	Ivai	**129700**	17.967.450-5
Paulo Roberto de Souza	Campo Largo	**130386**	17.882.622-0
Paulo Roberto Rabelo	Dois Vizinhos	**144965**	18.687.356-4
Pedro Moro – Olaria Bom Jesus	São José dos Pinhais	**132167**	18.709.136-5
Pedro Sass	Boa Ventura de São Roque	**138945**	18.023.558-2
Rogério Conrado	Irati	**146351**	19.388.984-0
Sergio Luis Sloboda	Irati	**142845**	18.066.173-5
Sergio Luis Sloboda	Irati	**142844**	18.066.152-2
Sergio Vieira Peres	Guaratuba	**140371**	17.152.174-2
Silvanira Girardi Sczepaniaik	Quedas do Iguaçu	**144328**	18.484.392-7
Silvanira Girardi Sczepaniaik	Quedas do Iguaçu	**144327**	18.484.383-8
Silvanira Girardi Sczepaniaik	Quedas do Iguaçu	**144330**	18.484.633-0
Tatiane Aparecida Ricardo	Mandirituba	**142570**	17.988.517-4
Valdecir Nunes Carvalho	Paranaguá	**118159**	14.760.610-9
William Alves Nunes	Imbituva	**146097**	19.276.518-8
Zeno Stori	São Mateus do Sul	**139580**	16.896.430-7

34721/2024

Portaria n° 11061/2024/OD-GOUT. Prot. 21.209.874-4. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Sumitomo Rubber do Brasil Ltda - CPF/CNPJ 13.816.470/0001-70. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.162.325,00 N 673.449,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 2.90 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Fazenda Rio Grande.

34598/2024

Portaria n° 11056/2024/OD-GOUT. Prot. 21.223.489-3. Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira. Outorgado(s) FAG GERADORA DE ENERGIA S.A - CPF/CNPJ 28.591.094/0001-30. Rio Cavernoso. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.192.177,01 N 396.528,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Aproveitamento de potencial hidráulico. Município Candói. Esta portaria revoga a portaria n° 17652/2023/OP-GOUT.

34692/2024

Portaria n° 11057/2024/OD-GOUT. Prot. 19.973.331-1. Captação superficial. Outorgado(s) VILSON MAZORANA - CPF/CNPJ 769.474.759-53. Rio Central. Piquiri. Coordenadas UTM 7.282.257,48 N 263.215,63 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 50.00 m³/h 12:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Aurora.

34690/2024

Portaria n° 11060/2024/OD-GOUT. Prot. 21.123.042-8. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) LECACAU CHOCOLATES LTDA. - CPF/CNPJ 35.416.995/0001-50. Ivaí. Coordenadas UTM 7.396.276,00 N 336.962,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Combate a incêndio, Limpeza. Vazão máxima outorgada 4.50 m³/h 11:06 horas/dia 30 dias/mês. Município São Tomé.

34689/2024

Portaria n° 11067/2024/OD-GOUT. Prot. 21.969.017-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) BAXI FOODS LTDA - CPF/CNPJ 40.938.762/0002-39. Pirapó. Coordenadas UTM 7.394.579,00 N 450.974,00 E. Validade 02/01/2026. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 6.00 m³/h 20:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Apucarana. Esta portaria revoga a portaria n° 1961/2022.

34788/2024

Portaria n° 11055/2024/OP-GOUT. Prot. 21.265.119-2. Aproveitamento hidrelétrico com barragem/soleira. Outorgado(s) CENTRAL GERADORA HIDRELETRICA GW EIRELI - CPF/CNPJ 37.899.588/0001-77. Rio Santana. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.100.762,39 N 306.974,74 E. Validade 3 anos. Finalidade Aproveitamento de potencial hidráulico. Município Renascença.

34693/2024

Portaria n° 11058/2024/OD-GOUT. Prot. 19.973.333-8. Captação superficial. Outorgado(s) VILSON MAZORANA - CPF/CNPJ 769.474.759-53. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.282.470,20 N 263.569,33 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Nova Aurora.

34694/2024

Portaria n° 11064/2024/OP-GOUT. Prot. 17.317.347-4. Captação superficial. Outorgado(s) MARCIA PASTORE - CPF/CNPJ 028.062.809-90. Rio Dezoito de Abril. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.285.765,16 N 216.607,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Maripá.

34688/2024

Portaria n° 10061/2024/REV-GOUT. Prot. 22.005.493-4. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) Harima do Brasil Indústria Química Ltda. - CPF/CNPJ 76.176.643/0001-52. Tibagi. Coordenadas UTM 7.230.256,18 N 584.100,62 E. Validade 35 anos. Finalidade Processo fabril. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 20:00 horas/dia 20 dias/mês. Município Ponta Grossa. Esta portaria revoga a portaria n° 1274/2012-DPCA.

34810/2024



Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Extrato – Apostilamento aos Termos de Colaboração celebrados com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, conforme quadro a seguir.

Objeto: Substituição do fiscal/gestor do Termo de Colaboração.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

APOST.	TERMO	CNPJ	NRE	MUNICÍPIO	MANTENEDORA	ESCOLA	PROTOCOLO	GESTOR
3°	202300099	78.019.684/0001-60	CORNÉLIO PROCÓPIO	ASSAÍ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASSAÍ	ESCOLA DRA. ZILDA ARNS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.878.995-1	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300100	77.563.815/0001-03	CORNÉLIO PROCÓPIO	BANDEIRANTES	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BANDEIRANTES	ESCOLA PEQUENO PRÍNCIPE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.161-1	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300101	01.759.004/0001-10	CORNÉLIO PROCÓPIO	CONGONHINHAS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONGONHINHAS	ESCOLA PROFESSORA GLADYS COSTA SANTOS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.204-9	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300102	81.881.146/0001-95	CORNÉLIO PROCÓPIO	CORNÉLIO PROCÓPIO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS, DEFICIENTES VISUAIS OU DEFICIENTES AUDITIVOS DE CORNÉLIO PROCÓPIO	C A E E VISIAUDIO-CP	21.879.243-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300103	77.469.583/0001-29	CORNÉLIO PROCÓPIO	JATAIZINHO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JATAIZINHO	ESCOLA PREFEITO EVILÁZIO RANGEL CORDEIRO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.268-5	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300104	03.024.375/0001-80	CORNÉLIO PROCÓPIO	NOVA AMÉRICA DA COLINA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA AMÉRICA DA COLINA	ESCOLA INTEGRAÇÃO COLINENSE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.297-9	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300105	80.920.416/0001-67	CORNÉLIO PROCÓPIO	NOVA FÁTIMA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA FÁTIMA	ESCOLA FATIMENSE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.409-2	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300106	02.760.250/0001-55	CORNÉLIO PROCÓPIO	NOVA SANTA BÁRBARA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE	ESCOLA VERA LÚCIA FERRAZ MARTINS - EI E EF, NA MOD. ED.	21.879.440-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

					NOVA SANTA BÁRBARA	ESPECIAL		
3°	202300107	85.430.080 /0001-78	CORNÉLIO PROCÓPIO	SANTA CECILIA DO PAVÃO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	ESCOLA CECILIENSE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.310-5	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300108	75.390.427 /0001-42	CORNÉLIO PROCÓPIO	SANTA MARIANA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA MARIANA	ESCOLA RODOLFO WILD - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.363-6	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300109	07.629.773 /0001-80	CORNÉLIO PROCÓPIO	SANTO ANTONIO PARAISO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO	ESCOLA PARAISO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.420-9	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300110	73.577.546 /0001-83	CORNÉLIO PROCÓPIO	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA	ESCOLA PREFEITO JOÃO MARIA PROENÇA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.474-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300111	81.883.621 /0001-62	CORNÉLIO PROCÓPIO	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	ESCOLA PROFESSOR ELIAS ABRAHÃO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.555-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
3°	202300112	78.028.313 /0001-45	CORNÉLIO PROCÓPIO	URAÍ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE URAI	ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.587-6	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300184	75.838.672 /0001-70	GOIOERÊ	GOIOERÊ	ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GOIOERÊ	ESCOLA PADRE ANCHIETA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.878.889-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300185	02.582.685 /0001-57	GOIOERÊ	JANIÓPOLIS	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JANIÓPOLIS	ESCOLA MARCELO APARECIDO DA SILVA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.878.951-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300186	80.901.028 /0001-39	GOIOERÊ	JURANDA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JURANDA	ESCOLA DIENE CRISTINA DA SILVA COSTA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.014-3	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300187	03.222.660	GOIOERÊ	MOREIRA	ASSOCIAÇÃ	ESCOLA	21.879.100-0	EDILSON

		/0001-05		SALES	O DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MOREIRA SALES	RODRIGO BARBATO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL		APARECIDO DE PAULA
2°	202300188	77.845.287 /0001-85	GOIOERÊ	UBIRATÃ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE UBIRATÃ	ESCOLA JESUS MENINO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.245-6	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300247	01.085.193 /0001-93	LOANDA	DIAMANTE DO NORTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE DIAMANTE DO NORTE	ESCOLA FERNANDA PRIESLER AQUINO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.324-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300248	01.203.341 /0001-27	LOANDA	ITAÚNA DO SUL	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAÚNA DO SUL	ESCOLA PROFESSORA HISSAKO MATUOKA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.356-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300249	78.187.770 /0001-82	LOANDA	LOANDA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA	ESCOLA JOÃO PAULO II - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.388-6	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300250	02.430.522 /0001-59	LOANDA	MARILENA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARILENA	ESCOLA SANTA HELENA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.421-1	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300251	78.195.906 /0001-04	LOANDA	NOVA LONDRINA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA LONDRINA	ESCOLA LA SALETTE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.450-5	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300252	06.192.607 /0001-05	LOANDA	PLANALTINA DO PARANÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PLANALTINA DO PARANÁ	ESCOLA PADRE JOSÉ SAZAMI KUMAGAWA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.490-4	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300253	00.444.978 /0001-42	LOANDA	QUERÊNCIA DO NORTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE QUERÊNCIA DO NORTE	ESCOLA EZOLDINA SCHUEROFF - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.534-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300254	73.274.169 /0001-03	LOANDA	SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA	ESCOLA MARIA DO ROSÁRIO TORRE - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.663-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

					CRUZ DO MONTE CASTELO			
2°	202300255	80.611.221 /0001-35	LOANDA	SANTA ISABEL DO IVAÍ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA ISABEL DO IVAÍ	ESCOLA PROFESSORA FLORINDA MARTINS BRUNO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.726-1	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300256	08.380.733 /0001-00	LOANDA	SANTA MONICA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA MÔNICA	ESCOLA RAUL GARCIA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.856-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300257	78.844.479 /0001-30	LOANDA	SÃO PEDRO DO PARANÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PEDRO DO PARANÁ	ESCOLA ELVIRA PIGOLI CRESPILHO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.919-1	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300314	80.613.888 /0001-77	PARANAVAÍ	ALTO PARANÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTO PARANÁ	ESCOLA PROFESSORA LOURDES CERON BEDENDO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.310-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300315	03.157.937 /0001-63	PARANAVAÍ	GUAIRAÇÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUAIRAÇÁ	ESCOLA OLAVO MELO FRANCO - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.372-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300316	06.222.971 /0001-62	PARANAVAÍ	ITAGUAJÉ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAGUAJÉ	ESCOLA RAFAEL COSTA DA ROCHA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.417-3	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300317	77.208.205 /0001-91	PARANAVAÍ	NOVA ESPERANÇA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA ESPERANÇA	ESCOLA ESPERANÇA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.453-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300318	76.977.495 /0001-75	PARANAVAÍ	PARAÍSO DO NORTE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARAÍSO DO NORTE	ESCOLA LEÔNCIO DE OLIVEIRA CUNHA - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.488-2	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300319	76.730.118 /0001-37	PARANAVAÍ	PARANACITY	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANACITY	ESCOLA REGINALDO APARECIDO NAVES - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.530-7	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300320	76.136.589	PARANAVAÍ	PARANAV	ASSOCIAÇÃ	ESCOLA	21.879.578-1	EDILSON

		/0001-11		AÍ	O DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAVAÍ	CARMEM LÚCIA RAUEN LOPES - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL		APARECIDO DE PAULA
2°	202300321	72.540.719 /0001-26	PARANAVAÍ	SANTO ANTONIO DO CAIUÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	ESCOLA SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.601-0	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300322	76.716.026 /0001-00	PARANAVAÍ	SÃO CARLOS DO IVAÍ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS DO IVAÍ	ESCOLA SÃO CARLOS DO IVAÍ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.650-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300323	80.899.495 /0001-71	PARANAVAÍ	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ	ESCOLA SÃO JOÃO DO CAIUÁ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.696-6	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300324	03.517.615 /0001-88	PARANAVAÍ	TAMBOARA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TAMBOARA	ESCOLA IDALBA ABREU PIERIN - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.759-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300325	80.614.241 /0001-60	PARANAVAÍ	TERRA RICA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA RICA	ESCOLA PROFESSORA SELMA RODRIGUES DOS SANTOS - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.879.798-9	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300375	77.418.655 /0001-09	TOLEDO	GUAÍRA	ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GUAÍRA	ESCOLA MARIO LUIZ - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.152-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300376	76.290.287 /0001-01	TOLEDO	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON	ESCOLA PEQUENO LAR - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.208-7	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300377	77.396.588 /0001-79	TOLEDO	PALOTINA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALOTINA	ESCOLA ROUXINOL - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.437-3	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300378	77.820.181 /0001-27	TOLEDO	SANTA HELENA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA	ESCOLA ZILDA ARNS NEUMANN - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.471-3	EDILSON APARECIDO DE PAULA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

					HELENA			
2°	202300379	01.823.573 /0001-88	TOLEDO	SÃO PEDRO DO IGUAÇU	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU	ESCOLA RAIO DE LUZ - EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL	21.880.510-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300380	77.806.925 /0001-59	TOLEDO	TERRA ROXA	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA ROXA	ESCOLA MUNDO DO APRENDER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.539-6	EDILSON APARECIDO DE PAULA
2°	202300381	75.974.931 /0001-90	TOLEDO	TOLEDO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TOLEDO	ESCOLA BEM-ME-QUER - EI E EF, NA MOD. ED. ESPECIAL	21.880.569-8	EDILSON APARECIDO DE PAULA

34992/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1358 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 6382
Nome do Estabelecimento: CENTRO EST EDUC PROFIS DE CURITIBA
Nome do Curso: TEC EM ELETROMECANICA-S ET CPI

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ALDEMAR DOS SANTOS	40014357PR	290	069006382D001	58	21/03/2024	2023
ANDERSON CLAITON MOTTIN	77524517PR	291	069006382D001	59	21/03/2024	2023
ARTHUR GABRIEL MARTINS DA SILVA	141761315PR	292	069006382D001	59	21/03/2024	2023
BRUNO HENRIQUE DE MOURA	85163230PR	293	069006382D001	59	21/03/2024	2023
CRISTIAN CLEIFF SCHMIDT	73416655PR	294	069006382D001	59	21/03/2024	2023
DIMILSON PEREIRA DE SOUZA	86502577PR	295	069006382D001	59	21/03/2024	2023
EMILYN DAMARIS HIRAKAWA WOICHICOSKI	14369629-4PR	296	069006382D001	60	21/03/2024	2023
ERICK ROBERTO LOPES	81387702PR	297	069006382D001	60	21/03/2024	2023
JEFFERSON JÚNIOR CORREIA	6569053-5PR	298	069006382D001	60	21/03/2024	2023
JÊNIFER MELER DE SOUZA	7074135241RS	299	069006382D001	60	21/03/2024	2023
KARINA GONÇALVES BODI	137742217PR	300	069006382D001	60	21/03/2024	2023
LAURA SCHMIDT MAIA	138399486PR	301	069006382D001	61	21/03/2024	2023
MARCIO BAYS	138279120PR	302	069006382D001	61	21/03/2024	2023
OLAIR RODRIGUES DE SOUZA	64082159PR	303	069006382D001	61	21/03/2024	2023
PAOLA RADAELE RAMOS	148225036PR	304	069006382D001	61	21/03/2024	2023
SUELI BATISTA DE MELO	8219980-2PR	305	069006382D001	61	21/03/2024	2023
WELLINGTON CORDEIRO JAVOSKI	80719434PR	306	069006382D001	62	21/03/2024	2023

CURITIBA, 11 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): MIRIA ROSA BOIKO MALISAK
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 02630
Nome do(a) Diretor(a): ANDREY KLEBER MIGLIORINI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01668

34919/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1364 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão

CHRISTIANE BOAVENTURA PEREIRA	73789087PR	20	069025617D003	4	10/04/2024	2023
GUILHERME AUGUSTO DOS SANTOS	134718935PR	19	069025617D003	4	10/04/2024	2024
JOSEANE APARECIDA CORDEIRO	88950356PR	21	069025617D003	5	11/04/2024	2023

CURITIBA, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

35067/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 477035 - 11/04/2024
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 400
Nome do Município: CAMPINA GRANDE DO SUL
Código do Estabelecimento: 348
Nome do Estabelecimento: CAMPOS SALES, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 1230

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
KELLY REGINA CAMARGO RIBAS	49459696PR	421	04000034D001	74	08/08/2019	2019

CAMPINA GRANDE DO SUL, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a):EVELIN STRAPASSON DE SOUZA
Nº Ato do(a) Secretário(a): 202/2006 - 10/03/2006

Nome do(a) Diretor(a): ALEXANDRE JOSÉ ALVES
Nº Ato do(a) Diretor(a): 3364/2021 - 12/08/2021

35719/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1361 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1780
Nome do Município: PALMAS
Código do Estabelecimento: 17088
Nome do Estabelecimento: CARLOS, C E D-EF M N PROFIS
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANDREINA CHAGAS ROQUE	14.733.244-0PR	2	178017088D001	1	19/03/2024	2023
GABRIEL DE LARA FUHR	14.851.153-5PR	3	178017088D001	1	19/03/2024	2023
HUAN MATEUS PEREIRA DE MELLO	14.396.793-0PR	4	178017088D001	1	19/03/2024	2023
JESSICA PRISCILA CHAGAS MELOS	13.271.554-8PR	5	178017088D001	1	19/03/2024	2023

PALMAS, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): DIONE REGINA NOGARA REFFATTI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 03264
Nome do(a) Diretor(a): KARINE ERTEL
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 04642

34934/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1360 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 40
Nome do Município: ALMIRANTE TAMANDARE
Código do Estabelecimento: 990
Nome do Estabelecimento: EDIMAR WRIGHT, C E PROF-EM N
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA JULIA DOS SANTOS VELOSO	146234119PR	1	004000990D001	1	06/02/2024	2023
ANA MARIA DOS SANTOS PINTO	15.021.272-3PR	5	004000990D001	1	16/02/2024	2023
BIANCA APARECIDA SILVERIO DA SILVA	15388435-8PR	6	004000990D001	2	16/02/2024	2023
FRANCIELE CRISTINA DA SILVA SANTOS	147757069PR	7	004000990D001	2	16/02/2024	2023

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABRIELLE YASMIM PEREIRA DOS SANTOS	158366096PR	8	004000990D001	2	16/02/2024	2023
GABRYELA BRAGA LIMA	14.549.179-7PR	9	004000990D001	2	16/02/2024	2023
GEOVANA ROBERTA DE OLIVEIRA	15.244.522-9PR	10	004000990D001	2	16/02/2024	2023
HELEN GIOVANNA FERREIRA	144692659PR	4	004000990D001	1	15/02/2024	2023
IORANA GABRIELE GOMES MENDONCA	155402210PR	11	004000990D001	3	16/02/2024	2023
IZABEL MARIA DE OLIVEIRA SILVA	140322180PR	12	004000990D001	3	16/02/2024	2023
JESSICA DE SOUZA RODRIGUES DOS SANTOS	151592384PR	13	004000990D001	3	16/02/2024	2023
JULIANA REZENDE DA SILVA	15.534.396-6PR	14	004000990D001	3	16/02/2024	2023
KARINA DOS REIS DE OLIVEIRA	145203899PR	15	004000990D001	3	16/02/2024	2023
KAUANE GONÇALVES DOS SANTOS	143707733PR	16	004000990D001	4	19/02/2024	2023
KAUANY VALENTE PEREIRA	14.137.889-9PR	17	004000990D001	4	19/02/2024	2023
KAYANE APARECIDA DOS SANTOS JUNG	151310427PR	18	004000990D001	4	19/02/2024	2023
LARYSSA TABORDA DE PAULA	12.619.904-0PR	19	004000990D001	4	19/02/2024	2023
LUANA APARECIDA DE AGUIAR MACHADO	146225594PR	20	004000990D001	4	19/02/2024	2023
MARIAH LUIZA PEREIRA SANTOS	136570722PR	21	004000990D001	5	20/02/2024	2023
MARIANE MAZUR SCHIRMAN	154883657PR	1	004000990C001	1	20/02/2024	2023
MILLENA EDUARDA VAZ MACHADO PINTO	137584999PR	22	004000990D001	5	20/02/2024	2023
RAQUEL ALVES DA SILVA	149545743PR	23	004000990D001	5	20/02/2024	2023
STEPHANI FOGACA DOS SANTOS	155435828PR	24	004000990D001	5	20/02/2024	2023

ALMIRANTE TAMANDARE, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): JONAS RODRIGUES DA SILVA
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 01668
Nome do(a) Diretor(a): CLAUDIO CORDEIRO MESSIAS
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01225

34929/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1359 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1587
Nome do Município: MAUA DA SERRA
Código do Estabelecimento: 746
Nome do Estabelecimento: JOAO PLATH, C E-EF M N
Nome do Curso: FORM DOC ED INF ANOS IN EN FUN

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ANA BEATRIZ GONCALVES DE MOURA	13.655.092-6PR	1	158700746D001	1	09/04/2024	2023
ANA CLARA BATISTA CARNEIRO	13.991.766-9PR	3	158700746D001	1	09/04/2024	2023
ANDRESSA SANTOS DE OLIVEIRA	15.138.575-3PR	2	158700746D001	1	09/04/2024	2023
ANNA LAURA DE SOUZA ALMEIDA	14.619.500-8PR	4	158700746D001	1	09/04/2024	2023
ANNE LOUISE DOMINGOS VIEIRA	13.742.941-1PR	5	158700746D001	1	09/04/2024	2023
EMILLY CRISTINA DOS SANTOS ALVES	12.576.677-3PR	6	158700746D001	2	09/04/2024	2023
GABRIELA RODRIGUES ROCHA	15.818.697-7PR	7	158700746D001	2	09/04/2024	2023
JOAO VITOR GONCALVES BUENO	14.730.554-0PR	8	158700746D001	2	09/04/2024	2023
KAROLAINE DE OLIVEIRA DA SILVA	15.098.879-9PR	9	158700746D001	2	09/04/2024	2023
MAYARA CRISTINA DOS SANTOS	15.060.921-6PR	10	158700746D001	2	09/04/2024	2023
NICOLE EDUARDA DE SOUZA KAVA	16..106.761-0PR	11	158700746D001	3	09/04/2024	2023
PATRYK ROBSON RODRIGUES ROSA	15.095.335-9PR	12	158700746D001	3	09/04/2024	2023
RAFAEL HENRIQUE LISBOA	14.967.218-4PR	13	158700746D001	3	09/04/2024	2023
RAYSSA SOARES GOMES	15.087.641-9PR	14	158700746D001	3	09/04/2024	2023

MAUA DA SERRA, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): LUCINEI APARECIDA NATALINA GONCALVES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 05480
Nome do(a) Diretor(a): LIGIA DOMINGOS VIEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01904

34926/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1362 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 640
Nome do Município: CORNELIO PROCOPIO
Código do Estabelecimento: 5812
Nome do Estabelecimento: CASTRO ALVES, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ETIENE TAMARA DE SOUZA LISBOA	107860541PR	24	064005812C001	1	11/04/2024	2022

CORNELIO PROCOPIO, 11 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): ANA PAULA CLAUDINO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 01398
Nome do(a) Diretor(a): EDWARD SOARES SILVA SOBRINHO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 04033

34995/2024

Relação de Registro de CERTIFICADOS Nº 477034 - 11/04/2024
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 950
Nome do Município: GUARAPUAVA
Código do Estabelecimento: 1734
Nome do Estabelecimento: ANA VANDA BASSARA, C E-EF M PROF
Nome do Curso: Curso: TECNICO EM ENFERMAGEM - 920

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
LEIDIANE GLOEDEN DE CAMARGO	103254442PR	3047	09500173C001	94	25/02/2013	2012

GUARAPUAVA, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a):MÁRCIO JOSÉ MEIRA
Nº Ato do(a) Secretário(a): RES. 4209/2019 - 08/11/2019

Nome do(a) Diretor(a): MARLY LOBREGATI
Nº Ato do(a) Diretor(a): RES.741/2016 - 04/03/2016

35686/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1365 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: E T N M-ENFERM DO TRAB ET AS

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
ELEOMÁRIA KENHA ROCHA SANTANA SOARES	1202077853DF	227	069025617C002	22	20/02/2024	2023

CURITIBA, 11 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

35089/2024

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1363 - 11/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24376
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DEMOCRATA
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome do Aluno	RG	N° Reg.	Livro	Folha	Dt. Registro	Conclusão
CHARLENE MIOTTO	90972367PR	270	069024376D002	54	10/04/2024	2023
CRISTIANO PEREIRA DOS SANTOS NASCIMENTO	137121816PR	271	069024376D002	55	10/04/2024	2021
DAIANE GONÇALVES DOS SANTOS	99443405PR	269	069024376D002	54	10/04/2024	2021
DAVID DIAS FERREIRA	107570497PR	267	069024376D002	54	10/04/2024	2023
EDUARDO BUSS VIEIRA	1757283MS	273	069024376D002	55	10/04/2024	2023
ELISANGELA MAZETTO DE MOURA	70844702PR	268	069024376D002	54	10/04/2024	2024
ELTON DE OLIVEIRA LOPES	92590287PR	266	069024376D002	54	10/04/2024	2022
LUCAS FERNANDES DE PAULA	148407665PR	274	069024376D002	55	10/04/2024	2023
THIAGO ALTINO THIESEN LEMOS	141995170PR	272	069024376D002	55	10/04/2024	2013

CURITIBA, 11 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 006/2013 Data Ato: 07/11/2013
Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSÁRIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 05/2014 Data Ato: 12/02/2014

35064/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

DESPACHO SECRETARIAL

Protocolo n.º 21.994.748-8

1. Autorizo a prorrogação do afastamento, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 14 de maio de 2024, do servidor **Julio Cesar Moscibroski**, RG n.º 8.101.817-0, Agente Educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB/SEED, com ônus para o órgão de origem, para continuar exercendo suas funções na 177.ª Zona Eleitoral de Curitiba, em atendimento ao Ofício n.º 110/2024, emitido pelo Juízo daquela Zona Eleitoral, e com base na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, e suas alterações, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, e na Resolução n.º 750, de 9 de novembro de 2016, e suas alterações, do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PR.

2. Publique-se.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Alisson Michel Messias
Resolução n.º 1.719/2024 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral interino

35078/2024

DESPACHO SECRETARIAL
Protocolo: 20.388.091-0
Com fundamento no disposto na Lei n.º 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e considerando o contido no protocolado em epígrafe, **autorizo** a servidora Andrea Salomão de Souza Frecceiro, RG 7.640.132-2, para exercer a função de Diretora do Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa, município de Curitiba, Núcleo Regional de Educação de Curitiba, a partir da data de publicação deste Despacho Secretarial.

Curitiba, 08 de abril de 2024.
Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

35045/2024

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR designada pela Resolução n.º 1321/2024 – GS/SEED, de 08 de março de 2024, publicada em 12 de março de 2024, no Diário Oficial do Estado n.º 11616.
Protocolo n.º 19.520.145-5.
Autos n.º 16/2024.
EDITAL DE CITAÇÃO

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Resolução n.º 1321/2024, de 12 de março de 2024, do Exmo. Sr. Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais e nos termos do disposto do art. 29, da Lei Estadual n.º 20.656, de 03 de agosto de 2021, **CITA/NOTIFICA** pelo presente Edital, a servidora MAYRA REINOSA DO NASCIMENTO, RG n.º 5.845.XXX-7, professora da disciplina de Língua Portuguesa, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério (QPM), Linha Funcional 1, lotada no Colégio Estadual Hugo Simas, Município de Londrina/PR, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Londrina, por se encontrar em local incerto e não sabido, com fulcro no artigo 27, inciso V, e § 3º, inciso IV, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, em que a Administração Pública o convoca para, querendo, apresente defesa complementar no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo arrolar até 8 (oito) testemunhas, a partir da data da última publicação do Edital, no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, Rua Baronesa do cerro Azul, n.º 887, Bairro João Gualberto, Paranaguá/PR, ou através do e-protocolo, sob pena de revelia. Sendo-lhe assegurado vista dos autos no endereço eletrônico www.eprotocolo.pr.gov.br, após devida habilitação.
A Comissão Processante encontra-se instalada no endereço acima mencionado, podendo ser contatada pelo telefone (41) 3420-7202.

Paranaguá, 10 de abril de 2024.
Assinado eletronicamente
Rosecler Pedrosa Ojeda - RG n.º 7.801.155-6
Presidente

34970/2024

RESOLUÇÃO Nº 1803/2024 – GS/SEED
Súmula: Afastamento definitivo do Diretor.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, bem como no contido no Protocolado n.º 20.388.091-0,
R E S O L V E

Art. 1º Afastar definitivamente o servidor Jailson da Silva Neco, RG n.º 8.3X1. XXX-1, da função de Diretor da instituição de ensino Colégio Estadual Professor Lysímaco Ferreira da Costa – Ensino Fundamental e Médio, do município de Curitiba/Pr, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Curitiba.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.
Alisson Michel Messias
Res. n.º 1719/2024 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral Interino

35046/2024

RESOLUÇÃO N.º 2010/2024 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 22.000.137-7,
R E S O L V E:

Art. 1. Designar, Veronica Alves Zanim Tierno, RG n.º 7.698.XXX-0/PR, Juliana Martins Sena Vieira, RG n.º 4.359.XXX-8/PR e Erika Vicentin Corrêa, RG n.º 10.543.XXX-4/PR, todas em exercício na Secretaria de Estado da Educação – ASS TEC/CPAD, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Sebastião Francisco Gonçalves, RG n.º 4.140.XXX-1/PR, professor contratado pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS, por, supostamente, infringir o art. 279, incisos IV, VI e XIV, art. 285, incisos IV e o art. 293, incisos V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como os preceitos éticos do magistério, previstos no art. 5.º, nos incisos V e VII, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I, II e VI, c/c art. 293, inciso I e V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174/70, bem como o art. 17, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, e inciso I da cláusula nona, do Contrato de Trabalho, sendo cabível, portanto, rescisão contratual.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.
Alisson Michel Messias
Res. n.º 1.719/2024 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral Interino

34828/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 2.012/2024 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021**,** todas do Conselho Estadual de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, a partir da data da publicação da presente Resolução, o Parágrafo único da Resolução n.º 3720/2019, de 25 de setembro de 2019, onde se lê "O Sistema citado no *caput* do Art. 1º desta Resolução permanecerá em funcionamento exclusivamente para o trâmite das demandas protocolizadas até 30 de setembro de 2019, as quais permanecerão nesta plataforma eletrônica até o esgotamento de seu objeto.", leia-se "Todos os processos do Sistema *On line* em trâmite deverão ser imediatamente arquivados, devendo a instituição de ensino protocolar nova solicitação, via Sistema de Protocolo Integrado do Estado. (e-protocolo)".
Art. 2º Determinar que a presente Resolução seja mencionada com a Resolução citada no *caput* do art. 1º.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

35473/2024

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ
CÂMARA DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
2ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA
EM 11 A 15 DE MARÇO DE 2024
EMENTÁRIO

01. PARECER CEE/CEMEP Nº 70/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 21.659.659-5
Int.: Colégio Estadual São Cristóvão – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal
Mun.: São José dos Pinhais
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado e subsequente ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e nº 03/2022, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e de seus cursos, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) garantir as condições de infraestrutura física, técnica e tecnológica, com especial atenção à Biblioteca com adequado acervo bibliográfico específico e as condições dos Laboratórios para que atendam a PPC do curso; c) assegurar os professores necessários para os componentes curriculares indicados e os coordenadores para o curso referido, com as habilitações compatíveis com a PPC do curso; d) acompanhar a implementação das Propostas Pedagógicas Curriculares do referido curso, em consonância com as normas nacionais, estaduais e as exaradas por este CEE/PR; e) garantir a formação continuada dos professores, conforme a legislação específica vigente. A instituição de ensino deverá tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC-Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica para o curso.

02. PARECER CEE/CEMEP Nº 71
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.048.028-3, 21.391.487-7
Int.: Centro de Educação Profissional Ibrep/PR
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Transações Imobiliárias – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, na modalidade a distância e de alteração do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 63/2018, de 13/03/2018.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013, n.º 11/2021 e nº 03/2022, com especial atenção a manutenção do Certificado do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária atualizados.

03. PARECER CEE/CEMEP Nº 72/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 16.361.504-5
Int.: Centro de Educação Profissional Ibrep/PR
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de credenciamento de polo, no município de Matinhos, para a oferta do curso Técnico em Transações Imobiliárias – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, na modalidade a distância, como unidade descentralizada, do Centro de Educação Profissional IBREP, do Município de Curitiba.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 11/2021 e n.º 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária atualizados; b) solicitar a renovação de credenciamento para o polo de apoio presencial, no município de Matinhos, quando do vencimento do ato regulatório da sede, anexando seus novos atos de renovação de credenciamento e renovação do curso; c) garantir tutores presenciais para o referido polo, de acordo com a Deliberação CEE/PR n.º 11/2021; d) promover a formação de cursos em EaD de no mínimo 180 horas dos docentes/tutores que ainda não possuem a referida formação, conforme estabelece a Deliberação CEE/PR n.º 11/2021. Cabe ao Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, acompanhar a execução da Proposta Pedagógica em todos os aspectos legais e técnicos, conforme estabelecido no artigo 61 da Deliberação CEE/PR nº 11/2021, de 02/12/2021.

04. PARECER CEE/CEMEP Nº 73
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.520.638-4
Int.: Centro de Educação Profissional Qualifica Cursos
Mun.: Cornélio Procópio
Ass.: Pedido de credenciamento da instituição de ensino para a oferta de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade a distância e de autorização para funcionamento do curso Técnico em Análises Clínicas – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, na modalidade a distância.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora deverá assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 11/2021 e n.º 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados. A instituição de ensino deverá: a) tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC-Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica para o curso; b) incorporar os procedimentos didáticos pedagógicos apresentados no Plano de curso ao Regimento Escolar.

05. PARECER CEE/CEMEP Nº 74/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 21.030.156-9
Int.: Centro de Educação Profissional Unitec - Portão
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, com até 20% de atividades não presenciais.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora deverá assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 11/2021 e n.º 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados. A instituição de ensino deverá: a) tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC-Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica para o curso; b) incorporar os procedimentos didáticos pedagógicos apresentados no Plano de curso ao Regimento Escolar.

06. PARECER CEE/CEMEP Nº 75
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 17.983.758-7
Int.: Centro de Educação Profissional TECDOM
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedidos de credenciamento da instituição de ensino, para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de autorização para funcionamento do curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em relação às normas e prazos, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados; b) tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC – Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e tecnológica para o curso; c) incorporar os procedimentos didático-pedagógicos apresentados no Plano de curso ao Regimento Escolar.

07. PARECER CEE/CEMEP Nº 76/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.398.402-2
Int.: Instituto Monitor
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino, para a oferta de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade a distância.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.°11/2021 e n.º 03/2022, com especial atenção para a manutenção do Laudo da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Licença Sanitária e do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros, atualizados.

08. PARECER CEE/CEMEP Nº 77/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.591.961-9
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola da Lapa
Mun.: Lapa
Ass.: Pedido de renovação do credenciamento da instituição de ensino para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes na Deliberação CEE/PR n.º 03/2013, em especial, a manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

09. PARECER CEE/CEMEP Nº 78
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.408.721-0
Int.: Centro de Educação Profissional Grau Técnico – Unidade Portão
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Radiologia - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde – subsequente ao Ensino Médio, presencial, e de alteração do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 400/2021, de 05/10/2021.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docentes para os componentes curriculares de Física Aplicada I e II.

10. PARECER CEE/CEMEP Nº 79/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.621.796-7, 21.225.066-0
Int.: Centro de Educação Profissional Grau Técnico – Unidade Portão
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde – subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, e de alteração do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 367/2021, de 05/10/2021.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

11. PARECER CEE/CEMEP Nº 80/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.787.697-2
Int.: Colégio Irmão Mario Cristóvão Tecpuc – Ensino Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade a distância, exclusivamente para fins de cessação definitiva do curso.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade.

12. PARECER CEE/CEMEP Nº 81
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.785.840-4
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Professor Miguel Carlos Parolo
Mun.: Pitanga
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Estética – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária atualizados.

13. PARECER CEE/CEMEP Nº 82/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 21.244.723-4
Int.: Colégio Estadual Professor Izidoro Luiz Cerávolo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Apucarana
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Vestuário - Eixo Tecnológico: Produção Industrial, subsequente ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) adequar seus cursos às normas estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), vigente.

14. PARECER CEE/CEMEP Nº 83/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 18.974.655-5
Int.: Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Cascavel
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Comunicação Visual – Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design, subsequente ao Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) adequar seus cursos às normas estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), vigente.

15. PARECER CEE/CEMEP Nº 84
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.271.432-3
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria do Rosário Castaldi
Mun.: Londrina
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Análises Clínicas – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de alteração do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 307/2021, de 17/08/2021.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

16. PARECER CEE/CEMEP Nº 85/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.358.997-2
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria do Rosário Castaldi
Mun.: Londrina
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática - Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

17. PARECER CEE/CEMEP Nº 86/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.945.794-6
Int.: Colégio Estadual Cleoracy Aparecida Gil – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Douradina
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Christiane Kaminski
Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docentes habilitados para os componentes curriculares de Filosofia e de Química.

18. PARECER CEE/CEMEP Nº 87
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.744.282-8
Int.: Colégio Adventista Araucária – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Araucária
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso do Ensino Médio e de regularização dos atos escolares praticados, antes da publicação do ato autorizatório para a regularização da vida escolar dos estudantes.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados. Adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino citadas de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometer a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos alunos.

19. PARECER CEE/CEMEP Nº 88/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 17.908.826-6
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Doutor Brasílio Machado – Ensino Fundamental, Médio e Normal
Mun.: Antonina
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em Nível Médio.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 10/1999

e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

20. PARECER CEE/CEMEP Nº 89/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.353.759-6
Int.: Colégio Sagrada Família – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Normal
Mun.: Ponta Grossa
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal.
Rel.: Oscar Alves
Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 10/1999, nº 03/2013 e nº 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e a Licença Sanitária, atualizados.

21. PARECER CEE/CEMEP Nº 90
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.556.076-9
Int.: Colégio Uniguaçu – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: São Miguel do Iguaçu
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 333/19, de 11/07/2019, quanto ao Perfil Profissional de Conclusão de Curso.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

22. PARECER CEE/CEMEP Nº 91/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.071.973-5
Int.: Colégio Estadual Valdivino Parolin Acordes – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados, e ao espaço específico para o Laboratório de Informática e a Biblioteca; b) adequar espaço específico para o Laboratório de Química, Física e Biologia, em conformidade com a Resolução específica da Secretaria de Estado da Saúde – Sesa/PR; c) providenciar docentes habilitados para os componentes curriculares de Filosofia, Física, História, Matemática e Sociologia.

23. PARECER CEE/CEMEP Nº 92/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.848.348-6
Int.: Colégio Eficaz - CEM – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Maringá
Ass.: Pedido de renovação de reconhecimento do curso Técnico em Estética – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º º 228/2018, de 10/07/2018.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o componente curricular de Fundamentos de Nutrição.

24. PARECER CEE/CEMEP Nº 93
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 21.222.153-8
Int.: Colégio Estadual Marechal Arthur da Costa e Silva – Ensino Fundamental, Médio e Normal
Mun.: Planaltina do Paraná
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 10/1999, nº 03/2013 e nº 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e a Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docentes habilitados para os componentes curriculares de Sociologia, Filosofia e Física.

25. PARECER CEE/CEMEP Nº 94/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 19.692.772-7
Int.: Colégio Estadual Dr Gastão Vidigal - Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Maringá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Farmácia Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 167/2019, de 14/05/2019, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

26. PARECER CEE/CEMEP Nº 95/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.490.750-1
Int.: Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Edificações Eixo Tecnológico: Infraestrutura, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o componente curricular de Controle e Proteção Ambiental.

27. PARECER CEE/CEMEP Nº 96/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.365.262-3
Int.: Colégio Estadual Parigot de Souza – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Mandaguaçu
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial, com até 20% da carga horária total, de atividades escolares não presenciais, nos períodos manhã e tarde e com até 30% da carga horária total de atividades escolares não presenciais, no período noturno.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

28. PARECER CEE/CEMEP Nº 97/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.307.561-8
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional de Fazenda Rio Grande Erotides Ângelo Nichele
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho - Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 574/2018, de 03/12/2018, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Jacir José Venture
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

29. PARECER CEE/CEMEP Nº 98/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.530.281-6
Int.: Instituto de Educação Estadual de Maringá - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Maringá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 447/2018, de 18/10/2018, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

30. PARECER CEE/CEMEP Nº 99/24
APROVADO EM 11/03/24
Proc.: 6218/2019
Prot.: 16.113.912-2
Int.: Colégio Estadual São Vicente de Paula – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Nova Esperança
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 221/2015, de 24/06/2015, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

31. PARECER CEE/CEMEP Nº 100
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.470.228-4
Int.: Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 518/2019, de 07/10/2019, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o componente curricular de Noções de Direito e Legislação do Trabalho.

32. PARECER CEE/CEMEP Nº 101/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.656.404-0
Int.: Colégio Estadual Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Formosa do Oeste
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docentes habilitados para os componentes curriculares de Filosofia, Noções de Direito e Legislação Trabalhista, Biologia e Química.

33. PARECER CEE/CEMEP Nº 102/24
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.340.013-6
Int.: Colégio Estadual Professor Júlio Szymanski – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal
Mun.: Araucária
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o componente curricular de Noções de Direito.

34. PARECER CEE/CEMEP Nº 103
APROVADO EM 11/03/24
Prot.: 20.485.071-2
Int.: Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Informática Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 515/2019, de 07/10/2019, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

35. PARECER CEE/CEMEP Nº 104/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 21.783.073-7
Int.: Centro de Educação Profissional Proz
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Enfermagem - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, com até 20% de atividades não presenciais.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) adequar seus cursos às normas estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), vigente.

36. PARECER CEE/CEMEP Nº 105/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 19.718.754-9
Int.: Colégio Estadual São José – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Lapa
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

37. PARECER CEE/CEMEP Nº 106
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 17.909.159-3
Int.: Colégio Estadual Olavo Bilac – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal
Mun.: Ibiporã
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docentes habilitados para os componentes curriculares de História e Filosofia.

38. PARECER CEE/CEMEP Nº 107/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 19.705.953-2
Int.: Colégio Estadual São Vicente de Paula – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Nova Esperança
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 03/2022 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

39. PARECER CEE/CEMEP Nº 108/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.307.533-2
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional de Fazenda Rio Grande Erotides Ângelo Nichele
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Meio Ambiente – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com a oferta presencial.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

40. PARECER CEE/CEMEP Nº 109
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 19.667.328-8
Int.: Colégio Estadual Costa Viana – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal
Mun.: São José dos Pinhais
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 449/2017, de 14/08/2017, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

41. PARECER CEE/CEMEP Nº 110/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.983.120-1
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional de Fazenda Rio Grande Erotides Angelo Nichele
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Logística – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial, para fins de cessação, e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 506/2019, de 07/10/2019,

quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

42. PARECER CEE/CEMEP Nº 111/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.198.699-0
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria do Rosário Castaldi
Mun.: Londrina
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Eletromecânica - Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 459/2018, de 18/10/2018, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

43. PARECER CEE/CEMEP Nº 112/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.304.528-0
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Lysímaco Ferreira da Costa
Mun.: Rio Negro
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Agropecuária Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o componente curricular de Arte.

44. PARECER CEE/CEMEP Nº 113/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.608.257-7
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão
Mun.: Campo Mourão
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Agropecuária Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o componente curricular de Matemática.

45. PARECER CEE/CEMEP Nº 114
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.307.551-0
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional de Fazenda Rio Grande Erotides Ângelo Nichele
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Meio Ambiente - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 573/2018, de 03/12/2018, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

46. PARECER CEE/CEMEP Nº 115/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.907.959-3
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional Dr. Brasílio Machado
Mun.: Antonina
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho - Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de alteração do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 255/2019, de 12/06/2019.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

47. PARECER CEE/CEMEP Nº 116/24
APROVADO EM 12/03/24
Proc.: 4607/2019
Prot.: 15.846.520-5
Int.: Colégio Estadual Castro Alves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Cornélio Procópio
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho - Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 380/2016, de 13/06/2016, quanto ao Perfil Profissional de conclusão de curso, para fins de cessação da oferta do referido curso.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, nas futuras solicitações dos atos oficiais, para o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, com especial atenção à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

48. PARECER CEE/CEMEP Nº 117
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 20.591.110-3
Int.: Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Segurança do Trabalho - Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de alteração do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 500/2018, de 06/11/2018.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

49. PARECER CEE/CEMEP Nº 118/24
APROVADO EM 12/03/24
Prot.: 21.016.415-4
Int.: Colégio Estadual Regente Feijó – Ensino Médio e Profissional
Mun.: Ponta Grossa
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Secretariado – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial, para fins de cessação da oferta do referido curso.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

50. PARECER CEE/CEMEP Nº 119/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.407.748-5
Int.: Colégio Estadual José Domingues da Costa – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Congonhinhas
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o Componente Curricular de Matemática.

51. PARECER CEE/CEMEP Nº 120
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.234.054-5
Int.: Colégio Estadual Santa Eliza – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Umuarama
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

52. PARECER CEE/CEMEP Nº 121/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.339.239-7
Int.: Colégio Estadual IV Centenário – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Quarto Centenário
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

53. PARECER CEE/CEMEP Nº 122/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 19.799.442-8
Int.: Colégio Adventista Boqueirão – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados, e ao espaço adequado para o Laboratório de Informática.

54. PARECER CEE/CEMEP Nº 123
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.244.405-9
Int.: Colégio Estadual Cívico-Militar Sertãozinho – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Matinhos
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

55. PARECER CEE/CEMEP Nº 124/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.524.133-7
Int.: Colégio Lobo do Paraná – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Guarapuava
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

56. PARECER CEE/CEMEP Nº 125/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.848.489-3
Int.: Colégio Estadual Professores Edvaldo e Maria Janete Carneiro – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Turvo
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o Componente Curricular de Física.

57. PARECER CEE/CEMEP Nº 126
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.329.863-3
Int.: Colégio Hercílio Boeno e Camargo – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Palmas
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados. Adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometerem a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes.

58. PARECER CEE/CEMEP Nº 127/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.120.433-8
Int.: Colégio Estadual 14 de Dezembro – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Peabiru
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados. Adverte-se à mantenedora e à instituição de ensino de que devem observar o cumprimento das Deliberações deste Conselho, para não comprometerem a regularidade de funcionamento de seus cursos e a vida escolar dos estudantes.

59. PARECER CEE/CEMEP Nº 128/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.819.195-0
Int.: Colégio Geração Cima – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Umuarama
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docente habilitado para o Componente Curricular de Química.

60. PARECER CEE/CEMEP Nº 129
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.119.081-9
Int.: Colégio Sesi - Guarapuava – Ensino Médio
Mun.: Guarapuava
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Oscar Alves
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

61. PARECER CEE/CEMEP Nº 130/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.861.399-5
Int.: Colégio Integral – Ensino Médio
Mun.: Maringá
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

62. PARECER CEE/CEMEP Nº 131/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 19.151.131-0
Int.: Colégio Sesi Paranavaí – Ensino Médio
Mun.: Paranavaí
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados; b) garantir ao pleno atendimento das práticas esportivas para o componente curricular de Educação Física.

63. PARECER CEE/CEMEP Nº 132
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 19.152.625-2
Int.: Colégio Estadual Santa Rosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docentes devidamente habilitados para os componentes curriculares de Sociologia e Filosofia.

64. PARECER CEE/CEMEP Nº 133/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 19.337.052-7
Int.: Colégio Decisivo Comendador – Ensino Médio
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados.

65. PARECER CEE/CEMEP Nº 134/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.356.748-9

Int.: Colégio Estadual Dom Pedro II – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Campo Largo
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

66. PARECER CEE/CEMEP Nº 135
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.732.155-9
Int.: Colégio Estadual Liane Marta da Costa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Guarapuava
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

67. PARECER CEE/CEMEP Nº 136/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.344.427-1
Int.: Colégio Estadual Júlia Wanderley – Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Jaboti
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados.

68. PARECER CEE/CEMEP Nº 137
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.891.344-1
Int.: Colégio Estadual Lucy Requião de Melo e Silva - Ensino Fundamental, Médio e Profissional
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, presencial, com até 30% de atividades escolares não presenciais, para o período noturno, conforme o Plano de Expansão da Seed/PR.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) garantir o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, para o adequado funcionamento da instituição de ensino e de seus cursos; b) manter as devidas condições de infraestrutura física, técnica e tecnológica, com especial atenção à Biblioteca com acervo bibliográfico específico, aos Laboratórios que atendam a PPC do curso, ao Certificado de Conformidade e à Licença Sanitária, atualizados; c) assegurar professores nos componentes curriculares indicados e coordenadores dos cursos referidos, com as habilitações compatíveis com a PPC do curso; d) acompanhar a implementação da Proposta Pedagógica Curricular do curso, em consonância com as normas nacionais, estaduais e as exaradas por este CEE/PR; e) providenciar o registro on-line no Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, do referido curso; f) garantir a formação continuada dos professores, conforme a legislação específica vigente; g) atualizar o Projeto Político Pedagógico institucional e a Proposta Pedagógica Curricular do Curso, atendendo a legislação específica e incorporá-los ao Regimento Escolar.

69. PARECER CEE/CEMEP Nº 138/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.239.991-4
Int.: Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga – Ensino Médio e Profissional
Mun.: Paranaguá
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Enfermagem - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC - Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica para o curso; c) incorporar os procedimentos didáticos pedagógicos apresentados no Plano de curso ao Regimento Escolar.

70. PARECER CEE/CEMEP Nº 139 APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.898.305-9
Int.: Centro Estadual de Educação Profissional de Fazenda Rio Grande Erotides Ângelo Nichele
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Enfermagem - Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados; b) tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC-Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica para o referido curso; c) incorporar os procedimentos didáticos pedagógicos apresentados no Plano de curso ao Regimento Escolar; d) garantir a aquisição do acervo bibliográfico específico para o referido curso.

71. PARECER CEE/CEMEP Nº 140/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.857.941-0
Int.: Colégio Estadual Industrial – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Francisco Beltrão
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docente devidamente habilitado para o componente curricular de Biologia.
72. PARECER CEE/CEMEP Nº 141
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.894.996-9
Int.: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Ivaté – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Ivaté
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora deverá assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados. A instituição de ensino deverá: a) tomar as devidas providências quanto ao registro on-line no SISTEC - Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica para o curso; b) incorporar os procedimentos didáticos pedagógicos apresentados no Plano de curso ao Regimento Escolar; c) solicitar a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica, tendo em vista que o prazo expira em 31/12/2024; d) garantir a aquisição do acervo bibliográfico específico para o referido curso.

73. PARECER CEE/CEMEP Nº 142/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.300.859-7
Int.: Centro de Educação Profissional Grau Técnico – Unidade Portão
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Informática – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docente com habilitação específica para o componente curricular de Ética Profissional e Legislação.

74. PARECER CEE/CEMEP Nº 143
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 18.364.925-6
Int.: Colégio Estadual Cívico-Militar Dias da Rocha – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Araucária
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, presencial, com até 20% de atividades escolares não presenciais para o período diurno.
Rel.: Silvana Avelar de Almeida Kaplum
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora de ensino deverá: a) garantir o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013, n.º 04/2021 e n.º 03/2022, para o adequado funcionamento da instituição e de seus cursos, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros, atualizados; b) implementação do Laboratório de Química, Física e Biologia. A instituição de ensino deverá: a) acompanhar a implementação da Proposta Pedagógica Curricular do curso, em consonância com as normas nacionais, estaduais exaradas por este CEE/PR; b) providenciar o registro on-line no Sistema de Informação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, do referido curso; c) assegurar professores nos componentes curriculares indicados e coordenadores do curso referido, com as habilitações compatíveis com a PPC do curso;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

d) garantir aquisição de acervo bibliográfico específico do referido curso.

75. PARECER CEE/CEMEP Nº 144/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 17.983.971-7
Int.: Escola Estadual do Campo Antônio Paulo Lopes – Ensino Fundamental
Mun.: Paranaguá
Ass.: Pedido de autorização para o funcionamento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013 e nº 04/2021, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e a Licença Sanitária, atualizados; b) realizar as implementações para o pleno funcionamento do Laboratório de Física, Química e Biologia, em conformidade com a Resolução SESA/PR vigente; c) garantir o funcionamento adequado para as aulas de Informática e para a Biblioteca; d) atender às normas técnicas de acessibilidade; e) garantir a implementação do Ensino Médio nos termos da Deliberação CEE/PR nº 04/2021;

76. PARECER CEE/CEMEP Nº 145
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 21.382.512-7
Int.: Centro de Educação Profissional Anísio José Pedrussi - CEAP
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de alteração do Plano do curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou Concomitante ao Ensino Médio, presencial, aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 115/2020, de 14/04/2020.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade.

77. PARECER CEE/CEMEP Nº 146/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.880.742-0
Int.: Centro Integrado de Educação Básica para Jovens e Adultos Uninter – Ensino Médio e Profissional
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Guia de Turismo – Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade de Educação a Distância e de alteração do seu Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 30/2022, de 22/02/2022.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 03/2013, n.º 04/2021, n.º 11/2021 e nº 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária, atualizados; b) promover a formação de cursos em EaD de 180 horas dos docentes que ainda não possuem a referida formação, conforme estabelece a Deliberação CEE/PR n.º 11/2021; c) providenciar docente com habilitação específica para o componente curricular de Espanhol Instrumental.

78. PARECER CEE/CEMEP Nº 147/24
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 19.595.481-0
Int.: Colégio Estadual Desembargador Jorge Andriguetto – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal
Mun.: Fazenda Rio Grande
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal.
Rel.: Ana Seres Trento Comin
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR nº 10/1999, nº 03/2013 e nº 04/2021, em especial, ao pleno atendimento às normas de acessibilidade, e à manutenção do Certificado de Conformidade e a Licença Sanitária, atualizados.

79. PARECER CEE/CEMEP Nº 148
APROVADO EM 13/03/24
Prot.: 20.301.023-0
Int.: Colégio Estadual do Campo Professora Ernestina Weinhardt da Silveira – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Antônio Olinto
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso do Ensino Médio.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão: a) assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes das Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 04/2021, nas futuras solicitações dos atos oficiais, em especial, à manutenção do Certificado de Conformidade e da Licença Sanitária, atualizados; b) providenciar docentes habilitados para os componentes curriculares de Arte, História e Física; c) garantir o espaço específico e adequado para o Laboratório de Informática.

80. PARECER CEE/CEMEP Nº 149/24
APROVADO EM 14/03/24
Prot.: 20.464.485-3
Int.: Colégio Estadual Parigot de Souza - Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional
Mun.: Mandaguaçu
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso Técnico em Administração - Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial e de adequação do Plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/CEMEP n.º 495/2019, de 12/09/2019, quanto ao perfil profissional de conclusão do curso.
Rel.: Christiane Kaminski
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, em especial, à manutenção da Licença Sanitária e do Certificado de Conformidade, atualizados.

81. PARECER CEE/CEMEP Nº 150
APROVADO EM 14/03/24
Prot.: 21.149.056-0
Int.: Centro de Educação Profissional UNITEC
Mun.: Curitiba
Ass.: Pedido de reconhecimento do curso Técnico em Radiologia – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, presencial, com até 20% de atividades não presenciais e de adequação do Parecer CEE/CEMEP n.º 258/2022, de 21/06/2022, quanto ao perfil profissional.
Rel.: Gilmara Ana Zanata
Dec.: Aprovado o voto da relatora por unanimidade. A mantenedora e a instituição de ensino deverão assegurar o cumprimento das normas e prazos, constantes nas Deliberações CEE/PR n.º 03/2013 e n.º 03/2022, com especial atenção à manutenção do Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros e da Licença Sanitária atualizados.

82. PARECER CEE/CEMEP Nº 151/24
APROVADO EM 14/03/24
Prot.: 19.104.059-7
Int.: Colégio Estadual Doutor Ubaldino do Amaral – Ensino Fundamental e Médio
Mun.: Santo Antônio da Platina
Ass.: Pedido de renovação do reconhecimento do curso do Ensino Médio, para fins de cessação do curso.
Rel.: Jacir José Venturi
Dec.: Aprovado o voto do relator por unanimidade. A mantenedora deverá: a) assegurar o cumprimento das exigências constantes na Deliberação nº 03/2013 com especial atenção à expedição de documentação escolar; b) adotar as medidas de cautela, para o resguardo de interesses e direitos dos estudantes, conforme os incisos I e II do artigo 83, da Deliberação CEE/PR n° 03/2013.

João Carlos Gomes
Presidente do CEE/PR
Decreto nº 7124/2021

34824/2024

FUNDEPAR

PORTARIA Nº 127/2024 - FUNDEPAR

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial para Audiência Pública da área de Engenharia – Fundepar.

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto Estadual nº 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão Especial para Audiência Pública nº 002/2024 - Fundepar, para condução dos procedimentos necessários à realização da sessão pública referente à execução de obras e serviços de Engenharia para atendimento das demandas dos estabelecimentos da rede estadual de ensino, no exercício de 2024, em observância ao art. 21 da Lei nº 14.133/2021 e art. 51 do Decreto nº 10.086/2022, que dispõem sobre a necessidade de se efetuar Audiência Pública sempre que o conjunto de licitações for considerado de grande vulto;
Art. 2º - Designar os(as) servidores(as) abaixo relacionados, lotados no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, para comporem a Comissão Especial para Audiência Pública da área de Engenharia, sendo:

Sibele Lopes dos Santos, RG 4.889.864-5 (Presidente – Servidora efetiva)
Marcello Marcondes de Albuquerque, RG 6.126.030-7 (Vice-Presidente – Diretor)
Nilse Eura Fardin de Souza, RG 653.161-0 (Membro - Servidora efetiva)
Renata Del Frate, RG 1.905.992-8 (Membro - Servidora efetiva)
Ana Marli Zanoni, RG 2.219.235-3 (Membro - Servidora efetiva)
Márcia Andréia Cabrin, RG 6.976.663-3 (Membro - Servidora efetiva)
Zélia Dominoni de Araújo Torquato, RG 7.052.886-0 (Membro - Servidora efetiva)
Mariete Nadaline, RG 4.534.790-7 (Membro - Servidora efetiva)
Saionara Cristina Bocalon, RG 4.257.037-0 (Membro - Servidora efetiva)
Amanda Avilia Daros, RG 13.511.797-8 (Membro)
Ângela Cristina Kawka, RG 7.564.906-1 (Membro)

Daysi de Fátima Toniolo dos Santos, RG 7.537.686-3 (Membro)
Franciele Kristin Ferreira Buss, RG 9.131.495-9 (Membro)
Giovanna Botter Pablos, RG 7.860.616-9 (Membro)
Graciele Bortoncello Lorenzetti, RG 5.737.782-8 (Membro - Servidora efetiva)
Jean Duarte Farias, RG 6.285.534-7 (Membro)
Katia Mara de Jesus, RG 5.466.264-5 (Membro - Servidora efetiva)
Ernane Augusto de Olivio, RG 7.101.919-5 (Membro)
Odair Godoi de Lima, RG 5.109.675-4 (Membro – Servidor efetivo)
Edras Antônio Vargas Filho, RG 13.716.801-4 (Membro).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Eliane Teruel Carmona
Diretora Presidente – FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

34678/2024

Retificamos a Portaria n.º 0360/2023 - FUNDEPAR, publicada no D.O.E. n.º 11.529, de 25 de outubro de 2023. Onde se lê: "Art. 1º. (...) (atraso injustificado e inexecução parcial do contrato) e Art. 2º. (...) sujeitando-se a empresa **INCORPORADORA GRAN-PARÁ LTDA – ME, CNPJ n.º 13.419.654/0001-04**", **leia-se**: "Art. 1º (...) (atraso injustificado na execução do contrato) e Art. 2º (...) sujeitando a empresa **SOLOBRASIL CONTRUTORA LTDA – ME** (hoje SOLOBRASIL CONSTRUTORA EIRELI)**, CNPJ n.º 23.990.776/0001-00**..."

35057/2024





Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Esporte

PARANÁ ESPORTE

PARANÁ ESPORTE

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Protocolo nº 21.821.478-9

RESOLUÇÃO 11/2024

Súmula: Designação de substituição de férias

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, **Walmir da Silva Matos**, nomeado por meio do Decreto Estadual n.º 4468/2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 21.095/2022:

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Jackson Douglas Almeida, RG n° 6.322.891-5, para responder como Diretor de Inovação e Desenvolvimento do Esporte, no período de 15/04/2024 a 14/05/2024, em virtude do saldo de férias do titular da função, o servidor Tiago Augusto Gavelik Campos, RG n° 6.679.308-7.

Art. 2° Está Resolução entrará em vigor na data da sua publicação

Curitiba, 11 de abril de 2024.

(Assinado Digitalmente)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2024

35096/2024

Secretaria da Fazenda

PROTOCOLO N. : 20.859.838-4
INTERESSADO : COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TRADIÇÃO
ASSUNTO : Programa Paraná Competitivo. Implantação. diferimento, suspensão, transferência de crédito acumulado e crédito presumido

DESPACHO Nº 614/2024-SEFA/GS

I. Com base e nos termos do Relatório AAET/DIF nº 039/2024, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido com a concessão dos tratamentos tributários diferenciados de diferimento e suspensão do ICMS, transferência de crédito de ICMS próprio habilitado no SISCRED e crédito presumido, efetuado pela empresa COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TRADIÇÃO, CNPJ sob o n. 05.528.196/0029-06, CAD/ICMS n. 91039858-00, conforme protocolo n. 20.859.838-4.
II. Cientifique-se a requerente para manifestação da concordância, no prazo de até dez dias, sob pena de arquivamento;
III. Em concordando, publique-se no DOE;
IV. Elabore-se a minuta de protocolo de intenções, para encaminhamento à Casa Civil;
V. Encaminhe-se à Receita Estadual para elaboração do regime especial;
VI. Arquive-se pelo prazo legal.
É o despacho.

SEFA/GS, 08 de abril de 2024.

Renê de Oliveira Garcia Júnior
Secretária de Estado da Fazenda

35024/2024

PROTOCOLO Nº	:	19.614.399-8
INTERESSADO	:	Paulo Ernesto Conradt
ASSUNTO	:	Prorrogação de regime de Teletrabalho

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO Nº 630/2024-SEFA/GS

Trata-se de protocolo inaugurado por requerimento (mov. 2) promovido pelo servidor **Paulo Ernesto Conradt**, Agente Fazendário A, lotado na Gestão dos sistemas corporativos da REPR, em que solicitou autorização para a concessão de **regime de teletrabalho por 60 (sessenta) dias**, conforme Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor (mov. 2);

Após os trâmites de praxe, por meio do Despacho nº 405/2023 (mov. 14), a concessão do regime de teletrabalho ao servidor Paulo Ernesto Conradt foi **autorizada**, e através do Despacho n° 0870/2023 – SEFA/GS (mov. 35), do Despacho nº 1325/2023-SEFA/GS (mov. 53) e do Despacho nº 2021/2023-SEFA/GS (mov. 77), houve a prorrogação do teletrabalho;

Tendo em vista o término do prazo do teletrabalho inicialmente concedido, a Chefia da Assessoria de Tecnologia da Informação e da Comunicação – chefia imediata do servidor – promoveu o **Memorando nº 22/2024/ATIC** (mov. 100), por meio do qual solicitou: "*a prorrogação do regime de Teletrabalho ao servidor Paulo Ernesto Conradt por 120 dias, com início a partir do dia 10/04/2024*";

Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho proferiu o Despacho nº 109/2024 - SEFA/CIGT (mov. 101);

E considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução SEFA nº 592/2022 e da Resolução SEFA nº 593/2022;

Autorizo a prorrogação do regime de teletrabalho ao interessado por 120 (cento e vinte) dias corridos a partir do término da última prorrogação, **após a devida publicação deste documento**, nos termos do Plano de Trabalho acostado ao mov. 75.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Estado da Fazenda

34776/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

O Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cumprindo o que determina o art. 66, caput, do Regimento do CCRF, aprovado pela Resolução SEFA n. 610/2017, de 27 de abril de 2017, torna público as ementas dos acórdãos proferidos, para efeitos da mencionada norma.

Ementas de acórdãos da PLENO

Acórdão.....: 375/2023 PLENO **P.A.F.: 6635421-0**
Data da Sessão.: 28/11/2023
Autuado.....: MAXXWELD CONECTORES ELÉTRICOS LTDA.
Procurador(es)..: VINÍCIUS WINIARSKI
Relator(a).....: JÚLIO DA COSTA ROSTIROLA AVEIRO
Repres-SEFA....: MÁRCIO TADEU DE MIRANDA

ICMS – Utilização indevida de créditos fiscais. Comprovação parcial da efetividade das operações. Cessão de créditos. Utilização de critério de admissibilidade de crédito fiscal sem amparo legal. Impossibilidade de alterar a fundamentação no recurso de revisão. Apelo parcialmente provido.

A cessão de crédito, para fins de eficácia em face do fisco, deve se revestir dos requisitos previstos no art. 288 do Código Civil. O critério utilizado para se negar a comprovação da efetividade da nota fiscal nº 36.491 foi o da autoria da comunicação do negócio jurídico, o que não encontra amparo no art. 288 do Código Civil. Sendo vedado alterar a fundamentação no recurso de revisão, dá-se procedência, neste capítulo, à insurgência.
Por outro lado, inexistindo qualquer comprovação quanto à alegada cessão de crédito da nota fiscal nº 37.681, deve-se desprover o pleito e manter a decisão nesta questão.
Recurso de revisão do sujeito passivo parcialmente provido por maioria.

Acórdão.....: 11/2024 PLENO **P.A.F.: 6633988-2**
Data da Sessão.: 15/02/2024
Autuado.....: ORCA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA./ ANTONIO C. BRUNETTA/ ATÍLIO BUFALO JUNIOR
Procurador(es)..: LAÉRCIO ALCÂNTARA DOS SANTOS
Relator(a).....: ROGÉRIO DOS SANTOS CROSCATO
Repres-SEFA....: ANA GLÁUCIA PIEGAS

ICMS - Recurso de revisão. Decisão cameral hígida. Nulidade não configurada. Ausência de demonstração de divergência de julgados.

A decisão cameral está corretamente fundamentada, não tendo que se

falar em nulidade. Os sujeitos passivos não demonstraram, por meio de acórdão, que a decisão tomada por unanimidade pela Câmara foi divergente de outra proferida na mesma Câmara, em outra Câmara ou no Pleno, descumprindo o disposto no artigo 62, inciso II, "caput", da Lei nº 18.877/2016.
Preliminar de nulidade da decisão cameral, arguida pelos sujeitos passivos, rejeitada.
Preliminar de não conhecimento do recurso de revisão dos sujeitos passivos, arguida pela Representação Fiscal, acolhida.
Decisões unânimes.

Acórdão.....: 12/2024 PLENO **P.A.F.: 6633107-5**
Data da Sessão.: 20/02/2024
Autuado.....: COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO.
Procurador(es)..: MARCIO RODRIGO FRIZZO
Relator(a).....: ELEUTÉRIO CZORNEI
Repres-SEFA....: AQUILÉA ADRIANA MORESCO

ICMS – Recurso de revisão. Inépcia da peça recursal. Não conhecimento.

Não se conhece do recurso, quando a peça recursal não apresenta as razões de insurgência da recorrente nem os fundamentos de fato e de direito pelos quais pretende ver a decisão cameral reformada.
Preliminar de não conhecimento do recurso de revisão do sujeito passivo por inépcia da peça recursal, arguida de ofício pelo Relator, acolhida por unanimidade.

Acórdão.....: 17/2024 PLENO **P.A.F.: 6633139-3**
Data da Sessão.: 20/02/2024
Autuado.....: COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO.
Procurador(es)..: MARCIO RODRIGO FRIZZO
Relator(a).....: MARISTELA DEGGERONE
Repres-SEFA....: AQUILÉA ADRIANA MORESCO

ICMS – Pedido de esclarecimento. Não cabimento.

Não tendo sido constatada qualquer contradição entre a decisão e seus fundamentos, ou detectada omissão sobre algum ponto que os julgadores deveriam se pronunciar, conforme prevê o parágrafo único do art. 53 da Lei nº 18.877/2016, não procede o apelo.
Pedido de esclarecimento do sujeito passivo rejeitado por unanimidade.

Acórdão.....: 19/2024 PLENO **P.A.F.: 6618968-6**
Data da Sessão.: 29/02/2024
Autuado.....: MICROSENS LTDA.
Procurador(es)..: MICHELLE HELOISE AKEL/ HELOISA GUARITA SOUZA
Relator(a).....: JOÃO ALBERTO GRAÇA
Repres-SEFA.....: DANIEL YUTAKA YAMAMOTO

ICMS – Recurso de revisão. Divergência não demonstrada. Não conhecimento.

Não tendo sido cumprido o requisito legal do inciso II do “caput” do art. 62 da Lei nº 18.877/2016, com a demonstração inequívoca de divergência de julgamento, por meio de acórdão relativo à decisão proferida na mesma Câmara, em outra Câmara ou no Pleno, sobre a mesma matéria retratada no acórdão recorrido, o não conhecimento do apelo é medida que se impõe.
Preliminar de não conhecimento do recurso de revisão do sujeito passivo, apresentada pela Representação Fiscal, acolhida por unanimidade.

Acórdão.....: 23/2024 PLENO **P.A.F.: 6633286-1**
Data da Sessão.: 05/03/2024
Autuado.....: COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO
Procurador(es)...: MARCIO RODRIGO FRIZZO
Relator(a).....: EDUARDO MOREIRA LIMA RODRIGUES DE CASTRO
Repres-SEFA....: ANA GLÁUCIA PIEGAS

ICMS – Recurso de revisão. Matéria decidida por unanimidade. Ausência de demonstração de divergência jurisprudencial. Não conhecimento.

1. Os acórdãos apontados como paradigmas não contemplam teses diversas das adotadas na decisão ora recorrida (Acórdão 422/2022), prolatada pela Segunda Câmara.
2. Em nenhum momento, na decisão ora recorrida, afirma-se que não há necessidade de indicação, nas medidas fiscais, do dispositivo legal violado, tampouco que não há direito a tratamento tributário diverso nos casos em que o fornecimento da alimentação se dá em conjunto com a prestação do serviço.
3. O que diferencia as situações é o arcabouço fático subjacente.
Preliminar de não conhecimento do recurso de revisão do sujeito passivo, arguida pela Representação Fiscal, acolhida por unanimidade.

Acórdão.....: 29/2024 PLENO **P.A.F.: 6633990-4**
Data da Sessão.: 05/03/2024
Autuado.....: ORCA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA./ ANTÔNIO CARLOS BRUNETTA E ATÍLIO BUFALO JÚNIOR
Procurador(es)...: LAÉRCIO ALCÂNTARA DOS SANTOS
Relator(a).....: ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
Repres-SEFA.....: DANIEL YUTAKA YAMAMOTO

ICMS - Nulidade do julgamento cameral. Rejeição. Recurso de revisão. Não conhecimento.

I - Inexiste qualquer nulidade na decisão "a quo", pois o Relator do processo analisou detidamente a base de cálculo aplicada pela autoridade autuante, entendendo pela sua correção, sem qualquer reparo.
II - Os recorrentes não se desincumbiram da tarefa de demonstrar a divergência de julgados, ante a decisão unânime proferida pela Câmara, o que impede o conhecimento das matérias trazidas no apelo.
Preliminar de nulidade da decisão cameral, arguida pelos sujeitos passivos, rejeitada.
Preliminar de não conhecimento do recurso de revisão dos contribuintes, suscitada pela Representação Fiscal, pela ausência de demonstração de divergência de julgados, acolhida.
Decisões unânimes.

Acórdão.....: 31/2024 PLENO **P.A.F.: 6613408-3**
Data da Sessão.: 12/03/2024
Autuado.....: IPÊ FÁBRICA DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL LTDA./ CLEBER HENRIQUE DA SILVA.
Procurador(es)...: MARCOS DE LIMA CASTRO DINIZ
Relator(a).....: PAULO CEZAR PEREIRA GRUBER
Repres-SEFA.....: MÁRCIO TADEU DE MIRANDA

ICMS – Auto de infração revisional. Decadência.

I – O lançamento revisional disciplinado no "caput" do art. 10 da Lei nº 18.877/2016 deve atender o disposto no parágrafo único do art. 149 do Código Tributário Nacional.
II - Resta configurado que o auto revisional tem natureza jurídica de novo lançamento, uma vez que sendo notificado o contribuinte devolve-se o prazo para apresentação de reclamação ou pagamento do débito, na forma do § 1.º da mesma Lei.
III - Aplicação do art. 173, inciso I, do CTN, para os fatos imponíveis já alcançados pela decadência.
Recurso de revisão da Fazenda improvido. Decisão unânime.

Acórdão.....: 32/2024 PLENO **P.A.F.: 6636004-0**
Data da Sessão.: 12/03/2024
Autuado.....: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Procurador(es)..: ANDRÉ MENDES MOREIRA
Relator(a).....: CÍCERO ANTÔNIO EICH
Repres-SEFA.....: WELLINGTON SAMMUEL MARTINS DA SILVA

ICMS - Apelo não conhecido. Divergência não demonstrada.

A decisão paradigmática apontada pela recorrente não possui propriedade recursal, pois diz respeito ao pedido de esclarecimento. E em relação ao julgamento cameral, sequer foi demonstrada divergência.
Preliminar de não conhecimento do recurso de revisão, suscitada pela Fazenda, pelo não cumprimento de requisito de admissibilidade do apelo, acolhida por unanimidade.

35016/2024

Portaria Nº 072/2024/DOE/SEFA

O DIRETOR-ADJUNTO DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 8º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2024FC000247/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 16.642.061,00 (dezesseis milhões e seiscentos e quarenta e dois mil e sessenta e um reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.
Anote-se.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, em 11 de Abril de 2024.

Pedro Rafahel Fernandes Lobato
Diretor-Adjunto de Orçamento Estadual/SEFA

Anexo à Portaria n° 072 Formalização 2024FC000247/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
47 - Secretaria de Estado da Saúde								16.642.061,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								16.642.061,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								16.642.061,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial								8.592.061,00
	60	600	3.3.90.92	0	Não definida	4100	9999999	8.592.061,00
F.47.60.10.122.35.8163 - Gestão Técnico Administrativo da SESA								8.050.000,00
	50	501	3.3.50.85	0	Não definida	4100	9999999	8.050.000,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		16.642.061,00
							Total Geral	16.642.061,00

Anexo à Portaria n° 072 Formalização 2024FC000247/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Grupo da Fonte	Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
47 - Secretaria de Estado da Saúde								16.642.061,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								16.642.061,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								16.642.061,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial								8.592.061,00
	60	600	3.3.90.39	359	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	8.592.061,00
F.47.60.10.122.35.8163 - Gestão Técnico Administrativo da SESA								8.050.000,00
	50	501	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	3.050.000,00
	50	501	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	5.000.000,00
						Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		16.642.061,00
							Total Geral	16.642.061,00

34921/2024

PORTARIA Nº 74 DTE/SEFA, de 11 de Abril de 2024

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna “ODC ESPECIAL” desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna “ODC - SERVIÇOS” desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies “2”, “3”, e “4”, com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna “Demais Espécies” desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 11 de Abrilde 2024.

Marcos Buarque Montenegro
Diretor do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 74

ÓRGÃO 16 - Controladoria Geral do Estado UNIDADE GESTORA 160000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	18.000,00	18.000,00	2024FF000073
Total		**18.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453400			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**

500	2.000.000,00	2.000.000,00	2024FF000073
Total		**2.000.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453100			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	2.600.000,00	2.600.000,00	2024FF000073
Total		**2.600.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
500	1.500.000,00	1.500.000,00	2024FF000073
Total		**1.500.000,00**	

35032/2024

Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital

TERMO DE COOPERAÇÃO N°. 07/2024

Súmula: Termo de Cooperação n°. 07/2024 entre Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital e o Município de Londrina.

O ESTADO DO PARANÁ, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - SEI por seu SECRETÁRIO, Sr. MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 642/2023, doravante denominado SEI e o MUNICÍPIO DE LONDRINA, inscrito no CNPJ/MF nº 75.771.477/0001-70, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 635, Jd. Mazei II, Londrina/PR, CEP 86015-901, neste ato representado pelo PREFEITO, Sr. Marcelo Belinati Martins, RG n.º 1.441.316-2 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 871.203.139-91, doravante denominado MUNICÍPIO, considerando o contido no protocolado registrado sob n.º 21.107.134-6, e nas disposições estabelecidas no Decreto nº 2.641, de 29 de junho de 2023, que institui o Plano Paraná Mais Cidades III – PPMC III, parte integrante do Plano de Governo Estadual, e, ainda, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, por meio do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Celebrar o presente Instrumento entre a conjugação de esforços para a promoção do desenvolvimento no **MUNICÍPIO** para capacitação de mão de obra em empreendedorismo e inovação, conforme preceituado no art. 1º, incisos V e XI, da Lei Estadual de Inovação, nº 20541/2021, e art. 4º, inciso III, do Decreto Estadual nº 1.350/2023.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Marcelo Rangel
Secretário de Estado da SEI

Marcelo Belinati Martins
Prefeito do município de Londrina

35021/2024

Resolução nº 063/2024

Súmula: Designa servidor no nível de Assessoramento da SEI.

A Secretária de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, em exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso III, art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, e considerando o contido no Protocolo nº 22.007.675-0.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Andressa Grassi Gogola**, RG nº 8.168.338-7, para responder pela Coordenação de Convênios e Congêneres vinculado à Assessoria Técnica da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de abril de 2024.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Jéssica Ieger
Secretária de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital, em exercício

35135/2024

Secretaria da Justiça e Cidadania

DELIBERAÇÃO Nº 001/2024 – CERMA/PR

Considerando o Regimento Interno do CERMA que dispõe sobre a composição da Presidência entre as gestões.

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas – CERMA/PR reunido ordinariamente no dia 29 de Fevereiro de 2024;

DELIBEROU:

Art 1º Pela aprovação da eleição da Presidência do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA, considerando que o Presidente Cláudio Marques Rolin e Silva solicitou aposentadoria, conforme abaixo:

I – Presidência: Gilberto Antônio de Souza Filho, representante da Casa Civil, para a gestão de 06/03/ 2024 até a nova eleição em 2025;
Art 2° A Presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE;

Curitiba, 06 de Março de 2024.
Jane Vasques
Secretaria Executiva do CERMA

34889/2024

DELIBERAÇÃO Nº 003/2024 – CERMA/PR

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, vinculado à estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) com caráter consultivo e deliberativo, integrado, paritariamente, por representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil organizada.

DELIBEROU:

Art 1º - Em consonância com as atribuições conferidas à Presidência do Conselho pelo Art. 21 da Lei Estadual nº 18.465, de 24 de Abril de 2015, delibera a nomeação de **Douglas Henrique Novelli** para o cargo de Secretário-Geral do CERMA/PR e de **Francisco Javier Rodríguez Tayupo** para ocupar a suplência da Secretaria-Geral.

Art 2° A Presente deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE;

Curitiba, 09 de Abril de 2024.
Gilberto Antonio de Souza Filho
Presidente do CERMA/PR

34892/2024

DELIBERAÇÃO Nº 004/2024 – CERMA/PR

A COMISSÃO ORGANIZADORA DA II COMIGRAR – CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS, estabelecida pela Resolução Conjunta Nº 001/2024 – CERMA/SEJU, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1°. Instituir a divisão das vagas para a II COMIGRAR, conforme exposto abaixo:

I – Duzentas (200) vagas, com a participação subsidiada pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju), destinadas aos delegados estaduais, conforme descritos pelo Art. 7º, inciso I, do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Regimento Interno da II COMIGRAR;

II – Cem (100) vagas, sem direito a subsídio para participação, destinadas aos convidados e observadores, assim como aos delegados estaduais não contemplados pelo Inciso I.

Parágrafo Único. Todos os participantes terão sua alimentação subsidiada no local do evento. Os participantes contemplados pelo Inciso I, que sejam de fora da cidade sede da II COMIGRAR/PR, terão, além de sua alimentação, seu transporte e hospedagem subsidiados pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju).

Art. 2º. As vagas com a participação subsidiada pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU) obedecerão às seguintes proporções:

I – Cento e uma (101) vagas, destinadas a pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;

II – Quarenta (40) vagas, destinadas à sociedade civil;

III – Trinta e quatro (34) vagas, destinadas aos conselheiros(as) titulares e suplentes do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas – CERMA;

IV – Vinte e cinco (25) vagas, destinadas à representantes do poder público indicados pelos municípios.

Parágrafo Único. As vagas subsidiadas que não forem preenchidas poderão ser realocadas para o conjunto de vagas descritas pelo Art. 1º, Inciso II da presente deliberação, sem que estas estejam sujeitas à reserva por parte de qualquer segmento ou município.

Art. 3º. Será garantida uma quota mínima de participação nas vagas subsidiadas aos municípios que realizaram suas Conferências Livres Municipais dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas, definida com base no número de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas que residem em seu território, conforme listado no Anexo I.

Art. 4º. As vagas serão preenchidas respeitando as quotas estabelecidas pelos Artigos 1º, 2º e 3º da presente deliberação.

Art. 5º. As inscrições para a II COMIGRAR devem se iniciar no dia 11 de abril de 2024, se estendendo até o dia 18 de abril de 2024, ficando sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU).

Curitiba, 10 de Abril de 2024.

Gilberto Antonio de Souza Filho
Presidente do CERMA/PR

ANEXO I – DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS POR MUNICÍPIO

Município	Vistos de entrada regular*	Delegados(as) migrantes, refugiados e apátridas	Delegados(as) da Sociedade Civil	Delegados(as) do Poder Público Municipal
Curitiba	43.699	38	12	4
Foz do Iguaçu	16.119	16	5	4
Cascavel	10.241	10	4	3
Maringá	6.279	6	3	2
Londrina	5.568	5	3	2
Toledo	5.456	5	3	2
Ponta Grossa	2.399	3	2	1
Umuarama	1.403	2	1	1
Apucarana	1.085	2	1	1
Araucária	947	2	1	1
Dois Vizinhos	233	2	1	1
Outros[1]	11.018	10	4	3
TOTAL	104.447	101	40	25

*Fonte: DataMigra, 2023.

34927/2024

Despacho nº 249/2024 – DG/SEJU - RETIFICADA
(Protocolo nº 21.815.331-3)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023 e considerando o Memorando nº 217/2024 - SEJU/NAS (mov. 02), na Informação nº 0226/2024 (mov.14) SEJU/NFS, bem como na Informação Técnica nº 0106/2024 SEJU/AT (mov.41) a solicitação de autorização para aquisição Headsets (Fones de ouvido e microfones), PE 211/2023 – lote 01, via Sistema de Registro de Preços – SRP realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por intermédio do Departamento De Logística Para Contratações Públicas DECON. sendo que este protocolo atenderá as demandas do PROCON, por intermédio da empresa contratada **Companhia: AGEM TECNOLOGIA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ:09.022.398/0001-31,** no valor de **R$ 7.080,00 (Sete mil e oitenta reais).**
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rúbia Rossi
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

34839/2024

Despacho nº 299/2024 – DG/SEJU
(Protocolo nº 21.951.000-4)

Assunto: Autorizo pagamento de indenização referente a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

I. AUTORIZO com fulcro no Memorando nº 217/2024 NAS/SEJU **(mov.2)**, na Informação Orçamentária n° 0281/2024 - NFS/SEJU **(mov. 25)**, bem como na Informação nº 136/2024 – AT/SEJU **(mov.29)**, o pagamento por meio de **INDENIZAÇÃO** do valor total de **R$ 71.117,06 (setenta e um mil e cento e dezessete reais e seis centavos)** à **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR**, CNPJ nº 76.545.011/0001-19, referente a serviços prestados no período do mês de março de 2024.

II. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

É a informação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Rúbia Rossi
Diretora Geral
Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

34653/2024

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

RESOLUÇÃO Nº 036/2024 – SEMIPI/GAB

Regulamenta o Processo de Eleição das Gestoras para compor o Colégio de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres, biênio 2024/2026.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º, inc. IV da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, nomeada pelo Decreto Estadual nº 4189, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.547, de 23 de novembro de 2023,

RESOLVE

Art. 1° Tornar público o processo eleitoral de constituição do Colégio de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres do Estado do Paraná – CGPPM, para o biênio 2024-2026.

Art. 2º Poderão se candidatar ao pleito eleitoral, as gestoras de políticas para mulheres integrantes dos municípios que, possuírem, formalmente, Organismos Próprios de Políticas para Mulheres – OPMs.

Parágrafo único. As vagas dos municípios serão ocupadas pelas gestoras municipais responsáveis pela política da mulher com vínculo ativo e em exercício funcional.

Art. 3° O processo eleitoral para compor o CGPPM, Biênio 2024/2026, será realizado via internet, em plataforma própria e, contemplará a

divisão dos segmentos detalhados nesta Resolução.

Art. 4° Poderão participar do processo eleitoral na condição de candidatas e/ou votantes, os municípios que atenderem aos critérios e calendário previstos nesta resolução.

Art. 5º Serão considerados aptos ao processo eleitoral os municípios que apresentarem, cumulativamente:

I. Requerimento de habilitação como candidata e/ou eleitora, conforme modelo disponível no anexo I desta Resolução;
II. Ato de nomeação da gestora responsável pela política da mulher no município;
III. Ato de criação da OPM; e,
IV. Termo de compromisso com o Colégio de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres – CGPPM, conforme modelo disponível no anexo II desta Resolução.

Art. 6º O processo eleitoral para o preenchimento das 15 (quinze) vagas do CGPPM, será aberto a todos os municípios que possuírem OPMs, no Estado do Paraná, devendo ocorrer o preenchimento das vagas, a partir de critérios objetivos, previamente definidos na presente Resolução, em observância à distribuição de vagas por macrorregião, conforme previsto no inciso I do art. 3º do Decreto Estadual nº 4.978, de 27 de Fevereiro de 2024.

§1º Serão eleitas três representantes de cada uma das cinco macrorregiões, definidas em conformidade com o Anexo I do Decreto Estadual nº 4.978, de 27 de Fevereiro de 2024, totalizando quinze representantes.

§2º Caso não sejam preenchidas as vagas por macrorregiões, conforme dispõe o inciso I deste artigo, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas pelo próximo município mais votado da mesma macrorregião.

Art. 7° Os municípios poderão se habilitar apenas para votar na assembleia de eleição ou para votar e serem candidatos mediante requerimento constante no Anexo I, devendo indicar se a pretensão é à candidatura ou à condição de eleitor.

Parágrafo único: Apesar do município de Curitiba não concorrer à vaga como candidato, em razão de seu assento fixo, disposto no inciso II, do art. 3º, do Decreto Estadual nº 4.978, de 27 de Fevereiro de 2024, o mesmo poderá apresentar os documentos para se habilitar como votante.

Art. 8º O requerimento deverá ser assinado pela gestora municipal da Política da Mulher no Paraná que representa o município e endereçado à Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, conforme modelo anexo, acompanhado dos seguintes documentos:

I. Ato de nomeação da gestora responsável pela política da mulher no município, acompanhado das cópias do RG, CPF e do e-mail;
II. Ato de criação da OPM e
III. Termo de compromisso com o Colégio de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres – CGPPM, conforme modelo anexo.

§ 1º As inscrições serão realizadas por meio de formulário eletrônico a ser disponibilizado pela Secretaria-executiva do CGPPM.

§ 2º Após o envio da documentação, o município deverá acompanhar a divulgação do resultado da análise das habilitações no sítio eletrônico da Semipi.

Art. 9º Os municípios poderão apresentar fotocópias simples dos documentos relacionados no inciso I do art. 8º, respondendo na forma da lei pela apresentação de documentos e informações falsas.

Art. 10. Nenhum registro de candidatura será admitido fora do período determinado pelo calendário desta Resolução.

§ 1º O município indicará no processo de inscrição, a gestora que exercerá o direito ao voto, devendo ser indicado o endereço eletrônico (e-mail) da representante para o qual será enviado chave de acesso que a habilitará a votar no processo eleitoral;

§ 2º Somente poderão votar e ser votados no processo eleitoral os municípios que fizerem a inscrição prévia no período previsto nesta Resolução, não sendo permitida a inclusão de novos votantes ou candidatas após esse período.

Art. 11. A habilitação das candidatas e votantes ao Processo Eleitoral será feita de acordo com os requisitos previstos nesta Resolução e dentro do seguinte cronograma:
a) Período de inscrição: das 12h00 de 16/04/2024 até 14h00 de 03/05/2024 ;
b) Prazo para a Secretaria-Executiva gerar os protocolos digitais das solicitações de habilitação: até 03/05/2024;
c) Publicação da relação de municípios habilitados e inabilitados: 06/05/2024;
d) Apresentação de recurso pelos municípios: de 06/05/2024 até 07/05/2024;
e) Publicação da relação definitiva de municípios habilitados e inabilitados: 08/05/2024;
f) Apresentação oral das candidatas: das 00h00 de 09/05/2024 até 12h00 de 10/05/2024;
g) Data da eleição: a partir das 12h00 até 17h00 de 10/05/2024;
h) Divulgação dos resultados preliminares: 13/05/2024;
i) Apresentação de questionamentos ou recurso ante a divulgação do resultado preliminar: 14/05/2024;
j) Publicação do resultado final do processo eleitoral com os municípios eleitos: 17/05/2024;
k) Posse das representantes do CGPPM eleitas e indicadas a integrar o colegiado: às 14h do dia 21/05/2024.

§1º O descumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “a”, acarretará a desabilitação do município, não havendo hipótese de recurso.

Art. 12. Os recursos, impugnações e manifestações deverão ser encaminhados ao e-mail colegiodegestoras@semipi.pr.gov.br, no prazo estipulado no artigo 11, alínea “i”.

Art. 13. A eleição dos quinze municípios para compor o CGPPM para o biênio 2024/2026 será realizada no dia 10/05/2024, das 12h00 às 17h00, ininterruptamente, por meio eletrônico, via rede de computadores, por meio de acesso a link exclusivo encaminhado no e-mail da gestora habilitada como eleitora.

§1º As gestoras habilitadas farão uma exposição sobre a sua atuação e seu compromisso com as políticas públicas para mulheres, via videoconferência, das 00h00 de 09/05/2024 até 12h00 de 10/05/2024, com tempo de apresentação de até 5 (cinco) minutos, por meio de link disponibilizado pela Secretaria-Executiva do CGPPM.

§2º A eleição será simultânea em todo o Estado do Paraná, e os municípios e votantes habilitados deverão votar em três municípios candidatos de sua macrorregião.

§3º Cada município votará em um representante de municípios com população de até 70.000 (setenta mil) habitantes, um representante de municípios com população entre 70.001 (setenta mil e um) e 150.000 (cento e cinquenta mil) habitantes e um representante de municípios com população acima de 150.001 (cento e cinquenta mil e um) habitantes, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 14. Serão eleitos os quinze municípios que obtiverem o maior número de votos.

§ 1° Em caso de empate, será considerado eleito o município com maior tempo de instalação de OPM, conforme data de criação do CNPJ, permanecendo o empate, será considerada eleito o município com a gestora de maior idade.

§ 2° Serão considerados municípios suplentes aqueles que, não tendo sido eleitos dentro das vagas, tenham obtido número de votos superior a 2 (dois), classificados em ordem decrescente, do mais votado ao menos votado, sucessivamente.

Art. 15. A eleição obedecerá aos seguintes requisitos:
I – Votação via internet;
II – Apuração do resultado da votação, com elaboração de listagem do resultado em ordem decrescente de número de votos por segmento;
III – Registro em ata de todo o processo eleitoral.

Art. 16. Caso a representante não receba o e-mail indicando o login e senha para votação até o dia 09/05/2024, ou ainda se o sistema de votação apresentar alguma inconsistência, o problema deverá ser imediatamente reportado à Secretária-executiva por meio do e-mail: colegiodegestoras@semipi.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 4009.3667 para que o suporte seja devidamente realizado.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 17. Após confirmação da votação na plataforma, não será possível cancelar o processo e exercer novo voto.

Art. 18. Todos os municípios habilitados como candidatos/votantes ou apenas como votantes deverão votar por meio eletrônico, via rede de computadores, conforme estabelecido neste regulamento.

§1º A cédula eletrônica conterá os nomes das gestoras habilitadas separadas pelo porte do município, dispostas em ordem alfabética.

§2º A cédula eletrônica, somente estará disponível no período de votação conforme estabelecido no artigo 11, alínea g).

Art. 19. Encerrado o processo de votação às 17h00, a Comissão Eleitoral acessará o resultado da eleição, com a fiscalização por qualquer cidadão, caso se façam presentes, lavrando-se ata dos encaminhamentos.

Parágrafo único. Os municípios vencedores serão relacionados em ordem decrescente do número de votos obtidos.

Art. 20 Os incidentes durante o processo eleitoral serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, não cabendo recurso da decisão.

Art. 21. Proclamado o resultado, esse será amplamente divulgado.

§1º Os municípios eleitos serão representados no CGPPM por uma gestora titular e uma gestora suplente, indicadas por ofício acompanhado dos seguintes documentos: RG, CPF, e-mail e telefone;

Art. 22. A relação dos municípios eleitos e das respectivas gestoras titulares e suplentes será encaminhada à Casa Civil do Governo do Estado, pela Secretaria-Executiva do CGPPM, para as providências referentes ao respectivo Decreto de nomeação.

Art. 23. Os casos omissos nesta Resolução serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 24. As gestoras titulares e suplentes, indicadas pelos municípios que comporão o CGPPM no biênio 2024/2026 serão nomeadas pelo Governador do Estado por meio de Decreto e empossadas na primeira reunião do Colégio de Gestoras.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ANEXO I

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Fundamentado no disposto nos artigos 6° e 7° desta Resolução, venho requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL do Colégio de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres (CGPPM), nas seguintes condições:

Habilitação

( ) Somente Candidata

( ) Candidata e Eleitora

( ) Somente Eleitora

Macrorregião no Estado do Paraná

( ) Cascavel

( ) Maringá

( ) Curitiba

( ) Guarapuava

( ) Londrina

Macrorregião Cascavel

( ) Assis Chateaubriand

( ) Capitão Leônidas Marques

( ) Cascavel

( ) Palotina

( ) Pérola

( ) São Miguel do Iguaçu

( ) Toledo

( ) Tupãssi

( ) Umuarama

Macrorregião Maringá

( ) Altamira do Paraná

( ) Centenário do Sul

( ) Cianorte

( ) Ivaiporã

( ) Loanda

( ) Maringá

( ) Paiçandu

( ) Sabaúdia

( ) Ubiratã

Macrorregião Curitiba

( ) Antonina

( ) Campo Largo

( ) Colombo

( ) Curitiba

( ) Fazenda Rio Grande

( ) Irati

( ) Paranaguá

( ) Piraquara

( ) Ponta Grossa

( ) Pontal do Paraná

( ) Quatro Barras

( ) Rio Negro

( ) São José dos Pinhais

Macrorregião Guarapuava

( ) Capanema

( ) Chopinzinho

( ) Dois Vizinhos

( ) Enéas Marques

( ) Francisco Beltrão

( ) Guarapuava

( ) Mangueirinha

( ) Pato Branco

( ) Pinhão

( ) Pitanga

( ) Porto Vitória

( ) Turvo

Macrorregião Guarapuava

( ) Apucarana

( ) Cornélio Procópio

( ) Londrina

( ) Rancho Alegre

( ) Reserva

Dados da OPM:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados da Gestora Municipal:

Nome Completo:

CPF:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Assinatura da Gestora Municipal

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

COLÉGIO DE GESTORAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CGPPM

Pelo presente Termo, comprometo-me a:

1.ocupar a vaga destinada ao meu município no CGPPM como gestora municipal responsável pela política da mulher, enquanto permanecer com vínculo ativo e em exercício funcional;
2.informar qualquer situação que possa impactar no desligamento do meu vínculo junto à função exercida no município, comprometendo-me a comunicar, ao município e ao CGPPM, o meu desligamento do colegiado dentro do prazo estipulado no Regimento Interno, para que o município possa apresentar nova representante.
3.colaborar com as pautas propostas pelo CGPPM de forma gratuita, sem percepção de remuneração e/ou de gratificação para este fim, obedecendo aos princípios da administração pública, sob pena de responsabilização administrativa nos termos da lei;
4.desempenhar integralmente as minhas funções como integrante do CGPPM com recursos próprios e/ou providos por iniciativa da gestão municipal, ciente da inviabilidade de ter as despesas decorrentes de deslocamento ou de acesso a reuniões virtuais providas pela gestão estadual, salvo se tais impedimentos vierem a ser superados por ato normativo posterior.

Este Termo de Compromisso e Responsabilidade, é expressão da verdade e por ele respondo integralmente.

Data:

Nome da gestora municipal

RG

CPF

Assinatura da gestora municipal

35044/2024

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 21.148.876-0

1. **AUTORIZO, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto nº 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 017/2024 – PGE/PCP, celebrar o Termo de Convênio, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Issal – Instituto de Saúde São Lucas inscrito no CNPJ 08.092.615/0001-05, em cumprimento ao objeto proposto de "Aprimorar os atendimentos a pacientes do Sistema Único de Saúde através de cirurgias ginecológicas, exames de ultrassom e atendimento a neonatos com necessidade de leito especializado, por meio da aquisição de novos equipamentos: Ultrassom, Torre de Vídeo e Babypap/CPAP."**

2. **O valor para a execução do presente Convênio importa R$ 1.071.314,32 (um milhão, setenta e um mil, trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos), sendo com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 500 do Tesouro do Estado.**

3. **Reconheço a situação administrativa ensejada de Inexigibilidade de Chamamento Público, embasada no artigo 674 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 em face de inviabilidade de competição entre as entidades privadas, em razão da natureza singular do objeto do convênio e das metas, conforme Parecer anexado ao presente protocolado.**

4. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto nº 4.189/2016, Decreto n° 8.679/2018, Lei n° 18.976/2017; Decreto nº 7.265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº. 018/2018 e Resolução SESA nº. 86/2020, sob pena de cancelamento deste ato.**

4. **Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.**

Curitiba, 4 de março de 2024.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35140/2024

PORTARIA SESA Nº 132/2024

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

– o disposto no Decreto nº 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

– conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP nº. 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares efetivos do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n° 21.842.668-9.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação a servidora ELISANGELA APARECIDA DE SOUZA, RG nº 8.124.419-7/PR, Enfermeiro, lotada na Escola de Saúde Pública, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 2 de setembro de 2024 referente ao período aquisitivo de 5 de agosto de 2015 a 4 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)

Dr. César Augusto Neves Luiz

(César Neves)

Diretor Geral

34403/2024

RESOLUÇÃO Nº 0441/2024

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 18.086.964-6, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora CLEUSA DA APARECIDA MOREIRA DE CAMPOS, portadora do RG nº 4.111.595-5, investida no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Grupo Administrativo Setorial, sede em Curitiba, em tese, por ter infringido o disposto no artigo 279, inciso VI; e não observado às proibições expressas no artigo 285, inciso IV, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: José Ricardo Soares Martins,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RG nº 5.685.292-1, Promotor de Saúde Profissional, função de Administrador, Cláudio André da Silva Júnior, RG nº 14.992.809-0, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo; e Graciela Maria Gomes dos Santos, RG nº 10.767.206-0, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo; para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0044/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11584 em 23/01/2024, a Resolução SESA nº 0652/2022, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11277 em 10/10/2022, a Resolução SESA nº 0206/2022, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11145 em 28/03/2022, a Resolução SESA nº 1028/2021, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11066 em 29/11/2021;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35597/2024

RESOLUÇÃO Nº 0442/2024

Substitui membros da comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 21.015.889-8, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor LUCIANO ANDRE PERINI, portador do RG nº 6.168.796-3, investido no cargo de Promotor de Saúde Profissional, função de Farmacêutico, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hospital do Trabalhador, 2ª Regional de Saúde, sede em Curitiba, em tese, por ter apresentado faltas injustificadas, infringindo o disposto no artigo 279, incisos I, V, VI e XIV; e não observado às proibições expressas no artigo 285, inciso XV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Reconduzir os agentes públicos: Raissa Iansen Hoeldtke, RG nº 10.489.904-8, Promotor de Saúde Profissional, função de Farmacêutico; Valeria Regina Prado Malafaia Correa, RG nº 4.691.686-7, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, e Pasquale Lemmo Junior, RG nº 12.904.126-9, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0356/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11625 em 22/03/2024, Resolução SESA nº 0232/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11615 em 08/03/2024, e Resolução SESA nº 1513/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11529 em 25/10/2023.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35633/2024

RESOLUÇÃO Nº 0443/2024

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 21.241.698-3, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor LORENZO DA COSTA, portador do RG nº 6.092.961-0, investido no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico em Radiologia, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado no Hospital Regional do Litoral, 1ª Regional de Saúde, sede em Paranaguá, em tese, por ter apresentado faltas injustificadas, infringindo o disposto no artigo 279, incisos I, II, V, VI e XVII; e não observado às proibições expressas no artigo 285, inciso XV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Felipe de Miranda Dias, RG nº 12.660.131-0, Promotor de Saúde Execução, função de Assistente de Farmácia; Clélia Costa, RG nº 4.159.451-9, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Saúde, e Ricardo José Nascimento Moura, RG nº 3.889.144-8, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35675/2024

RESOLUÇÃO Nº 0444/2024

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 21.290.472-4, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora HIRMAN RAMOS EIGLMEIER, portadora do RG nº 7.328.390-6, investida no cargo de Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Hospital Regional do Litoral, 1ª Regional de Saúde, sede em Paranaguá, em tese, por ter apresentado conduta inadequada, infringindo o disposto no artigo 279, incisos III, V, VI e XIV, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Aline Pinto Guedes, RG nº 6.239.138-3, Promotor de Saúde Profissional, função de Psicólogo; Bruna da Graça dos Santos Rodrigues, RG nº 10.606.939-5, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, e Gabriela de Souza dos Santos, RG nº 8.518.495-4, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0215/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11609 em 29/02/2024;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35680/2024

RESOLUÇÃO Nº 0445/2024

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes nos protocolos 21.583.439-5, 21.643.079-4 e 21.999.163-0 ambos com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional do servidor ANGELO PETRONILIO MAROCHI, portador do RG nº 3.184.776-1, investido em cargo comissionado, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotado na 3ª Regional de Saúde, sede em Ponta Grossa, em tese, por ter apresentado conduta inapropriada, infringindo o disposto no artigo 279, incisos III, V, VI e XIV; e não observado às proibições expressas no artigo 285, inciso IV, estando sujeito, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Patricia Padilha Sobutka, RG nº 8.139.829-1, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo; Marina de Almeida Denczura, RG nº 9.063.343-0, Promotor de Saúde Profissional, função de Farmacêutico, e Nelson Luis Dino, RG nº 1.886.269-7, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35683/2024

RESOLUÇÃO Nº 0446/2024

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocolo 21.704.816-8, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional dos servidores DANIEL RODRIGUES, portador do RG nº 7.539.172-2, investido no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, e VICENTE CÂNDIDO DE ANDRADE, cargo de Guarda de Endemias, servidor do Ministério da Saúde cedido à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, ambos lotados na Vigilância em Saúde da 16ª Regional de Saúde, sede em Apucarana, em tese, por terem infringido o disposto no artigo 279, incisos III, V, VI e XIV, estando sujeito o servidor esta Secretaria de Estado da Saúde, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;

Art. 2° Designar os agentes públicos: Sonia Aparecida do Nascimento Issiba, RG nº 6.092.850-9, Promotor de Saúde Profissional, função de Assistente Social, Rosana Gomes de Lima, RG nº 5.802.620-4, Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo; e Bruna Azevedo Teoro, RG nº 10.285.983-9, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico Administrativo; para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

35713/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 114 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.866.316-8.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e DANIEL RANIERI BUENO.

III - Suplente: JAIRO FERNANDES DE QUEIROZ.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente) — **Marcello Augusto Machado** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **Marcos Aurélio Souza Pereira** — Diretor Administrativo

35106/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 115 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio da Escola de Saúde Pública do Paraná e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.865.973-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio da Escola de Saúde Pública do Paraná, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e SANDRO VINÍCIUS DE ANDRADE BATISTA.

III - Suplente: FRANCIELLE DA SILVA DO NASCIMENTO.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente) — **Marcello Augusto Machado** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **Marcos Aurélio Souza Pereira** — Diretor Administrativo

35107/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 116 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Adalto Botelho e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.865.853-9.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, Comissão de Patrimônio do Hospital Adalto Botelho, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e RICARDO DE CAMPOS.

III - Suplente: IRONI TEREZINHA TSCHA.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente) — **Marcello Augusto Machado** — Diretor Presidente
(assinado digitalmente) — **Marcos Aurélio Souza Pereira** — Diretor Administrativo

35108/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 117 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital de Dermatologia Sanitário do Paraná e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.866.413-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital de Dermatologia Sanitário do Paraná, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e EVERTON SANTOS MORAES.

III - Suplente: SIMONE DO ROCIO DA LUZ.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações,

relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35113/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 118 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Infantil Waldemar Monastier e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.866.536-5.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Infantil Waldemar Monastier, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e PITTER DIORGINES DE OLIVEIRA;

III - Suplente: MICHEL BASSANESE.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35116/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 119 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Regional de Ivaiporã e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.865.685-4.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Regional de Ivaiporã, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e INGLIDY FERNANDA LACERDA DE SOUZA.

III - Suplente: ISABELA CURTTI NENEMANN.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35118/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 120 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Regional do Norte Pioneiro dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.867.195-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Regional do Norte Pioneiro, composta pelos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e ORLANDO PIMENTEL.

III - Suplente: DANILO RODRIGUES DE OLIVEIRA.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35121/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 121 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Regional do Sudoeste e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.867.020-2.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Regional do Sudoeste, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e MARCELO LUIZ MACAGNAN.

III - Suplente: ALISSON FERNANDO BARBOSA MORGE.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35123/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 122 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Regional de Telêmaco Borba e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.867.360-0.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Regional de Telêmaco Borba, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e CLEVERSON DAMIÃO RIBEIRO.

III - Suplente: SILVIO CESAR SOARES.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35125/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 123 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Zona Norte de Londrina e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.867.112-8.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Zona Norte de Londrina, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e HERMENEGILDO LIMA DE SOUZA.

III - Suplente: JOYCE MARA DA SILVA GONÇALVES.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35126/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 124 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio do Hospital Zona Sul de Londrina e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.865.784-2.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o previsto na Cláusula Segunda, das Obrigações Relativas a Gestão de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, inciso III do Contrato de Gestão nº 1 de 21 de dezembro de 2020, a Comissão de Patrimônio do Hospital Zona Sul de Londrina, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membros: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES e LUCIANA MOREIRA COGO COSTA.

III - Suplente: MARIA CLAUDIA DO CARMO.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35127/2024

PORTARIA FUNEAS Nº 125 – 8 DE ABRIL DE 2024

Súmula: Institui Comissão de Patrimônio da Sede Administrativa da Funeas e dá outras providências, conforme solicitação contida no protocolado 21.866.085-1.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 03 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Patrimônio da Sede Administrativa da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, composta pelos seguintes agentes públicos:

I - Presidente: JEFFERSON RODRIGUES DA SILVA.

II - Membro: MAYARA EUSTACHIO JORGE DAS NEVES.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º desta Portaria, terá, além de realizar o controle, gestão e fiscalização dos bens patrimoniais permanentes da unidade, as seguintes atribuições:

I – executar os procedimentos referentes ao recebimento, levantamento, avaliação, tombamento, movimentação interna e o desfazimento dos bens permanentes móveis, imóveis e veículos, e registrá-los no sistema de gestão patrimonial;

II – definir a classificação do bem durante o respectivo processo de aquisição;

III – cadastrar os responsáveis pela guarda, uso e conservação dos bens patrimoniais e emitir o respectivo Termo de Responsabilidade;

IV – responder eventuais questionamentos e fornecer informações, relacionados ao patrimônio, provenientes de órgãos de fiscalização e controle interno e externo;

V – redigir as atas das reuniões;

VI – elaborar e divulgar o cronograma de execução dos trabalhos e atividades;

VII – realizar outras atividades correlatas;

VIII - estabelecer cronograma de reuniões que deverá ser

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

encaminhado a Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP) da Secretaria de Estado da Saúde/SESA/PR.

Art. 3º É de responsabilidade do Diretor Administrativo manter atualizado os nomes dos designados, indicando novos integrantes em caso de vacância, bem como dar condições de trabalho aos mesmos.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições em contrário.

Curitiba, 8 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Marcello Augusto Machado
Diretor Presidente

(assinado digitalmente)
Marcos Aurélio Souza Pereira
Diretor Administrativo

35130/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 130 DE 10/04/2024
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARILUCIA FERREIRA GOMES DANS				30	15/09/2010	14/09/2015	02/06/2024	01/07/2024
130123031	1	NAVIII	219269625					

34192/2024

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 131 DE 10/04/2024
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARINEZ BATISTA MOTA				90	15/03/2011	14/03/2016	01/06/2024	29/08/2024
66654575	1	NAVIII	219143575					

34191/2024

Secretaria da Segurança Pública

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 750 DE 10/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
RENI APARECIDA ALVES MACHADO				90	03/03/2004	03/03/2009	02/05/2024	30/07/2024
59558846	1	NAUNICA	211918144					
MARCO AURELIO CORDEIRO KUSDRA				90	02/09/2014	01/09/2019	10/06/2024	07/09/2024
62029099	1	NAUNICA	219811195					

34275/2024

RESOLUÇÃO N° 180/2024

Substitui membro da Comissão PAAR/SESP nº 010/2024.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 4468, de 18 de Dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 21.735.211-8 (de origem).

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR, nos termos do art. 134, §2° c/c art. 191, ambos da Lei Estadual n.° 20.656/2021, membro da Comissão PAAR/SESP n.° 010/2024, instaurado pela Resolução nº 075/2024, publicada em DIOE n° 11602, de 20 de fevereiro de 2024, sendo a servidora substituída Lucia Regina Alves Costa, pelo servidor substituto Marcio Adriano Ziojlo.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

34786/2024

PORTARIA Nº 017/2024

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

SUSPENDER

A partir de 15/04/2024, a LICENÇA SEM VENCIMENTO do (a) servidor (a) **KAMIL SALMEN RG. 4.388.253-8** ocupante do cargo de **AGENTE DE POLICIA JUDICIARIA CLASSE ÚNICA** do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, desta Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, concedida através da Portaria 068 de 28/04/2023.

Curitiba, 10 de abril de 2024

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
DELEGADO GERAL

PROTOCOLO 22.000.966-1

34604/2024

PORTARIA Nº 018/2024

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

SUSPENDER

A partir de 15/04/2024, a LICENÇA SEM VENCIMENTO do (a) servidor (a) **LEANDRO CHRISTIANN TURQUETI RG. 10.350.997-1** ocupante do cargo de **AGENTE DE POLICIA JUDICIARIA CLASSE ÚNICA** do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC, desta Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, concedida através da Portaria 120 de 21/09/2023.

Curitiba, 10 de abril de 2024

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
DELEGADO GERAL

PROTOCOLO 22.000.809-6

34614/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 06/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar, **Protocolo 20.019.611-2**, em desfavor do servidor Josué Andreatta, RG 5.530.046-1 – Policial Penal, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Júlio César Vicente Franco;
Considerando que o servidor e seu defensor Dr. Valdir Gonçalves, OAB/PR 74034 foram devidamente notificados da data do julgamento, no Edital nº 06/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11619, de 14 de março de 2024;
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 34, de 27 de março de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Vice-Presidência do Sr. Maurício Ferracini dos Santos, presentes os conselheiros Deivid Alessandro Inácio Duarte, Diego Piotrowski Machado, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade, Ananda Chalegre dos Santos, Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela **DEMISSÃO** do servidor Josué Andreatta, RG 5.530.046-1 – Policial Penal, nos termos do Art. 279, incisos IV, V, VI, VIII, XIV, como também suas condutas estão elencadas como proibidas no art. 285, incisos IV, V, XXI, ambos da lei 6.174/1970;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária para providências, nos termos do Art. 324, Parágrafo único da Lei Estadual 6.174/70;
IV – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
V – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

Maurício Ferracini dos Santos
Vice-Presidente do Conselho da Polícia Penal

35755/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 07/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar, **Protocolo 20.527.211-9**, em desfavor do servidor Urbano Alcantara Neto, RG 5.225.058-7 – ex-Guarda Temporário Prisional, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Diego Piotrowski Machado;
Considerando que o servidor e seu defensor Dr. Diego Donini Rosa – OAB/PR: 77.256 foram devidamente notificados da data do julgamento, no Edital nº 06/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11619, de 14 de março de 2024;
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 34, de 27 de março de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Vice-Presidência do Sr. Maurício Ferracini dos Santos, presentes os conselheiros Deivid Alessandro Inácio Duarte, Diego Piotrowski Machado, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade, Ananda Chalegre dos Santos, Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela **ABSOLVIÇÃO** do servidor e **ARQUIVAMENTO** do processo;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

Maurício Ferracini dos Santos
Vice-Presidente do Conselho da Polícia Penal

35756/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 08/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar, **Protocolo 20.205.096-4**, em desfavor do servidor Giovani Assolari Saldanha, RG 8.827.343-5/PR – Guarda Temporário Prisional, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 018, de 30 de agosto de 2023 ao Conselheiro Maurício Ferracini dos Santos;
Considerando que o servidor foi devidamente notificado da data do julgamento, no Edital nº 06/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11619, de 14 de março de 2024;
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 34, de 27 de março de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Vice-Presidência do Sr. Maurício Ferracini dos Santos, presentes os conselheiros Deivid Alessandro Inácio Duarte, Diego Piotrowski Machado, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade, Ananda Chalegre dos Santos, Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela **ABSOLVIÇÃO** do servidor e **ARQUIVAMENTO** do processo;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 03 de abril de 2024.

Maurício Ferracini dos Santos
Vice-Presidente do Conselho da Polícia Penal

35759/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 09/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar, **Protocolo 20.604.854-9**, em desfavor do servidor Willian Antonio De Paiva, RG 9.069.731-9/PR – ex-Guarda Temporário Prisional, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Júlio César Vicente Franco;
Considerando que o servidor e seu defensor Dr. Diego Donini Rosa, OAB/PR 77.256 foram devidamente notificados da data do julgamento, no Edital nº 07/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11623, de 20 de março de 2024;
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 35, de 03 de abril de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Presidência do Sr. Reginaldo Peixoto, presentes os conselheiros Maurício Ferracini dos Santos, Deivid Alessandro Inácio Duarte, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade (online), Ananda Chalegre dos Santos (online), Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo de Sindicância Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela **ABSOLVIÇÃO** do servidor e **ARQUIVAMENTO** do processo;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Reginaldo Peixoto
Presidente do Conselho da Polícia Penal

35760/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 10/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar, **Protocolo 20.050.635-9**, em desfavor do servidor Antônio Carlos Balan, RG 3.467.416-7 – Policial Penal, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Maurício Ferracini dos Santos;
Considerando que o servidor e seu defensor Dr. Mário Francisco Barbosa – OAB/PR 48.884 foram devidamente notificados da data do julgamento, no Edi-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

tal nº 07/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11623, de 20 de março de 2024;
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 35, de 03 de abril de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Presidência do Sr. Reginaldo Peixoto, presentes os conselheiros Maurício Ferracini dos Santos, Deivid Alessandro Inácio Duarte, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade (online), Ananda Chalegre dos Santos (online), Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por maioria de votos, pela **SUSPENSÃO DE 10 DIAS** do servidor Antônio Carlos Balan, RG 3.467.416-7 – Policial Penal, nos termos do Art. 279, inciso VI c/c Art. 291, inciso III e 293, III, todos da Lei Estadual 6174/70;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
IV – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Reginaldo Peixoto
Presidente do Conselho da Polícia Penal

35764/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 11/2024

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404 de 13 de abril de 2023 e art. 4º e incisos da Resolução nº 342, de 12 de maio de 2023, e
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar, **Protocolo 15.083.190-3**, em desfavor do servidor Alex Vicente, RG 6.974.182-7 – Policial Penal, foi distribuído na Reunião Ordinária n° 029, de 20 de fevereiro de 2024 ao Conselheiro Antônio Marcos Camargo de Andrade;
Considerando que o servidor e seu defensor Dr. Mário Francisco Barbosa – OAB/PR 48.884 foram devidamente notificados da data do julgamento, no Edital nº 07/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11623, de 20 de março de 2024;
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar foi julgado pelo Conselho da Polícia Penal na Reunião Ordinária nº 35, de 03 de abril de 2024, transmitido por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem, sob a Presidência do Sr. Reginaldo Peixoto, presentes os conselheiros Maurício Ferracini dos Santos, Deivid Alessandro Inácio Duarte, Júlio César Vicente Franco (online), Antônio Marcos Camargo de Andrade (online), Ananda Chalegre dos Santos (online), Rogério Orém de Andrade e a Secretária-Geral Kássia de Quadros.
Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar observou os ditames da Lei 20.656/21 e da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e suas alterações e respeitou os mandamentos constitucionais vigentes;

DELIBERA:

I – Por unanimidade de votos, pela **DEMISSÃO** do servidor Alex Vicente, RG 6.974.182-7 – Policial Penal, nos termos do Art. 290, por infração ao disposto nos Arts. 279, incisos IV, V, VI, XIV e 285, inciso VIII todos da Lei 6174-70;
II – Publique-se;
III – Encaminhe-se ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária para providências, nos termos do Art. 324, Parágrafo único da Lei Estadual 6.174/70;
IV – Encaminhe-se à Divisão de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Penal para as providências pertinentes, bem como registro e ciência ao servidor;
V – Encaminhe-se à Corregedoria do Departamento de Polícia Penal para arquivamento, nos termos do art. 2º, inciso IV da Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Reginaldo Peixoto
Presidente do Conselho da Polícia Penal

35765/2024

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 20/2024

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

DETERMINA

A susbtituição da servidora Marilisa Exter Koslovski - CPF XXX.XXX.599-99, membro da Comissão de Sindicância nº 21.221.296-2, nomeada pela Portaria nº 15/2024, publicada pelo DIOE 11.628 de 27/03/2024, **pela servidora Roslaine Paz Ferreira Martins** – CPF XXX.XXX.619-20.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

35034/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

Edital nº. 11/2024

A Secretária-Geral do Conselho da Polícia Penal do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, inciso V, da Resolução n° 342/2023 de 16 de maio de 2023, torna pública o **CANCELAMENTO** da Reunião Ordinária que aconteceria em **24 de abril de 2024**, restando assim, cancelada a pauta de julgamento prevista no Edital nº 10/2024, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11636, de 10 de abril de 2023.

Curitiba, de 11 de abril de 2024.

Kássia de Quadros
Secretária-Geral

35055/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

Edital nº. 12/2024

A Secretária-Geral do Conselho da Polícia Penal do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, inciso V, da Resolução nº 342 de 16 de maio de 2023, torna pública a pauta disciplinar da Reunião Ordinária a ser realizada em **08 de maio de 2023,** a partir das 14h00, na sede do Departamento de Polícia Penal do Paraná, na Rua Maria Petroski, 3312, Bacacheri, Curitiba – PR, e que poderá ser acompanhada por videoconferência através do link https://www.webconf.pr.gov.br/b/kas-avc-vcu-jem.

JULGAMENTO

1 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo 19.994.143-7
Processado: Fernando Paulo Souza, RG 6.379.719-7 – Policial Penal;
Advogado: Dr. José Carlos Ragiotto, OAB/PR 25.029;
2 – Processo Administrativo Disciplinar, Protocolo: 15.940.060-3
Processado: Valdenir Pires Zampieri, RG. 8.117.707-4 – Policial Penal;
Advogado: Dr. Mário Francisco Barbosa – OAB/PR 48.884;
3 – Processo de Sindicância Disciplinar, Protocolo 20.305.166-2
Processado: Maurício Siqueira de Paula, RG. 6.252.849-4 – Guarda Temporário Prisional;
Advogado: Dr. Eric Rodrigues Moret, OAB 30.277/PR;

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Kássia de Quadros
Secretária-Geral

35061/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 323 – DRH, 10 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 21.777.903-0,

RESOLVE:

Art.1º. Tornar sem efeito a Portaria nº 195 - DRH, de 28 de fevereiro de 2024, a qual realoca o servidor **Carlos Alberto Soares de Oliveira**, CPF 035.202.109-83.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

35072/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 324 – DRH, 10 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

RESOLVE:

Art.1º. Realocar *ad referendum* do Conselho da Polícia Penal, o servidor **Carlos Alberto Soares de Oliveira,** CPF XXX.XXX.109-83, ocupante do cargo Policial Penal, lotado na Cadeia Pública de Curitiba - CIC para o Departamento de Polícia Penal, considerando os motivos elencados no protocolo nº 21.777.903-0, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, em retroativo a 28 de fevereiro do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

35073/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 325 – DRH, 10 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 21.979.284-0,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **Alicio dos Santos,** CPF XXX.XXX..779-53, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor do Centro de Reintegração Social de Assaí, durante as férias do titular **Julio Cezar Ribas,** CPF XXX.XXX.389-15, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 02 de maio de 2024 a 31 de maio de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

34699/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 326 – DRH, 10 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 21.986.613-5,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o servidor **José Mateus de Almeida Soares,** CPF XXX.XXX.088-73, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a função de Gestor da Cadeia Pública de Arapotino, durante as férias do titular **Leandro Antonio Pelechate**, CPF XXX.XXX.449-12, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 21 de maio de 2024 a 19 de junho de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

34703/2024

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 327 – DRH, 10 DE ABRIL DE 2024.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL– DEPPEN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo nº 21.986.613-5,

RESOLVE:

Art.1º. Retificar a Portaria nº 326 de 10 de abril de 2024, de modo que, na parte onde se lê: "Cadeia Pública de Arapotino", leia-se: "Cadeia Pública de Arapoti".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Maurício Ferracini dos Santos
Diretor-Geral da Polícia Penal, em exercício.

34735/2024

ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
QUARTEL DO COMANDO-GERAL
DIRETORIA DE PESSOAL

PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 140, DE 25 DE MARÇO DE 2024.

Progressão de Oficiais e Praças.

O Comandante-Geral do CBMPR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º, da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010 (Lei de Organização Básica), combinado com o art. 4º, inciso XXIV, do Decreto Estadual nº 7.339, de 8 de junho de 2010 (RISG/), considerando o Despacho Governamental contido no e-protocolo 20.306.993-6, bem como o Despacho Governamental contido no e-protocolo sob nº 20.491.345-5, publicado no Diário Oficial do Estado n° 11.449, datado de 29 de junho de 2023, que delega a este Comandante-Geral a competência para expedição do ato concessivo de promoção e progressão dos Oficiais e Praças do CBMPR, e considerando o Decreto Estadual nº 12.904 de 30 de dezembro de 2022 que estabelece o processo de transição da desvinculação do Corpo de Bombeiros Militar da Polícia Militar do Paraná, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 14 de dezembro de 2022.

Resolve:

Art. 1.º - Progredir a referência dos seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, **da referência 9 para referência 10:**

POSTO/GRAD	NOME	RG
2SGT	HIDERALDO DANIEL TAVARES	49036124

Art. 2.º - Progredir a referência dos seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, **da referência 8 para referência 9:**

POSTO/GRAD	NOME	RG
TECEL	ROGERIO LIMA DE ARAUJO	68932513
SUBTEN	MARCOS CAMILO ALVES	59910086
SUBTEN	JOSE CARLOS DE SOUZA	62671670
2SGT	LUCIANO TARCIZIO ROMAO	60839751

Art. 3.º - Progredir a referência dos seguintes integrantes do

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, **da referência 7 para referência 8:**

POSTO/GRAD	NOME	RG
SUBTEN	MARCOS AURELIO CONOR	54611510
SUBTEN	ALDO CRUZ RIES JUNIOR	51377923
SUBTEN	AMAURI PEDROSO DOS SANTOS	53149464
SUBTEN	JEFFERSON LUIZ BANKS	60158878
SUBTEN	VALDOIR BEVILACQUA	44125412
SUBTEN	MARCOS ANTONIO DA SILVA	64598031
SUBTEN	ANDRE GIOVANI BRERO	51780280
SUBTEN	SANDRO DE OLIVEIRA GOMES	58253600
SUBTEN	MARCOS ANTONIO BARROCO DOS SANTOS	57372664
1SGT	LAERTES ADRIANO SCHULTZ	53552650
1SGT	EVALDO DE CARVALHO OLIVEIRA	47614147
1SGT	MARCELO FERREIRA DE MORAES	51052226
1SGT	ANTONIO CARLOS PEREIRA DA SILVA	59574868
1SGT	ADEMIR PERES DE SOUZA	53511511
1SGT	LUIS HENRIQUE ALVES	57865571
1SGT	APARECIDO MESSIA	48449344
1SGT	EDI CARLOS DE OLIVEIRA	60445869
2SGT	WILLIAN ZIMMER	50392244
2SGT	ROBERTO CARLOS BAPTISTA	39713667
2SGT	JOSE CARLOS SCHROTT JUNIOR	56017178
2SGT	LUIS CARLOS PADILHA	50316807
2SGT	ANDERSON LUIZ DA SILVA	49021445
2SGT	MOACIR MARTINS DE AGUIAR	50735400
2SGT	LUIS ANTONIO ZAMILIAN CORREIA	63148440
2SGT	ELIO MARCOS SZCZEPANSKI	53705774
2SGT	ROBSON PEREIRA DA SILVA	34777039
2SGT	MARCELO JOSE LOPES	42725625
2SGT	WILSON COSTA FERNANDES JUNIOR	47631173
2SGT	DIRCEU APARECIDO DE BRITO	53307400
2SGT	MARCOS ROBERTO PERECIN	57870990
3SGT	ROGERIO LUIS VITORIO DA SILVA	57187204
3SGT	RONALDO CARNEIRO DE SOUZA	44354314

Art. 4.º - Progredir a referência dos seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, **da referência 4 para referência 5:**

POSTO/GRAD	NOME	RG
MAJ	FERNANDO TRATCH	68825415
MAJ	GENUINO LUIZ DALPONTE	102640217
CAP	RODRIGO SILOTO KUTIANSKI	66065529
CAP	JOAO PAULO DE OLIVEIRA	83478586
1TEN	TIAGO JUSTINO DA SILVA	104296645
SUBTEN	PATRICIA PANSTEIN LIMA	68813743
SUBTEN	DANIELLE BRAZ SILVA	53832202
SUBTEN	JULIO CESAR DA SILVA	72576977
1SGT	MARCOS ROBERTO SCHUMACHER	83595779
1SGT	RAFAEL AUGUSTO CARARO	71409295
1SGT	ROMULO HENRIQUE BEGHINI BERBERT	54758634
1SGT	LEANDRO DE BRITO	90525476
1SGT	SERGIO JOSE DA COSTA	71126846
1SGT	EDMAR MANOEL LUCAS	73304105
1SGT	PAULO HENRIQUE FERNANDES	79737011
1SGT	MARCIO FELIPE DO CARMO	75468385
1SGT	LUIZ EDUARDO SOUZA MARTINS	64507966
1SGT	JULIANA RENATA DIAS COLARES	72544161
1SGT	BRUNO DA SILVA MOREIRA	94549523
1SGT	DANILA PRADO FALCAO	79470236
2SGT	HENDERSON LUIZ DE CHRISTO	81008884
2SGT	FRANCISCO LUIZ VIANA NETO	86761726
2SGT	TIAGO MARANGON MONDINI	78241110
2SGT	RICARDO MATEUS FAVARETTO	87066100
2SGT	ANDRE LUIZ ZANLORENZZI	91706628
3SGT	ELTON LEANDRO VALENTE	79291986
3SGT	RAFAEL INOCENCIO AMARAL	78392576
3SGT	LEANDRO PIRES VIANA	76150290
3SGT	LEANDRO AUGUSTO NEVES	81267413
3SGT	TIAGO GIOVANI CARDOSO GRILO	67378059
3SGT	WILLIAN SPELIER	92420205
3SGT	ERICKSON CARLOS VICENTE	71712591
3SGT	FABIO GUSTAVO FISCHBORN	72491149
3SGT	DIOGO KUCHENNY DE FREITAS	80912838
3SGT	CRISTHIAN REZENDE FRANCA	83903619
3SGT	HERICSON RAIMUNDO	64466747
3SGT	HEUBERLAN SILVA SOARES	102734386
3SGT	EVANDRO MARCELINO DO CARMO	62629835
3SGT	IGOR JOSE TIAGO DE SOUZA GOUVEIA	68429250
3SGT	EVERTON RODRIGO CARVALHO GONCALVES	82334335
3SGT	IVAN LUIZ FALCAO	85483560
3SGT	MAXI HILMAN ABECH TABOSA	63234591
3SGT	LUCAS ZEMUNER BERZOTTI	68193575
3SGT	PAULO CESAR FERNANDES	79954829
3SGT	FULVIO ANDRADE FRANCISCO	93431626
3SGT	MARCELO AUGUSTO PINTO	76857458
3SGT	MARCO AURELIO DILLMANN ULGUIM	102348028
3SGT	SIMONE APARECIDA DOS SANTOS SIDRE	80387113
3SGT	MICHAEL FABIANO DE PAULA	80399090
3SGT	AURELIO CEZAR FERNANDES JUNIOR	61186450
3SGT	AFONSO ARREBOLA PEREIRA	83901659
3SGT	AFRANIO SANTI CHAVES	69556817
3SGT	ANDERSON BEJE DA SILVA	61387536
3SGT	CARLOS DE ALMEIDA FERNANDES	83142251
3SGT	MELANIA CRISTINE GIRALDI	92537005
3SGT	ELIAS APARECIDO DOS SANTOS	62327383

3SGT	MAYCON VIEIRA DA SILVA	66875636
3SGT	ALEX SANDRO DA SILVA	85198777
CABO	DIEGO JULIO PEREIRA	86725959
CABO	ERTON VALDIR MOHR	69440991

Art. 5.º - Progredir a referência dos seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, **da referência 3 para referência 4:**

POSTO/GRAD	NOME	RG
CAP	GUILHERME AUGUSTO TOSATO	106866023
1TEN	RAFAEL ALVES BLASQUES DIAS	91612305
1TEN	FELIPE ALVES DE CARVALHO	98514732
1TEN	ANA PAULA BUENO HANSEN PARISE	94416159
1TEN	CASSANDRA CONINCK COSTA	81715696
CABO	ADRIANO BARBOSA AGONILHA	80910002
CABO	JOSILMAR KRULIKOSKI BARRIDA	93288785

Art. 6.º - Progredir a referência dos seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, **da referência 2 para referência 3:**

POSTO/GRAD	NOME	RG
CABO	EDUARDO KALSON DA ROCHA	79935557
CABO	MAURICIO ROBERTO DE OLIVEIRA	101959244
SD1C	ROBSON CASTRO DELGOBO	97900922
SD1C	ROQUE ALEIKSEIVZ DE FARIAS	83810521
SD1C	LEANDRO BATISTA	139807863
SD1C	JADERSON FAVORETTO	82086730
SD1C	GUILHERME ALBERGARIA WESCHOLLEK	82287892
SD1C	DOUGLAS EDUARDO QUEIROZ	88546725
SD1C	ANTONIO GILBERTO VIEIRA JUNIOR	88371038

Art. 7.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial do Estado.

Assinatura eletrônica
Coronel QOBM Manoel Vasco de Figueiredo Júnior,
Comandante-Geral do CBMPR.

35012/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Antonio Cezar De Melo Carneiro, RG: 13.194.716-0, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPM 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3304-4700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 21 de Março de 2024.

1º Ten, QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subsecão de Implatação - DP1.

(Ref. Boletim Geral nº 051 de 14 de março de 2024, E-protocolo nº 20.595.812-6)

26518/2024

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. Ao Sr. Gilberto Alves de Oliveira, RG: 8.942.583-2, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPM 1-0, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3304-4700, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 18 de Março de 2024.

1º Ten, QOPM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subsecão de Implatação - DP1.

(Ref. Boletim Geral nº 051 de 14 de março de 2024, E-protocolo nº 20.589.297-4)

35132/2024

POLÍCIA CIENTÍFICA
DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 043/2024-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019 e Resolução SESP nº 038, de 23 de janeiro de 2024, RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR a Perita Oficial Criminal 40h MARIANNA MAIA TAULOIS DO ROSARIO, CPF XXX.XXX. 379-09, da Função Privativa Policial simbologia FPP-6, do Quadro Próprio de Peritos Oficiais – QPPO, de Chefe da Seção de Genética Molecular Forense da Polícia Científica do Paraná.

Art. 2º. DESIGNAR o Perito Oficial Criminal 40h PEDRO HENRIQUE CANEZIN, CPF XXX.XXX. 809-65, para a Função Privativa Policial simbologia FPP-6, do Quadro Próprio de Peritos Oficiais – QPPO, de Chefe da Seção de Genética Molecular Forense da Polícia Científica do Paraná.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de abril de 2024.

Luiz Rodrigo Grochocki,
Diretor-Geral da Polícia Científica.

35757/2024

PORTARIA Nº 105/2024-SINDICÂNCIA

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis **DIOGO FARDIN,** CPF: XXX.XXX.021-50/PR, ocupante do cargo de Policial Penal e **DANILO SOUTIER ALMADA FERNANDES**, CPF: XXX.XXX.379-44/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste/PR, para que, no **protocolo nº 21.972.686-4,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

15 (quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 20.362.838-2,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DEIVID ALESSANDRO INACIO DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

33193/2024

PORTARIA N° 106/2024-SINDICÂNCIA

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis **TASSIA SATO,** CPF: XXX.XXX.709-05/PR, ocupante do cargo de Policial Penal e **LUIZ CARLOS DE LIMA**, CPF: XXX.XXX.739-91/PR, ocupante do cargo de agente de execução, na função de técnico administrativo, ambos lotados no Complexo Médico Penal/PR, para que, no **protocolo n° 21.972.780-1,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.873.672-6,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de abril de 2024.

DEIVID ALESSANDRO INACIO DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

33242/2024

PORTARIA N° 110/2024-SINDICÂNCIA

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis **VINICIUS CARLOS CHAGAS,** CPF: XXX.XXX.548-17/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu/PR e **ELISANGELA GABRIELA DALPIAZ FROES,** CPF: XXX.XXX.309-90/PR, ocupante do cargo de Agente de Execução na Função de Técnico Administrativo, lotada na Regional Administrativa de Foz do Iguaçu/PR, para que, no **protocolo n° 21.993.071-2,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.892.384-4,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

DEIVID ALESSANDRO INACIO DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

33966/2024

PORTARIA N° 112/2024-SINDICÂNCIA

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis **CRISTIANO IVANO,** CPF: XXX.XXX.769-68/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa de Londrina/PR e **WANDERLEY MASSANORI URATA,** CPF: XXX.XXX.209-06/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado no Centro de Reintegração Social de Londrina/PR, para que, no **protocolo n° 22.002.727-9** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.219.962-1,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

DEIVID ALESSANDRO INACIO DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

34711/2024

PORTARIA N° 112/2024-SINDICÂNCIA

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de

17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis **WANDRO ADRIANO SATURNINO,** CPF: XXX.XXX.309-97/PR, ocupante do cargo de Policial Penal e **JOSE PAULO VIANA DA SILVA,** CPF: XXX.XXX.815-91/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotado na Regional Administrativa de Maringá/PR, para que, no **protocolo nº 21.993.316-9,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.452.606-9,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de abril de 2024.

DEIVID ALESSANDRO INACIO DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

33964/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 20.041.534-5

I. AUTORIZO, nos termos do Decreto nº 8.561 de 20 de dezembro de 2017 que alterou o parágrafo 7º. do art. 1º do Decreto nº 4.189, com fundamento na Lei Estadual nº 15.608, de 2007, e com base na Informação nº 113/2024 – PCP/PGE, a realização do **Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 151/2023,** firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, com interveniência da **Polícia Civil do Paraná e o Município de Cianorte**, inscrito no CNPJ sob o nº 76.309.806/0001-28, tendo por objeto **a disponibilização de um servidor para prestar serviços exclusivamente administrativos, junto a Delegacia de Polícia Civil do município**, a fim de ser prorrogado o prazo de vigência até 11/04/2025, consoante à Minuta do Primeiro Termo Aditivo de Convênio às fls. 82/83, bem como ao respectivo Plano de Trabalho às fls. 84;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Coronel PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública.

35496/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.682.731-7

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 504/2024-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **Aloinfo Comércio Tecnologia Serviços e Locações Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 63.268.056/0001-41, o valor total de **R$ 42.711,12 (quarenta e dois mil setecentos e onze reais e doze centavos)**, referente a prestação de serviço contínuo de gestão de dispositivos de rastreamento existentes na frota da Polícia Militar do Paraná, no período de 01 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, conforme Nota Fiscal nº 00000365, vinculada ao Contrato Administrativo nº 0953/2022.

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem (fl. 61), não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado eletronicamente.*

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

35076/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.881.310-0

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 c/c o disposto no item 5 do Anexo do Decreto Estadual nº 3.540/2019, do Artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4189/2016 e nos termos da Informação nº 441/2024 – AT/SESP, a celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 184/2021 GMS nº 783/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a pessoa empresária EMPARLIMP LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 08.423.602/0001-63, com sede no Município de Araucária/PR – cujo objeto corresponde à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza e conservação para atender as necessidades do 6º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, a contar de 24/05/2024 até 23/05/2025, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de e R$ 10.968,08 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e oito centavos) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada (140/141);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba – Paraná, data da assinatura digital.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

35111/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.773.854-7

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação 0448/2024-AT/SESP e artigo 1º, inciso IV, da Resolução PGE nº 67/2022, a **MARIA DO CARMO PIASETZKI – DISTRIBUIDORA E PRESTADORA DE SERVICOS**, inscrita no CNPJ n° 13.190.691/0001-85, sediada no Município de Araucária/PR – em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 134/2023 – pretendendo a aquisição de pão francês, no valor global de R$ 14.388,48 (quatorze mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme Minuta do Contrato acostada às fls. 122/131.

II. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos de conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

34823/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.728.149-0

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e nos termos da Cota Administrativa nº

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

0285/2023-AT/SESP, a realização da despesa com a contratação direta, mediante dispensa de licitação, em razão do valor, entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **COLUZZI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.766.670/0001-01, sediada no Município Marau/RS, objetivando a aquisição de papel-alumínio para atender a demanda da Polícia Científica do Paraná, **no valor total de R$ 391,50 (trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos),** conforme nota de reserva (fls. 153) e Termo de Referência aprovado (fls. 71/69 e 70).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à origem, com o empenho previamente aprovado.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

35023/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 19.247.861-8

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 0510/2024 AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **SANSCRITO COLETA DE RESÍDUOS EIRELLI**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.147.098/0001-19, no valor de **R$ 5.057,50 (cinco mil cinquenta e sete reais e cinquenta centavos),** decorrente de reajuste ao Contrato Administrativo nº 384/2019, (que findou em 10/07/2022), solicitado em 20/05/2022 (fls. 03), cujo objeto consistia na prestação de serviços de coleta de transporte, tratamento e destinação final de resíduos para atender a demanda do Instituto Médico Legal das cidades de Umuarama e Paranavaí-PR, não concedido até o encerramento do referido contrato;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PULIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

34792/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.836.086-6

I. INDENIZO, com base na Informação nº 0506/2024 AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa **ADÍLIA COMÉRCIO DE REFEIÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 05.853.281/0001-49, no valor de **R$ 73.917,71 (setenta e três mil novecentos e dezessete reais e setenta e um centavos)**, referente à prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições destinadas aos apenados e servidores da 3ª DP – Delegacia Policial de Londrina, 4ª DP – Delegacia Policial de Londrina, 34ª DP – Delegacia Regional de Polícia de Assaí e 29ª DP – Subdivisão Policial de Rolândia, durante o período de 01/02/2024 a 27/02/2024, conforme Nota Fiscal nº 2.162 (fl. 03), vinculada ao Contrato Administrativo nº 0037/2019 (fls. 11/27);

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PULIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

34794/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 21.483.193-7

I. RECONHEÇO e INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo e com base na Informação nº 0336/2024-AT/SESP, **a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV,** alusiva ao mês de novembro de 2023, no valor total de **R$ 180,00 (cento e oitenta reais)**, em favor de RODRIGO RODRIGUES DOS SANTOS, inscrito no RG nº 9.019.246-9, subordinado à Polícia Militar do Paraná – PMPR;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse

Diretor-Geral da SESP

34717/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 21.790.393-9

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0460/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração de Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0307/2023 firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **CETA – CENTRO ESPECIALIZADO EM TRANSTORNOS ALIMENTARES S/S**, CNPJ n° 26.042.987/0001-09, sediada no Município de Curitiba/PR – cujo objeto corresponde à prestação de serviços correspondentes à especialidade de urologia para atender as necessidades da Polícia Militar do Paraná – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 14/04/2024 até 13/04/2025, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de R$ 504.525,00 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 82/83);

II. DECLARO que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

34780/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 21.792.934-2

I. AUTORIZO, a contratação das empresas: **CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA,** inscrita no CNPJ n.º 44.734.671/0022-86, no valor total de **R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais),** sediada no município de São Paulo/SP, **CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 94.516.671/0002-34, no valor total de **R$ 1.890,00 (um mil, oitocentos e noventa reais),** sediada no município de São José/SC e a empresa **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 81.706.251/0001-98, no valor total de **R$ 8.000,00 (oito mil reais),** sediada no município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preço oriunda do Pregão Eletrônico n.º 163/2023, visando a aquisição de medicamentos, no valor global de **R$ 29.390,00 (vinte nove mil, trezentos e noventa reais)** para atender as demandas do Departamento de Polícia Penal do

Paraná – DEPPEN;

II. Considerando o disposto na Resolução nº 59/2024-PGE, de 01/04/2024, a qual edita a Orientação Administrativa nº 85-PGE, bem como da previsão do Anexo VII – Anexo à Nota de Empenho –, do edital em referência, tal despesa deverá ser formalizada pelo respectivo instrumento constante no anexo citado, cuja **lavratura deverá ficar sob responsabilidade da unidade interessada**;

III. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Órgão de Segurança Pública interessado para apreciação e consectários.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

34602/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 21.795.311-1

I. AUTORIZO, a contratação das empresas: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA,** inscrita no CNPJ n.º 12.889.035/0001-02, no valor total de **R$ 13.140,00 (treze mil, cento e quarenta reais),** sediada no município de Erechim/RS e a empresa **PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 81.706.251/0001-98, no valor total de **R$ 964,00 (novecentos e sessenta e quatro reais),** sediada no município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preço oriunda do Pregão Eletrônico n.º 1005/2023, visando a aquisição de medicamentos, no valor global de **R$ 14.104,00 (quatorze mil, cento e quatro reais),** para atender as demandas do Departamento de Polícia Penal do Paraná – DEPPEN;

II. Considerando o disposto na Resolução nº 59/2024-PGE, de 01/04/2024, a qual edita a Orientação Administrativa nº 85-PGE, bem como da previsão do Anexo VIII – Anexo à Nota de Empenho –, do edital em referência, tal despesa deverá ser formalizada pelo respectivo instrumento constante no anexo citado, cuja **lavratura deverá ficar sob responsabilidade da unidade interessada**;

III. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Órgão de Segurança Pública interessado para apreciação e consectários.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

34600/2024

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 21.797.456-9

I. AUTORIZO a contratação da empresa **SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ n.º 00.656.468/0001-39, no valor total de **R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais),** sediada no município de Curitiba/PR, em utilização à Ata de Registro de Preço oriunda do Pregão Eletrônico n.º 379/2023, visando a aquisição de medicamentos, para atender as demandas do Departamento de Polícia Penal do Paraná – DEPPEN;

II. Considerando o disposto na Resolução nº 59/2024-PGE, de 01/04/2024, a qual edita a Orientação Administrativa nº 85-PGE, bem como da previsão do Anexo VII – Anexo à Nota de Empenho –, do edital em referência, tal despesa deverá ser formalizada pelo respectivo instrumento constante no anexo citado, cuja **lavratura deverá ficar sob responsabilidade da unidade interessada**;

III. Para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Órgão de Segurança Pública interessado para apreciação e consectários.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

34595/2024

PORTARIA **752/2024**

O Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 4884/78, combinado com o disposto na Resolução SESP 276/2023 e Resolução SEAP 11.094/2021, resolve CONCEDER licença capacitação de 90 dias ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

FRANCIELE MARTINEZ GONÇALVES CESCON, RG **7929788-7**/PR, início em **01/06/2024,** referente ao período aquisitivo de **18/10/2016 a 17/10/2021** (e-protocolo **21.862.386-7)**.

Curitiba, **10 de abril de 2024**.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

34722/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.781.478-2

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), em favor do Sd. QPMG1 Michel Edivan Farias;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

34763/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.855.921-2

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), em favor do Sd. QPMG1 Julio Cesar Boava;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024.
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

34714/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.875.763-4

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), em favor do Sd. QPM 1-0 João Paulo Havrechaki;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

34787/2024

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 21.894.072-2

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), em favor do Sd. QPMG1 Dieison Rodrigues da Silva;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP

34761/2024

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 21.948.284-1
I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), em favor do Sd. QPM 1-0 Diego Rodrigues da Silva;
II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;
III. PUBLIQUE-SE;
IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 10 de abril de 2024
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

34793/2024

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 321/2024 – SETR - RETIFICADO
Referente ao Protocolo nº 21.780.086-2

HOMOLOGO, com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, nos artigos 13, inciso VIII, e 107 do Decreto nº 10.086/2022, com fundamentos no Relatório de Dispensa – UASG 930210, mov. 81, considerando que houve a aprovação do Termo de Referência nº (mov. 21), sendo autorizado a publicação do processo de dispensa eletrônica em sistema "compras.gov", a Dispensa Eletrônica nº 90000/2024 (critério de: menor preço/maior desconto), a qual tem por objeto a contratação de empresa especializada em confecção de carimbos, para aquisição de 60 unidades de carimbo com 18 MM, largura: 47 MM, tipo automático (ITEM 1), tendo como empresa vencedora: D S A CHAVES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.089.257/0001-28, com melhor lance de R$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos), e 30 unidades de carimbo, com 76MM de comprimento e 37MM de largura, tipo: auto entintado (ITEM 2), tendo como empresa vencedora: D S A CHAVES LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.089.257/0001-28, com melhor lance de R$ 64,75 (sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), que o presente protocolo e dispensa estejam em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Mauro Moraes
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

34726/2024

DESPACHO nº 331/2024 – SETR
Referente ao Protocolo nº 21.947.791-0

AUTORIZO, com fulcro no art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, com fulcro no contido no artigo 126, do Decreto nº 10.086/2022, na Informação 241/2023-NFS/SETR (mov. 28) e na Informação nº 243/2024-AT/SETR (mov. 24), considerando que este órgão é participante do Pregão Eletrônico nº 29/2023, a aquisição de 1700 (um mil e setecentas) caixa com 5000 unidades de grampos para grampeador (lote 13 e 14), por meio do sistema de Registro de Preço oriundo do Pregão Eletrônico nº 29/2024, no valor unitário de R$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) e total de R$ 4.794,00 (quatro mil, setecentos e noventa e quatro reais), COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO/FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR, seguindo o Plano de Ações e Serviços da Rede SINE/PR (mov. 10), tendo como vencedora do processo de licitação: EVL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.206.967/0001-98, desde que cumpridas as exigências estabelecidas em Decreto Estadual nº 7.303/2021 e Lei nº 14.133/2021.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)

34796/2024

DESPACHO nº 332/2024 – SETR
Referente ao Protocolo nº 21.948.247-7

AUTORIZO, com fulcro no art. 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, com fulcro no contido no artigo 126, do Decreto nº 10.086/2022, na Informação 242/2023-NFS/SETR (mov. 31) e na Informação nº 244/2024-AT/SETR (mov. 27), considerando que este órgão é participante do Pregão Eletrônico nº 29/2023, a aquisição de 3.700 (três mil e setecentas) caixas com 50 unidades de clips nº 3/0 (lote 5), no valor unitário de R$1,32 (um real e trinta e dois centavos), e 500 (quinhentos) extratores de grampos tipo espátula (lote 25), com valor unitário de R$ 0,78 (setenta e oito centavos), ambos por meio do Registro de Preço oriundo do Pregão Eletrônico nº 29/2024, no valor total de compra de R$ 5.274,00 (cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais), COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO ESTADUAL DO TRABALHO/FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR, seguindo o Plano de Ações e Serviços da Rede SINE/PR (mov. 10), tendo como vencedora do processo de licitação: R&L COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº: 48.496.674/0001-55, desde que cumpridas as exigências estabelecidas em Decreto Estadual nº 7.303/2021 e Lei nº 14.133/2021.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do NAS/SETR, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

Ao NAS/SETR para providências.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)

34797/2024

Receita Estadual do Paraná

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 18/2024

Altera a Norma de Procedimento Fiscal nº 56, de 30 de junho de 2015, que estabelece critérios para a obrigatoriedade de apresentação da EFD - Escrituração Fiscal Digital, disciplina os procedimentos relativos à informação e apuração do ICMS para os contribuintes inscritos e ativos no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CAD/ICMS do Estado do Paraná.

O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 9.º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e considerando o disposto no art. 149 do Capítulo X do Subanexo I do Anexo III do RICMS,

ESTABELECE

Art. 1.º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Norma de Procedimento Fiscal nº 56, de 30 de junho de 2015:

I - os itens 7, 45, 48, 51 e 53 passam a vigorar com a seguinte redação:

"7. Na hipótese de o arquivo digital da EFD transmitido estar na situação "Irregular" ou "Inconsistente", o contribuinte deverá enviar arquivo substituto."

.....

"45. Após o parecer conclusivo de que trata o subitem 42.2, o deferimento do arquivo da EFD poderá assumir a situação "Regular" ou "Inconsistente", e o seu indeferimento a situação "Irregular"."

.....

"48. Existindo, para o mês de referência, EFD na situação "Irregular","Omissa" ou "Inconsistente", poderão ser bloqueados serviços e procedimentos da REPR."

.....

"51. Contribuintes em períodos obrigados à GIA-ST devem seguir as regras disciplinadas na NPF nº 105/2014."

.....

"53. A omissão na apresentação do arquivo digital da EFD, ou a omissão da informação da inscrição auxiliar, sua apresentação sem movimento ou a apresentação de arquivo digital irregular podem resultar no cancelamento de ofício da inscrição no CAD/ICMS.";

II - o subitem 17.3 passa a vigorar com a seguinte redação:

"17.3 "Em Análise" - EFD apresentou uma ou mais situações descritas no subitem 34.2, e após análise do fisco poderá ser considerada "Regular", "Irregular" ou "Inconsistente."

III - ficam acrescentados os seguintes subitens:

"19-A.2 incompatibilidade com o Saldo Credor do DIFAL no mês anterior;

19-A.3 apresentar valor declarado no código de ajuste PR029999 sem

o respectivo preenchimento do campo "descrição", desde que o valor total informado no código de ajuste seja maior que R$ 6.000,00;

19-A.4 utilizar os códigos de ajuste PR020061 e PR000062 para estabelecimento que não está enquadrado no regime de centralização de pagamento do imposto, seja como estabelecimento centralizado ou como centralizador;

19-A.5 o estabelecimento centralizado apresentar saldo diferente de zero no registro E110, exceto se existir valor no registro E310;

19-A.6 utilizar o código de ajuste PR023050 por empresa que não tem CAD auxiliar no PR competitivo;

19-A.7 apresentar alguma inconsistência após o arquivo passar nas validações efetuadas pelas regras de pós-validação da EFD, que estão previstas no Manual de Pós-Validação publicado no Receita/PR, portal SPED/PR.";

IV - ficam revogados os subitens 19.2, 19.8, 19.10 e 19.11 e a SEÇÃO II DO CAPÍTULO IV – DA AUTORIZAÇÃO PARA ARQUIVO DIGITAL DA EFD SUBSTITUTO.

Art. 2.º Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 9 de abril de 2024.

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
DIRETOR DA REPR

34844/2024

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 083/2024 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento da Instituição e tendo em vista as determinações contidas no Decreto Estadual nº 8.955/2018,

R E S O L V E:

Art.1º CONSTITUIR e DESIGNAR a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais (COPPA), com a atribuição de gerir e conduzir as atividades relacionadas ao patrimônio do IDR-Paraná, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais, e ao Decreto Estadual 8.955/2018, Art. 3º, Inciso III.

I. A referida Comissão será composta pelos servidores / empregados públicos:

a. ROMILDO PAULINO PEREIRA – RG 5018524-9,
b. PATRICIA GILBERTO DE CARVALHO – RG 8.321.047-8,
c. MATEUS SOCCOLOSKI – RG 1.787.195-1 e
d. MARGARIDA NATALIA MARTINS FERREIRA – RG 968.312-7

Art.2º CONSTITUIR e DESIGNAR as Comissões de Inventário, Inservibilidade e Desnecessidade no âmbito do IDR-Paraná, conforme especificado e descrito no ANEXO ÚNICO da presente Portaria.

Art.3º REVOGAR as Portarias em contrário, redundantes ou conflitantes com a presente.

Registre-se e Publique-se.

Curitiba, 10 de abril de 2024

(assinado digitalmente)
Vânia Moda Cirino
Diretora Presidente Substituta

PORTARIA Nº 083/2024

ANEXO ÚNICO

I. As Comissões a que se refere o Art. 2º da presente Portaria terão as seguintes atribuições, devendo suas ações e resultados serem instruídos em processo e-protocolo:

a. Realizar ao menos uma vez ao ano, levantamento físico, conciliando com o relatório de inventário do sistema GPM;
b. Realizar avaliação quanto ao estado do bem móvel, classificando-os como "Bom Estado", "Regular", "Inservível" ou "Sucata";
c. Emitir Termo de Inservibilidade recomendando a baixa para os bens classificados como "Inservível", "Desnecessário" ou "Sucata";
d. Realizar atualização dos bens no sistema GPM.
e. Outras atribuições determinadas no Manual de Procedimentos Contábeis Patrimoniais.

II. Ficam designados as Comissões citadas no *caput* do presente artigo com os empregados/servidores públicos, conforme apresentado a seguir:

REGIONAL	SERVIDOR / EMPREGADO	RG
Unidade Estadual Curitiba	Cesar Elias Simão	5.148.981-0
	Margarida Natalia Martins Ferreira	968.312-7
	Renata Paula de Arruda	7.992.742-2
	Julio Cesar Alves Cordeiro	4.745.965-6
MESO REGIÃO NOROESTE		
Estações e Unid. vinculadas ao Polo Pesq.Paranavaí	Myller Vinicius Ramos Andrade	10.291.535-6
	Dieisson Luiz Gonçalves	3.910.441-5
	Nilson Rogerio Barrios Peracoli	7.500.522-9
Regional de Maringá	Pedro Cecere Filho **(Presidente)**	4.038.216-0
	Osvaldo Kruli Junior	3.526.464-7
	Ricardo San Germano	2.132.539-2
	Anesia Aparecida Spinella	3.216.632-6
Regional de Cianorte	Paulo Roberto Preto **(Presidente)**	1.984.538-9
	Edson Luis Garcia Tampelini	4.874.350-1
	Sidney Aurelio Valeriano Ramos	14.673.999-7
	Rafael Paris Travaglia	15.361.155-6
Regional de Paranavaí	Luciano José Pinheiro **(Presidente)**	4.697.705-0
	Paulo Sergio Ferreira de Lima	8.855.309-8
	Lilian Suzy Willmann	4.221.626-7
	Luciana Aparecida S. Navarro	4.264.831-0
	Carlos Augusto Del Ducca	10.647.127-4
	William José Posseti Antunes	5.179.722-1
Regional de Umuarama	Rafael Meier de Mattos **(Presidente)**	9.110.773-2
	Edina Maria Ricas	3.113.057-3
	Sergio Adriano Conegero	4.303.242-9
	Rosana do Carmo Beliato	5.069.726-6
MESO REGIÃO NORTE		
Regional de Apucarana	Geraldo Ermelindo Maronezi **(Presidente)**	5.231.792-4
	Gilberto Aparecido Celinski	4.496.429-5
	Ângela Maria Gomes	4.073.411-2
	Peter Alexandre Van Engelenhovem (suplente)	6.670.875-6
	Adilson Dias Novaes (suplente)	89.253.896
	Lucinéia Aparecida Lopes Maronezi (suplente)	4.428.938-5
Regional de Cornélio Procopio	Kleber Junqueira Cuenca **(Presidente)**	6.101.542-6
	Mírian Gonçalves de Oliveira	11.134.492-2
	Felipe Alvares Spagnuolo	8.765.876-7
	Lisemari Pires Cardoso (suplente)	5.144.681-0
	Wander Adriano Maluf Miranda (suplente)	4.750.291-8
	Vladimir Guadagnin (suplente)	3.168.002-6
Regional de Ivaiporã	Lairton Pedro Timoteo	3.463 006-2
	Nádia Okawa Bonfim	7.971.552-2
	Ladi M. T. do Nascimento	2.132.892
	Eliana V. Prudencio (suplente)	3.361.877-8
	Gabriela Candido Weber (suplente)	14.795.630-4
	Rogerio Rui Maia (suplente)	4.989.268-3
Regional de Londrina	Marcos de Souza Pessoa **(Presidente)**	4.855.208-0
	Diomar Henrique de Oliveira	6.185.352-9
	Edson Luiz Moreno	5.664.050-9
	Evalton Turci Sidney (suplente)	4.234.663-2
	Romildo Paulino Pereira **(Presidente)**	5.018.524-9
	Patricia Gilberto de Carvalho	8.321.047-8
	Elson Marcon	10.943.783-2
	Aldo Luiz Figueiredo	1.891.224-4
	Carlos Yukihiro Hayashi	1.833.997-8
	Cintia Sorane Good Kitzberger	7.310.958-2
	Claudemir da Silva Rodrigues	10.882.280-5
	Vagner Lopes da Silva	10.005.784-0
	Emerson Durski Machado de Oliveira	5.137.385-5
	Giselly Aparecida Andrade	7.256.862-1
	Hevandro Colonhesi Delalibera	8.818.985-0
	Jose Francirlei de Oliveira	7.164.273-9

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Unidade Estadual Londrina, Estações e Unidades vinculadas ao Polo de Pesquisa de Londrina	Juarez Pires Tomaz	7.006.013-2
	Lucas de Cássio Marques	6.123.025-4
	Maria Aparecida Matos	5.640.898-3
	Renan Carvalhal	8.682.276-8
	Pablo Ricardo Nitsche	3.654.177-6
	Joaquim André	3.025.754-5
	Paulo Roberto Martins	3.571.451-0
	Wesley Vinicius Vioto Silva	9.750.277-3
	Rosinei Aparecida de Souza	7.728.130-4
	Rubia de Oliveira Molina	6.961.882-0
	Tanara Garcia de Novaes Florêncio	12.532.243-3
	Thiago de Oliveira	9.107.831-7
	Valdeci de La Rosa	4.101.052-5
	Nivaldo Chera Mendes	1.860.555-4
	Vilson José Teixeira Rozendo	8.397.214-9
	Graziela Moraes de Cesare Barbosa	3.523.068-8
	Pedro Antonio Martins Auler	5.417.525-6
	Ligia Deise Rodrigues	6.543.744-9
	Nilda Gomes Previdello	3.600.306-5
	Paulo Cezar Lopes	5.239.187-3
	Deoclecio Domingos Garbuglio	8.385.152-0
	Wilmar Ferreira Lima	1.657.236-5
Regional de Santo Antonio da Platina	Mônica Christina Arrivabene Coelho **(Presidente)**	3.978.196-4
	Érica Regina Perez Landgraf	3.870.129-0
	José Antonio de Carvalho	3.537.759-0
	Mauricéia Cristina de Resende (suplente)	6.016.164-0
Estações e Unid.vinculadas ao Polo Pesq. Londrina	Romildo Paulino Pereira	5.018.524-9
	Patricia Gilberto de Carvalho	8.321.047-8
	Davi Botelhos de Frias	8.637.928-7
	Marcos Francisco Rosa	5.033.254-3
MESO REGIÃO CENTRO SUL		
Regional de Irati	Amilcar Afonso Marques	3.994.035-3
	João Paulo Mendes de Almeida	15.380.120-7
	Moisés Anselmo de Lima	6.309.092-1
	Vilmar Premebida (Suplente)	5.783.132-4
Regional de União da Vitória	Amélia Mary Walter **(Presidente)**	2.036.073-9
	Jair Roberval Scaramella de Mello	13.261.187-4
	Luci Mari de Lima Passos	4.472.560-6
	Rubens Antônio Sieburger Costa (Suplente)	10.971.269-8
Regional de Ponta Grossa	Antenor Cesar de Camargo **(Presidente)**	3.001.841-9
	Lucia Zubacz	3.733.705-6
	Raphael Patrick Moreira	9.280.708-8
	Heitor Rodrigues Fiuza JR (Suplente)	3.846.698-4
Estações vinculadas ao Polo de Pesquisa de Ponta Grossa	Vanessa Lucion **(Presidente)**	10.250.075-0
	Clayton Sezar da Silva Machado	9.251.360-2
	João Paulo Mendes de Almeida	15.380.120-7
	Everton Stelle	
	Andressa Andrade e Silva	8.353.238-6
MESO REGIÃO CENTRO		
Regional de Guarapuava	Celso Fernando Dias Doliveira **(Presidente)**	1.457.786-6
	Elvira de Cassia Rocha dos Santos	4.679.750-7
	Valter Gonçalves Camargo	10.276.388-2
	Tiago Pacheco Stabler	2.233.624-0
Regional de Laranjeiras do Sul	Fernanda Panassolo (Presidente)	10.287.917-1
	Deomar Marcos Fracasso	103.634.275-4
	Joelcio de Souza Vigolo	7.179.627-2
	Jailson Gonçalves dos Reis	9.022.109-4
	Thiago Ruppenthal Bobato	8.105.438-0
	Daniela Ragazzon	8.538.970-0
MESO REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL		
Regional de Curitiba	Paulo Cesar Barbiot (Presidente)	4.954.510-0
	Sidnei Mauricio	5.148.981-0
	Ismael José Daniel	49.688.881-4
	Airton Fernandes dos Santos	5.134.625-4
Estações e Unidades vinculadas ao Polo de	João Ari Gualberto Hill	3.982.314-4
	Clóvis Roberto Hoffmann	3.985.201-2
	Juliano de Lima Souza	14.669.681-3
	Josiane Moeller	1.676.823-5
Regional de Paranaguá	Juliane de Fátima Silva Marins Peixoto	4.251.903-0
	Ramira Célia Alonso	2.039.083-2
	Raul Campos de Lima	4.815.185-0
MESO REGIÃO SUDOESTE		
Regional de Francisco Beltrão	Amilto Dellani **(Presidente)**	1.580.326-6
	Mylena Taborda Piquera Peres	8.168.614-9
	Marcos Rogério da Silva A. dos Santos	6.467.512-5
	Quelimar Saggin	8.027.086-0
	Éricson Fagundes Marx	403.191.726-5
Regional de Dois Vizinhos	Rafael Flavio Dias Cavallieri **(Presidente)**	7.683.917-4
	Liane Aparecida Poyer	3.978.648-6
	Matheus Ribeiro	9.199.465-8
	Valdisio Candido Moreira	12.445.750-5
Regional de Pato Branco	Cid Renan Jacques Menezes **(Presidente)**	8.216.108-2
	Cleacir Junior Dall Agnol	2.251.678-7
	Luciana Barbara Barbieri Trentin	5.568.094-9
	André Luiz Finkler da Silveira	12.567.378-3
	Vanessa Lucion	10.250.075-0
MESO REGIÃO OESTE		
Regional de Cascavel	Jader Silva Paz **(Presidente)**	7.027.381-0
	Jurandir Garcia	4.288.041-8
	Aparecida Silva Fonseca	9.181.278-9
	Marina Ransolin Rodrigues	14.670.242-2
Regional de Campo Mourão	Jairo Martins de Quadros **(Presidente)**	4.063.349-9
	Clóvis José Rosa	4.946.016-3
	Kenji Oscar Asami	4.032.729-0
	Sandro Cesar Albrech	4.041.169-0
Regional de Toledo	Gilberto Utzig **(Presidente)**	3.939.726-9
	Newton Ednei Guzzo	15.315.301-9
	Antonio Ascencio Dias Neto	10.408.860-0
	Benedito Marcolino da Silva	186.193-1
Estações vinculadas ao Polo Pesquisa de Santa Tereza do Oeste	Endrigo Antonio de Carvalho **(Presidente)**	7.883.417-7
	Luiz Carlos de Oliveira	4.488.714-2
	Dionathan Willian Lujan	10.230.719-4
	Clodoveu Valdeni Trentin	6.093.034-1

34873/2024

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 084/2024 – IDR-Paraná

A Diretora Presidente Substituta do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, frente ao constante no processo nº 21.754.539-0,

R E S O L V E :

Art.1º ENCERRAR O Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 072/2024, publicada no DIOE – Diário Oficial do Estado do Paraná, Edição nº 11624, de 21 de março de 2024, destinado a apurar a ocorrência e eventual responsabilidade de denúncias, em desfavor da empregada pública do IDR-Paraná **M. C. de C**.

Art.2º DETERMINAR que seja cumprido o estabelecido no protocolado nº 21.754.539-0, conforme disposto em seu movimento nº 18, folhas de nº 60 e 61.

Art.3º DETERMINAR que a Assessoria de Gabinete e o Agente de Ouvidoria procedam com os competentes registros e prestem as informações legais e administrativas à CGE e outras eventualmente exigidas.

Registre-se e Publique-se.

Curitiba, 11 de abril de 2024

(assinado digitalmente)
Vânia Moda Cirino
Diretora Presidente Substituta

35043/2024



AGEPAR

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 10 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Reajuste Tarifário da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR para o ano de 2024.

O **Conselho Diretor** da **Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 2º, parágrafo 1º, inciso IX, alíneas "a" e "b"; o Art. 3º; o Art. 5º; o Art. 6º, incisos III, VIII, XIII e XXIII; e o Art. 7º, incisos XV e XVI, todos da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo n.º 21.710.638-9, que trata do pedido de Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar;

b) o disposto nos artigos 22, 23, 25, 29, 30, 37 e 39, da Lei Federal n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007;

c) que é objetivo da atividade regulatória a definição de tarifas que permitam tanto a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação eficiente dos serviços, como a modicidade tarifária aos usuários; e

d) a deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR, conforme REUNIÃO N.º 9/2024 – ORDINÁRIA, realizada em 9 de abril de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar sobre a tarifa de equilíbrio encontrada na Resolução AGEPAR n.º 12/2023, por meio do Índice de Reajuste Tarifário fixado em 2,9577% (dois inteiros, nove mil, quinhentos e setenta e sete décimos de milésimos por cento), resultando em nova tarifa média de R$ 6,6290/m³ (seis inteiros, seis mil, duzentos e noventa décimos de milésimos de real por metro cúbico faturado).

Art. 2º Aprovar a Tabela de Tarifas de Saneamento Básico, conforme Anexo Único desta Resolução, que deverá ser aplicada a partir de 17 de maio de 2024.

Parágrafo único. A Tabela de Tarifas de Saneamento Básico da Sanepar encontra-se anexa a esta Resolução e dela é parte integrante.

Art. 3º A tarifa do serviço de esgotamento sanitário será cobrada com base em percentual da tarifa de água, conforme Nota 1, definida na Tabela de Tarifas de Saneamento Básico.

Art. 4º As entidades de utilidade pública cadastradas pela Sanepar na subcategoria de beneficentes, nos termos do Regulamento Geral dos Serviços de Saneamento, pagarão, por metro cúbico excedente ao consumo mínimo, o valor equivalente à metade da tarifa da categoria correspondente.

Art. 5º A tarifa sazonal litorânea para os Municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, nos consumos superiores a 5m³ (cinco metros cúbicos), será majorada em 20% (vinte por cento), nos meses de dezembro a março e será minorada, em igual percentual, nos meses de abril a novembro, exceto para os usuários beneficiados pela tarifa social.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser rigorosamente observado o contido no Art. 2º, caput.

Curitiba/PR, 10 de abril de 2024.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Reinhold Stephanes
Diretor-Presidente

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N.º 19, DE 10 DE ABRIL DE 2024

TABELA DE TARIFAS DE SANEAMENTO BÁSICO - 2024

CATEGORIA / FAIXAS DE CONSUMO	TARIFA (em Reais)		
TARIFA SOCIAL (R$/m³)			
	Até 5 m³	6 a 10	Excedente a 10m³ (R$/m³)
Todas as Localidades Operadas			
ÁGUA	13,49	0,41	1,56
ESGOTO - 50%	6,75	0,20	0,78
ÁGUA E ESGOTO	20,24	0,61	2,34

MICRO E PEQUENO COMERCIO (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
ÁGUA Todas as Localidades Operadas		50,42	1,56	11,56	11,65	11,72	11,81
Curitiba	ESGOTO	42,86	1,32	9,83	9,91	9,97	10,04
	ÁGUA E ESGOTO	93,28	2,88	21,39	21,56	21,69	21,85
Demais Localidades	ESGOTO	40,34	1,25	9,25	9,32	9,38	9,45
	ÁGUA E ESGOTO	90,76	2,81	20,82	20,97	21,10	21,26

TARIFA RESIDENCIAL NORMAL (R$/m3)						
	Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
ÁGUA Todas as Localidades Operadas	50,42	1,56	8,69	8,73	8,81	14,90

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba	ESGOTO	42,86	1,32	7,39	7,43	7,49	12,67
	ÁGUA E ESGOTO	93,28	2,88	16,08	16,16	16,29	27,57
Demais Localidades	ESGOTO	40,34	1,25	6,95	6,98	7,04	11,92
	ÁGUA E ESGOTO	90,76	2,81	15,64	15,72	15,85	26,82

COMERCIAL / UTILIDADE PÚBLICA / PODER PÚBLICO (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
ÁGUA Todas as Localidades Operadas		90,77	2,33	11,56	11,65	11,72	11,81
Curitiba	ESGOTO	77,15	1,99	9,83	9,91	9,97	10,04
	ÁGUA E ESGOTO	167,91	4,32	21,39	21,56	21,69	21,85
Demais Localidades	ESGOTO	72,61	1,87	9,25	9,32	9,38	9,45
	ÁGUA E ESGOTO	163,38	4,20	20,82	20,97	21,10	21,26

INDUSTRIAL (R$/m3)							
		Até 5 m³	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 30	> 30
ÁGUA Todas as Localidades Operadas		90,77	2,33	11,14	11,31	11,34	11,39
Curitiba	ESGOTO	77,15	1,98	9,47	9,61	9,65	9,68
	ÁGUA E ESGOTO	167,91	4,30	20,61	20,92	21,00	21,08
Demais Localidades	ESGOTO	72,61	1,87	8,91	9,05	9,08	9,11
	ÁGUA E ESGOTO	163,38	4,20	20,05	20,36	20,42	20,50

Nota 01: As tarifas de esgotamento sanitário apresentadas nas tabelas são referenciais e poderão apresentar alterações no valor do metro cúbico, na segunda casa decimal, uma vez que o cálculo para apurar a fatura de esgoto (salvo para usuários da tarifa social) é de 85% sobre a fatura total de água no município de Curitiba e 80% sobre a fatura total de água para as demais localidades.
Nota 2: As faturas não quitadas até as datas do seu vencimento sofrerão acréscimo de juros de mora de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso até a data de pagamento, sem prejuízo da atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro índice que o substitua e da aplicação de multa de 2% (dois por cento).

34804/2024

